

RIO GRANDE DO NORTE

Temáticas Contemporâneas da
Reorganização do Território



ORGANIZADORES:

Maria Cristina Cavalcanti Araújo

Valdenildo Pedro da Silva

CEFET-RN
Editora

RIO GRANDE DO NORTE

Temáticas Contemporâneas da
Reorganização do Território

ORGANIZADORES

Maria Cristina Cavalcanti Araújo

Valdenildo Pedro da Silva

CEFET-RN
Centro Federal de Educação Tecnológica

2007

Rio Grande do Norte: Temáticas Contemporâneas da Reorganização do Território
Copyright 2007 da Editora do CEFET - RN

Todos os direitos reservados

Nenhuma parte dessa publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora do CEFET - RN.

Divisão de Serviços Técnicos
Catálogo da publicação na fonte.
Biblioteca Sebastião Fernandes (BSF) - CEFET/RN

RIO GRANDE DO NORTE: Temáticas Contemporâneas da
Reorganização do Território. (1.: Natal: 2007: Rio Grande do Norte. RN)
/ Maria Cristina Cavalcanti Araújo / Valdenildo Pedro da Silva.
326p.

ISBN 978-85-89571-30-2

1. Rio Grande do Norte 2. Dinâmica Sócio-espacial 3. Organização
Territorial. 4. Turismo. 5. **Migração**. 6. Políticas Públicas. 7. Cerâmica
Vermelha. 8. Sustentabilidade Ambiental. 9. Urbanização.

I. Araújo, Maria Cristina Cavalcanti. II. Silva, Valdenildo Pedro da.

CDD - 900

CEFET/RN/BSF

EDITORACÃO

Samir Cristino de Souza

DIAGRAMACÃO E CAPA

Karoline Rachel Teodosio de Melo

CONTATOS

Editora do CEFET - RN

Av. Senador Salgado Filho, 1559, CEP: 59015-000

Natal-RN. Fone: (84)4005-2668/ 3215-2733

Email: dpeq@cefetrn.br

SUMÁRIO

Apresentação.....	05
1. Os novos caminhos do setor terciário em Natal/RN: uma análise a luz das questões territoriais	
<i>Gerson Gomes do Nascimento.....</i>	07
2. Sombras em movimento: viagens e paradas ao encontro da migração	
<i>Maria José Marjorie Ramos da Silva.....</i>	29
3. Formação e capacitação no setor hoteleiro de Ponta Negra, Natal/RN: turismo e políticas públicas.	
<i>Severino Ramos dos Santos Maia.....</i>	59
4. A metamorfose socioespacial de Pium	
<i>Dália Maria Maia Cavalcanti de Lima.....</i>	87
5. Uma viagem insólita: de um território pesqueiro a um “Paraíso” Turístico – Pipa/RN	
<i>Maria Cristina Cavalcanti Araújo.....</i>	113
6. Dilemas e perspectivas de viver em Cajueiro – uma aproximação sócioespacial	
<i>Levi Rodrigues de Miranda.....</i>	144
7. Na esquina do Brasil: uma leitura geográfica da (re) construção do território	
<i>Márcia Silva de Oliveira.....</i>	169
8. A formação do Agreste Potiguar e as cidades pequenas	
<i>Francisco Ednardo Gonçalves.....</i>	197

9. Reestruturação socioespacial do Seridó Norte-rio-grandense: desafios e veredas construindo uma “nova” realidade	
<i>Vaneska Tatiana Silva Santos</i>	220
10. Difusão da cerâmica vermelha e novas dinâmicas socioambientais	
<i>Valdenildo Pedro da Silva</i>	246
11. Estrutura florística e fitossociológica do estuário Apodi/Mossoró-RN	
<i>Jacimária Fonseca de Medeiros</i>	278
12. A indústria do petróleo onshore e os problemas potenciais de contaminação ambiental por efluentes no pólo industrial de guamaré/rn	
<i>Malco Jeiel de Oliveira Alexandre</i>	300

APRESENTAÇÃO

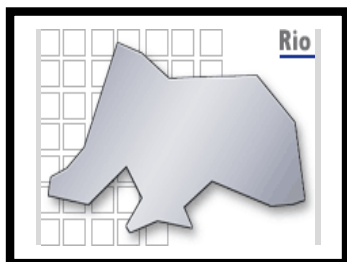
Este livro, resultado de um longo processo de trabalho coletivo e individual, volta-se para temáticas que versam sobre a reorganização do território do Rio Grande do Norte. Trata-se de uma coletânea organizada pelo Núcleo de Estudos Geográficos (NUPEG), do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte, com o objetivo de divulgar pesquisas realizadas por professores de Geografia que lecionam no ensino médio técnico de instituições públicas. Esse grupo de pesquisadores consubstanciou resultados de pesquisas em torno de uma temática de relevância para a contemporaneidade norte-rio-grandense.

Os artigos do livro, resultantes de pesquisa na pós-graduação, apresentam um duplo significado. Em um primeiro momento, eles fazem parte de um projeto editorial do NUPEG que ambiciona renovar o conteúdo temático e a agenda geográfica do Rio Grande do Norte. Nesse sentido, o objetivo desses textos é oferecer aos norte-rio-grandenses uma bibliografia local ou regional atualizada, de qualidade, de fácil compreensão e entendimento, sem, no entanto, comprometer o rigor científico que as reflexões dos temas requerem. Em um outro momento, estes artigos surgem, também, da necessidade de explorar e divulgar novas e diferentes abordagens conceituais e empíricas. Essas abordagens vêm emergindo no âmbito do pensamento geográfico e, em particular, nesse núcleo de pesquisa, que tem, como um dos seus objetivos principais, tematizar o território norte-rio-grandense em diferentes escalas de análise geográfica.

A obra – resultado de investigação sobre as novas dinâmicas socioespaciais, como o dinamismo do terciário, do turismo, das novas economias, da cerâmica vermelha, da atividade petrolífera, dos aspectos ambientais e culturais e novas políticas públicas – organiza-se em doze artigos que fornecem uma visão diferenciada sobre a reorganização do Rio Grande do Norte. Nesse sentido, o *primeiro artigo* discute os novos caminhos do setor terciário em Natal-RN, enfatizando as questões territoriais. O *segundo* destaca, no dinamismo do turismo, as viagens e as

paradas como sombras em movimento de uma nova migração. O *terceiro* analisa as políticas públicas voltadas para o turismo, destacando a formação e a capacitação do setor hoteleiro situado na praia de Ponta Negra. O *quarto* discute a metamorfose socioespacial que ocorre no bairro de Pium. O *quinto* evidencia a metamorfose espacial do distrito de Pipa: de território pesqueiro a paraíso turístico. O *sexto* narra os dilemas e as perspectivas de se viver no distrito de Cajueiro. O *sétimo* apresenta uma leitura geográfica do município de Touros por meio do seu atual processo de reorganização territorial. O *oitavo* discute a formação da microrregião do agreste potiguar e o surgimento das pequenas cidades desse recorte espacial. O *nono* focaliza a reorganização territorial da microrregião do seridó potiguar, enfatizando desafios e veredas dessa nova dinâmica socioespacial. O *décimo* analisa a difusão da indústria de cerâmica vermelha e as novas dinâmicas socioambientais. O *décimo primeiro*, discute a estrutura florística e fitossociológica do estuário Apodi-Mossoró, visando relacionar ambiente natural e natureza transformada. O *último* ressalta a indústria petrolífera e seus problemas ambientais em Guamaré.

Os organizadores
Maria Cristina Cavalcanti Araújo
Valdenildo Pedro da Silva



1 OS NOVOS CAMINHOS DO SETOR TERCIÁRIO EM NATAL/RN: UMA ANÁLISE A LUZ DAS QUESTÕES TERRITORIAIS

Gerson Gomes do Nascimento¹

Introdução

Os mitos constituem parte importante do imaginário social na qual desempenham significativo papel tanto na existência quanto na reprodução dos diferentes seguimentos sociais, uma vez que estão presentes nas diversas esferas de nossas vidas, incluindo, nesse sentido, o imaginário a respeito do espaço geográfico, este, compreendido aqui como uma construção social na qual a natureza vem historicamente sendo transformada pelo homem, logo, o espaço geográfico é, simultaneamente, reflexo, mediação e condição social, estando impregnado de contradições e conflitos resultantes dessas transformações que se processam ao longo de sua construção.

Conceito derivado do espaço, o conceito maior, o território é produto da apropriação de um dado seguimento do espaço por um grupo social, nele estabelecendo-se relações políticas de controle ou relações afetivas, identitárias ou de pertencimento. Nesse sentido, o mundo atual é recoberto de inúmeros territórios, justapostos ou parciais, ou ainda, recobertos entre si, contínuos e descontínuos, permanentes ou temporários. Esta pluralidade de territórios aponta nos dias atuais para sua força como componentes essenciais para a vida social, notadamente

¹ Licenciado, Bacharel, Especialista em Geografia do Nordeste, Mestre em Geografia Urbana pela UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte); Doutorando em Geografia Urbana pela UFPE (Universidade Federal de Pernambuco); Professor Efetivo do CEFET/RN.

nos centros urbanos onde a vida social se mostra de forma mais intensa e assimiladora das transformações provocadas pelo capitalismo.

O debate atual sobre a questão do território e seus componentes: desterritorialização e, conseqüentemente a re-territorialização, aponta para o caráter de mito dessa concepção conforme nos aponta Haesbaert (2004). Assim, a desterritorialização, que segundo a sua concepção implica sempre em uma re-territorialização, constitui, no mundo atual e moderno, um discurso cujo pano de fundo é o ‘movimento neoliberal’ que prega o fim das fronteiras e o fim do Estado, para a livre atuação das forças de mercado comandadas pelos países centrais em detrimento dos países não centrais. Nesse contexto, a desterritorialização se constitui num mito, irmã de outros tantos criados no bojo de uma sociedade na qual as injustiças sociais devem ser justificadas e legitimadas pelo sistema.

Nesse sentido, este texto procura fazer uma relação entre a questão territorial, no que se refere ao urbano e seus desdobramentos de desterritorialização, logo, de criação de uma re-territorialização do comércio varejista em Natal/RN que aponta, nos dias atuais, para o surgimento de novos territórios voltados para seu comércio varejista moderno, desta forma, esse fato vem evidenciando para uma redefinição urbana de seu comércio, ou seja, a criação de novos territórios destinados ao comércio varejista moderno, na qual se deve levar em consideração as relações existentes entre políticas públicas, o crescimento do setor de serviços e o espaço urbano territorializado, na qual este processo vem ganhando força e se destacando, reproduzindo, desta forma, relações sociais e de produção que reproduzem a lógica do sistema que é a reprodução do capital.

Nesse contexto, como já mencionado anteriormente, ao longo dos anos, observamos um processo de mudanças territoriais (espaços) específicas na cidade, nos quais o poder público aparece como ‘protagonista’ na promoção do crescimento econômico, quando considera essas atividades como fonte de interesse econômico dos mais diversos segmentos sociais, concorrendo como produto suscitador da formação e incorporação de novos territórios destinados ao setor terciário em Natal. Assim, evidenciado como elemento capaz de promover significativas transformações, esse setor exerce um importante papel sócio-espacial e, dessa forma, vislumbra-se como atividade econômica com

expressiva capacidade de reproduzir e redefinir territórios, logo, de reproduzir os mecanismos do sistema capitalista.

O conceito de território e seus componentes: breves considerações

Para muitos autores, os processos dominantes de globalização teriam feito imperar o mundo desenraizado, móvel, dos fluxos e das redes, principalmente aqueles das grandes corporações transnacionais, em detrimento do mundo mais controlado e mais enraizado dos Estados-Nações e dos diferentes grupos culturais. Virilio (1982), chegou a afirmar que a grande questão que se coloca em fins do século XX e início deste era a desterritorialização e que, mais do que um fim da história, como afirmou Fukuyama, Ohmae entre outros, tratava-se, com a abolição das distâncias, de um fim da geografia.

Geralmente se acredita (sociólogos, economistas e até geógrafos) que os territórios estão sendo destruídos, juntamente com as identidades culturais, que seriam também territoriais e o controle, principalmente o estatal, sobre os espaços. A razão instrumental, por meio de suas redes técnicas globalizadoras, tomaria conta do mundo, surgindo uma sociedade-rede (Castells, 1996), na qual proliferariam cada vez mais os não-lugares (Carlos, 1996). Entretanto, tudo isso nos leva a reavaliar os conceitos básicos da Geografia, a começar pelo território, e implica que tenhamos mais rigor na definição/utilização desses conceitos e deste último, em particular, embora saibamos que não há como, e nem seria prudente, buscar formulações bem definidas para os conceitos tratados pela Geografia.

Aliás, as ambigüidades e o caráter metafórico com que esses conceitos têm sido tratados em outras áreas exige uma posição mais firme, especialmente desta que é a disciplina que reivindica a primazia na discussão e aplicação dessas noções. Vejamos o que acontece com aquele que é, hoje, o conceito mais difundido na Geografia, o do território. A maioria dos trabalhos focaliza a destruição dos territórios, ou seja, a desterritorialização, sem deixar claro que a concepção de território encontra-se por trás desse processo. Façamos, portanto, ainda que de forma breve, o caminho inverso, começando pelas idéias mais difundidas

sobre a desterritorialização, a fim de perceber que concepções de território se encontram aí subtendidas.

Numa perspectiva mais economicista, a desterritorialização é vista como superação dos entraves locais ou de localização, sendo por isto percebida, a maioria das vezes, como sinônimo de ‘deslocalização’ (industrial, principalmente), a empresa capitalista podendo se instalar onde bem entender, liberta dos constrangimentos locais. O território é visto assim, sobretudo, como localização num espaço físico concreto. Nesta perspectiva temos a abordagem de Storper (1994, p. 14), quando este define desterritorialização como “enfraquecimento da atividade econômica específica de um local e menor dependência dessa atividade em relações a locais específicos”. Em contrapartida,

[...] uma atividade é territorializada quando sua efetivação econômica depende da localização (dependência do lugar), e quando tal localização é específica de um lugar, isto é, tem raízes em recursos não existentes em muitos outros espaços ou que não podem ser fácil e rapidamente criados ou imitados nos locais que não os têm (Storper, p. 15, 1994).

Uma abordagem que poderíamos denominar de ‘cartográfica’, se constituiria, antes de mais nada, a superação do constrangimento “distância”, ou seja, uma espécie de ‘superação do espaço pelo tempo. Defende-se, neste caso, uma diminuição ou mesmo anulação (pela velocidade) do “fator geográfico” ou espacial por excelência, à distância (física, cartográfica), em favor do tempo, da história. É curioso que, muito próxima desta perspectiva, aparece aquela que vê a desterritorialização como o domínio da simultaneidade (do tempo real) sobre a sucessão temporal, suprime-se, então, o “tempo”, enquanto visão diacrônica e sucessiva dos eventos sociais, e ocorre uma superabundância de espaço, na medida em que toda a superfície da terra pode estar conectada.

Outro aspecto referente à leitura de desterritorialização é aquele como domínio da imaterialidade que, em parte se confunde com a anterior e/ou se torna um pré-requisito, na medida em que, ao enfatizar

o domínio das relações imateriais, que prescindem de bases materiais. O território é visto, antes de tudo, como o espaço concreto em que se produzem ou se fixam os processos sociais. Esta “ciberdesterritorialização” se constitui na visão defendida por muitos estudiosos do chamado ciberespaço, envolvido por relações sem referencial espacial concreto, um pouco na linha de Kenichi Ohmae² (1996), quando este fala no ‘fim da geografia’ pelas conexões informacionais a pretensamente livre circulação financeira planetária.

Por fim, uma desterritorialização culturalista que é percebida a partir de uma leitura do território como fonte de identificação cultural, referência simbólica que perde sentido e se transforma em um “não-lugar”. Estes “não-territórios”, culturalmente falando, perdem o sentido, ou seja, o valor de espaços aglutinadores de identidades, na medida em que as pessoas não mais se identificam simbólica e afetivamente com os lugares e/ou territórios em que vivem, ou se identificam com vários deles ao mesmo tempo e podem mudar de referência espacial-identitária com relativa facilidade.

Temos, então, dependendo da ênfase a um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), técnico-informacional (desmaterialização das conexões) e cultural (desenraizamento simbólico-territorial). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes, uma vez que a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distância, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, um certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida.

O processo globalizador desterritorializante é, portanto, muito mais complicado do que parece. Aqueles que acreditam no fim dos territórios geralmente propõem que em seu lugar estão emergindo as redes, muito mais dinâmicas, móveis, fluidas. Todavia, muitos esquecem que a rede

² O autor em: O fim do Estado-Nação: a ascensão das economias regionais, sustenta a tese de que quatro grandes forças - o capital, as corporações, os consumidores e as comunicações, combinaram-se para usurpar o poder econômico outrora detido pelo Estado-nação.

pode ser vista também como um elemento fundamental constituinte do território, como pode até mesmo se confundir com ele, como na noção de território-rede defendida por Souza (1995) e Haesbaert (1994). Além disso, a estrutura social em rede pode atuar tanto como um elemento fortalecedor do território – como as redes de infra-estrutura no interior de um Estado-nação – quanto como um componente fundamental na promoção da desterritorialização.

Com a dominação do componente rede na constituição de territórios, assim como a fluidez crescente dos espaços, proporcionada pelo “meio-técnico-científico-informacional” contemporâneo (Santos, 1999), Haesbaert nos afirmar que: O mundo “moderno” das desterritorialidades contínuas/contíguas regidas pelo princípio da exclusividade [...] estaria cedendo lugar hoje ao mundo das múltiplas territorialidades ativadas de acordo com os interesses, o momento e o lugar em que nos encontramos (Haesbaert, p. 44, 1997). Entendendo território em sentido amplo, percebemos que essa ‘necessidade’ territorial ou de controle e apropriação do espaço pode entender-se desde um nível mais físico ou biológico, até um nível mais imaterial ou simbólico. Nessa linha de pensamento, Souza (p. 78, 1995) afirma que “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações e poder”.

Assim, ao contrário daqueles que consideram o território através de visões mais estreitas, associando-a a problemáticas muito específicas, procuramos entendê-lo dentro de uma perspectiva mais integradora do espaço geográfico, embora não simplesmente no sentido de experiência total e algo estática de um espaço contínuo, ou seja, enfatizamos o aspecto temporal, dinâmico e em rede que o território também assume. Ao lado deste caráter dinâmico e multidimensional, destacamos ainda a multiescalaridade do território, que de maneira alguma fica restrito, por exemplo, à escala nacional ou do poder político em seu sentido mais tradicional.

Mais do que território unitário como estado ou condição clara e esteticamente definida, devemos priorizar assim a dinâmica combinada de múltiplos territórios ou multiterritorialidades, melhor expressas pelas concepções de territorialização e desterritorialização, principalmente agora que a(s) mobilidade(s) domina(m) nossas relações com o espaço.

Essa multiplicidade e/ou diversidade territorial em termos de dimensões sociais, dinâmicas (ritmos) e escalas resulta na justaposição ou convivência, lado a lado, de tipos territoriais diversos. Nesse sentido, os territórios do comércio varejista, principalmente aquele mais moderno e em função de vários fatores vem, ao longo do tempo, ocupando territórios no espaço urbano onde sua fluidez se faz de forma a atender um mercado consumidor cada vez mais exigente e onde as condições do lugar apresentam amenidades positivas a sua reprodução, fato que não ocorre de forma diferente em Natal.

Nesse contexto, a cidade, desde o final dos anos 1980 e principalmente dos anos 1990 até a atualidade vem passando por um processo de descentralização de suas atividades comerciais. Este que, num primeiro momento se concentrou nos bairros da Ribeira e Cidade Alta, assiste na atualidade, a perda de consumidores bem como a de diversos serviços que ali se concentravam e que agora se concentram nos corredores comerciais de Natal, ou seja, nas vias expressas que se constituem em artérias que ligam as suas principais áreas bem como na Zona Sul para onde se instalaram praticamente todos os *shopping-centers* da cidade. Estes representam os atuais territórios do consumo para onde convergem a maior parte dos investimentos públicos e privados da cidade.

Dessa forma, a análise da dinâmica e expansão retratada em diferentes espacialidades e/ou territorialidades do terciário na cidade de Natal/RN, se constitui num verdadeiro desafio, dada à timidez no número de estudos empíricos existentes e que por sua vez, tenha contemplado a referida temática.. A quase inexistência de estudos sobre a expansão desse setor de atividade econômica bem como os processos de mudanças territoriais, logo, socioespaciais que vêm ao longo do tempo ocorrendo em Natal, notadamente nas avenidas Prudente de Moraes, Hermes da Fonseca (Zona Leste da cidade), Engenheiro Roberto Freire (Zona Sul) e Tomaz Landin (Zona Norte), marca a territorialidade desse comércio na cidade.

A atual dinâmica territorial do comércio varejista em Natal/RN

Devemos salientar, ainda, que o processo de expansão urbana de Natal/RN está associado a momentos particulares da economia do estado e ao próprio quadro econômico nacional. Nesta perspectiva, podemos afirmar que a política econômica implantada pelo governo brasileiro a partir da década de cinquenta (1950), tinha como meta, entre outros aspectos, desenvolver o país de forma rápida, ou seja, tirar o atraso científico e tecnológico do país frente às outras nações do primeiro mundo.

Entretanto, evidenciamos que a política implementada nesse período no Brasil caracterizou-se, principalmente, por uma rápida industrialização, notadamente no Centro-Sul do país, calcando-se num viés economicista em detrimento do desenvolvimento social. Dessa forma, tomando como base a realidade local, achamos necessário, evidenciar através de uma tabela, a evolução do crescimento populacional da cidade de Natal/RN, a partir da década de cinquenta (1950) até o último prognóstico censitário realizado em 2006 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que tem como maior consequência um acelerado processo de urbanização que vem se consolidando nos dias atuais. A tabela abaixo mostra a evolução do crescimento populacional de Natal/RN de 1950 a 2004.³

Tabela: Evolução do crescimento populacional da cidade de Natal/RN de 1950 a 2004

ANO	NATAL
1950	103.215
1960	160.253
1970	264.379
1980	457.031
1991	606.887
2000	712.317
2004*	811.889

Fonte: IBGE, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2004.

* Prognóstico do IBGE realizado em Natal/RN em 2004.

³ Os dados de 2004 é um prognóstico realizado pelo IBGE em todas as cidades brasileiras, fato que em Natal/RN não se mostra de forma diferente.

Portanto, com base na tabela acima e, principalmente, alicerçados por leituras teóricas referentes à temática abordada, podemos afirmar que o crescimento populacional verificado na cidade, notadamente nas últimas décadas, está associado, principalmente, à decadência do sistema econômico formado pelo tripé gado-algodão-agricultura de subsistência (COSTA, 2000). A decadência dessas atividades está associada à falta de investimentos por parte do poder público, a baixa capitalização do homem do campo, bem como pelas precárias condições ambientais decorrentes da semi-aridez da região na qual se praticava essas economias.

Nesse contexto, a população que trabalhava nesses setores da economia no estado viu-se “obrigada” a migrar em busca de melhores condições de vida nos grandes centros urbanos que, no caso específico do nosso estado, Natal foi o destino de muitos desses migrantes. Nesta perspectiva, Costa (2000, p. 60) relata que “a lentidão com que se processou o seu crescimento e o de sua economia pode também estar relacionado pelo sistema pecuária-algodão-cultura de subsistência, que se constituía no eixo da exploração agrícola e da formação social sertaneja”.

Assim, analisando a territorialidade urbana da cidade de Natal/RN, nos deparamos com um quadro sócio-espacial urbano reconstituído e que, por sua vez, traz as marcas de políticas governamentais que davam claramente suporte ao crescimento e expansão da economia local, reproduzindo, assim, a economia em âmbito global. Registramos ainda que, nas décadas de 1950 até meados da década de 1960, a configuração sócio-espacial urbana da cidade expressava-se, principalmente, pelas feições administrativas que tinham como gestores os representantes da oligarquia agrária do estado do Rio Grande do Norte, oriunda, principalmente, da região do Seridó do estado.

Nessa perspectiva, e ainda na década de 1960, seguindo a política de desenvolvimento para a região Nordeste, Natal vivencia um novo momento sócio-espacial urbano com a implementação de uma nova política urbano-industrial. Entretanto, é nas décadas de 1970 e 1980 que ocorre uma expansão urbana acelerada na cidade, associada ao elevado crescimento populacional. Este fato está relacionado, principalmente, ao projeto de expansão industrial empreendido pelo Estado Nacional para os grandes centros urbanos do país (Nascimento, 2003).

Na região Nordeste, a Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), exerceu o papel de órgão responsável pela consolidação e execução via governo estadual na consolidação desse projeto, fato que se deu através do financiamento dos empreendimentos industriais instalados em Extremoz/RN e Parnamirim/RN⁴, bem como pela criação de incentivos fiscais. Este fato contribuiu significativamente para a implementação dos pólos industriais das cidades citadas anteriormente, cidades estas que, na atualidade, fazem parte da região metropolitana de Natal/RN.

É dessa forma e, nesse período que, com efeito, a Zona Norte da cidade ganha um outro *status*, no que diz respeito à localização de novos empreendimentos urbanos, uma vez que paralelo às instalações dos empreendimentos industriais que ali se instalavam, ocorria também a construção de vários conjuntos habitacionais via COHAB (Companhia de Habitação do Brasil) tais como: Pajuçara, Panatis, Soledade, Santa Catarina, Gramoré entre outros destinados às classes mais populares da sociedade. Advindo desse crescimento urbano, o setor terciário da cidade, que só existia até então e sem grande expressão nos bairros da Ribeira, Cidade Alta e Alecrim, começa a passar por uma redefinição, não somente do ponto de vista de sua diversidade e qualidade, mas também do ponto de vista de sua espacialidade, fato que vem se consolidando a cada dia.

Todavia, a fim de melhor compreendermos esse processo de redefinição e/ou reterritorialização do setor terciário que ora vem se configurando em Natal e que justifica o nosso objeto de estudo, se faz necessário uma breve reconstrução do quadro histórico da extensão e reprodução sócio-espacial desse setor econômico na cidade. O primeiro cenário do setor terciário em Natal surgiu no final do século XVII e início do século XVIII, quando havia uma incipiente prestação de serviços, representadas por alguns ofícios como: sapateiros, alfaiates, ferreiros, alguns poucos jornais etc.

⁴ Nestas duas cidades foram instalados, respectivamente, os dois primeiros distritos industriais do Rio Grande do Norte. Na atualidade, estas cidades fazem parte da região metropolitana de Natal.

Entretanto, no que se refere ao comércio varejista e ao setor de serviços propriamente dito, o bairro da Ribeira⁵ se constituiu como a área mais importante nas décadas de 1930, 1940 e 1950, dada a sua diversidade de atividades econômicas e comerciais desenvolvidas nessa época, sendo considerado como um “entrepoto” comercial, através da qual escoava alguns produtos da economia estadual. Eram as ruas do Comércio (atual Rua Chile), Cais de 10 de junho (atual Rua Tavares de Lira) entre outras que marcavam o comércio desse bairro, logo, o de Natal (Nascimento, 2003).

O seu aspecto de pântano enlameado lhe rendeu o nome de Ribeira, certamente por ter sido confundido com uma ribeirinha. Em 1603, registrava-se na área, apenas uma olaria (fábrica de tijolos), não tendo, portanto, nenhum povoado. Somente por volta de 1800 é que o bairro começa a dar os primeiros sinais de ocupação, entretanto, de forma muito lenta. As suas características topográficas eram de um terreno “quase todo ensopado, pantanoso, enlodado. Apenas alguns trechos ficavam a descoberto nas marés altas de janeiro (CASCUDO, 2000.)”

Por volta de 1838, ainda poucas ruas compunham o cenário do bairro. Além da Rua do Aterro, havia apenas a Rua da Campina atual Rua Duque de Caxias, além das ruas da Praia, atual Silva Jardim, da Alfândega, anteriormente Rua do Comércio, hoje, Rua Chile e o Canto que era uma praça situada na esquina da Rua Chile com a Rua Silva Jardim. Em 1850, prédios de pedra e cal e armazéns começam a surgir no bairro, indicando, assim, o surgimento e crescimento do comércio de açúcar, algodão, tecidos e pescados.

Entretanto, em 1870 o bairro ganha novo destaque e impulso comercial, quando o presidente da Província Pedro de Barros Cavalcante de Albuquerque transfere a sede do governo local da Cidade Alta para um sobrado na Rua do Comércio, fato que dá a este bairro uma importância vital para o seu crescimento, principalmente no que se refere

⁵ Oficializado como bairro pela Lei Número 251 de 30 de setembro de 1947, na administração do prefeito Sylvio Piza Pedroza, teve seus limites redefinidos na Lei Número 4.330, de 05 de abril de 1993, publicado no Diário oficial em 07 de setembro de 1994.

ao setor terciário da economia. Desse período em diante, esse bairro só cresceu, se tornando o bairro mais importante da cidade, de maior comércio e serviços e que congregava os homens ricos de Natal.

Todavia, com o término da Segunda Grande Guerra, muitos comerciantes ali instalados, tomaram outros rumos, desaparecendo totalmente do bairro, permanecendo, apenas, aqueles que ali chegaram munidos de “boas intenções” e que, mesmo passado a ‘efervescência’ comercial durante o período da guerra, continuaram ali estabelecidos. Com o passar do tempo, a Ribeira perdeu muito de sua alegria, movimento e importância comercial. Assim, até o fim da Segunda Guerra Mundial, este bairro ostentava a vida comercial e de serviços na cidade (PINTO, 1971).

Porém, deste período em diante o bairro entra em decadência, uma vez que quase tudo de importante, no que se refere ao comércio e serviços, gradativamente vai se transferindo para a Cidade Alta, local para onde se encaminharam as filiais de bancos, casas comerciais e muitos outros serviços que até então se concentravam na Ribeira. Dessa forma, o passado impregna as paredes dos casarões antigos do bairro, pois aí estão os prédios com suas histórias adormecidas pela falta de memória, com suas ruas tortuosas, como palco dos anônimos.

Posteriormente, a atividade comercial e de serviços na capital potiguar foi sendo, gradativamente (décadas de 1960, 1970 e 1980), ampliada para o bairro da Cidade Alta⁶ (centro da cidade) e, num segundo momento para o bairro do Alecrim, este último caracterizado desde o seu surgimento pelo seu comércio e serviços muito popular. No que se refere à Cidade Alta, podemos afirmar que este foi o local escolhido para ser o sítio da futura cidade de Natal em 25 de dezembro de 1599, num chão elevado e firme à margem direita do rio Potengi (CASCUDO, 2000).

A expansão urbana, comercial e de serviços nesse bairro se dá, ainda que de forma muito tímida, a partir do século XX, mas precisamente nos anos de 1930, período em que se verifica algumas transformações espaciais em seu entorno. Essas transformações referem-se

⁶ Oficializado como bairro pela Lei Número 251 de 30 de dezembro de 1947 na administração do prefeito Sylvio Piza Pedroza.

às construções de casas residenciais, à abertura de grandes avenidas de grande circulação (avenidas Rio Branco e João Pessoa), bem como a criação do bairro de Cidade Nova, o qual, posteriormente, é desmembrado e dividido nos bairros de Tirol e Petrópolis, bairros que permanecem até hoje e onde reside parte da alta sociedade da cidade (NASCIMENTO, 2003).

No caso específico da Cidade Alta como um bairro central, com o tempo, perde suas características originais, ou seja, de bairro eminentemente residencial, passa a concentrar um setor terciário muito forte, principalmente nas décadas de 1960, 1970 e 1980, transformando-se no território de maior comércio da cidade nesse período, atingindo seu apogeu. Este, juntamente com a Ribeira, formou o núcleo urbano da cidade para onde convergia praticamente todos os negócios bem como a elite da cidade até o final da década de 1980, momento em que surgem outras áreas mais atrativas destinadas ao comércio varejista e ao setor de serviços.

Atualmente, os “herdeiros” do comércio e serviços da Cidade Alta convivem com inúmeros problemas que vão desde uma acentuada descentralização de suas atividades que, como dito anteriormente, tem migrado para outras áreas mais atrativas, até problemas de insegurança, infra-estrutura, estacionamento entre outros. Esses problemas têm tornado a Cidade Alta desagradável para muitos de seus consumidores, o que tem como conseqüência a perda gradativa desses consumidores. Na atualidade, esse centro comercial vem enfrentando os mesmos problemas pelo qual passou o comércio e serviços do bairro da Ribeira, motivo de muita preocupação para muitos comerciantes que ainda mantêm comércio no centro da cidade.

Assim, o pouco movimento registrado nesse comércio nos dias atuais, associado à crise econômica e a perda gradativa do poder econômico que tem marcado substancialmente o país nos últimos anos, bem como a perda de antigos consumidores de alta renda que passaram a comprar em espaços semipúblicos da cidade, os S.C. (*shopping-centers*), têm contribuído substancialmente para o quadro de decadência na qual esse bairro vem se deparando. Para os comerciantes da Cidade Alta, pouco se tem feito para reverter esse quadro por parte do poder público e outros

interessados na recuperação do comércio e serviços, desse que já foi o maior centro comercial da cidade.

O bairro do Alecrim⁷ tem hoje o maior comércio popular da cidade. Por ordem cronológica, é o quarto bairro da capital potiguar. Criado em 1911, abrangia as populações de Refoles, Barro Vermelho, Baldo e Quintas. Todavia em ritmo muito lento, começou a ser povoado no final do século XIX, em meio a uma paisagem bucólica de roseiras e muitas fruteiras. Neste período, o bairro era apenas um arrabalde de pouquíssimas casas bem populares. Segundo Cascudo surgiu com meia dúzia de casas desengonçadas, pouco antes de Petrópolis e Tirol (CASCUDO, 2000).

Assim, até a Segunda Guerra Mundial, esse bairro se constituía numa imensa zona rural que se estendia em torno do seu núcleo tradicional. Seus primeiros habitantes foram adventícios sertanejos que, mais tarde, vieram a se tornar os futuros comerciantes do bairro, os quais lhe deram preferência sobre outras áreas da cidade até então vazias e bem mais próximas da cidade. Esse fato se deu, principalmente, pela qualidade da terra que era de fertilidade notável e, igualmente pelo seu lençol aquífero, que se encontrava a pouca proximidade das residências que ali já se faziam presentes (CASCUDO, 2000).

Com efeito, o bairro teve uma expansão territorial urbana muito rápido devido o acesso que ele tinha para o sertão através da estrada que o ligava à cidade de Macaíba/RN⁸. A vinda de pessoas oriundas do interior do estado bem como de outros estados vizinhos, tornava a vida no bairro cada dia mais intensa, vindo este a ter uma importância muito significativa, no conjunto urbano da cidade, ligando-se cada vez mais aos bairros mais centrais de Natal. Nesse contexto, à medida que o bairro ganhava forma e infra-estrutura, seu comércio, que desde o começo se

⁷ Oficializado como bairro pela Lei Número 251, de 30 de setembro de 1947, na administração do prefeito Sylvio Piza Pedroza, teve seus limites redefinidos na Lei número 4.330, de 05 de abril de 1993, publicada no Diário Oficial em 07 de setembro de 1994.

⁸ A cidade de Macaíba na atualidade faz parte da região metropolitana da cidade de Natal, tendo recebido na última gestão do governo Garibaldi Filho (1999/2002), o mais novo distrito industrial da região, denominada CIA/Centro Industrial Avançado e, na atualidade, já conta com mais de 20 indústrias instaladas.

diferenciava dos outros existentes na cidade, por ser bem mais popular, desenvolvia-se a passos largos.

Nos anos de 1970, seu setor terciário já se mostrava bem consolidado e bastante diversificado com a instalação de diversas lojas de eletrodomésticos, móveis entre outros. Na atualidade, o seu comércio bem como seu setor de serviços se mantém dentro de uma dinamicidade muito forte e não sofre um processo de descentralização dessas atividades como ocorreu, outrora com o bairro da Ribeira e como, de certa forma, vem ocorrendo com o comércio e serviços da Cidade Alta. Como já mencionado esse fato se deve principalmente ao seu caráter de comércio muito popular, destinado às classes de menor poder aquisitivo da cidade.

Assim, a espacialidade e/ou territorialidade do setor terciário como um todo tem se expressado em Natal de forma bastante diferenciada e, à medida que a cidade se expande, novas espacialidades comerciais e de serviços vão surgindo, revelando uma forte dinamicidade nesse setor. Com efeito, as espacialidades pretéritas já mencionadas, embora não desaparecendo, gradativamente vêm cedendo lugar a novos espaços na cidade, redefinindo de forma bastante acelerada a configuração do espaço urbano de Natal.

Esse processo de expansão urbana, comercial e de serviços na cidade, se faz sentir, principalmente a partir das décadas de 1970 e 1980 devidos á política de habitação desenvolvida pelo Estado brasileiro, via BNH (Banco Nacional de Habitação), possibilitando à aquisição da casa própria, atendendo em parte, às diversas classes sociais, viabilizando uma infra-estrutura urbana que faz deslocar as atividades terciárias para outras áreas da cidade, descentralizando e expandindo os empreendimentos desse setor. Sobre este fato, Gomes, Silva e Silva (p. 74, 2000) evidenciam que essa

[...] descentralização vem proporcionando um processo de reestruturação do espaço terciário fazendo emergir uma nova especialização, que, dessa vez ‘optou’ pela ocupação de longas avenidas que cortam a cidade, aqui denominadas de vias expressas de circulação. É o caso das avenidas Hermes da Fonseca, Engenheiro Roberto Freire,

Tomaz Landim, Prudente de Moraes, Airton Sena e, mais recentemente a Romualdo Galvão, a Jaguarari e o trecho urbano da BR-101. Essas vias expressas de circulação constituem, na atualidade, o espaço preferencial da atividade terciária, visto que, nelas se encontram os grandes investimentos e empreendimentos desse setor. “Houve, então, um processo combinado de reestruturação viária e realocização do terciário.”

Essa nova espacialidade e/ou territorialidade que vem se verificando na cidade não vem ocorrendo de modo espontâneo, ou mesmo casual. Observamos que os investimentos privados são instalados nessas vias, pois no entorno de cada uma delas existe um grande e importante contingente populacional que se torna consumidor dessa atividade terciária, garantindo, dessa forma, a reprodução do capital. Além disso, torna-se relevante destacar que essas novas vias são facilitadoras do intenso fluxo de população para os diversos recantos da cidade.

Cabe esclarecer ainda que, nesse processo de redefinição e/ou retorialização do setor terciário na cidade, as áreas tradicionais de comércio e serviços em Natal não foram extintas. Estas aos poucos vêm sendo incorporadas às novas espacialidades construídas, embora sua importância tenha sofrido uma redução significativa, em razão dessas novas áreas que estão emergindo e que, normalmente, são bem mais estruturadas quando comparadas ao comércio mais tradicional da cidade.

Nesse sentido, os lugares territorializados para trocas de produtos sempre implicaram em situações estratégicas do ponto de vista espacial. No caso do comércio e serviços esse fator se torna fundamental. Quando se trata da reprodução de um pequeno capital, é óbvio que o fato de estar instalado numa área onde os consumidores possam afluir, numa rua comercial importante, por exemplo, permite a acumulação e a concentração de capital mais rapidamente do que num lugar onde essas condições não se verifiquem.

Há de se considerar que a produção dos territórios⁹ pelo setor terciário da economia é intermediada por diversas formas de consumo, das quais fazem parte os meios de transportes, as hospedagens e a reestruturação de pontos comerciais vinculados aos ramos alimentícios, têxteis, calçados, bem como os setores de agenciamento dessas atividades tais como bancos, escolas que dão à tônica de seu funcionamento.

Como atividade produtiva organizada, esse setor surge, utilizando-se da geração de infra-estruturas direcionadas ao uso passivo dos territórios. Entretanto, gradativamente, esse uso foi assumindo novos direcionamentos, tornando-se, assim, um agente condicionador de produção e redefinição de espaços, estes últimos, mais atrativos, do ponto de vista geográfico, que aqueles mais tradicionais.

Ao contrário dessas áreas de comércio e serviços tradicionais, os novos territórios que congregam o terciário em Natal vêm ganhando aos poucos grande destaque devido à concentração de atividades terciárias modernas. Nessas áreas, localizam-se, como dito anteriormente, empreendimentos de grande expressividade que atendem as atuais demandas do modo de produção capitalista tais como: agências bancárias, supermercados, hipermercados, postos de combustíveis, escolas, universidades públicas e privadas, hotéis, bares, restaurantes e, principalmente, *shopping-centers*. Porém não podemos deixar de mencionar que, contraditoriamente, encontramos nessas áreas, compartilhando nessa mesma espacialidade, atividades ligadas ao setor informal da economia tais como: camelôs, vendedores ambulantes entre outros.

Devemos esclarecer, também, que, essas novas áreas territorializadas pelo setor terciário vêm desempenhado uma função muito importante no conjunto da cidade que é permitir a articulação de todo o seu espaço urbano. Essa articulação, como já mencionado anteriormente, se dá através da ligação de pontos estratégicos de vias de circulação que, dessa forma, melhora os deslocamentos de pessoas e mercadorias. Entretanto, estas vias apresentam certas especificidades no que se refere à distribuição dos empreendimentos.

⁹ Com base em Santos (1997), o conceito de território aqui mencionado corresponde a frações funcionais do espaço, apropriados por determinados atores sociais num determinado momento histórico.

Essas especificidades podem ser explicadas sob vários aspectos, mas em particular, pelo próprio consumo do espaço que, para o capitalismo se constitui numa mercadoria muito valiosa, principalmente quando se trata do espaço urbano que, particularmente e, dependendo da área, vai adquirindo um valor cada vez maior pelos atributos que recebe. Além disso, os fatores internos e externos, bem como as demandas que são postas nessas áreas para que esse consumo seja concretizado, são aspectos importantes que devem ser considerados na análise dessas novas áreas de comércio e serviços da cidade. Nesse sentido, Santos (p. 29. 1979) evidencia que

O território é formado por frações funcionais diversas, sua funcionalidade depende de demandas a vários níveis, desde o local até o mundial. A articulação entre as diversas frações do território se opera exatamente através dos fluxos que são criados em função das atividades, da população e da herança espacial.

Como expressão concreta dessa afirmação, devemos destacar que na área de estudo que nos propomos trabalhar, já citada em outro momento, percebemos uma incidência freqüente nos empreendimentos de lazer, gastronômicos, de hospedagem e de compras tais como: bares, restaurantes, hotéis, pousadas, supermercados, *shopping-centers* entre outros. Esse fato é corroborado pelo importante papel turístico que vem se afirmando a cada ano em Natal, principalmente no que se refere ao turismo estrangeiro, destacando-se no cenário nacional.

Portanto, o setor terciário, enquanto eixo e território econômico da sociedade de consumo, tem sido de muita importância no processo de ocupação e redefinição territorial do espaço urbano na capital potiguar, uma vez que, ao reproduzir-se o capital, também se reproduz, logo se redefine o espaço urbano. Além disso, esse setor apresenta-se como uma das alternativas para a força de trabalho que migra do campo ou das pequenas cidades do interior do estado.

4 A título de conclusão

Diante dessas questões aqui colocadas sobre a atividade territorializada do setor terciário da economia, achamos importante dar uma maior atenção ao processo de redefinição territorial urbana que vem ocorrendo na cidade de Natal, dada à intensa modernização que vem se consolidando no seu sistema produtivo, como forma de reprodução do capital na cidade, promovendo uma reestruturação e/ou redefinição territorial no seu espaço urbano. Essas novas articulações territoriais dão origem a territórios-rede flexíveis onde o mais importante é ter acesso aos pontos de conexão que permitem “jogar” com a multiplicidade de territórios comerciais existentes, criando, assim e sempre, uma nova territorialidade comercial, quando da saturação desses novos territórios que se concretizam na cidade hoje.

Nesse sentido, poderíamos interpretar esta grande diversidade de concepções como prova da ambigüidade, da polissemia e mesmo da pouca utilidade de um conceito como desterritorialização. Devemos, todavia, aprender a ler o que se esconde por trás destas aparentemente díspares interpretações. Embora algumas noções, tomadas isoladamente, indiquem efetivamente uma visão muito simplista do território e da desterritorialização, cada uma delas carrega algum indicador daquilo que, de maneira muito genérica, podemos denominar territorialização: as relações de domínio e apropriação de espaço, ou seja, nossas mediações espaciais do poder, poder em sentido amplo, que se estende do mais concreto ao mais simbólico.

Como entendemos que não há indivíduo ou grupo social sem território, quer dizer, sem relação de dominação e/ou apropriação do espaço, seja ela de caráter eminentemente material ou simbólico, o homem é territorial uma vez que cada momento da história e cada contexto geográfico revelem sua própria forma de desterritorialização, quer dizer, sua própria relação de domínio e/ou apropriação do espaço, privilegiando assim determinadas dimensões que, no nosso caso em particular, evidencia a apropriação do território pelo comércio varejista bem como sua reterritorialização em territórios onde as condições no momento se mostram mais satisfatórias, ou seja, com mais amenidades, principalmente no que se refere à reprodução do capital.

Talvez o mais importante desta nova relação seja que esses novos e diferentes territórios que conseguimos apreender continuam mantendo suas individualidades, como num novo todo produto do somatório das partes, mas entram na construção de uma experiência ou construção efetivamente nova, flexível e mutável que não é uma simples reunião ou justaposição de múltiplos territórios, mas, efetivamente, uma multiterritorialidade. Não se trata, portanto, de uma transformação meramente quantitativa, mas alternativas territoriais, maior facilidade de acesso, maior velocidade de mudança.

Mais do que novas formas, o que interessa são as novas relações que esses múltiplos espaços permitem construir. Nunca é demais lembrar o pressuposto básico de que o território, no sentido relacional com que trabalhamos, não é simplesmente uma “coisa” que se possui ou uma forma que se constrói, mas sobretudo uma relação social mediada e moldada na/pela materialidade do espaço. Assim, mais importantes do que as formas concretas que construímos, são as relações com as quais nós significamos e funcionalizamos o espaço, ainda que, ora num nível mais individual, ora num nível mais coletivo.

Desse modo, ao mesmo tempo em que podemos estar fragilizando nossos territórios, quaisquer que eles sejam, ou, para ‘outros’, nos desterritorializando, essas mesmas territorializações precárias podem ser o embrião de reterritorializações comprometidas com a reconstrução reflexiva que acredita e luta constantemente por uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, os territórios não seriam mais instrumentos de alienação, segregação, opressão e, às vezes, insegurança, mas espaços estimuladores, ao mesmo tempo, da diversidade e da igualdade sociais. No caso específico dos “novos” territórios destinados ao comércio varejista em Natal, estes, seguindo essa linha de pensamento, deveriam incluir toda a sociedade civil e não apenas às classes mais privilegiadas da sociedade, como vem acontecendo na atualidade.

Referências

CASCUDO, Luiz da Câmara. **História da cidade de Natal**. 3. ed. Natal: IHG, 2000.

CASTELLS, M. The rise of the network society(Information Age I). Oxford: Blackwell, 1996. (ed.. Brasileira: *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. Hucitec: São Paulo, 1996.

HAESBAERT, R. **Desterritorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

COSTA, Ademir Araújo da. **Impactos sócios espaciais do crescimento urbano em Natal-RN: um estudo do processo de verticalização**. Tese (Doutorado em Geografia) – UFRJ, Instituto de Geociências, Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2000.

GOMES, Silva e Silva. **Dinâmica e espacialidade do setor terciário na cidade do Natal (RN)**. Sociedade e território, Natal, v. 14, n. 1, p. 71-78, jan./jun. 2000.

IBGE. **Censo Demográfico 1950-2000**. Natal: 2000.

_____. **Censo Demográfico Prognóstico 2005**. Natal: 2005.

_____. **O mito da desterritorialização e as regiões-rede**. *Anais do 5º Encontro Brasileiro de Geógrafos*. Curitiba, Assoc. dos Geógrafos Brasileiros, 1994.

NASCIMENTO, Gerson Gomes do. **Shopping-centers: elementos de (re) produção urbana na Zona Sul de Natal-RN**. Dissertação (Mestrado) – PPGE/UFRN, Natal, 2003.

PINTO, Lauro. **Natal que eu vi crescer**. Natal-RN: Imprensa Universitária, 1971.

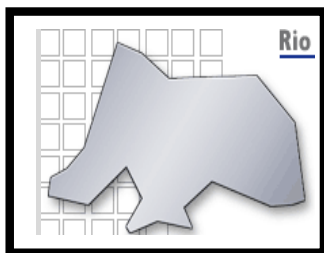
SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica do geógrafo a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1979.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. HUCITEC. São Paulo, 1999.

SOUZA, M. J. Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. et al. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STORPER, M. **Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas**. In: LAVINAS, L. ET AL. (Org.). *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

VIRILO, P. **Pura guerra**. São Paulo: Brasiliense, 1982.



2 SOMBRAS EM MOVIMENTO: VIAGENS E PARADAS AO ENCONTRO DA MIGRAÇÃO

Maria J. Marjorie R. da Silva¹⁰

Moisés cresceu. [...] fugiu para longe do faraó. Retirou-se para a terra de Madiã [...] as sete filhas do sacerdote de Madiã vieram tirar água do poço e encher as gamelas para dar de beber às ovelhas de seu pai [...]. Moisés aceitou ficar em casa desse homem, o qual lhe deu por mulher sua filha Séfora. Ela teve um filho, que Moisés chamou de Gérson¹¹, 'porque, disse ele, sou apenas um hóspede em terra estrangeira'.

Êxodo (1996, 1-11-2.3, p. 102)

Introdução

Essa epígrafe não tem qualquer relação com a opção religiosa da pesquisadora, nem se destina a fazer referência a nenhum tipo de religião, tampouco ocupa apenas lugar de destaque sem ter a ver com o trabalho em si. Pelo contrário, a escolha não foi por acaso. Quando optei por abrir esta pesquisa com passagens da Bíblia, mais precisamente, com um trecho do Êxodo, foi porque ele representa o meu tema de estudo: a migração de pessoas que deixam, atrás de si, laços de sociabilidade, de pertença com o seu lugar, experimentando, em muitos casos, na nova terra, mesmo construindo alguns laços, um sentimento de estranheza como se fosse apenas... *um hóspede em terra estrangeira* (Êxodo, 1996, 1-11, p. 102).

¹⁰ Graduada em Geografia; Mestre em Ciências Sociais; Professora do CEFET-RN.

¹¹ Segundo nota citada na Bíblia, Gérson, da raiz GUER, significa hóspede.

Tenho claro que a referida epígrafe “retrata” um momento específico da história, sendo, portanto, diferente do contexto da migração que ora discutirei aqui. Mesmo assim, ela responde a outro propósito: o de chamar a sua atenção, leitor, para o fato de que, se considerado apenas o asp Cieto do deslocamento territorial, a migração não se traduz em nenhuma novidade; é até considerada “normal”. Atravessando diversas temporalidades, o hábito de migrar (nessa perspectiva apenas da troca de lugares) parece ser universal. Atinge os mais variados povos ou grupos que têm feito constantemente esse movimento do ir e vir.

No apagar das luzes do século XX, pode-se observar que as pessoas estão se tornando, a cada dia, mais móveis. Isso faz aumentar, em proporções significativas, o número daqueles que, exercendo o seu “direito de mudar de lugar”, saem em busca de outras condições de vida. A intensa movimentação de pessoas, no Brasil, está contribuindo para que novas formas de mobilidade, novos direcionamentos, novas trajetórias de migrantes se façam presentes no cenário da migração. O assunto tem ganhado, inclusive, um certo destaque na imprensa nacional (ver, por exemplo, as reportagens de Piveta, 1995 e Loyola, 1999).

O que chama a atenção é que a decisão de migrar se dá, quase sempre, depois de uma viagem turística ou, ainda, quando alguém lhes indica um lugar que, na sua concepção, é bom para viver. Assim, o processo se inicia, em primeiro plano, tendo em vista que, essas pessoas, sentindo-se estressadas e insatisfeitas com o ambiente em que vivem, sentem-se estimuladas a procurar outros para repor suas energias físicas e mentais.

Com a procura de novos ambientes para repor energias, o turismo tem se destacado enquanto sedução e/ou motivação aos deslocamentos humanos. Isso, porque essa complexa atividade humana é considerada, hoje, como sendo uma das atividades mais atraentes capaz de seduzir as pessoas: o turismo aumenta nelas desejo/vontade de viajarem e se afastarem mesmo que momentaneamente, do lugar em que vivem. (Coriolano, 1997). Nesse sentido, determinados lugares, onde as atividades turísticas se desenvolvem, estão se tornando áreas de atração de migrantes, Ao conhecer o lugar ainda como turista, o migrante associa, de imediato, as condições naturais existentes, entre outros elementos, a uma

boa qualidade de vida (que para ele significa, antes de mais nada, uma vida tranqüila e prazerosa) e, assim, muitos acabam voltando para morar.

Mesmo tendo claro que a “turistificação”¹² de Natal não atingiu o nível de lugares como Salvador- BA e Fortaleza-CE (falando aqui de região Nordeste), “suas paisagens” têm atraído pessoas de todos os pontos do Brasil e até do exterior e muitos acabaram voltando definitivamente para a cidade com toda a família, justificando a sua vinda como uma busca por uma qualidade de vida melhor. E é justamente esta nova migração para Natal que constitui (e delimita qualitativamente) o campo desta pesquisa.

O estudo teve como propósito, compreender o movimento migratório para Natal, no período correspondente a 1980/1999, tomando como parâmetros o “espaço vivido” pelos próprios migrantes e a atividade turística. Como o turismo baseado no binômio “Sol e Mar” privilegia as áreas do litoral, em Natal, os bairros litorâneos é que recebem os maiores incentivos públicos e privados. Esse fato, aliado ao de ser considerado “o maior cartão postal de Natal”, fez o bairro de Ponta Negra ser escolhido como área específica do estudo e os proprietários de pousadas, bares, restaurantes e ex-barraqueiros¹³, como interlocutores da pesquisa.

Após ter apresentado, leitor, de forma breve, o meu tema de trabalho, convido-o, nesse “porto solidão”, a sair desse cais e viajar comigo. Aqui, iremos, eu e você, navegar por mares, rios e até escalar diferentes montanhas (parafraçando Patrício, 1999), no intuito de compreender a migração investigada.

¹² . Chamo aqui de “turistificação” – com base nos autores estudados - o processo que envolve organização, planejamento e embelezamento de lugares para que estes se tornem atrativos turísticos e possam ser contemplados.

¹³ Vale esclarecer que, em virtude da implantação de um projeto da Prefeitura Municipal do Natal, as barracas da orla de Ponta Negra foram retiradas, assunto que será abordado com maior ênfase na segunda parte da Dissertação. Mesmo assim, a opção em manter os ex-barraqueiros como interlocutores da pesquisa se justifica, por um lado, por serem migrantes e, por outro, porque, mesmo sem as barracas, muitos continuam a trabalhar na praia.

O “ir e vir” dos brasileiros

O Brasil tinha um território desarticulado até o século XIX. As primeiras mudanças significativas, e que se tornaram conhecidas, aconteceram na esfera econômica com a produção do café. Com esse produto, a economia iniciou um processo de dinamização e a área cafeeira despontou como os maiores focos de indústria no país o que contribuiu para que São Paulo e Rio de Janeiro se tornassem o centro econômico do Brasil.

Essa situação deu suporte a idéia de que Rio de Janeiro e São Paulo eram os lugares das oportunidades no Brasil. Isso, de certa forma, colaborou para que as duas cidades passassem a receber, cada vez mais, migrantes. Enquanto isso, o Nordeste era uma das regiões que mais assistiam a saída de seus habitantes em direção a outros lugares. Conhecida nacionalmente como uma região pobre, marcada pela extrema concentração de poder político, de riqueza, de renda, pelo descaso com as questões sociais, região do sol e da seca, foi sempre apontada como berço de migrantes.

Se, de um modo geral, a idéia que se tem de migração é associada a repulsão populacional, fundamentalmente, do Nordeste, o destaque maior dentre os migrantes pobres das regiões brasileiras tem sido para os nordestinos, que ficaram conhecidos popularmente como “retirantes”. Aos milhares, e em virtude de diversos fatores, entre eles, as secas que têm periodicamente assolado a região, os “retirantes” têm deixado o Nordeste, em busca, principalmente - segundo os estudiosos -, de sua reprodução econômica nas cidades do Centro-Sul.

Assim, a imagem mais comum que se tem de migrante é a de retirantes que saem de sua terra, em caminhões cobertos de lona¹⁴ (pau-de-arara), fugindo da fome, em situação econômica beirando a miséria, mão-de-obra desqualificada, sem estudo, sem moradia, sem trabalho,

¹⁴Vale dizer que esta é uma realidade que perdurou até os anos de 1970. Atualmente, os migrantes, em sua maioria, utilizam-se dos mais variados meios de transporte, inclusive, o avião.

enfim, um “sem nada”. Muitas dessas pessoas, ao migrarem para as cidades (em destaque, o eixo Rio/São Paulo) deparam-se com um mundo completamente diferente do seu, o que contribui para que o seu cotidiano seja um espaço permanente de luta contra o estranhamento. O drama dessas pessoas tem gerado muitas canções. Canções como **A triste partida**, de autoria de Patativa do Assaré, que ficou conhecida popularmente na voz de Luiz Gonzaga¹⁵ - um dos mais notáveis intérpretes brasileiros que cantava e encantava a vida e alma do povo nordestino - retratam bem esta situação.

Pelo destaque que a migração de pessoas muito pobres teve, e ainda têm, nos meios de comunicação, trabalhos acadêmicos e até obras de arte, pela sua regularidade no tempo e no espaço, eu a chamarei aqui de migração clássica e/ou tradicional e o migrante de “retirante” e/ou migrante tradicional, clássico.

A despeito do que se conhece sobre a migração de nordestinos, Natal, capital do RN, tem apresentado uma dinâmica migratória diferente do Nordeste e do próprio estado. Ela tem sido uma das cidades, dentro do estado, que mais recebem migrantes. Uma das justificativas dos pesquisadores (como Felipe, 1988) para essa realidade está no fato de Natal ser a capital do estado, usufruir de melhores condições de infraestrutura básica e ser uma cidade litorânea. Isso criou, no imaginário¹⁶ das pessoas, a idéia de que seria um lugar de crescimento econômico e social (Souza, 1976).

O interessante é que, se Natal tem sido uma cidade de migrantes, esses migrantes que aqui chegaram, em sua maioria, até os anos 70, não diferem em muito daqueles que saíram do Nordeste, em direção ao chamado “Sul maravilha”. A maior parte não tinha profissão definida;

¹⁵ A canção **A triste partida** faz parte do LP **O Homem da terra**, de Luiz Gonzaga, lançado em 1980.

¹⁶ A noção de imaginário, neste trabalho, grosso modo, diz respeito ao imaginário enquanto um processo cognitivo, no qual a afetividade está contida. Esse processo é construído e expresso através de símbolos, traduzindo-se numa maneira específica de perceber o mundo, de alterar a ordem da realidade. Cf. François Laplantine e Liana Trindade, **O que é imaginário**, São Paulo, Brasiliense, 1997.

baixo grau de instrução; quando se fixou em Natal, sua renda era baixa e foi morar em bairros da periferia. Esse é, em linhas gerais, o cenário da migração nordestina discutido por estudiosos e retratado também por pintores como Cândido Portinari, no seu quadro *Retirantes* (1944).

Um passeio pela literatura

Dentre os que estudam a migração, estão aqueles que se ocupam da Demografia. Os demógrafos são pesquisadores que, de um modo geral, se dedicam aos estudos estatísticos da população e tem como preocupação básica, mensurar, caracterizar, descrever os movimentos. Dessa forma, o que mais importa são os dados numéricos que revelam as magnitudes dos fluxos: quantidade de pessoas que migram, a distância percorrida e outras mensurações (a esse respeito, ver os trabalhos de Baeninger e a coletânea organizada por Santos; Levy; Szmrecsányi, 1991).

É importante sublinhar que os dados estatísticos da migração brasileira são precários e defasados, e pude constatar isso com minhas visitas ao IBGE, em Natal. Tais visitas me causaram surpresa: elas não serviram para matar a curiosidade científica de saber quantos migrantes de outros estados, fora do âmbito do Nordeste, tinham vindo morar em Natal, desde 1980, o que significa dizer que, oficialmente, do ponto de vista estatístico, essas pessoas não existem, são “invisíveis”, vivem como “sombras”. Mesmo assim, as visitas foram importantes para que pudesse entender que a não existência numérica da nova migração para Natal não significava a sua não existência de fato. Eu sabia que as pessoas estavam aqui, em todos os cantos da cidade. Esta constatação veio através de reportagens veiculadas pela imprensa nacional e local, o que provocou a minha primeira curiosidade intelectual a respeito do assunto, em 1996, e resultou num estudo de monografia de especialização (Silva, 1997).

Mas, existem outras “portas” de entrada para se analisar a migração que não a dos demógrafos. Autores das mais variadas correntes do pensamento filosófico se empenharam em estudar a mobilidade populacional, numa perspectiva que ultrapassasse o quantitativismo da Demografia. Estou a falar daqueles que se encontram nas chamadas ciências humanas e sociais.

Em linhas gerais, a concepção neoclássica tem uma conotação especificamente econômica. Aqui, a migração é entendida enquanto deslocamento de trabalhadores no espaço geográfico. A unidade de análise é o indivíduo, que por sua vez, é um portador do fator trabalho e está sempre migrando de acordo com a maximização de ganhos propostos pelo mercado, tanto para investimentos como para empregos, salários. Movido por uma “suposta vontade racional”, escolhe a área de destino, fazendo comparações com a área de origem para ver se aquela oferece mais vantagens. Assim, as melhores condições de vida para esses migrantes seriam representadas por melhor remuneração do trabalho.

Já a concepção histórico-estrutural coloca toda a ênfase de análise dos movimentos migratórios nos contextos históricos e geográficos específicos. Diferente da teoria neoclássica, a sua investigação se dá, não sobre o indivíduo como soberano das decisões, mas sobre grupos e classes sociais. Estas migram, não por vontade própria, mas por força das estruturas sociais. Assim, a migração é entendida como um fenômeno da sociedade, criado por ela, e somente o estudo e a compreensão dos processos sociais seriam capazes de explicar a movimentação de pessoas no tempo e no espaço. A pesquisa junto aos migrantes é desvalorizada (mesmo que, numa análise qualitativa, ela seja utilizada), já que, para o enfoque histórico-estrutural, o migrante, enquanto indivíduo, não traz com ele a explicação dos processos sociais que vivenciou.

No terceiro tronco teórico, tem-se como ponto de partida o conceito de mobilidade do trabalho. Respaldados pela teoria marxista, os autores dessa concepção enfatizam que a migração só pode ser entendida como um pressuposto econômico do trabalho social. Para compreendê-la, é preciso compreender primeiro as condições em que se dá a produção e a estruturação das relações de trabalho em um determinado espaço (Peleiano *apud* Póvoa Neto, 1997). A migração de trabalhadores é uma necessidade do capitalismo, tendo sido produzida pelo seu desenvolvimento.

Dessa forma, a migração, enquanto mobilidade do trabalho, não dependeria da vontade do migrante, e nem seria provocada simplesmente por problemas estruturais. Ela seria importante condição para o processo de acumulação de capital em escala ampliada.

Em meio a tudo que foi dito, um ponto merece ser observado: grande parte das publicações, independente da concepção teórica do autor, associa sempre a migração a busca por uma atividade remunerada, um emprego. Mesmo aqueles que afirmam fazer a tentativa de ultrapassar as perspectivas do determinismo econômico, terminam por privilegiar o econômico em suas análises.

Para que fique mais claro, cito os estudos de Martins (1986 e 1998), um dos mais respeitados estudiosos da questão migratória no Brasil. Apesar da importância da análise inovadora de Martins, é preciso considerar que enquanto a sua concepção de migrante temporário continua atualizada, a forma como ele vem tratando teoricamente os movimentos migratórios parece não responder, sozinha, às questões postas pelos novos movimentos populacionais que se apresentam no cenário da migração.

É preciso chamar a sua atenção, leitor, para o fato de que estamos vivendo um novo momento na história. Um momento pontuado pela crise geral da sociedade dita moderna, profundamente marcada pela aceleração de eventos como bem assinala Santos (1996). Isso contribui para uma nova dinâmica na vida das pessoas, influenciando, assim, na sua mobilidade não só espacial, mas também social. Dessa forma, os anos de 1980 trouxeram outras realidades migratórias, com características diferentes dos movimentos clássicos. Migrações como a que ora ocorre para Natal.

Mas, quem são essas pessoas? Por que vieram para Natal? O que vieram buscar aqui? Qual a rede de relações que envolve a sua migração? Como ele se percebe no processo migratório? Como vivem aqui? Qual a importância do turismo nesse processo? Enfim, qual o significado de sua migração? Interrogações que não foram e nem podiam ser respondidas apenas com o olhar etnográfico, o que já se esperava, pois, através do olhar, o “arcabouço” conceitual que orienta a formação acadêmica do pesquisador é instrumentalizado por ele na experiência empírica, mas, esse ato cognitivo não é capaz, sozinho, de dar conta, por exemplo, do significado das relações sociais. Por isso, a necessidade de complementá-lo com outra faculdade importante, que também tem um significado específico: o ouvir (Oliveira, 1996).

Como é possível estabelecer relações com o entrevistado de modo que o pesquisador não exerça sobre ele um “poder” extraordinário?” Questiona o leitor. A resposta vem com Oliveira (1996, p. 20 - 21)

[...] transformando o informante em ‘interlocutor’.
[...] Essa relação dialógica [...] guarda pelo menos uma grande superioridade sobre os procedimentos tradicionais de entrevista. Faz com que os horizontes semânticos em confronto [...] se abram um ao outro, de maneira a transformar um tal ‘confronto’ num verdadeiro ‘encontro etnográfico’.

Acredito que, apesar das dificuldades de se fazer pesquisa qualitativa em aglomerados urbanos, a interlocução com os migrantes, o fato de considerá-los como sujeitos, atores da pesquisa, tenha sido importante para que se estabelecesse uma relação de interação, de modo que pudéssemos conversar sobre aspectos pessoais da sua vida cotidiana como os seus desejos, sonhos, aspirações ao vir para Natal.

Uma viagem diferente: um outro olhar possível

Após ter constatado a existência real da migração para Natal, pude entender que ela dificilmente atrairia a atenção dos demógrafos, já que oficialmente não existe: os migrantes vivem e se movimentam como “sombras”. Por outro lado a migração investigada aqui, estatisticamente, em termos quantitativos, apresenta-se também como se fosse “sombras” em relação aos movimentos migratórios tidos como tradicionais. Se constitui ainda em “sombras” por ser um fenômeno pouco estudado e, conseqüentemente, pouco conhecido em relação aos movimentos migratórios citados. Só que, do ponto de vista social, essas “sombras” existem; estão em movimento e, quando digo movimento, não estou querendo dizer que ele significa apenas a troca de lugares. Estou falando de movimento, enquanto movimento da vida, pois tais “sombras” são gente de carne e osso; elas vivem.

E o cientista social deve viajar ao encontro dessas “sombrias”, para que, entre uma e outra parada pelo caminho, possa captar o significado do seu movimento. A relevância do estudo da migração não reside na importância numérica dos migrantes envolvidos, uma vez que os dados estatísticos podem ser úteis numa análise qualitativa, mas não mostram que por trás de tantos números existem...*vidas, rostos e nomes concretos. Presença viva de feições humanas* (Menezes, 1992, p. 9).

Por isso, tentarei, daqui em diante, mostrar o meu olhar sobre a migração para Natal. Desse modo, advirto o leitor: iremos mudar o trajeto de nossa viagem. Partiremos em busca de outros caminhos, para compreender a mobilidade populacional investigada, tomando como pressuposto básico, o fato de um movimento migratório ter múltiplas justificativas, articuladas umas às outras.

Em primeiro plano, a mobilidade populacional, de pessoas de outros estados e até do exterior, para cidades como Natal, ocorre, geralmente, de uma cidade grande para uma cidade de porte médio¹⁷. Sabendo que a maioria daqueles que migraram para Natal conheceu o lugar através de uma viagem turística e, para tanto, dispunha de algo que o migrante pobre apenas sonhava - dinheiro - ; e nesse passeio pôde associar as características do lugar a uma melhor qualidade de vida, motivação forte (segundo os interlocutores) da sua vinda, dá para afirmar que essas pessoas não vieram para cá simplesmente para trabalhar. Se fosse assim, teriam ficado no lugar anterior, já que nenhum era desempregado.

Eles associaram, principalmente, os interesses aos prazeres que o lugar pode lhes proporcionar: um encontro com elementos da natureza, cultuados na atualidade como pressupostos para uma vida mais saudável. No caso de Natal, ter uma vida onde se pode também desfrutar de 300 dias de sol por ano, mar, um clima tropical úmido, a melhor qualidade do ar da América Latina, por exemplo. Desfrutar de tudo isso e, ainda, poder ganhar dinheiro.

¹⁷ O autor mencionado publicou uma matéria, veiculada pela imprensa nacional, a qual dá conta de um movimento migratório em direção a Florianópolis e apresenta algumas características similares à migração para Natal.

O migrante desta pesquisa se deu “ao luxo” de escolher o lugar desejado, o lugar onde queria, principalmente, um viver saudável. Tendo em vista o que já foi dito, a migração para Natal envolve, envolve pessoas diferentes, sonhos e projetos de vida também, em parte, diferentes, da migração que eu considero clássica.

Os migrantes interlocutores desta pesquisa não eram “excluídos” do processo de produção nos lugares onde viviam. Ao chegarem ao lugar Natal para viver, demonstraram, em suas práticas cotidianas, que não vieram exclusivamente em busca de um trabalho remunerado e de uma casa para morar. Eles tiveram dinheiro para se estabelecerem em atividades ligadas ao turismo como donos de pousadas, restaurantes, bares e barracas (apesar de, no caso destas, perderem-nas com a ação da prefeitura municipal, em 1999).

Desse modo, reforço o pensamento de que estamos diante de um novo movimento migratório, pelo fato de envolver não só pessoas com outro perfil social, mas também justificativas diferentes, produzidas noutro momento histórico. Por isso reafirmo: em primeiro lugar, a migração para Natal não se adequa aos movimentos populacionais clássicos e sendo assim é difícil compreendê-la tomando como parâmetro as concepções tradicionais. Seja porque essas concepções foram produzidas num outro contexto ou ainda porque explicam a mobilidade populacional através de uma causa única, determinante. Em segundo lugar, o interlocutor deste estudo pode ser concebido como um novo migrante, uma vez que parece não ter as mesmas características do migrante clássico

Diante do que foi exposto, tomei como premissa básica a idéia de que a migração é um processo complexo, o qual envolve, na sua compreensão, não só os problemas da estrutura social, mas também redes de relações, desejos, motivações, representações, presentes na própria vida cotidiana do migrante, enquanto indivíduo-coletivo. Na impossibilidade de captar todas as relações envolvidas no processo migratório, optei por privilegiar a sociabilidade do migrante, uma vez que o homem não existe sem a interação com o outro e ao sair do lugar, deixa para trás as relações familiares, de amizade, vizinhança, para reconstruí-las onde vai morar.

Tendo em vista que a maioria dos interlocutores conheceu Natal através do turismo, o movimento migratório foi discutido no contexto da

atividade turística. Por fim, como acredito que a discussão sobre a vida das pessoas deve considerar as suas próprias perspectivas, a respeito de sua condição, busquei apreender a percepção do migrante, no contexto do processo migratório, bem como, os seus esquemas de vida e dentro deste, suas expectativas, desejos, necessidades e vontades.

Descobrimo o novo na esteira do pensamento deixado pelo outro

A peculiaridade dessa nova mobilidade para Natal, bem como as características da atualidade, levaram-me a não privilegiar, unicamente, nesta pesquisa, os estudos demográficos e a condição do migrante como produtor de mercadorias, ou seja, a sua condição de trabalhador. Não significa dizer que estou negando que ele seja um trabalhador. Mas, tenho claro que, assim como entendem Laplantine; Trindade (1997) ... *o homem que se dedica ao trabalho faz também parte de uma espécie lúdica*. E, sendo assim, também pensa, tem projetos de vida, tem aspirações, sonhos, desejos.

Por outro lado, sem a intenção de afirmar que hoje as pessoas se divertem mais do que trabalham, ou que seus projetos de vida não incluem o trabalho, chamo a sua atenção para o fato de que algumas, inclusive as interlocutoras desta pesquisa, já tem o privilégio de poder juntar o que a sociedade capitalista separou: trabalho e prazer, não atribuindo àquele uma conotação de sofrimento. Essas pessoas; em suas práticas cotidianas, exercem, portanto, uma *poiesis*, uma “arte do fazer” em suas respectivas vidas (Certeau, 1998).

Mesmo assim, todas as concepções apresentadas foram fundamentais para a construção dos caminhos desta pesquisa. Mas, é preciso deixar claro que não vou transpô-las aqui, apesar de considerar alguns aspectos de sua análise.

A reflexão, a partir do pensamento que analisa as migrações clássicas, deu condições para que pudesse compreender a “ineficácia” de sua aplicação ao estudo da migração em questão; seja porque a crise econômica dos anos 1980 põe em dúvida a análise que faz uma relação direta entre ela e a dinâmica espacial do mercado de trabalho, ou, ainda, porque as concepções tradicionais privilegiam um determinante

econômico e nesta pesquisa estou considerando um aspecto que tais teorias não abarcam: o papel do turismo nesse processo e as relações subjetivas que envolvem a migração. Como essas pessoas, no contexto em que estão inseridas, montam os seus esquemas de vida e, dentro destes esquemas, de que modo se relacionam com o lugar, quais as suas motivações, sonhos, aspirações, como se percebem no processo migratório.

Sabendo que Natal é uma cidade litorânea que vem passando por um “processo de turistificação” para atrair pessoas, reafirmo que este estudo considerou o papel do turismo associado à questão da qualidade de vida como elementos importantes no ato de migrar. Qualidade de vida é um conceito subjetivo que leva em consideração os atributos e propriedades que qualificam a vida do ser humano e os sentidos que eles têm para cada pessoa. Pode ser concebida

...enquanto **produto e processo**, diz respeito aos atributos e às propriedades que qualificam essa vida, e ao sentido que tem para cada ser humano. ‘Diz respeito às características do fenômeno da vida’, ao ‘como esta se apresenta’, ao ‘como se constrói’ e ‘como o indivíduo sente’ o constante movimento de tecer o processo de viver nas interações humanas. (Patrício, 1999, p.50).

Outro conceito utilizado foi o de lugar. O leitor atento deve ter percebido que, vez por outra, aparece no texto a palavra espaço e questiona de imediato: “por que então privilegiar o conceito de lugar em vez de espaço?”. Convém justificar essa escolha. A resposta pode ser encontrada em diversos autores. De acordo com Santos (1991, p.25-26), o espaço é *... um sistema formado pelas coisas e a vida que as anima... (...) O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento.* O leitor continua inquieto e pergunta: “Se o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima, se é a sociedade em movimento, como defende Santos, como apreendê-lo?”

Para Carlos (1994, p. 33), o espaço pode ser compreendido enquanto *produto, condição e meio de toda atividade humana*. Sendo um conceito abstrato, existe então a dificuldade de assimilar, no plano do visível, o seu movimento. Assim, de acordo com Carlos, perceber o espaço no plano do concreto significa estudar a sua expressão, a sua materialidade: o lugar. Este é, então, para a autora, um “espaço palpável”; tem uma multiplicidade de formas e conteúdos. Na sua concepção, o lugar é onde a vida se desenrola em todas as suas dimensões e cada um tem uma história particular.

Outro autor que também considera o espaço como um conceito abstrato, aliás eminentemente abstrato, é Augé (1994). O lugar, na concepção desse autor, é identitário, relacional e histórico; tem um sentido inscrito e simbolizado. Assim, atores e grupos sociais constroem lugares próprios, nos quais são vivenciadas atividades que ensejam a convivialidade, ou pelo menos, um determinado tipo de convivência. Desse modo, o lugar Natal e, mais especificamente, Ponta Negra, deve ser percebido como uma construção concreta e simbólica do espaço.

Como as viagens turísticas se dão em função, não de um espaço abstrato, mas sim, dos lugares, e estas viagens podem se transformar em migração permanente, acredito que a escolha do conceito de lugar se justifica. Assim, em complemento às noções já apresentadas, o lugar, enquanto materialidade espacial, será compreendido, levando em consideração, também, o fato de que é expressão de paisagem e cultura, de experiências e significações diferenciadas, que com a “turistificação” assume a função de seduzir, causar impressão (Coriolano, 1997).

Além do que já foi dito, não se deve esquecer que é preciso captar a rede de relações que atravessam a vida do migrante e a percepção que ele tem de sua condição no processo migratório, dentro do contexto em que está inserido. “Como conseguirá isto?”. - Quer saber o leitor - Desvendando as práticas cotidianas do migrante, suas trajetórias, seu comportamento, o que possibilita uma imagem da realidade móvel que se quer captar (Certeau, 1998).

Assim, surgiu a necessidade de privilegiar, nesta pesquisa, a dimensão da vida cotidiana do migrante, incluindo, aí, os seus sonhos, aspirações e projetos de vida. Cotidiano, não entendido como aquilo que é banal, repetitivo, mas como “lugar” de luta onde se produz a dominação

e a resistência a ela (Certeau, 1998). Mais uma vez a importância do lugar se faz presente, pois *A produção espacial realiza-se no plano do cotidiano (...)* Uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno... (Carlos, 1996a, p. 26).

Para desvendar as práticas cotidianas que se desenrolam no lugar (levando em consideração que, como diz Certeau, elas são discursivas), optei por procedimentos metodológicos que privilegiam as narrativas, principalmente, aquelas que se referem às experiências diretas vividas pelos meus interlocutores. Elas tornaram-se um aspecto importante neste trabalho, pela própria relação que permite que se tenha com o outro (Cruikshank, 1998); deu-me condições de buscar *...os sons e sentidos, polifonia de locutores que se buscam, se ouvem, se interrompem, se entrecruzam e se respondem.* (Certeau, 1998, p. 336) Por outro lado, a narrativa contribuiu para que a história, a trajetória do migrante fosse contada por ele mesmo, uma vez que ela se interessa em destacar sua análise na visão e versão que vem do interior mais profundo da experiência dos atores sociais.

Como diz Ferraroti (1985, p.89), *...os dados empíricos sem teoria são cegos, mas é claro que a teoria sem dados é oca.* Tomando como parâmetro a metodologia adotada, escolhi como técnica de investigação a entrevista livre, porém, roteirizada. A entrevista permitiu captar as emoções, os silêncios e gestos do migrante, e deu também condições para que se resgatasse o cotidiano no lugar que vivia anteriormente. Outra técnica escolhida foi o registro fotográfico do lugar.

Tentando desvendar a migração para Natal, tentei compreender o movimento migratório não apenas como um fenômeno que acontece de fora para dentro, mas tentando enxergá-lo também como um fenômeno produzido pelo próprio homem envolvido no processo. E, para tanto, a experiência empírica, o olhar/ouvir (Oliveira, 1996) a vida cotidiana do migrante, o “entrar no campo, o ficar no campo e o sair do campo” (Patrício, 1999), fases do processo de pesquisa empírica, foram fundamentais para o escrever, a textualização, o momento em que o pensamento se exercitou (Oliveira, 1996), na tentativa de captar o significado da nova migração para Natal.

Faço um alerta, no entanto, que o novo aqui não aparece como pretensão de inventar o novo. Como afirma Milton Santos, ao justificar a sua proposição de defender “uma nova geografia”¹⁸: *A verdade, porém, é que tudo está sujeito à lei do movimento e da renovação, inclusive a ciência.* (Santos, 1986, p. 1). Assim, os olhares, as leituras que se tem a respeito de migração, bem como a que me proponho a demonstrar aqui, também estão sujeitos a mudanças. E tomando para este trabalho a argumentação de Santos, mais uma vez, reafirmo não ter a pretensão enorme de inventar o novo, pois *O novo não se inventa, descobre-se.* (Santos, 1986, p. 1).

Portanto, com esse caminho e esse jeito de caminhar, esta pesquisa pretende contribuir para novas possibilidades de compreensão da dinâmica migratória. Tenho consciência de que é uma tarefa difícil e árdua, e que muitas lacunas não foram preenchidas (nem é objetivo deste estudo dar conta de todas as possibilidades). Mas, como diz Carlos (1994, p. 13), *O caminho do conhecimento é fascinante, mas árduo e penoso, um processo que não se pode prever no todo.* E, apesar das dificuldades e da incompletude de um trabalho científico, acredito, assim como a autora, que ele deve ser fruto do *pensar sem barreiras.*

“Passadas as estações”, o momento do olhar/ouvir os interlocutores no seu cotidiano, ou seja, de ficar no campo, chegou ao. Pelo caminho, encontrei-me com Bernardo¹⁹, Luiz e seus parentes, Marlon e sua esposa, Lauro, Virna e o seu esposo; Wagner, esposa e filho; Nadja e esposo; Suerda e familiares; Jane; Alda e seu esposo, Tânia;

¹⁸É preciso esclarecer que a expressão “uma nova geografia” não foi utilizada aqui com o propósito de mostrar Milton Santos como um autor que defende a corrente de pensamento geográfico denominada **Nova Geografia**, já que tenho claro não ser essa a posição do autor. A justificativa para a sua inclusão está no fato de que, na obra **Por uma geografia nova**, Milton Santos (1986) a utiliza para justificar a sua proposta de estudo, a propugnação de uma outra geografia. Daí, para ser fiel ao que está na obra, decidi utilizar a mesma expressão.

¹⁹ Por uma questão de ética profissional, ficou garantido aos interlocutores o sigilo a respeito de seu nome verdadeiro. Dessa forma, os dados e os depoimentos relatados aqui são verídicos, mas os nomes das pessoas são fictícios, são codinomes.

Guilherme, acompanhado de sua esposa; Luana, Paulo e familiares e Ricardo.

O grupo não veio de um só lugar ou de uma só região nem todas as pessoas são brasileiras de nascimento. Saíram de lugares como Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC), Chapecó (SC), Camburiú (SC), Goiânia (GO) e, antes de vir para cá, quase todos traçaram outras trajetórias, outros caminhos; passaram por outros lugares. Se em Natal são donos de pousadas, bares, restaurantes (com exceção de Ricardo, que vendeu a barraca, antes do episódio da destruição e, atualmente, é uma espécie de gerente de restaurante), no lugar onde viviam antes, exerciam funções como: engenheiro mecânico, engenheiro civil, administrador, contador, policial militar, funcionário público federal, bancário, gerente de restaurante, autônomos, aposentados.

Chegando em Natal, a periferia não foi o lugar escolhido por essas pessoas como local de residência, por falta de condições para se estabelecerem num local com uma infra-estrutura básica. Não invadiram mangues, canais alagados, barreiras, córregos. Em vez de serem segregadas na cidade capitalista, elas tiveram condições econômicas de escolher onde morar e também onde montar seu estabelecimento: Ponta Negra, o *melhor cartão postal de Natal* (nas suas palavras), o bairro litorâneo de maior prestígio não só junto aos natalenses, mas, principalmente, aos turistas de outros estados e do exterior.

Ponta Negra não oferece apenas belezas naturais. Considerado um bairro de classe média, abriga uma população de 18.070 habitantes, desses 13.707 são alfabetizados. 1.274 chefes de domicílios têm em média 11 a 14 anos de estudo e 1.013 têm 15 anos ou mais (o que não é pouco para um país que tem grande número de analfabetos). Com relação ao abastecimento de água, 3.676 domicílios têm canalização interna. No que se refere às classes de rendimento, os chefes de família ganham uma renda média nominal de R\$ 2.525,88 (dois mil, quinhentos e vinte e cinco reais e oitenta e oito centavos), enquanto grande parte dos brasileiros recebe 1 salário ou menos (FIBGE, 1991).

Com os investimentos na área de turismo, a especulação imobiliária tomou conta do bairro e tornou quase impossível a compra e aluguel de imóvel para aqueles de baixa renda. Ponta Negra, no dizer

popular, “é bairro de rico.” Mesmo assim, é lá que mora a maioria dos interlocutores dessa pesquisa.

Migrantes por opção essas pessoas, de níveis sociais diferentes dos “retirantes”, têm acesso a bens materiais, culturais, à educação e a uma atividade profissional que lhes garante alternativas para introduzir-se no novo lugar. Já aqueles outros, principalmente pela não-especialização profissional, pelo lugar que ocupam na pirâmide social (pobres, desempregados, excluídos), servem, apenas, de mão-de-obra barata em alguma atividade econômica.

O leitor há de ter percebido que mesmo aqueles que não eram autônomos não viviam no lugar anterior numa situação econômica beirando a miséria. Pelo contrário, tinham empregos fixos e nenhum era analfabeto ou semi-analfabeto. Se não eram tão pobres como os migrantes clássicos de outrora, os “retirantes”, se não tinham perdido as suas condições de trabalho nos lugares onde viviam, se estes lugares não estavam estagnando economicamente, o que fez essas pessoas deixarem para trás as suas relações sociais, seus laços familiares, de amizade e vir para Natal, ou seja, o que as fez migrar? O que vieram buscar em Natal, que não conseguiam mais encontrar no lugar anterior? É o que vai ser discutido a partir de agora.

“La luna” não era o teu lugar, mas vens de tão longe: qual o tempo e o vento que te trouxe aqui?

As justificativas dos interlocutores para o processo de saída do núcleo de suas relações sociais e a construção de outras no lugar atual são as mais diversas. Desse modo, as diferentes explicações dadas pelos migrantes para que se compreenda a sua ação de migrar impedem que eu trate o seu movimento apontando uma “causa” única para todo o processo. Também não dá para considerar a migração somente como um fenômeno inerente à sociedade e imposto ao migrante, visto de fora para dentro como se ele não participasse de sua construção.

Se a migração é produzida pelos homens em sociedade, ela é entendida, antes de tudo, como uma produção humana. Logo, o homem, nas suas interações com o outro, é “responsável” pela existência do

processo migratório. A migração também não significa apenas a troca pura e simples de lugares. Ela envolve toda uma rede de relações, representações, sonhos, desejos, necessidades, vontades e projetos de vida do ser humano no seu viver enquanto indivíduo-coletivo. Portanto, preocupa-me compreender e articular as mais diversas motivações da migração com o contexto em que são construídas, pois, .. *quando se trata de conhecer e compreender a vida humana, é preciso perceber os fenômenos nas interações do contexto no qual acontece, na tentativa de buscar a sua totalidade, conscientes apenas de sua aproximação* (Patrício, 1999, p.67), já que o todo é indefinível e irreconhecível.

Como o ser humano, no seu processo de viver, pode ser estimulado a desenvolver a integração de suas possibilidades de razão e sensibilidade, na sua interação social com outros seres humanos a conexão entre razão e sensibilidade pode levá-lo a elaborar significados e a tomar decisões mediadas por um processo de reflexão crítica, dentro do seu contexto cultural e afetivo. Este processo tem como sustentação os princípios éticos e estéticos do mundo particular e coletivo do homem (Patrício, 1999). Formas de pensar, agir, sentir, imaginar, maneiras de fazer, são destruídos e reconstruídos constantemente.

Dialogando com o pensamento acima, tomo como referência o estudo de Certeau (1998). Para esse autor, das trajetórias do homem comum, em seu cotidiano, pode-se extrair maneiras de fazer que, na maioria das vezes, não aparecem senão como resistência ou inércia diante do desenvolvimento da produção sociocultural. Sendo assim, este homem “ordinário” (ou usuário), considerado passivo e disciplinado por uma ordem comum “fábrica” em suas trajetórias uma produção qualificada como consumo. Diferentemente da que é racionalizada, centralizada, o consumo é uma produção astuciosa, dispersa, silenciosa e quase invisível; ele não se faz notar com produtos próprios mas nas maneiras de empregar os que são impostos por uma ordem econômica dominante.

Acompanhando esse raciocínio, dá para dizer, então, que a migração foi a saída encontrada pelo migrante para se contrapor à pontualidade, à calculabilidade e à exatidão da metrópole, ou seja, para resistir à idéia de viver num lugar que, nas suas expectativas, desejos, necessidades, vontades, nos seus esquemas de vida não lhe garantia um viver saudável, prazeroso. Para alcançar o que queria, deixou para trás os

laços de sociabilidade existentes e partiu para outro lugar que lhe parecia adequado para reconstruí-los: Natal, representada no seu imaginário pelo bairro de Ponta Negra.

Nas trajetórias, andanças: a sociabilidade migrante.

Todos os seres humanos nascem, vivem e morrem em determinados lugares. Alguns vivem e morrem nos lugares onde nasceram. Outros morrem nos lugares onde viveram sem lá terem nascido. Independente de nascer ou não no lugar, o homem sempre acaba criando “raízes” por onde passa. Algumas pequenas, rasas (quando não encontra ali referências identitárias), outras profundas, se os valores, os costumes, as tradições do grupo lhe dizem respeito..

No que se refere a relação de pertencimento das pessoas com o lugar, vale dizer também que sendo ele produção humana, é também manifestação de valores, de identidades (Augé, 1994). No lugar quase todos se conhecem, se identificam com os seus códigos. Nesse sentido, os migrantes que vieram para Natal buscavam também a (re)construção de referenciais, de situações que haviam perdido na vivência anterior. A ausência delas estava contribuindo para que não tivessem um viver saudável, uma vida com qualidade que não se resume, na sua concepção, a condições econômicas, mas também ao bem-estar e/ou ao prazer.

É preciso enfatizar que nem todos os migrantes que moram em Ponta Negra, encontraram facilidades de convivência. A sua relação com as pessoas que estavam aqui antes deles - os “nativos” - só pôde ser sentida de fato, quando passaram a viver em Natal, a viver a história do lugar, já que antes eram turistas, estavam de passagem e não conheciam a realidade que os aguardava. Alguns conflitos se fizeram presentes.

Surge a necessidade de ressaltar a existência de duas identidades distintas no mesmo lugar: a de “nativo” (aquele que nasceu em Natal, mais precisamente em Ponta Negra, viveu sempre a história do lugar e, por isso, deve ter o privilégio de usufruir dos prazeres e interesses oferecidos por ele) e a de “forasteiros” (pessoas que vieram de outras cidades) mesmo sabendo que uma terceira se impõe e as unifique: a de morador de Ponta Negra que concretamente e abstratamente identifica-se com o lugar.

Levando em consideração a posição teórica dos autores que trabalham com o conceito de lugar, ressalto que, em parte, a posição dos ditos “nativos” é compreensível. Na sua concepção, por terem nascido e vivido nesse espaço, terem estabelecido relações de sociabilidade baseadas no parentesco, compadrio, vizinhança, amizade, eles é que o construíram.

Desse modo, os “nativos” se consideram os únicos donos do lugar. Se vêem como as pessoas que têm todos os direitos a respeito de suas possibilidades, prescrições e proibições sobre o espaço de vivência e dificilmente vão internalizar a idéia de que quem “vem de fora”, já crescido, com outros valores, costumes, tradições, pode viver a história do lugar, identificar-se com ele. Por isso, a sua relação de desconfiança e de conflito com o outro, um “forasteiro”, de diferente condição social, que vem de longe, traz dinheiro, compra uma boa casa, ocupa os melhores locais e passam a dividir com eles o aproveitamento das possibilidades que o lugar tem a oferecer.

Os ditos “nativos” não compreendem que a identidade é móvel, é construída no dia-a-dia. Isso é mais difícil para o “nativo” assimilar porque o migrante, ao se estabelecer comercialmente, passa a ser visto, não como aquele que veio viver ali, mas sim como o que veio explorar os interesses do lugar que lhe pertence. Por isso, a dificuldade do migrante estabelecer uma rede estável de relações baseadas em elementos tradicionais.

A identidade forjada apenas no fato de ter que nascer no lugar, torna frágil a relação entre aqueles que chegam e os que já estão (“nativos”). Mas, como o homem “ordinário” (representado nesse momento pelo migrante) é astuto, como diz Certeau (1998), sempre através de suas táticas, encontra uma forma de burlar a estratégia imposta. Aquele que veio de longe e não é aceito pelo “nativo” encontra no outro que também veio de fora, um “igual”, alguém com quem se identifica. Dessa forma, a sociabilidade gestada no lugar passa pelo estabelecimento de laços construídos entre “forasteiros”.

O ator da migração estudada também não vive a inquietação do estranhamento. Para esse “novo” migrante, a despeito dos problemas, tudo deu certo. Está vivendo como decidiu e planejou. Dizem que se o conceito de migrante envolve relação de estranhamento, eles não podem ser considerados como tal, pois apesar dos conflitos com os moradores

antigos, da parte deles nunca houve dificuldades para se adaptarem à vida em Natal. Afirmam que não se identificam com os migrantes nordestinos, os “retirantes” pois não vieram para cá em busca de emprego, para ganhar algum dinheiro e depois voltarem ao lugar anterior. Mesmo assim sempre enfatizaram que não estão preocupados em se autodenominarem com este ou aquele conceito (migrante, “nativo”, “forasteiro”). Para eles não é isso que importa. O mais importante é a sua vida cotidiana que, em suas concepções, deve ser prazerosa.

Uma parada obrigatória numa viagem inacabada, sem fim

Após as discussões realizadas no decorrer do trabalho, o leitor há de ter percebido que a migração em estudo não se justifica apenas por uma causa determinante, alheia ao universo vivido pelo migrante.

Em se tratando da atividade turística, peço a sua atenção para uma questão que intrigou-me ao tentar compreender a migração para Natal. É quase unanimidade entre os estudiosos do turismo, o argumento de que essa atividade desconfigura os lugares tornando-os sem história, sem identidade, ou seja, um não-lugar. Segundo Carlos (1996b), os não-lugares, qual seja, aqueles organizados e planejados para a atividade turística são fugidios, de passagem, não têm as características próprias do lugar. Dessa forma, vista apenas, como atividade econômica, o papel do turismo seria entre outros, orientar gostos, modismos, incentivar o desejo das pessoas seduzindo-as à conhecerem, sempre, novas paisagens. Por isso, o turista estaria sempre em busca de novas viagens, novas aventuras. Os estudiosos também defendem que, depois da viagem, os turistas quase não lembram dos lugares visitados. As lembranças que ficam são o registro fotográfico e os instantes captados pelas filmadoras.

No caso de Natal, os turistas não só lembraram como voltaram definitivamente, mesmo não vivendo a história, não conhecendo de fato a cidade, acreditaram estar no lugar certo para terem um viver saudável. Neste sentido, Calvino (1995, p. 44) expressa bem o pensamento destes novos moradores de Ponta Negra quando diz:

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa (...) De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas as respostas que dá às nossas perguntas.

Os novos moradores de Natal afirmaram que a cidade não se apresenta enquanto “ilha de ilusões”, mas aquela que melhor corresponde às suas expectativas de morar, de viver bem. Assim, de certa forma, a migração estudada mostra que a tese do turismo transformar os lugares em não-lugares não se configura em Natal. Talvez isto se dê porque a atividade turística na cidade do Natal não esteja plenamente estruturada como a existente em Cancun e Havai, por exemplo. Porém, isto merece reflexões mais profundas, fora do âmbito deste trabalho.

É difícil introjetar a idéia - principalmente nos moradores mais antigos de Natal - de que o migrante é um natalense. Alguns (os que chegaram entre os anos 80 e início dos 90) afirmaram já se sentirem potiguares mesmo os natalenses não aceitando a idéia. No entanto, carregam consigo o estigma de terem nascido em outros estados do país e até no exterior. Se não se vêem como migrantes temporários, por não sentirem estranhamento, se não se vêem como “forasteiros” pois dizem que também são brasileiros não seria melhor chamá-los de Potyoca - os nascidos no RJ -, Potylista, Potyucho, Potyneiro, Potyrinense ? - usando aqui expressões criadas por Teixeira (1998). Marlon e Carmem, por exemplo, aprovaram a nomenclatura, e tentaram, com base nesses critérios, encontrar uma denominação para Marlon que nasceu na Inglaterra.

De qualquer modo, não tenho a intenção de enquadrar os interlocutores em mais um conceito, pois eles deixaram claro, que pouco se importam com o nome dado a alguém que deixa para trás o núcleo de suas relações e o reconstrói noutro espaço. Importante é conseguirem encontrar o que buscam e poderem cantar com o poeta: ... *é lá onde moro,*

*que eu me sinto bem*²⁰. E enquanto for assim, garantiram: não saem de Natal.

E o que dizer do seu movimento migratório? Na minha concepção, ressalto, como o leitor pôde observar ao longo do trabalho, é um fenômeno produzido pelo homem em suas interações com o outro e que têm justificativas múltiplas, plurais ao mesmo tempo. Portanto, não compreendo a migração como determinada por este ou aquele fator, mas como um processo que envolve uma interconexão entre o contexto no qual estas pessoas vivem e os seus sonhos, desejos mais íntimos.

O leitor então questiona: “e se o mundo for dividido entre espírito e matéria, corpo e mente, sendo então um sistema mecanizado formado por objetos separados e reduzidos aos elementos materiais considerados fundamentais e determinantes de todos os fenômenos, como apregoam alguns? Dá para considerar essa compreensão da migração para Natal, baseada também em dados, elementos subjetivos uma vez que a consciência do homem seria determinada pela sua vida material?

Como resposta, meu caro, leitor digo apenas que esta concepção não condiz com a forma pela qual concebo a realidade. Na minha concepção, sendo uma visão por demais cartesiana, é compreensível que sintam-se impossibilitados de entender o seguinte: a vida humana é uma imensa teia de relações (Capra, 1993). Dessa forma, não é privilegiando a razão e negando os aspectos da subjetividade no pensar-fazer humano que iremos nos aproximar do real em sua complexidade. Defendeu Alves (*apud* Patrício, 1999): quando a ciência se divorcia da vida perde a sua legitimidade. “Faço minhas” as palavras de Sabatini (1999 p. 201): *como ignorar a subjetividade do ser, se não podemos separar do indivíduo a sua maneira de ser, pensar agir, sentir?* Ou seja, o ser humano e o mundo interagem numa imensa teia de relações, a razão e a intuição são modos complementares para o funcionamento da mente humana (Capra, 1999)

Mas se o leitor acredita que, de qualquer modo, os interlocutores estão trabalhando em Natal e dessa forma, independente de serem empregados ou donos dos estabelecimentos, são trabalhadores, categoria

²⁰ Trecho da canção **Moro onde não mora ninguém**, de autoria e interpretação do cantor Agepê, lançada em 1974, sendo encontrada atualmente no *compact disc da coletânea Minha História*.

dos migrantes de outrora, os “retirantes”, não pense que refutarei o seu pensamento. Mas terei a dizer apenas que os interlocutores dessa pesquisa escolheram o seu trabalho, não foram constrangidos a fazê-lo de qualquer jeito. O trabalho é para essas pessoas uma forma de prazer, o que lhes garante uma vida com qualidade

O leitor contra-argumenta dizendo-me: “Mas são pequenos empresários, trabalham, e o interesse maior é ganhar dinheiro.” Obviamente, acredito que, se essas pessoas montaram estabelecimentos comerciais não deve ter sido para fazer caridade e sim para terem ganhos. Mas se vieram para Natal apenas com o intuito de obter vantagens financeiras, por que não ficaram nas cidades anteriores se lá tinham bons empregos e eram, em alguns casos, também pequenos empresários? Respondo-lhe esta questão: a vida e o trabalho que tinham no lugar anterior não lhes satisfaziam, eram estressantes e queriam uma vida que atendesse aos seus anseios/desejos.

A viagem é inacabada, eu sei, e poderia durar até o final do meu viver e ainda continuar com outros e assim sucessivamente, pois o real não se congela. Porém, neste momento, no qual é necessário uma parada obrigatória, deixo o meu recado “final” para todos aqueles, “sentados à beira do caminho²¹” que acreditam no trabalho como único conceito capaz de levar a compreensão da migração, dizendo-lhes através das palavras de Camargo e Patrício (1999, p. 134 - 135):

[...]o significado do trabalho na qualidade de vida do ser humano está inserido na possibilidade não só de satisfações originadas a partir do uso do valor monetário oriundo do trabalho, mas também do prazer pelo próprio trabalho. [...] precisamos pensar ‘trabalho’ como ação humana que produz bens e serviços, não somente como meio de satisfazer necessidades de sobrevivência, mas também de transcendência: realização pessoal individual e

²¹ Uma alusão ao título da canção *Sentado à beira do caminho*, de Roberto Carlos e Erasmo Carlos, encontrada no LP *Erasmus ao vivo*, 1989.

coletiva, enquanto sujeito que transforma para si e para os outros seres humanos.

E, por aqui, me despeço de você leitor, que me acompanhou por todos os percursos dessa viagem. Aproveito a oportunidade para lhe fazer mais um convite: espero que, após o seu olhar crítico e construtivo sobre esta pesquisa, você consiga construir outras maneiras de fazer leitura, envolvendo também outros atores sociais, outros interlocutores, outras realidades. Espero encontrá-lo no cais de algum porto. Até lá. Ou será até a próxima estação? Quando? Só o tempo ...*compositor de destinos, tambor de todos os ritmos...*²² é quem vai dizer.

²² Trecho da poesia *Oração ao Tempo* de Caetano Veloso.

Referências

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Trad. Maria Lúcia Pereira. Campinas (SP): Papyrus, 1994.

BAENINGER, Rosana; CUNHA, José Marcos Pinto da. Migração, dinâmica regional e projeções populacionais. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 102-109, abr./jun. 1996.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Trad. Diogo Mainard. São Paulo: Schwarcz Ltda. ,1995.

CAMARGO, Neuma A.; PATRÍCIO, Zuleica Maria. A qualidade de vida de um comandante de aeronave: uma rede tecida através de necessidades, escolhas e decisões próprias. In: PATRÍCIO, Zuleica Maria; CASAGRANDE, Jacir L.; ARAÚJO; Marízia F. (org.). **Qualidade de vida do trabalhador**: uma abordagem qualitativa do ser humano através de novos paradigmas. Florianópolis (SC): Ed. Do autor, 1999, p. 129-148.

CAPRA, F. **O Ponto de mutação**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1993.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 25-37.

_____. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3 ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. Da sedução do turismo ao turismo de sedução. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo, modernidade, globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 119-135.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 149-164.

ÊXODO. **Bíblia Sagrada**. Trad. Centro Bíblico Católico. 8 ed. São Paulo: Ave-Maria (Edição Clareana), 1996.

FELIPE, José Lacerda Alves. **Elementos de Geografia do RN**. Natal: Universitária, 1988.

FERRAROTI, Franco. **Sociologia**. Teorema, 1985. Cap. 4, p. 89-124.

FIBGE. **Resultados do universo relativo às características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: 1991.

_____. **Censo Demográfico - dados gerais**. Rio de Janeiro: 1982.

HEIDMANN, Heinz Dieter. O migrante da regionalização global. In: Serviço Pastoral dos Migrantes et al (org.). **O fenômeno migratório no limiar do 3^a milênio: desafios pastorais**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998, p. 15-18.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE NATAL - IPLANAT. Gerência de Pesquisa e Informação. **Dados básicos sobre o município de Natal**. Natal: 1996.

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1997. (Coleção Primeiros Passos).

LOYOLA, Leandro. Aqui se vive melhor. **Veja**, Rio de Janeiro, p. 100-103, 7/abr., 1999.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.

_____. O problema das migrações no limiar do terceiro milênio. In: Serviço Pastoral dos Migrantes et al (org.). **O fenômeno migratório no limiar do 3ª milênio: desafios pastorais.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1998, p. 19-34.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Introdução. In: MENEZES, Marilda Aparecida de (org.). **Histórias de migrantes.** São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 9-11.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. São Paulo, **Revista de Antropologia**, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

PATRÍCIO, Zuleica Maria. Qualidade de vida do ser humano na perspectiva de novos paradigmas: possibilidades éticas e estéticas nas interações ser humano-natureza-cotidiano-sociedade. In: PATRÍCIO, Zuleica Maria; CASAGRANDE, Jacir L.; ARAÚJO; Marízia F. (org.). **Qualidade de vida do trabalhador: uma abordagem qualitativa do ser humano através de novos paradigmas.** Florianópolis (SC): Ed. Do autor, 1999, p. 19-88.

PIVETTA, Marcos. O preço da fama. **Veja**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 37, set. 1995.

PÓVOA-NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para análise. **Experimental.** São Paulo: Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial. Humanitas Publicações - FFLCH/USP. Ano I, n. 2, p. 11-24, mar. 1997.

SABATINI, Juraci Ribeiro. Resgate da liberdade para mudança da qualidade de vida: a doença como ponto de mutação. In: PATRÍCIO, Zuleica Maria; CASAGRANDE, Jacir L.; ARAÚJO; Marízia F. (org.). **Qualidade de vida do trabalhador: uma abordagem qualitativa do ser**

humano através de novos paradigmas. Florianópolis (SC): Ed. Do autor, 1999, p. 201-213.

SANTOS, Jair L. F; LEVY, Maria Stella Ferreira; SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise.** São Paulo: TA Queioz, 1991.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

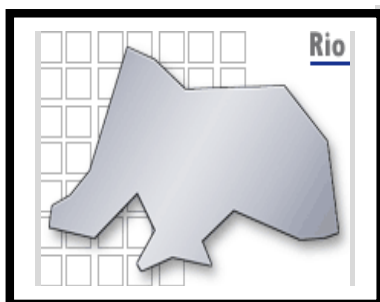
_____. **Por uma Geografia nova.** 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SILVA, Maria J. M. R. da. **Averso ou contramão?**

Necessidade/possibilidade de um (novo) olhar na mobilidade populacional para Natal. Monografia (Especialização) – UFRN/CCHLA, Geografia, Natal, 1997.

SOUZA, Itamar de. **Migrações para Natal.** Natal: UFRN, 1976.

TEIXEIRA, Maria Lina Leão. **Natal cantada em quatro poemas.** Natal: EDUFRN, 1999 (no prelo).



3 FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO NO SETOR HOTELEIRO DE PONTA NEGRA, NATAL/RN: TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS. NATAL. RIO GRANDE DO NORTE

Severino Ramos dos Santos Maia²³.

Introdução

A realidade mundial, nas últimas décadas, é tão cambiante em virtude da rápida e incessante evolução das tecnologias e das comunicações, questionadora das estruturas e valores estabelecidos, transformadora do comportamento e motivadora para as viagens, que a tarefa de situar o turismo no contexto global contemporâneo e dele construir conclusões acabadas é uma tarefa precipitada e complexa. No entanto, em meio a essas metamorfoses no espaço global, percebem-se tendências que indicam as direções para as quais se encaminham as mudanças provocadas pelo processo conhecido pela globalização.

Nesse sentido, vislumbra-se no turismo uma das atividades que podem ser inseridas na concepção cultural, no bojo da expansão do capitalismo e da filosofia da modernidade no terceiro milênio.

Contudo, vale salientar que, com o crescimento da indústria e o estabelecimento de um novo e estressante ritmo de vida, os meios de hospedagem passam a ser encarados como uma excelente opção para se eliminar o desgaste advindo desse novo estilo de vida imposto pela sociedade industrial. Diante da nova realidade, os meios de hospedagem passam a ser procurados prioritariamente para a recuperação da saúde. Deve-se acrescentar que, nesse período, além dos cassinos juntos aos

²³ Graduado e Mestre em Geografia; Professor da rede pública estadual.

balneários, outras alternativas de entretenimento surgiram, sobretudo favorecidas pelos novos meios de transporte.

Mesmo com as recentes crises econômicas, a atividade turística global continua a registrar taxas de crescimento que lhe asseguram a manutenção de sua expressiva participação no total das exportações. O século XX abriu as portas para a prática do turismo em grande escala, graças às grandes transformações permitidas pela revolução industrial, passando a integrar efetivamente a vida de muitas nações.

Diante de tal conjuntura, o crescimento do fenômeno turístico nos últimos anos tem despertado o interesse e a necessidade de estudos sobre a temática, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento econômico do espaço, como no que se refere à questão dos serviços oferecidos. Dessa forma, surge a preocupação de investigar o segmento hoteleiro, por ser este segmento turístico um dos principais mantenedores do turismo em uma região, visto que o turista faz parte de um mercado consumidor e, como tal, requer um serviço de qualidade.

Dessa forma, o turismo que se organiza no espaço do Estado do Rio Grande do Norte, mais precisamente no município de Natal, praia de Ponta Negra, e tem, como característica principal, o chamado turismo “sol e mar”, vislumbra a necessidade de um estudo que vise a uma investigação no interior do segmento hoteleiro sobre as políticas públicas direcionadas à profissionalização dos trabalhadores desta área, por se entender ser este segmento um dos responsáveis pela sustentação do turismo em uma área. Este é o objeto de pesquisa deste trabalho.

Este estudo analisa a relação entre as pessoas formadas pelos cursos de capacitação e formação profissional no setor hoteleiro, viabilizados pelas políticas públicas, diante das exigências do mercado de trabalho hoteleiro investigando hotéis, programas, mercado e satisfação dos atores envolvidos neste processo, e a transformação do espaço. Terá um caráter exploratório-descritivo-analítico.

O universo de pesquisa foi à praia de Ponta Negra, hotéis situados entre a rótula da Via Costeira - localizada na Avenida Engenheiro Roberto Freire (início da Costeira) e o Morro do Careca, compreendendo os hotéis entre esta avenida e a orla marítima, por se tratar do espaço na cidade do Natal que concentra o maior número de

equipamentos turísticos, particularmente os hotéis - objeto de análise do presente estudo.

A área de aplicação deste trabalho é, composta de 36 (trinta e seis) meios de hospedagem como albergues, pousadas, flats e hotéis. Para nosso trabalho apenas os hotéis foram de interesse, no total de 21 (vinte e um), porém só os proprietários de 15 (quinze) se dispuseram a participar da pesquisa; do restante, uns alegaram não gostar desse tipo de trabalho e outros disseram não ter tempo para ceder informações. Uns ainda consideraram inertes os trabalhos realizados pelas universidades e disseram que não iam perder tempo respondendo questionários. Os hotéis em que realizamos a atividade de pesquisa são de pequeno, médio e grande porte.

1. Reestruturação econômica e espacial do Rio Grande do Norte

O Rio Grande do Norte, semelhantemente à situação nacional, viveu um processo de urbanização de forma muito rápida, o que modificou profundamente a distribuição espacial da população do Estado, tanto com relação à situação domiciliar, quanto no que se refere a sua inserção no mercado de trabalho.

O processo de industrialização do Rio Grande do Norte, contemplando basicamente indústrias tradicionais e de pequeno porte, acarretou um aumento da importância do setor terciário para sua economia que, segundo Felipe (1986, p. 50), foi outro fator importante na rearrumação da População Economicamente Ativa (PEA), juntamente com as políticas públicas que privilegiaram os dois maiores centros urbanos - Natal e Mossoró - políticas estas, centradas em projetos para o desenvolvimento da estrutura de transportes e comunicação nas cidades citadas. Nesse sentido, afirma Felipe (1986, p. 30):

essas políticas reorganizaram o espaço urbano, dando-lhe formas e funções novas, uma nova divisão social do trabalho em última instância expressa pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, o grau de concentração e centralização

do capital, a produtividade da força de trabalho, sua organização econômica e política.

É nesse processo que o Rio Grande do Norte passa a apresentar, a partir de 1970, nova configuração em sua PEA setorial, quando o setor primário perde sua condição de maior absorvedor de mão-de-obra, posição que é assumida pelo secundário e terciário.

Portanto, apesar do crescimento das atividades industriais e do setor serviços, os dois principais espaços urbanos do Estado, Natal e Mossoró (pólos atrativos da população que emigrava dos espaços rurais e pequenas cidades), passam a abrigar um considerado contingente de desempregados e subempregados, caracterizando uma situação de marginalidade urbana, de exclusão social e criando assim um quadro favorável ao desenvolvimento de um vasto exército industrial de reserva, como também sua maior concentração nos espaços urbano-industriais.

Com o processo de mudança da distribuição da população do Rio Grande do Norte, que passa a se concentrar nos espaços urbanos a partir do início dos anos 70, e a disposição do governo local para desenvolver políticas voltadas para a atividade turística, tendência confirmada pela criação, em 1971, da Empresa de Promoção e Desenvolvimento Turístico do Rio Grande do Norte (EMPROTURN)²⁴, iniciando ainda vários projetos de implementação e desenvolvimento da infra-estrutura hoteleira e turística, o Estado entra na rota do turismo, vendo neste setor uma saída para absorver o contingente excluído da indústria e uma das soluções econômicas.

Desse modo, a atividade turística vem se enquadrar neste panorama desenvolvimentista, na medida em que se configura como uma atividade econômica eminentemente urbana, caracterizada pela prestação de uma diversificada rede de serviços que, somando-se às precárias condições de inserção da PEA local no mercado de trabalho, transforma-

²⁴ Instituição criada em 1971, através da Lei Estadual nº 4.025 de 13 de dezembro de 1971, empresa de economia mista com autonomia administrativa e financeira, com a incumbência de coordenar e dirigir as ações governamentais na área do turismo, tendo apoio financeiro da SUDENE.

se no espaço ideal para a ocupação de um enorme contingente populacional até então excluído desse mercado.

Sendo o turismo um dos setores que mais tem crescido na economia do Estado, e considerando-se a necessidade de mão-de-obra especializada, como também as infra-estruturas condizentes com as exigências do mercado consumidor, o poder público se insere nesse contexto, oferecendo as condições necessárias no que diz respeito à criação de políticas voltadas para o setor, políticas estas que contemplem a questão do emprego e estruturas que viabilizem o crescimento do turismo no Estado.

As principais transformações que ocorreram nos últimos anos no setor turístico estão ligadas à globalização da economia, aos avanços tecnológicos, às mudanças nas condições de ofertas e demanda e aos problemas ecológicos. Essas mudanças trouxeram novas oportunidades e ameaças para todos os segmentos produtivos, inclusive para o hoteleiro e por isso a empresa hoteleira precisa buscar continuamente a competitividade. É importante lembrar que competitividade atualmente é sinônimo de sobrevivência e está relacionada à capacidade da empresa formular e implementar estratégias que lhe permitam conservar ou ampliar uma posição sustentável no mercado. E uma das estratégias está na qualidade dos serviços oferecidos, que passam pela questão da qualificação profissional dos trabalhadores do ramo hoteleiro.

Diante do exposto, faz-se necessário um estudo que investigue como se dá o processo de formação e capacitação dos profissionais ligados à rede hoteleira, para averiguar se as políticas públicas voltadas para profissionalização da mão-de-obra neste setor estão realmente contemplando as necessidades do mercado e, se este, por sua vez, absorve a força de trabalho formada por tais programas.

2. A política de desenvolvimento da atividade turística para o Nordeste

Nas três últimas décadas do século XX, a Política Nacional de Turismo vem implementando medidas voltadas sobretudo para o desenvolvimento desta atividade no Nordeste brasileiro. Em conseqüência, o litoral nordestino tem sido paulatinamente ocupado por

infra-estruturas turísticas, voltadas para a captação de demanda interna e externa.

Contando com potencial turístico centrado nas belezas cênicas de seu litoral, nos fatores históricos e culturais, a região tem buscado no turismo uma solução econômica viável para amenizar os graves problemas sociais que a afligem. Diante disso, os governos locais, cientes da necessidade de investir na atividade, colocam-se à frente da iniciativa privada e assumem o papel de empreendedores, oferecendo a infraestrutura e direcionando o processo de desenvolvimento do turismo em escala regional.

Dessa forma, surgem na Região os “Mega-projetos Turísticos”, cuja característica principal é a participação determinante do setor público, desde a idealização até a implementação do empreendimento.

Por se originarem da iniciativa pública, esses mega-projetos diferem de outros grandes empreendimentos turísticos encontrados ao longo do litoral brasileiro. Observa-se a existência de duas orientações distintas, em termos da ocupação turística da costa brasileira: uma relativa à ocupação do litoral sul-sudeste do Brasil, onde se multiplicam empreendimentos originados da iniciativa privada, como Beto Carrero World, em Santa Catarina, e a Riviera de São Lourenço, em São Paulo, e outros correspondentes aos mega-projetos instalados no Nordeste onde o poder público se coloca como principal empreendedor, tais como: Projeto Linha Verde, na Bahia; Projeto Costa Dourada, no Ceará e Projeto Via Costeira, no Rio Grande do Norte.

Estes projetos, levados a cabo pelos respectivos governos estaduais, comprovam a consolidação da política de mega-projetos turísticos no litoral nordestino, como também a disposição de transformar estes espaços em destinações turísticas de alcance nacional e internacional.

O Banco do Nordeste, como agente financeiro do Governo Federal, desenvolveu um programa de Pólos de Turismo integrado nos nove estados nordestinos. No Rio Grande do Norte, é criado o “Pólo de Turismo Costa das Dunas” que envolve atualmente 16 municípios (Arês, Baía Formosa, Canguaretama, Ceará-Mirim, Extremoz, Maxaranguape, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, Pedra Grande, Rio do Fogo, São Gonçalo do Amarante, São Miguel do Gostoso, Senador Geogino

Avelino, Tibau do Sul e Touros). Esta política vem consolidar o espaço do litoral leste do Estado como um pólo turístico.

3. Notas sobre a expansão da atividade turística e do setor hoteleiro de Natal/RN

A atividade turística na cidade do Natal vem ter seu *boom* após a construção da Via Costeira, no fim dos anos 1970, que liga a praia de Areia Preta, próxima ao centro, à praia de Ponta Negra, extremo Sul da cidade. Até então, o turismo se dava de forma bastante embrionária. A construção da Via Costeira foi mal vista pelos ambientalistas e moradores locais, que alegavam em primeiro plano o comprometimento ambiental, pois haveria uma grande agressão vegetal e dunar na sua construção. O manifesto da população e dos ambientalistas surtiu efeito. O projeto original foi modificado e a construção da Via foi idealizada não mais cortando as dunas e, sim margeando o litoral.

Diante dos protestos da população, o então governador Tarcísio Maia contratou o escritório do arquiteto Luis Forte Neto, de Curitiba, para a elaboração do projeto Parque das Dunas/Via Costeira.

No governo de Lavoisier Maia, as obras tiveram início com a construção das pistas de rolamento e, na extremidade próxima à praia de Areia Preta, começou a edificação da casa oficial do governador; na outra extremidade, já em Ponta Negra, foi dado início à construção do centro de convenções de Natal.

Por questões técnicas e financeiras, o projeto original foi alterado em 1983 e, no lugar da construção de cinco hotéis categoria cinco estrelas, foram construídos doze hotéis de três, quatro e cinco estrelas²⁵ e a Via foi construída recebendo o nome de Avenida Governador Dinarte Mariz. Hoje, o chamado complexo Via Costeira conta com um projeto de construção de um total de mais de vinte hotéis.

Junto à onda da conquista do El Dourado - o turista -, no final dos anos oitenta, início dos anos noventa, o governo do estado em parceria com o governo federal dá início a construção da Rota do Sol,

²⁵ A classificação dos meios de hospedagem encontra-se em reformulação

uma rodovia que liga Ponta Negra às demais praias do litoral sul do Estado. Possibilitando assim, uma maior oferta de atrativos turísticos, visto que, o litoral sul do Estado dispõe de belíssimas praias.

Afora estes empreendimentos, tem-se outro investimento de diversas naturezas relacionados com o desenvolvimento do setor turístico em nosso Estado. Entre eles podemos citar o Pólo Costa das Dunas, um programa financiado pelo Banco do Nordeste, que tem como meta desenvolver o turismo de forma organizada e menos predatória.

É importante salientar que os primeiros hotéis de grande porte em Natal foram o Hotel Reis Magos, localizado na Praia do Meio, anos sessenta, e o Hotel Ducal Palace, no centro da cidade, anos setenta; ambos foram construídos não com intuito turístico, mas para alojar os políticos e empresários que vinham para Natal. Nesse período, estes equipamentos supriam a demanda de hospedagem na cidade.

A partir dos meados dos anos oitenta, verifica-se um crescimento considerado dos empreendimentos hoteleiros em Natal, principalmente na Via Costeira e na Praia de Ponta Negra, onde se registra um crescimento anual em torno de 7,5%, conforme dados da Secretaria Estadual de Turismo (SECTUR,1990).

Sendo a cidade do Natal conhecida como a Cidade do Sol, a Praia de Ponta Negra desponta como o celeiro turístico da cidade, concentrando o maior número de equipamentos turísticos da cidade e, conseqüentemente, o espaço mais festejado pelos turistas.

Explicitadas as condições de infra-estrutura no espaço geográfico, assim caracteriza-se o turismo e o crescimento hoteleiro em Natal. O turismo passa a ser um possível instrumento de desenvolvimento socioeconômico, devido aos recursos destinados à atividade e suas ações estruturadas para realizações diversas. Com o advento desta atividade, foi necessária a criação de instituições que proporcionassem a formação e qualificação da mão-de-obra que ora se inseria neste setor de atividade.

4. A realidade sócio-capacitacional dos atores sociais envolvidos na atividade hoteleira de Ponta Negra/RN.

4.1 Caracterização do trabalhador inserido no segmento hoteleiro

Para uma melhor análise do processo de inserção do trabalhador no mercado de trabalho dos meios de hospedagem, necessário se fez realizar um levantamento do perfil deste trabalhador, para que se pudesse diagnosticar quem é este trabalhador e, diante destes dados, permitir que fosse feita a análise socioeconômica deste indivíduo.

Mediante tal levantamento, constatou-se que dos 29 (vinte e nove) entrevistados, 19 (dezenove) têm como local de nascimento a cidade do Natal; 06 (seis) nasceram em cidades interioranas do Estado do Rio Grande do Norte e 04 (quatro) nasceram em outras capitais brasileiras. Tal constatação permite afirmar que a contratação neste setor se faz em grande parte entre os habitantes da cidade de Natal, o que na perspectiva de geração de emprego e renda no setor é um fato favorável, visto que é ele o que mais cresce no Estado.

Nessa perspectiva, Trigo (1993 p. 65), ao analisar a importância do turismo para a economia mundial, afirma que ele está entre os três maiores segmentos da economia, só perdendo para o petróleo e a indústria automobilística, o que de certa forma está acontecendo no Rio Grande do Norte, e especialmente em Natal, onde a atividade se configura como importante na geração de divisas e na oferta de postos de trabalho e renda.

Outro fator analisado foi à questão da localização de moradia destes trabalhadores e o meio de transporte por eles utilizado para a ida ao trabalho. Ficou evidenciado que 16 (dezesesseis) moram na área onde trabalham, ou seja, na Zona Sul de Natal, e que os demais fixam moradia em áreas mais afastadas, como na Zona Norte, onde residem 06 (seis) dos entrevistados, em Parnamirim²⁶, com 03 (três), na Zona Leste, 02 (dois), e na Zona Oeste, 02 (dois).

Quando questionados sobre o meio de transporte utilizado para se deslocar até o local de trabalho, a grande maioria afirma utilizar o

²⁶ Cidade que integra a Região Metropolitana de Natal.

transporte coletivo, totalizando 21(vinte e um); dos demais, 02 (dois) usam moto, 02 (dois), bicicletas e 04 (quatro) usam outros meios, como carona com familiares e/ou a pé, em função da proximidade do local em que trabalham.

Confrontando os dados sobre local de moradia e função que exercem nos equipamentos de hospedagem – hotéis, observou-se que os trabalhadores que moram na Zona Norte da cidade, espaço onde reside uma grande parcela da população menos favorecida, em sua grande maioria desenvolvem atividades que exigem um menor grau de escolaridade e/ou qualificação, como: garçom, porteiro, cozinheiro, camareira e assistentes de serviços gerais (ASG).

Estes dados, quando comparados com os do setor de recursos humanos dos hotéis, nos leva a perceber que, além de outros fatores para contratação, a questão da localização da moradia também é determinante na hora de contratar o trabalhador, situação que é confirmada pelo setor de recrutamento. Quando seus responsáveis foram questionados se o local de moradia influenciava na contratação, 12 (doze) dos 15 (quinze) gerentes do setor de recursos humanos dos hotéis investigados foram categóricos em afirmar que faziam questão que seus funcionários morassem nas proximidades, em função dos custos com o transporte e em relação ao horário, já que nos hotéis se trabalha com escalas e o fato dos funcionários morarem perto do local de trabalho facilita o cumprimento dos horários e barateia o custo com seu deslocamento. Este é, portanto, um fator que interfere na escolha daqueles que vão integrar o quadro de trabalhadores do hotel.

Ao se trabalhar a faixa etária dos trabalhadores da hotelaria, deve-se ressaltar que a atividade turística no Rio Grande do Norte é recente, viveu seu *boom* só nos anos oitenta (CLEMENTINO, 1995), justamente quando o governo do Estado investiu na implantação da Via Costeira, dotando a cidade de meios de hospedagem, permitindo o desenvolvimento do turismo e hotelaria. O que de certa forma justifica a grande incidência de trabalhadores jovens neste segmento econômico, muito embora não se possa descartar a questão da rotatividade de mão-de-obra, artifício bastante utilizado pelo empresariado para diminuir seus custos e para contornar os problemas provocados pela sazonalidade que caracteriza o turismo no mundo inteiro.

Com relação à distribuição destes trabalhadores por faixa etária, chegou-se ao seguinte resultado: dos 29 entrevistados, 14 (quatorze) se encontram na faixa etária entre 16 (dezesesseis) e 25 (vinte e cinco) anos, 11 (onze) entre 26 (vinte e seis) e 35 (trinta e cinco) anos, e apenas 04 (quatro) estão na faixa etária acima de 40 (quarenta) anos. Outro dado que corrobora com esta realidade é o tempo de serviço dos entrevistados, onde 16 (dezesesseis) possuem menos de um ano na atividade, 08 (oito) têm até dois anos e apenas cinco trabalham há mais de cinco anos no mesmo estabelecimento.

Esta instabilidade nos postos de trabalho está relacionada a sazonalidade do setor, pois este ramo da economia trabalha com períodos de grande fluxo de turistas, a chamada “alta estação”, e com pequeno fluxo, denominado de “baixa estação”. Nos períodos da alta estação ocorre um grande volume de contratação, que muitas vezes é dispensada na baixa estação. Esta mobilização e desmobilização de quadro dos funcionários interfere na qualidade do trabalho, pois segundo Sena (1998 p. 31), quando se é qualificado para uma determinada atividade, o seu exercício é de extrema importância, já que o afastamento da atividade proporciona uma desqualificação mediante a rapidez das mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Nesta linha de pensamento, Trigo (1995 p. 42) coloca que, “quanto mais tempo se atua numa área, maior probabilidade de se compreender o cliente e o mercado”.

A grande participação da mão-de-obra feminina na atividade hoteleira foi constatada ao se verificar que 19 (dezenove) funcionários entrevistados são do sexo feminino e apenas 10 (dez) são do sexo masculino. Isto nos permite dizer que a atividade hoteleira no espaço em questão é uma atividade que absorve sobretudo a mão-de-obra feminina. E mostra a inserção da mulher no mercado de trabalho dentro de uma perspectiva de aumento da renda familiar, visto que, quando interrogadas do porquê da escolha da atividade, 14 (catorze) delas afirmaram que a principal razão para estarem trabalhando era em função de contribuir para melhorar a renda da família.

No que se refere ao estado civil dos entrevistados, a grande maioria, é solteira 16 (dezesesseis); 09 (nove) são casados, 02 (dois), viúvos e 02 (dois) apresentam outras formas de relacionamento.

Quanto ao nível de escolaridade, percebemos que apesar da existência de vários cursos de nível superior na cidade, o preenchimento dos postos de trabalhos na rede hoteleira se dá em maior número com trabalhadores que possuem apenas o Ensino Médio completo. Foi verificado que 14 (catorze) dos entrevistados possuem apenas o Ensino Médio. No Ensino Superior, este número cai para 08 (oito) portadores de diplomas de graduação superior, enquanto que 04 (quatro) têm o Ensino Médio incompleto e 03 (três) o Ensino Fundamental incompleto. Estes dados permitem afirmar que a contratação da mão-de-obra se dá, majoritariamente com portadores de diploma do Ensino Médio e esta opção se deve à questão salarial, pois quando perguntados sobre a compatibilidade do salário por eles auferidos, foram unânimes em afirmar que por só possuírem cursos em Nível Médio, o salário era compatível com o grau de escolaridade; se os mesmos possuíssem, porém, cursos em Nível Superior, o salário seria maior. No entanto, eles acreditam que teriam mais dificuldades em conseguir uma colocação, já que os proprietários dos hotéis não valorizam muito os profissionais com cursos superiores, principalmente se o curso for da área de hotelaria ou turismo, preferindo os conhecimentos e habilidades conseguidos através do empirismo, ou seja, frutos da prática profissional.

Mediante o exposto, temos um perfil do trabalhador com idade média entre 16 a 35 anos; a maioria tem o Ensino Médio; é composto de solteiros; é em sua grande maioria do sexo feminino; muitos não possuem veículos e consideram o salário compatível diante do grau de instrução que têm.

4.2 Atividades, satisfações e perspectivas dos trabalhadores da rede hoteleira.

Na perspectiva de Castelli (1994 p. 45), a estrutura organizacional de um hotel de pequeno e médio porte pode ser classificada como familiar, intermediária ou profissional. Para este autor, estas estruturas normalmente atendem à seguinte classificação:

A estrutura familiar compreende os empreendimentos com até 40 Unidades Habitacionais (UHs), as atividades administrativas e financeiras ficam a cargo dos familiares e as demais funções são confiadas a

profissionais; na estrutura intermediária, há empreendimentos com até 80 UHs e já aparece a figura do funcionário dentro do quadro administrativo e financeiro; na estrutura profissional, que caracteriza os meios de hospedagem com mais de 80 UHs, há uma distribuição mais efetiva das funções relacionadas com profissionais das áreas, como: diretoria, gerência geral, gerência executiva, controladoria, recepção, portaria e reservas, marketing e vendas, alimentos e bebidas, governança, compra e venda, almoxarifado e recursos humanos.

O presente trabalho realizou pesquisa nos hotéis com estruturas relacionadas a estas características colocadas por Castelli, distribuindo os entrevistados em duas áreas: administrativa e operacional. Da primeira, foram entrevistados os ocupantes das seguintes funções: gerência, subgerência, gerência de recursos humanos, de alimentos e bebidas, de reservas e recepção. Entre os integrantes da área operacional, foram entrevistados representantes das funções: auxiliar administrativo, governança, costureiro, confeitiro, marceneiro, mensageiro e garçom.

Dos entrevistados inquiridos sobre o que os levou a escolher a atividade por eles desenvolvida no hotel, as respostas foram variadas: por ser uma atividade que permite contato com o público e com pessoas de outros lugares, pela influência familiar, por gostar da área do turismo, e ter possibilidade de crescimento dentro da empresa - hotel. No entanto, deve-se ressaltar que o maior número de entrevistados, 11 (onze), afirmaram que estavam desempregados e que apareceu esta oportunidade de inserção no mercado de trabalho. Confrontando com a resposta dada por 10 (dez), dos 15 (quinze) responsáveis pelos hotéis, à pergunta feita ao setor responsável pelas contratações, verifica-se que a formação e qualificação profissional não são relevantes na hora da contratação, pois se percebe uma clara preferência na contratação de pessoas “limpas”²⁷ dos vícios da atividade hoteleira.

Diante desta afirmativa, percebe-se a não preocupação com a formação profissional e a qualificação da mão-de-obra dentro da atividade hoteleira, contrariando o que diz Ruschmann (1989 p. 129), “... quanto

²⁷ Pessoas limpas, na linguagem utilizada pelos profissionais da hotelaria, refere-se a indivíduos que nunca trabalharam neste segmento e que não apresentam conhecimentos sobre ele, o que permite moldar-lhes segundo a “filosofia” do hotel.

mais preparado for o profissional deste setor, maior será a felicidade do turista e, conseqüentemente, o aumento desta atividade”.

Posto isto, verifica-se que o empreendedor do setor hoteleiro de Natal não tem uma visão empresarial, diante do mercado competitivo, principalmente o turístico, que requer toda uma atenção voltada para a qualidade dos serviços oferecidos, pois são esses serviços que vão qualificar a vinda e a estadia do turista na localidade, como satisfatória ou não, proporcionando a garantia e o crescimento da atividade turística no local.

Diante do questionamento se sempre atuaram nesta área, apenas 06 (seis) disseram que sim; os demais, 23 (vinte e três), desenvolviam atividades do setor terciário, porém em outros ramos da economia como: comerciário, professora, motorista, recepcionista de clínica, costurava em casa, locadora de veículos, camareira de motel, e 08 (oito) responderam que era o primeiro emprego, corroborando assim com a preferência dos hotéis em contratarem “pessoas limpas”.

Quando questionados por que ingressaram nesta atividade, 12 (doze) afirmaram que tinham qualificação, 06 (seis) por influência de amigos/família, 03 (três) por existir mercado para trabalhar e 08 (oito) por ter um certo conhecimento do serviço - experiência na atividade.

Percebe-se que a questão da formação profissional e a qualificação não é um fator preponderante para ser absorvido nos postos de trabalhos do segmento hoteleiro, posto que 17 (dezesete) trabalhadores colocaram justificativas que não estão relacionadas com a profissionalização deles junto ao setor em que estão inseridos, como também os 12 (doze) que responderam ter qualificação, na verdade são experiências adquiridas no decorrer da vida profissional, ou cursos e treinamentos realizados durante o exercício da atividade, pois antes do ingresso neste segmento não possuíam qualquer conhecimento da área.

Apesar do ingresso na atividade hoteleira estar desassociada da qualificação profissional, dos 29 (vinte e nove) funcionários entrevistados, 24 (vinte e quatro) pretendem continuar na atividade, por considerarem uma atividade promissora e com mercado em amplo crescimento. Este desejo é contraditório dentro da visão dos contratantes, visto que os setores responsáveis pelas contratações, afirmam que é “melhor fazer que comprar feito”.

Nesta questão, ocorre uma contradição verificada entre os responsáveis pelo setor de recursos humanos e a vontade dos trabalhadores, já que os contratos ocorrem, normalmente, de uma forma em que a experiência e a qualificação não é quesito importante na contratação. Isto induz a se dizer que a inserção no segmento hoteleiro se dá prioritariamente fora dos padrões da administração, fazendo com que o trabalhador venha adquirir o conhecimento profissional no exercício da atividade, descaracterizando desta forma a função da qualificação profissional e comprometendo os serviços prestados por este segmento. Fonseca (2005, p.153) vem corroborar com esta prática não administrativa dos nossos empresários, quando fala da questão da qualidade do trabalho no segmento do turismo: “... se a empresa quer ser competitiva neste segmento turístico, deve investir no trabalhador, pois a qualidade do serviço prestado é um dos diferenciais do produto turístico e, portanto, do destino turístico”. Fonseca (2005, p. 152) ainda coloca que “os empregadores não estão dispostos a investir na qualificação dos seus trabalhadores....o poder público estadual é quem tem propiciado condições para qualificação dos trabalhadores do setor...”

A atividade do turismo passa pela questão da sazonalidade, identificada como uma flutuação entre o período da “alta estação” e “baixa estação”, e esta flutuação é responsável pelo aumento e redução tanto da oferta de postos de trabalhos, como da carga de trabalho para os funcionários do segmento. Isto foi verificado quando perguntamos se havia variação no ritmo de trabalho e todos afirmaram que, no “período das férias (alta estação), o fluxo de turista aumenta” e, conseqüentemente, o trabalho e a oferta de novos postos seguem o mesmo ritmo; já no “período pós-carnaval (baixa estação), ocorre uma redução” nos serviços e aparecem as demissões no setor. Qualificando assim uma instabilidade de ganho para o empresário e de emprego para o trabalhador, neste setor em função da sazonalidade.

Ao serem interrogados sobre a existência de outra fonte de renda paralela à atividade por eles exercida no hotel, apenas 05 (cinco) disseram ter uma outra fonte para complementar a renda, e desenvolvem atividades como: funcionário público estadual, moto boy, venda de perfume e de artesanato. O número de trabalhadores que desenvolve outra atividade se apresenta pequeno, em função da jornada de trabalho

ser em forma de escala e não seguir uma seqüência semanal, impossibilitando, assim que os trabalhadores possam exercer uma outra atividade, pois a maioria gostaria de ter outra fonte de renda para complementar seu ganho.

Apesar da precarização das condições de trabalho observadas nos hotéis, principalmente em relação a horários, condições de trabalho e salários, e conforme estudo realizado pela OMT (1998), onde aborda algumas características de precarização do trabalho no segmento da hotelaria, assumidas pelos trabalhadores como: grande número de trabalhadores temporários; elevado número de mão-de-obra feminina nos postos de trabalho inferiores e baixo percentual nos cargos superiores, baixa remuneração, se comparado com outros setores da economia e elevado número de horas de trabalho e baixo grau de sindicalização. Dos entrevistados, 18 (dezoito) avaliaram como “boas as condições de trabalho” para eles oferecidas pelos empreendedores hoteleiros; 07 (sete) consideram “ótimas” e apenas 04 (quatro) acham “regular”. Vale aqui salientar que, na hora de responderem a esta questão os trabalhadores expressavam uma fisionomia de insatisfação, porém, ao registrarem suas respostas se colocam como satisfeitos. Ilustrando assim um receio de responder o que é observado por nos, e pelos estudos da OMT.

Sobre a questão da sindicalização destes profissionais, o que se verificou foi a não credibilidade destes trabalhadores com os seus sindicatos, visto que 16 (dezesesseis) deles não são sindicalizados e, entre os motivos alegados para a não sindicalização, está a omissão do sindicato diante de questões por eles reivindicadas como: horário de trabalho, condições de trabalho, desvio de função, férias e questões salariais. Os 13 (treze) que são sindicalizados o fizeram por exigência do hotel, para a efetivação da contratação. Este item vem fortalece o estudo anteriormente citado e feito pela OMT, onde coloca a baixa sindicalização dos trabalhadores entre uma das precarização do trabalho no segmento da hotelaria.

4.3. Hotelaria e qualificação profissional

O crescimento do turismo e a sua viabilidade para o crescimento de regiões subdesenvolvidas é um fator já comprovado em vários estudos,

porém existe um fator que vai determinar esta viabilidade que não são apenas os fatores históricos, religiosos ou naturais, e sim a questão da qualidade dos serviços oferecidos nas localidades onde o turismo é explorado.

Dentro desta perspectiva, necessário se faz que os profissionais do segmento hoteleiro tenham cursos de formação e capacitação profissional relacionados com as áreas em que atuam, proporcionando assim um retorno do turista e a garantia de continuidade da atividade.

Diante do exposto, perguntamos aos nossos entrevistados se tinham cursos na área em que atuam; 22 (vinte e dois) responderam sim e 07 (sete) não, possuem cursos de formação em suas áreas de atuação. Observa-se, portanto, que nestas respostas existe uma análise a ser feita com a questão por que ingressaram nesta atividade, uma vez que uma maioria (17 dezesete) não mencionou a questão da qualificação, como condição para exercício da atividade por ele desenvolvida. Neste caso a formação e qualificação se dão muitas vezes no próprio hotel, através de cursos dados por gerentes de áreas, ou cursos realizados após a contratação, o que vai também corroborar com o que eles chamam de contratar pessoas “limpas”, sem experiência no *trade* turístico. Nota-se, porém, que o empresário deste setor prefere “fazer” o profissional a contratar um que tenha cursos dentro do segmento dos hotéis.

Dentre as instituições que oferecem cursos voltados para a área do turismo, especificamente para hotelaria, as instituições apontadas como as de melhor desempenho foram as instituições que formam trabalhadores em nível técnico, como o Serviço Nacional do Comércio - SENAC e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte - CEFET-RN, em nível superior, fica evidenciado que as instituições privadas têm um destaque na qualidade dos cursos oferecidos, pois a Universidade Potiguar - UnP e a Faculdade de Natal - FAL estão à frente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, quando avaliadas pelos entrevistados, tanto na visão dos funcionários enquanto alunos dos cursos oferecidos, como do setor de recrutamento de pessoal na hora de avaliar os currículos dos candidatos a vagas.

Apesar de uma certa parte dos profissionais que lecionam nas instituições formadoras de mão-de-obra para o segmento hoteleiro,

principalmente em nível médio, serem pessoas sem uma formação acadêmica, os entrevistados são unânimes em afirmar que a parte teórica dos cursos é ótima, mas a parte prática em todos os níveis fica muito a desejar, dificultando desta forma o desempenho satisfatório do profissional que está se formando. Segundo eles, a parte prática nos cursos facilitaria muito mais no entendimento e no desenvolvimento de suas funções e, conseqüentemente, estariam desempenhando e oferecendo um serviço de melhor qualidade.

O período dos cursos realizados pelos profissionais estão todos entre os anos de 2000 a 2005, com maior ênfase no ano de 2004, quando 18 (dezoito) trabalhadores realizaram seus cursos. Este fato, confrontado com o período em que o funcionário está nesta atividade, nos permite afirmar que a atividade hoteleira possui uma mão-de-obra sem estabilidade, pois boa parte dos entrevistados tem menos de um ano na atividade.

Dentro desta mesma seção foi questionado se os cursos realizados teriam contribuído para sua contratação; 9 (nove) responderam que não, pois já trabalhavam no hotel quando realizaram e/ou concluíram os referidos cursos e 13 (treze) colocaram que ocorreram mudanças de função e/ou trabalho, porém sem aumento salarial. Quanto às expectativas em relação aos cursos, 14 (quatorze) afirmaram que foram atendidas satisfatoriamente, enquanto 08 (oito) responderam que os conteúdos foram fracos e que faltou a parte prática.

As respostas obtidas nos questionários e as conversas informais com os trabalhadores do segmento, tanto os da área administrativa quanto operacional, permitem afirmar que o critério mais importante na contratação de funcionários é a falta de experiência e a possibilidade de se “formar” o indivíduo segundo a “filosofia” do estabelecimento, sem os vícios trazidos de outros hotéis. Pode-se afirmar ainda que a formação profissional é um critério pouco relevante, particularmente quando este profissional tem nível superior, o que poderia representar salários maiores.

4.4 Renda dos trabalhadores do setor hoteleiro

O piso salarial dos trabalhadores da rede hoteleira é definido pelo sindicato da categoria e pelos sindicatos das atividades atreladas ao turismo, como sindicato dos bugueiros, dos garçons, segurança, entre outros, e tem como base o salário comercial determinado pelo clube de diretores lojista (CDL).

Com base nas respostas dadas, dos trabalhadores do segmento hoteleiro, 12 (doze) recebem de um a dois salários mínimos, 13 (treze) têm como salário uma média entre dois a quatro salários mínimos e apenas 04 (quatro) recebem de quatro a seis salários mínimos.

Dos entrevistados, 21 (vinte e um) disseram que o salário é compatível com a sua função e 08 (oito) responderam que não. Entre as justificativas desta negativa, estava a questão de que na carteira profissional havia a contratação para uma determinada função e na prática exercia-se outra. Outra justificativa dada foi que o salário estava abaixo do estabelecido pelo sindicato.

Quando interrogados se o salário auferido no hotel era a sua renda principal, 22 (vinte e dois) responderam sim, pois este salário é para o sustento apenas deles, 07 (sete) disseram que para complementar a sua renda desenvolviam outra atividade paralela a do hotel, como funcionário público estadual, moto boy, venda de perfume e de artesanato.

No que se refere à variação da renda mensal auferida pelos trabalhadores, 14 (quatorze) colocaram que ocorre esta variação somente no período da alta estação, devido às “caixinhas” dadas pelos turistas e às horas extras que são obrigados a fazer; 15 responderam que a sua renda não varia nem mesmo na alta estação, pois não têm contato com os hóspedes e que, para o desenvolvimento de suas atividades, não necessitam de horas extras.

4.5 Relação empresa X formação e capacitação profissional.

Dentro das prerrogativas da administração, um dos fatores de grande importância para a contratação de um trabalhador é a qualificação profissional relacionada ao cargo pretendido pelo candidato e oferecido

pela empresa. Neste sentido, perguntou-se ao responsável pelo setor de recursos humanos dos hotéis qual o critério na hora da contratação, considerando-se dois fatores: a experiência e a qualificação profissional. Dos 15 (quinze) gerentes de recursos humanos dos hotéis entrevistados, 10 (dez) responderam que a contratação se dá pela experiência, pois o conhecimento na área hoteleira é muito importante diante da necessidade que se tem de profissionais conhecedores deste segmento; e ainda alegaram que curso não qualifica ninguém. Os 05 (cinco) que responderam que a qualificação é o principal critério para a contratação, fizeram ressalvas, como: gosto de “fazer” o funcionário; funcionário só com as teorias nos possibilita moldá-los. Vê-se assim que, mesmo os hotéis que optam por contratar pessoas que tenham qualificação, o fazem com a intenção de adaptá-los dentro das normas da empresa, desconsiderando de certa forma o aprendizado ora adquirido no curso.

Reforçando esta visão, numa pergunta que se fez sobre a existência de situações em que a contratação se dava sem o funcionário ter experiência e qualificação profissional, 10 afirmaram que sim, e justificaram suas respostas dizendo que é “bem melhor contratar funcionários sem qualificação e/ou experiência, pois o hotel tem mais possibilidades de “moldá-lo” e “prepará-lo” dentro da filosofia do mesmo, e que os hotéis realizam capacitações para os funcionários, dada por gerentes”.

Os termos moldar, preparar e limpa, utilizados pelos setores de recursos humanos nas respostas, corresponde a uma linguagem bastante utilizada no meio hoteleiro, e refere-se a indivíduos que nunca trabalharam neste segmento e que não apresentam conhecimentos sobre ele, o que permite moldar-lhes segundo a “filosofia” do hotel.

Quando perguntados se todos os funcionários tinham cursos dentro de suas áreas de atuação, quatorze responderam que não e que muitas vezes o conhecimento é melhor do que os cursos oferecidos, pois estes estão fora da realidade local, ou não existe curso na área. O único hotel que colocou que todos os funcionários tinham cursos em sua área de atuação, foi devido à exigência da rede do hotel.

Dentre os hotéis entrevistados, 08 (oito) não buscam, nas instituições que oferecem cursos profissionalizante ou de qualificação, funcionários para o preenchimento do seu quadro funcional. Alegam que

mesmo antes da necessidade da contratação, já existem muitos currículos para análise e posteriormente contratação e que também utilizam a prática de “fazer” o trabalhador. 07 (sete) responderam que sim; vão às instituições formadoras de mão-de-obra na busca de funcionários que executem funções básicas como: garçom, camareira, copeiro, mensageiro, entre outras de serviços gerais. Verifica-se nesta resposta que as funções que requerem menos estudo, em relação a outras desempenhadas dentro dos hotéis, são aquelas que os hotéis buscam nas instituições formadoras de mão-de-obra, vendo-se assim uma tendência à desvalorização dos demais cursos.

Foi perguntado ao setor de recursos humanos qual a avaliação deles em relação aos cursos que oferecem formação e qualificação para a área de hotelaria. Percebeu-se, pelas respostas, que mesmo sem se utilizarem muito destas instituições para a contratação de funcionários, a avaliação é positiva, visto que 13 (treze) colocaram como bom o conceito dos cursos, 01 (um) acha regular e outro considera péssimo, achando que os cursos generalizam os conteúdos e não focalizam a realidade local. O conceito bom e regular se deve à falta de aulas práticas, inovações metodológicas e mais conhecimento da parte teórica e prática dos professores (instrutores) que ministram os cursos, pois muitas vezes são ex-funcionários de hotéis que estão afastados das funções há um tempo considerável, não possuem curso superior na área em que lecionam e não se preocupam em buscar novos conhecimentos. Os professores (instrutores) não percebem que os serviços oferecidos pelos hotéis acompanham uma exigência na qualidade, tanto quando, na velocidade das informações e que eles necessitam estar antenados com os novos conceitos, conhecimentos e tecnologias do segmento.

Após a pergunta sobre a avaliação dos cursos oferecidos, perguntou-se se o hotel influenciava ou interferia na estrutura curricular dos cursos; 12 (doze) disseram que não, pois estas estruturações normalmente são feitas com base em estudos e exigências do “mercado”. Vale ressaltar que este mercado provavelmente não é o nosso, já que uma maioria coloca que os cursos não são voltados para a realidade local e que os cursos, da forma como se encontram, dão para suprir a necessidade imediata do hotel; pois se for necessário, “moldamos o funcionário conforme nossa precisão”. Os 03 (três) que se colocaram como hotéis que

dão sugestões na estrutura curricular dos cursos, o fazem para facilitar e auxiliar o trabalho do setor de recursos humanos dos hotéis, pois eles sugerem dentro das necessidades pelas quais o hotel passa.

Segundo respostas, as instituições que oferecem cursos em nível técnico ou básico, são as que formam as melhores mãos-de-obra para o mercado, como: SENAC, SEBRAE e CEFETRN. Já as instituições em nível superior ficam muitas a desejar. Dentro de uma classificação dos cursos superiores feita pelo setor de recursos humanos, os melhores cursos que são oferecidos pelas instituições privadas seguem a seguinte classificação: Universidade Potiguar - UnP, Faculdade de Natal - FAL e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Nas demais faltam profissionais de áreas específicas para ministrar suas disciplinas e isto acaba comprometendo o curso no todo.

Quando relacionamos a questão da contratação com direitos dos trabalhadores, perguntamos sobre a sindicalização dos funcionários, pois se acredita que o direito ao sindicato é uma dever de todo trabalhador. Os responsáveis pelo setor de recursos humanos dos hotéis foram unânimes em colocar que a sindicalização do trabalhador é um direito e, como tal, eles - hotéis - não põem obstáculos para sua filiação.

Sabe-se que o turismo sobrevive em função da visitação dos turistas e que são os clientes que vão julgar o lugar e os serviços oferecidos pelos equipamentos turísticos da localidade. Dentro desta lógica, perguntamos ao setor de recursos humanos se havia algum tipo de reclamação dos turistas em relação aos serviços oferecidos pelo hotel. Foi respondido que os turistas reclamam do atendimento, no que diz respeito a informações e orientações turísticas da cidade. Outra reclamação é a falta de conhecimento de uma língua estrangeira, como o Inglês ou Espanhol, visto que a nossa cidade recebe vários turistas estrangeiros.

A reclamação dos turistas condiz com a preocupação dos hotéis, pois quando inquiridos sobre que cursos poderiam ser oferecidos pelas instituições para melhorar e facilitar o atendimento e a qualidade dos serviços oferecidos por eles, os entrevistados colocaram que as instituições ligadas à capacitação e qualificação de profissionais do segmento hoteleiro deveriam criar cursos de idiomas voltados para o atendimento ao turista, como também cursos de relações humanas, não só no nível de clientes, mas como se dão às relações entre os funcionários das empresas,

ou seja, entre os funcionários do próprio hotel. Outra necessidade apontada foi a de um curso com ênfase na cultura da cidade, estado e região, pois se percebe uma falta grande, por parte dos funcionários, de um conhecimento da cultura local e nacional.

A preocupação com os cursos de língua e com um curso voltado para as questões culturais da cidade e do país, por parte dos hotéis, se deve ao fato do aumento do turista estrangeiro na cidade, principalmente vindo da Europa. Este turista tem a curiosidade de conhecer a cultura e a história do local em que visita.

Para a maioria dos gerentes de recursos humanos entrevistados, 09 (nove), as instituições voltadas para formação, capacitação e qualificação dos profissionais no ramo do turismo e, neste caso, os hotéis, cumprem com suas funções, enquanto formadoras de mãos-de-obra. Vale aqui ressaltar a contradição destes gerentes diante de tal avaliação, visto que a maioria dos hotéis não valoriza a mão-de-obra qualificada, preferindo moldá-las dentro de suas filosofias.

Nesta mesma visão, 08 (oito) responsáveis pelas contratações, responderam que essas instituições não cumprem com seus papéis, que seria o de formar mão-de-obra qualificada para o mercado hoteleiro da cidade. Eles alegaram o despreparo de alguns professores, pois boa parte destes professores, que por sinal são chamados de instrutores, eram funcionários de destaque em suas áreas de atuação e que por isto são chamados para ministrar disciplinas ou cursos sem ter nenhuma formação acadêmica e pedagógica, ou mesmo teórica, do que estão fazendo, comprometendo desta forma a formação profissional dos que buscam uma qualificação para ser inserido no mercado de trabalho.

5. Relevâncias a cerca do setor hoteleiro em Ponta Negra/Natal

No que diz respeito à emergência das atividades turísticas na cidade de Natal, observa-se que está num contexto marcado por transformações na distribuição da população do Estado entre os espaços urbano e rural e pelas transformações observadas no mundo do trabalho, onde, a partir da década de setenta, no bojo do crescimento do terciário, Natal passa a viver as transformações impulsionadas pela emergência do turismo que começa a se configurar na região. Só a partir dos anos

oitenta é que passaram a ocorrer mudanças significativas que dinamizaram a economia local e que contribuíram para a diversificação de atividades voltadas para o atendimento do crescente número de turistas que passam a visitar Natal. A característica desta atividade, eminentemente prestadora de serviços e o fato de Natal, enquanto capital do Estado, ser historicamente uma região absorvedora de grandes massas de migrantes, contribuíram para que o desenvolvimento do turismo em Natal fosse acompanhado pelo crescimento e diversificação de uma vasta rede de serviços e comércio, entre eles o surgimento de um grande número de meios de hospedagem - hotéis.

Para que os meios de hospedagem desenvolva-se, no sentido de se caracterizar como um serviço de qualidade, faz-se necessária uma formação profissional bastante qualificada. Como o turismo é uma atividade de utilização intensa de capital humano, só a formação e a capacitação profissional especializada poderão responder aos desafios que o setor enfrenta. Para que esta formação e capacitação se efetuem, é necessário que os profissionais formadores dessa mão-de-obra tenham competência para desenvolver um trabalho de qualidade, pois, segundo o que se verificou neste trabalho, alguns dos “ditos” professores são pessoas que não têm formação na área e que exercem tal função simplesmente por serem bons profissionais no ramo ou por serem antigos na atividade.

Verifica-se neste trabalho que a questão da formação e capacitação profissional, dentro do segmento da hotelaria no espaço de Ponta Negra, é algo que se configura como sendo um detalhe sem muita importância para o desenvolvimento deste segmento, fato comprovado diante das respostas dadas pelos gerentes dos setores responsáveis pela contratação dos trabalhadores, quando colocam que os contratos, em sua grande maioria se dão não pela qualificação profissional do trabalhador e sim pela sua experiência, existindo ainda casos em que os hotéis preferem contratar trabalhadores sem estes requisitos. Na visão de alguns hotéis, o funcionário tem que estar “limpo” dos vícios que se adquirem no desempenho das funções.

Todavia percebe-se que no interior dos hotéis são dados treinamentos para melhorar o desempenho dos funcionários, o que evidencia que os hotéis não dão credibilidade aos cursos que são ministrados pelas instituições responsáveis pela formação e capacitação

dos trabalhadores deste segmento. Outro fator que corrobora com esta evidência, diz respeito ao fato dos hotéis não procurarem trabalhadores nas instituições formadoras de mão-de-obra para o preenchimento do seu quadro profissional, preferindo selecionar pessoas alheias à atividade hoteleira, ou que tenham experiências, mesmo sem formação específica.

Verifica-se também que os hotéis não interferem diante das instituições que oferecem cursos na área, no que diz respeito à criação de cursos, melhoramento dos cursos e na obrigatoriedade de contratar professores que tenham formação específica na área de hotelaria, o que valorizaria, desta forma, seus cursos e os futuros profissionais por eles colocados no mercado de trabalho.

Embora o critério de formação e capacitação não seja um elemento determinante para que o indivíduo ocupe um posto de trabalho na hotelaria, verifica-se que a grande maioria dos trabalhadores possui formação na área. Vale aqui ressaltar que esta formação é, na sua grande maioria, composta de treinamentos realizados dentro dos hotéis e que, posteriormente, são realizados cursos em instituições que formam profissionais em nível técnico e/ou em nível médio, e também que esta formação ocorre quando o trabalhador já está inserido no mercado de trabalho.

A sazonalidade, aliada às relações de trabalho, está intimamente vinculada ao segmento do turismo e apresenta efeitos mais contundentes quando se trata de uma região onde o turismo está em desenvolvimento e se apresenta como alternativa de ocupação e renda para uma significativa parcela da população. Os resultados da pesquisa apontaram que praticamente todos os trabalhadores que desenvolvem atividades nos hotéis sofrem os efeitos da sazonalidade, diminuindo ou aumentando o ritmo de trabalho em função do fluxo de turistas.

Verificamos também que o quadro dos funcionários dos hotéis entrevistados, no que se refere ao nível de escolaridade, tem grande ênfase no ensino médio e que os cursos de nível superior não são valorizados porque os salários pagos aos funcionários com esta formação são, na sua maioria, maior que os de nível médio ou técnico.

Com base nos estudos e análises deste trabalho, podemos verificar que as políticas públicas existentes para a formação e capacitação do trabalhador na rede hoteleira não são valorizadas pelos setores de

recursos humanos dos hotéis. Entretanto, o que se verifica é a falta de visão administrativa, se assim podemos dizer, visto que os setores responsáveis pelas contratações não priorizam os conhecimentos teóricos adquiridos no processo de formação do profissional, em detrimento do conhecimento empírico, ou de uma prática sem formação acadêmica.

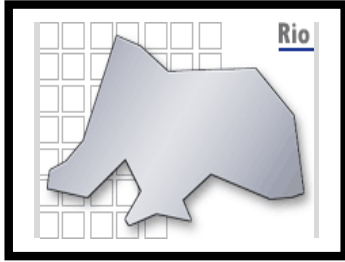
Com estes resultados encontrados, procurou-se atingir o objetivo do estudo que foi analisar se as políticas voltadas para a formação e capacitação dos trabalhadores em hotelaria estão atendendo às necessidades dos trabalhadores, empresários e à exigência do mercado dentro da territorialidade do turismo.

REFERÊNCIAS

- CASTELLI, Geraldo. **Excelência em hotelaria: Uma abordagem prática.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1994.
- _____. Geraldo. **Administração hoteleira.** 2. Ed. Caxias do Sul: Ed. da Universidade de Caxias do Sul, 1992.
- _____. Geraldo. **Turismo: atividade marcante do século XX.** 3. ed. Caxias do Sul: Educs, 1996.
- COUTINHO, Luciano; FERRAZ, João Carlos. **Estudo de competitividade da indústria brasileira.** Campinas: Campus, 1995.
- COVRE, Maria de L. M. **A fala dos homens: análise do pensamento tecnológico.** São Paulo Brasiliense, 1983.
- CLEMENTINO, Maria do L. Miranda. **Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70.** Natal: UFRN: CCHLA, 1995.
- EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO. **Deliberação Normativa nº 367, de 26.11.96.** Brasília: Ministério da Indústria e Comércio e Turismo, 1996.
- EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO. **Estudo econômico-financeiro dos meios de hospedagem e parques temáticos no Brasil.** Brasília: Ministério da Indústria e Comércio e Turismo, 1997.
- FELIPE, José Lacerda. **Elementos de geografia do RN.** Natal: Universitária, 1986.
- FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. **Espaço, políticas de turismo e competitividade.** Natal,RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2005.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introducción al turismo.** Madri, 1998.
- RUSCHMANN, Doris Van M. **Turismo e planejamento sustentável** Capinas: Papirus, 1989.

SENA, Elaine Cristina. **Capacitar para quê?** São Paulo: Ed. São Paulo, 1998.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo e qualidade:** tendências contemporâneas. Campinas: Papirus, 1993.



4 A METAMORFOSE SOCIOESPACIAL DE PIUM

Dália Maria Maia Cavalcanti de Lima²⁸

Introdução

A análise do processo de metamorfose socioespacial durante a década de 1990 e o início do século XXI em Pium, bairro pertencente ao Município de Parnamirim-RN, apresenta a paisagem piuense no contexto do Litoral Oriental do Rio Grande do Norte e a dinâmica que interfere na produção deste espaço; reflete a respeito dos principais fatores de sua produção, enfatizando as relações com seu entorno para o entendimento da transformação ocorrida nessa localidade.

O interesse em estudar essa localidade surgiu de observações empíricas do acelerado processo de mudança na paisagem em Pium, principalmente durante a década de noventa, da curiosidade em entender o sentido lógico das transformações ocorridas, e da necessidade de analisar os fatores e processos que interferem nestas transformações e que sirvam de parâmetros as intervenções adequadas no local.

Para desenvolver esta análise utilizou-se pesquisa bibliográfica, observação de campo, registros feitos em mapas, além da coleta de dados primários por meio de formulários aplicados aos moradores.

Para concretizar o presente estudo, utilizou-se o arcabouço teórico de diversas disciplinas necessárias ao entendimento da organização do espaço, principalmente da Geografia, da Sociologia, da Arquitetura e Urbanismo, pois se compreende que a problemática apresentada necessita de uma visão interdisciplinar. A análise desenvolvida buscou a interpretação dialética e a aplicação de uma

²⁸ Graduada em Geografia; Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Doutora em Ciências Sociais; Professora do CEFET-RN

metodologia crítica adequada à dinâmica da realidade social, possibilitando a compreensão das contradições e o entendimento dos processos de mudança.

A coleta de informações no campo ocorreu no período de junho de 1998 à maio do ano 2000. A delimitação do recorte da área estudada foi possibilitada através do trabalho de reconhecimento de campo e pelo registro fotográfico das principais características encontradas no lugar. O universo analisado, foi definido como o assentamento em que vive a população residente no bairro de Pium, sendo incluídos neste estudo a Praia de Cotovelo e o Vale de Pium.

A análise aponta que as mudanças na paisagem se relacionam com um conjunto de fatores, entre eles, com o crescente fluxo de veículos em função das atividades turísticas e do lazer desenvolvidas no Litoral Oriental do Rio Grande do Norte, assim como, com a expansão urbana de Natal, fatores esses que se articulam a outros fatores externos ao território norte-rio-grandense para a produção do fenômeno observado.

Conclui-se que as mudanças percebidas nessa paisagem refletem uma relação recíproca entre elas e as transformações de natureza social, nas quais as mudanças no modo de vida e trabalho desta comunidade, articuladas à forma de uso do solo, caracterizam uma metamorfose socioespacial nesse local.

1. A paisagem piuense

Entender a dinâmica da paisagem em Pium, os fatores que interferem na sua realidade socioespacial e como se apresenta na vida cotidiana foi a preocupação que permeou o presente estudo.

Para tanto, foi analisada a metamorfose socioespacial ocorrida em Pium, compreendendo os principais fatores que a influenciaram, como este processo se percebeu na vida da comunidade, o que permitiu apontar tendências que possibilitem aos moradores, empreendedores e planejadores uma atuação consciente no local.

Pium é um bairro de pequenas dimensões, situado no Município de Parnamirim (Região Metropolitana de Natal), na Zona Oriental do Estado do Rio Grande do Norte (Figura 1) que tem apresentado

crescimento recente, influenciado, entre outros fatores, pelo adensamento urbano polarizado por Natal.



Figura 1 – Rio Grande do Norte, Distribuição dos municípios localizados na Região Metropolitana de Natal com localização de Pium (04.Parnamirim).

Esse adensamento polarizado por Natal tem se caracterizado por

uma ocupação desordenada do litoral baseado no consumo dos lugares em sua proximidade e, principalmente, da parte que se encontra ao Sul dessa Capital, onde existe grande quantidade de casas de veraneio, ocupações de terreno da Marinha ao longo da costa e até invasões de áreas de reservas ambientais.

As mudanças percebidas na paisagem em Pium apresentaram características semelhantes às existentes em outras localidades do nosso litoral, porém considerou-se relevante analisar de que forma estes aspectos se reproduziram nesse local e quais as especificidades encontradas.

O estudo destas especificidades, a forma particular dos fatores internos e externos articularem-se na produção desse espaço, e como refletem-se no modo de vida dessa comunidade, foram sistematizados a partir de uma visão crítica dos fatores e processos que interferiram nessas mudanças.

Esta análise possibilitou a compreensão das interferências de variadas instâncias, públicas e privadas, tanto em nível nacional, estadual quanto municipal, pois as atividades econômicas aí desenvolvidas recebem influências de instituições governamentais que exercem o poder de decisão de forma espontânea ou articulada com a iniciativa privada. Neste sentido, as atividades de lazer e particularmente de turismo, que recebem incentivos estatais e a expansão metropolitana de Natal foram elementos importantes para o entendimento das questões que nortearam a presente análise.

1.1 A influência do lazer e do turismo

Para proceder a análise do processo de (re)produção socioespacial que ocorreu em Pium, este estudo remeteu-se ao lugar como uma parcela de espaço que, apesar de sujeito às mesmas leis gerais do processo de produção espacial, também se reproduz a partir de fatores históricos específicos. *"O mundo é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares."* (Santos, 1999, p.271).

Pium apresentou-se neste estudo como uma totalidade real que,

fundamentada na indissociabilidade dos fenômenos sociais, detém uma relação de interdependência com o todo, sendo o mundo o ponto de partida e de chegada da análise, que enfatiza o possível, onde em cada época existe uma pluralidade de possibilidades que se realizam no processo histórico. Para Lefebvre (apud Carlos, 1996, p. 129) “*por meio do espaço atual, sua crítica e seu conhecimento se chega ao global, à síntese*”. O espaço apresenta-se, assim, como um conjunto de possibilidades, organizadas pela relação existente entre os elementos naturais e sociais que o compõem.

A paisagem apresenta um aspecto relevante na análise do espaço, pois nela se manifesta o movimento do real, sendo na sua forma que se expressa a “concretude momentânea” da produção e reprodução do espaço.

As intensas mudanças ocorridas na paisagem local caracterizam um conjunto de alterações significativas nas formas, nos movimentos e na estrutura social, ao que denomina-se metamorfose. As transformações estruturais e funcionais da paisagem em Pium foram indicadores da existência de fatores que interferiram na (re)produção do espaço local, estando por trás da paisagem o movimento, em que a luta entre contrários configura-se numa inter-relação dialética permanente entre o externo e o interno, o novo e o velho, o Estado e o mercado.

Assim, para desenvolver-se a análise do processo de reprodução do espaço Piuense, tornou-se necessário compreender as intervenções feitas no local, que se apresentaram como fruto de diversos fatores locais e globais.

Atualmente o processo de reprodução do espaço litorâneo do Nordeste Brasileiro de forma mais ampla, e o que ocorre no Litoral Oriental do Rio Grande do Norte, mais especificamente, estão estreitamente relacionado ao desenvolvimento das atividades de lazer e turismo. O PRODETUR - NORDESTE, Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, foi instituído pela Portaria n.º1, de 29/11/1991, por ação conjunta da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), objetivando ordenar o desenvolvimento do turismo na região, mediante a alocação de recursos públicos nacionais e internacionais (RODRIGUES, 1997. p. 55-64).

De acordo com Felipe (1994, p.10), no Rio Grande do Norte, três fatores contribuem para o tipo de distribuição populacional **existente**:

1) A concentração dos serviços e sua ampliação de influências na economia terciária, particularmente em Natal, juntamente com as atividades ligadas ao turismo, tornando-se fato econômico importante no Estado nas últimas décadas. 2) o surgimento de economias novas na Região de Mossoró, exploração de petróleo e produção de frutos tropicais (melão, caju, melancia, graviola, maracujá e manga), faz com que Mossoró assuma o papel de 2º pólo de atração do Estado (...). 3) Sem investimentos novos, sem perspectivas econômicas de curto e médio prazo, o resto do Estado e seus municípios com exceção de Natal e Mossoró, tendem a reduzir a sua população, reduzindo também a superação deste quadro econômico.

A urbanização existente nessa parte do litoral geralmente ocorre, sem um planejamento urbano adequado e necessitando portanto, de maior fiscalização pelos órgãos competentes. Sendo identificados três tipos de ocupação: a primeira, mantida pela própria comunidade litorânea; a segunda, decorrente da ocupação mantida por residências para veraneio e finais de semana, como forma de lazer; e a terceira, por meio do turismo.

A intensa utilização do litoral do Estado, pelo lazer, com grande número de casas de veraneio (segundas residências) estimula várias formas de especulação imobiliária e fundiária. O poder público mantém essas áreas com infra-estrutura adequada (água, energia elétrica, vias públicas, etc.), para atender, prioritariamente, a essa classe de moradores temporários, a qual é mais exigente e apresenta um maior poder reivindicatório do que a população local.

Outro fator considerado, quanto a ocupação por segundas residências, refere-se as relações destes moradores eventuais que não são permanentes com o lugar, tornando frágil o vínculo destas populações com os lugares de veraneio, pois os proprietários utilizam apenas em determinados períodos sem envolverem-se permanentemente com os problemas relativos a comunidade nativa.

Já a utilização do litoral pelo turismo vem sendo feita sem um

plano articulado com as outras atividades produtivas e sem um dimensionamento adequado da demanda. Os acessos aos locais de lazer e turismo têm sido incentivados com a construção de estradas, fator de destaque para o incremento da ocupação, aumentando, assim, o fluxo de mercadorias, informações e pessoas.

Vale salientar, que além do fluxo de turistas, o fluxo de veranistas que utilizam as praias ao Sul de Natal para o lazer, foi um fator de grande influência nas mudanças ocorridas em Pium.

O Litoral Oriental, onde se encontra Pium, apresenta características que possibilitam o desenvolvimento do lazer e do turismo, dentre essas características, destaca-se o clima tropical - litorâneo úmido, cuja temperatura média anual revela pequena amplitude térmica, com verões quentes e invernos amenos, onde a média das mínimas fica em torno de 23°C e a das máximas em torno de 31°C.

Outras características naturais da paisagem desse trecho Oriental do litoral norte-rio-grandense, são os resquícios da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, as restingas, os manguezais e a formação vegetal denominada de tabuleiros litorâneos, cuja fitofisionomia assemelha-se ao cerrado.

Nessa parte do litoral, apresentam-se dunas de altura bastante elevada, vasto complexo estuarino, enseadas separadas por portões rochosos, praias e falésias instáveis, que sofrem ação erosiva do mar, um importante potencial hídrico de superfície e, ainda, paralelos à costa, bancos rochosos (sedimentos do grupo barreiras, recifes etc.), que formam belas paisagens.

Encontra-se nessa área o vale do Pium, um dos mais importantes situados nas proximidades de Natal, pois apresenta grande potencialidade para a produção de alimentos, tendo sido alvo de projetos de assentamentos de colonos para exploração desta potencialidade. Pode-se citar como exemplo o Projeto PIC/PIUM - Projeto Integrado de Colonização do Pium, na década de 50, elaborado e implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Contudo, existe um processo natural de assoreamento do rio, que em face de sua pequena declividade nesse trecho do vale, necessita da realização de serviços periódicos de dragagem, a fim de possibilitar o adequado aproveitamento do vale. E como a drenagem do vale não foi

priorizada pelo poder público local, a população, que tinha sua economia voltada principalmente para as atividades agrícolas, passou a deslocar sua força de trabalho para atividades do setor terciário.

De acordo com pesquisa elaborada por Dantas (1982, p.46-47), sobre este local: “...a produção agrícola desta área, encontra-se decadente, e que os agricultores aí assentados, vêm abandonando as culturas de hortifruticultura devido a problemas financeiros, e em decorrência da especulação imobiliária...”

Atrelada a estes fatores e com o incentivo às atividades turísticas no litoral ao Sul de Natal, que tem Pium como ponto principal de passagem, a comunidade local, que antes estava voltada para as atividades agrícolas de subsistência, hortifrutigranjeiras e extração de frutos nativos, passou a ter no setor terciário uma atividade que as substituíram e hoje se constitui na principal fonte de trabalho e renda, fator que apresentou-se na paisagem, materializada no grande número de estabelecimentos comerciais no bairro.

Investimentos foram feitos também, pelo Estado e Prefeituras no litoral Oriental norte-rio-grandense através da construção de obras de infra-estrutura viária, como é o caso da rodovia RN-063, mais conhecida como “Rota do Sol”, que liga o bairro de Ponta Negra em Natal à Nísia Floresta. Essa rodovia foi um dos componentes apresentados para a análise da ocupação urbana ao Sul de Natal, pois viabiliza a utilização de grande parte do espaço litorâneo, já dotado de assentamentos urbanos preexistentes, para atividades econômicas voltadas para o lazer e turismo.

Assim, Pium apresentou como peculiaridade, sua forma de inserção no turismo do Estado, que se caracterizou principalmente pelas paradas de curto intervalo de tempo de turistas e veranistas no local, pois é uma comunidade que fica às margens da “Rota do Sol”, dando acesso a várias praias do Litoral Oriental, porém não dispõe de praia.

A duplicação da “Rota do Sol”, a pavimentação de outras ruas em Pium, a ampliação da frota de transporte coletivo, a implantação de um posto policial, além da infra-estrutura (de acesso, de transportes, de comunicação, de energia, coleta de lixo, segurança), que foram colocadas à disposição dos veranistas e turistas da praia de Cotovelo e de outras áreas litorâneas, beneficiaram também a comunidade local (Pontes et al., 1993, p. 65).

Para compreender a metamorfose socioespacial Piuense serão

utilizadas além da descrição da paisagem e de suas mudanças suas articulações aos principais fatores de transformação do espaço local, e como estes se interrelacionaram com a vida da comunidade.

As mudanças funcionais da paisagem representam principalmente alterações nos movimentos, e sua ocorrência nas avenidas, ruas e praças em diversos momentos distintos dos dias, das semanas e do ano, compondo a paisagem de forma diferente. O intenso movimento percebido na paisagem Piuense, em determinados períodos (determinados meses do ano e dias da semana), alteram totalmente a paisagem, saltando aos olhos também o número de novas formas edificadas, construções essas de caráter recente ou em processo de mudança.

Pium, comunidade vista por muito tempo como pequeno aglomerado urbano pertencente ao Município de Parnamirim, passou a ser considerada bairro pela Lei Municipal nº 841/94, que define toda a área que constitui o Município como perímetro urbano ou área de expansão urbana devido seu acelerado crescimento, uma vez que esse Município recebe um contingente populacional deslocado de outras regiões do Estado, provocando assim, um crescente adensamento urbano.

Entretanto, a paisagem Piuense, em alguns aspectos apresenta ainda características de um pequeno povoado, intercalado de terrenos não urbanizados, na maior parte do tempo, pacata, a espera de movimento e, em outros, com características de um subúrbio metropolitano, onde, dependendo da hora e do dia, o movimento acelera-se, e o fluxo de pessoas e veículos é grande. Também apareceu na paisagem local as contradições sociais, principalmente no que diz respeito as diferenças de poder aquisitivo entre os moradores, que evidenciaram-se no padrão diferenciado de suas residências.

Quanto a sua população e quantidade de prédios, segundo informações fornecidas em maio de 2000, pelo Setor de Cadastramento Imobiliário da Secretaria de Finanças da Prefeitura de Parnamirim, em Pium existiam 348 prédios, com uma população residente de 1.566 habitantes.

A “Rota do Sol” percorre um quilômetro e meio no interior de Pium, desde o Posto Policial, ao Norte do bairro, até o Posto de abastecimento de veículos, ao Sul, delimitando-se, assim, a referida

duplicação.

A parte mais edificada do bairro tem formato triangular, cujas principais edificações são uma Igreja Católica; um Posto da TELEMAR - Telecomunicações do Rio Grande do Norte S/A; um Posto de Saúde; uma Feira de Frutas e Verduras, esta de caráter permanente; além de vários estabelecimentos comerciais. Esse local também se caracteriza por ter um permanente movimento de pessoas e veículos, apresentando-se como centro para essa comunidade, pois nessa área encontram-se concentradas algumas das principais instituições coletivas do bairro.

Percorrendo-se Pium, percebeu-se o surgimento constante de novos elementos, com novas ruas surgindo nas proximidades da “Rota do Sol”, casas recém construídas ou em construção, novos condomínios residenciais, prédios, pousadas e hotéis e muitas reformas nas residências já existentes. Foram encontrados também, às margens da “Rota do Sol”, estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, com misto de construções de uso residencial.

Na paisagem local a alteração na forma foi confirmada segundo dados averiguados nas entrevistas aplicadas aos moradores, que apontaram 42 % dos imóveis pesquisados apresentando modificações nos últimos 10 anos.

Tabela 1
PIUM - MODIFICAÇÕES NAS RESIDÊNCIAS NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

Modificações/ nº domicílios	Total	%
Sim	37	42,0
Não	51	58,0
Total	88	100,0

Fonte: Dália Lima. Pesquisa de campo, abril de 2000.

O número expressivo de modificações, demonstrou que a paisagem está passando por um processo de alterações substanciais nos seus elementos fixos, onde essas mudanças também apontaram para novas funções desse espaço.

Percebeu-se claramente que os elementos novos estão agregados a elementos mais antigos, em que construções rudimentares de taipa e alvenaria simples se misturam a prédios com processo técnico mais avançado. Após a duplicação da “Rota do Sol”, em alguns locais já destinados ao lazer de turistas, houve reformas que possibilitaram duas fachadas nos dois sentidos, para aproveitar melhor o fluxo de turistas que percorrem as duas avenidas.

Em Pium foi reservada uma área para uma Feira de Frutas e Verduras na parte central do bairro, e recentemente teve seu espaço aumentado bem como, modificaram-se os tipos de barracas, que anteriormente eram rudimentares e sem alinhamento. Passaram, então, a ser padronizadas e delimitadas, cobertas com lona, existindo também um espaço destinado ao estacionamento de veículos dos passantes, turistas e veranistas.

Surgiram, também, construções de alguns prédios apropriados a pousadas e de algumas lojas de conveniência, onde se encontram produtos mais sofisticados e até produtos importados de outros países, destinados principalmente a clientela de turistas e moradores temporários.

De acordo com a pesquisa de campo, 9,1% dos prédios apresentaram uso misto, ou seja, as famílias residiam e instalaram seu comércio; 3,4% foram destinados à prestação de serviços; tendo 86,3% dos imóveis destinados apenas a fins residenciais (Tabela 2).

A mutação funcional da paisagem em Pium percebeu-se tanto na mudança das funções desempenhadas pelas edificações, como também no funcionamento diferenciado das avenidas e ruas, com ritmos distintos durante períodos de tempos definidos, segundo horas do dia, dias da semana e meses do ano. Essas diferenciações são causadas pelo fluxo de veranistas e turistas, bem como pelo próprio movimento dos moradores, nas idas e vindas para o trabalho e em outras atividades rotineiras pertinentes ao cotidiano do bairro.

Tabela 2
PIUM – TIPO DE UTILIZAÇÃO DOS IMÓVEIS

Tipo / nº de domicílios	Total	%
Residencial	76	86,4
Prest. Serviços	3	3,4
Resid e Comercial	8	9,1
Outros	1	1,1
Total	88	100,0

Fonte: Dália Lima. Pesquisa de campo, abril de 2000.

A diferenciação percebida no trânsito foi evidente: os ônibus e automóveis percorrem a rodovia em grande número, principalmente nos finais de semana e em alguns meses do ano, quando o fluxo de turistas e veranistas intensifica-se.

Foi constatado que no interior de Pium, a “Rota do Sol” não contém calçadas laterais ou semáforos que facilitem o fluxo de pedestres, privilegiando, assim, o fluxo de veículos em detrimento da segurança dos moradores da localidade.

Quando se tratou da valorização dos imóveis de Pium às margens da “Rota do Sol”, consta-se que os terrenos que mais se valorizaram foram àqueles beneficiados por maior infra-estrutura e melhor localização em relação ao fluxo de passantes, e ganharam valor por proporcionar maiores possibilidades de renda ligadas às principais atividades produtivas locais (comércio e prestação de serviços). A valorização ocorreu de forma progressiva, contribuindo para o afastamento dos pobres e das pessoas nativas dos lugares mais valorizados, Fato intencificado pelo advento de migrantes nos últimos anos. Segundo dados apresentados na Tabela 3, as pessoas oriundas de outros municípios, representa 48,9% dos moradores, onde os oriundos de Natal representam 13,6% e os provenientes de outros Estados, um percentual significativo de 13,6% .

Tabela 3
PIUM - CARACTERIZAÇÃO POR NATURALIDADE DOS MORADORES

Local / n.º de domicílios	Total	%
Pium	21	23,9
Outros municípios	43	48,9
Natal	12	13,6
Outros estados	12	13,6
Total	88	100,0

Fonte: Dália Lima. Pesquisa de campo, abril de 2000.

A economia do local foi dinamizada de forma direta, com o próprio crescimento da população piuense e indireta com o crescimento da população moradora e usuária dos espaços circunvizinhos, abrindo-se um significativo mercado de trabalho, que foi apontado por 24% dos moradores como o principal motivo de residir nesse bairro (Tabela 4).

Tabela 4
PIUM - MOTIVO DE RESIDÊNCIA DOS MORADORES

Motivo / nº de domicílios	Total	%
Familiar	44	50,0
Busca de trabalho	21	24,0
Melhoria de vida	9	10,2
Casa própria	6	6,8
Casamento	6	6,8
Outros	2	2,2
Total	88	100,0

Fonte: Dália Lima. Pesquisa de campo, abril de 2000

Porém, a implementação de equipamentos turísticos no litoral ao Sul de Natal, o aumento de domicílios ocupados por veranistas em Cotovelo, que gerou uma maior demanda do setor terciário local, pareceram encontrar-se desarticulada do preparo de grande parte da mão-de-obra local. Quanto ao grau de instrução constataram-se nos dados da Tabela 5, que em Pium existia ainda grande número de analfabetos; e uma predominância de pessoas que apresentavam baixa escolaridade, o

que dificultou a absorção pelo setor terciário dessas pessoas, pois a mão de obra para o comércio e para o setor de prestação de serviços necessita de melhor qualificação do que a apresentada pela maioria da população local.

Tabela 5
PIUM - GRAU DE INSTRUÇÃO DOS MORADORES

Escolaridade / nº de domicílios	Total	%
Analfabeto	21	23,8
1ª a 4ª série	33	37,5
5ª a 8ª série	20	22,8
2º grau	12	13,7
Superior	2	2,2
Total	88	100,0

Fonte: Dália Lima. Pesquisa de campo, abril de 2000.

A Tabela 6, aponta que em Pium existia um alto número de desempregados e um grande número de pessoas do sexo feminino ocupadas na prestação de serviços domésticos, 20,4% da população (cozinheiras, faxineiras e lavadeiras), e um contingente masculino de 10,2% na construção civil (pedreiros, ajudantes, mestres de obra). E 9,1% dos entrevistados trabalhavam no comércio. Enquanto na prestação de outros serviços 16%, e no setor agrícola apenas 4,5% .

Tabela 6
PIUM - OCUPAÇÃO DOS MORADORES

Ocupação/Nº de domicílio	Sexo		Total	%
	Masculino	Feminino		
Desempregado	3	10	13	14,7
Do Lar	-	14	14	16,1
Aposentados	2	2	4	4,5
Agricultura	2	2	4	4,5
Prestação de serviços domésticos	6	12	18	20,4
Serviço	5	9	14	16,0
Construção Civil	9	-	9	10,2
Comércio	2	6	8	9,1
Outros	2	2	4	4,5
Total			88	100,0

Fonte: Dália Lima. Pesquisa de campo, abril de 2000.

Estes dados confirmam a transferência de mão-de-obra do setor primário, coleta e plantio, para o setor terciário, já que, no vale do Pium, os investimentos em drenagem vinham sendo escassos, causando a queda na produtividade agrícola e a diminuição na oferta de produtos hortifrutigranjeiros. Enquanto isso, os investimentos em infra-estrutura destinadas ao lazer e turismo nesta parte de litoral aumentavam.

Quando se analisou a tendência da economia local de desenvolver-se articulada ao incentivo do turismo e lazer, surgiu uma preocupação com a questão do desemprego da comunidade Piuense, visto que, por apresentar um caráter sazonal, as atividades de turismo e lazer provocavam a expansão e retração do mercado de trabalho, dependendo da alta ou baixa estação.

1.2 A Expansão urbana de Natal

A proximidade de Pium a Natal, núcleo central da Região Metropolitana que envolve os vários municípios vizinhos e, particularmente, Parnamirim, onde Pium está inserido, reporta à necessidade de entender a influência da expansão urbana de Natal na (re)produção do espaço piuense, devido ao grande fluxo de pessoas, veículos e mercadorias existentes em Pium, que tem origem nesta capital.

A capital do Rio Grande do Norte é centro polarizador para a população desse pequeno Estado nordestino, detendo 25% do conjunto da sua população total. A população de Natal, definida pelo Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 1991, é de 606.887 habitantes.

No prazo de vinte anos, a cidade de Natal praticamente triplicou sua população, passando de 264.379 habitantes em 1970 para 606.556 em 1991. Paralelo ao aumento populacional, a ocupação da periferia e a favelização aumentaram. O crescimento horizontal da cidade fez com que ela se estendesse para além dos seus limites, os conjuntos habitacionais e outros empreendimentos foram construídos em grande número nos limites com os municípios vizinhos.

O intercâmbio de mão-de-obra entre os municípios que formam a Grande Natal, através de migrações diárias, pendulares, sobrecarregou os

sistemas de transportes coletivos e alternativos e dinamizou o trânsito entre esses municípios, além de estabelecer um fluxo de mercadorias e informações que empreenderam o processo de conurbação, que caracteriza-se quando uma cidade passa a absorver núcleos localizados a sua volta, pertencendo eles ou não a outros municípios.

Ao analisar a taxa de crescimento populacional dos municípios da Região Metropolitana de Natal entre 1991 e 1996, destacou-se como o de maior crescimento populacional do município de Parnamirim com um percentual de 6,39%, fato importante para o entendimento das tendências do processo de metropolização da Grande Natal, no que diz respeito à urbanização da área, já que os outros municípios que formam essa região metropolitana apresentaram percentuais menores de crescimento.

É importante também compreender como a região sul de Natal, que detém 22,7% da população total da cidade e o Município de Parnamirim, apresentaram o fenômeno de conurbação. Natal limita-se com Parnamirim ao Sul em três dos sete bairros da região sul: Ponta Negra, Neópoles e Pitimbu, os quais mantêm grande fluxo de veículos e pessoas com o município vizinho, tendo a avenida Ayrton Senna, a RN-063 ("Rota do Sol") e a BR-101, como importantes vias de interligação entre eles.

Percorrendo a "Rota do Sol" observou-se que Pium pode ser considerado um dos bairros que apresenta grande influência da expansão urbana de Natal, pois, apesar da existência de um grande terreno não habitado entre Ponta Negra em Natal e Pium em Parnamirim (devido a Barreira do Inferno ser uma área militar destinada a lançamento de foguetes), esse núcleo urbano apresenta permanente fluxo de pessoas, veículos e mercadorias com deslocamentos rotineiros intensos entre esses locais.

Tendo em vista que a simples proximidade física entre esses bairros, não os torna potencialmente conurbados, porém a acessibilidade causada pela "Rota do Sol", coloca Ponta Negra, em Natal, e Pium, em Parnamirim como uma área importante para a expansão urbana natalense. Constatou-se nesse local a íntima relação entre as vias de transporte e o crescimento físico desses bairros, tanto quanto a intensificação do uso do solo local. Constatou-se também a absorção da

“Rota do Sol” como importante elemento urbano que apresentava, inicialmente, o papel de via regional de interligação entre Natal e outros municípios vizinhos e se transformou em via urbana, nessa área.

Foi demonstrado a existência de um vínculo socioeconômico entre Natal e Pium, tendo em vista o intenso deslocamento rotineiro de pessoas residentes em Pium que declararam trabalhar em Natal, e o fluxo de mercadorias entre os dois bairros. Os dados apresentados na Tabela 7 apontaram que 18,2% dos entrevistados residentes em Pium, têm como local de trabalho o Município de Natal. Verificou-se também um menor movimento de trabalhadores entre Pium e outras localidades do próprio Município de Parnamirim, com um percentual de 5,7% dos entrevistados nessa situação, enquanto 12,5% desloca-se para outros municio.

Tabela 7
PIUM- LOCAL DE TRABALHO DOS MORADORES

Local / Nº de domicílios	Total	%
Pium	56	63,6
Parnamirim	5	5,7
Natal	16	18,2
Outros	11	12,5
Total	88	100,0

Fonte: Dália Lima. Pesquisa de campo, abril de 2000.

As atividades de lazer e turismo e a expansão urbana de Natal foram fatores detectados como principais influenciadores das modificações apresentadas na paisagem em Pium, que nos remeteu à análise da relação existente entre eles, pois não podemos desarticular a expansão urbana de Natal do desenvolvimento do turismo na própria cidade, o qual provocou grandes mudanças no seu perímetro urbano e no seu entorno, assim como as segundas residências que resultaram no deslocamento de moradores prioritariamente de Natal em busca de lazer em determinadas épocas do ano.

Os fatores analisados que interferiram em Pium se concretizaram ao mesmo tempo nos objetos e nas ações desenvolvidas sobre eles. A análise da paisagem confirmou a existência de mudanças, estruturais e funcionais que, atreladas à análise dos principais elementos que

contribuíram para essas mudanças apresentaram essas modificações como influenciadas por fatores externos ao próprio bairro, porém não existe alteração que se concretize no lugar sem a inserção da ação local.

2 Mudanças no modo de vida da população

A análise da mudança ocorrida em Pium, apresentou-se como fato complexo, que envolve vários níveis de interferências na organização do território local, desde as de nível nacional, estadual e municipal até as condições locais elaboradas no cotidiano dos indivíduos.

A pesquisa de campo apresentada neste estudo, demonstrou que nesta localidade ocorreram mudanças na vida das pessoas que nela residem, as quais apresentaram-se como mudanças no cotidiano da população local que contribuíram para confirmar a metamorfose socioespacial existente.

Muitas dessas mudanças apresentaram-se como conseqüência direta da construção das novas avenidas no interior desse bairro, as quais redimensionaram a relação entre os moradores e seu *habitat*, como também a relação entre essa localidade e seus arredores. Outras mudanças ocorreram na forma de uso pelos moradores das residências já existentes no local, as quais apresentaram-se como fruto das articulações entre investimentos estatais e privados e convergiram em prol do crescimento das atividades econômicas voltadas para o turismo e lazer na área. Na análise dos formulários aplicados, as mudanças foram confirmadas em 68,2% das respostas, sendo apontada uma gama variada de modificação considerada como influenciadora no cotidiano local (Tabela 8).

Tabela 8
PIUM - CONSTATAÇÃO DAS MUDANÇAS OCORRIDAS NA
VIDA DA COMUNIDADE

Ocorrência de mudanças / Nº de domicílios	Total	%
Sim	60	68,2
Não	25	28,4
Não respondeu	3	3,4

Total	88	100,0
-------	----	-------

Fonte: Dália Lima. Pesquisa de campo, abril de 2000.

Entre as modificações constatadas, foi apontado por grande parte dos entrevistados, o aumento do comércio, 30,7%. Essa modificação evidenciou que houve o aumento do fluxo de turistas e veranistas no local, provocando uma maior demanda na comercialização de produtos e colocando o comércio local como fonte importante de renda para a comunidade. O desenvolvimento dessa atividade econômica possibilitou a incorporação do consumo de novos artigos na vida local, pois tornou mais acessível a alguns produtos de marcas mais dispendiosas e supérfluas, como produtos de beleza, roupas industrializadas e de grifes, fitas para vídeo cassete, revistas de vários tipos, jornais e até produtos importados de outros estados e países, que agora se encontram disponíveis em cigarreiras, vídeo games e locadoras, armazéns e supermercados.

Outras mudanças apontadas foram, em ordem decrescente, o aumento da infra-estrutura disponível, a melhoria na prestação de serviços, o maior número de empregos, a intensificação do trânsito, o aumento da violência e outros (Tabela 9). Mostra ainda que, entre as melhorias na infra-estrutura disponível, foi apontado por 14,7% dos entrevistados, a melhoria de abastecimento de água e energia elétrica como sendo a mais importante.

Tabela 9

PIUM - PRINCIPAIS TIPOS DE TRANSFORMAÇÕES APONTADAS NOS QUESTIONÁRIOS.

Mudanças / N ^o de domicílios	Total	%
---	-------	---

Melhoria comércio	27	30,7
Melhoria infra-estrutura	13	14,7
Melhoria de serviços	38	43,1
Maior disponibilidade de ocupação	15	17,0
Maior lazer	8	9,1
Maior trânsito/turistas	19	21,5
Maior número de pessoas	15	17,0
Valorização de imóveis	4	4,5
Violência e acidentes de trânsito	4	4,5
Outros	1	1,1

Obs: poderia ser citado mais de um fator em cada questionário.

Fonte: Dália Lima. Pesquisa de campo, abril de 2000.

O abastecimento de água na maioria das residências do bairro, possibilitou a mudança de costumes em relação a lavagem de roupas que paulatinamente deixou de ser feita no rio, a qual, funcionava também como ponto de encontro da comunidade feminina, onde ocorria comunicação e integração, passando a ser desenvolvida individualmente em cada casa.

A melhoria no abastecimento de energia elétrica colocou o rádio e a televisão como importantes fontes de lazer, e por serem veículos de comunicação de massa difundem cada vez mais a cultura moderna, estimulando novos costumes que enfraquecem a cultura popular local.

Ainda de acordo com a Tabela 9, a prestação de serviços foi apontada por 43,1% dos entrevistados como um dos fatores que modificou suas vidas, sendo destacado por eles, o aumento no número de escolas e creches, além do maior número de transportes coletivos disponíveis. Verificou-se, no entanto, a inexistência no bairro de escolas de segundo grau.

A procura do local para moradia e o desenvolvimento do comércio, provocaram também uma maior valorização dos imóveis. Essa valorização foi citada em 4,5% das respostas.

Foi apontado ainda pelos moradores, em 9,1% dos questionários a melhoria do lazer, com o aumento de bares, restaurantes e casas noturnas. O aumento no número desses estabelecimentos possibilitou também a mudança de hábitos em relação ao lazer da comunidade nativa, que antes era voltada prioritariamente para os banhos de rio e futebol em campos de várzeas, passando progressivamente a ser exercida nas casas

noturnas locais, jogos de vídeo game, sendo ainda inserido em seus costumes o banho de mar.

Encontra-se também na Tabela 9, como mudança percebida pela comunidade, o aumento na disponibilidade de ocupação. Sendo importante enfatizar, como elemento de reflexão, que os postos de trabalho criados pelo setor terciário acabaram sendo ocupados também por imigrantes, que muitas vezes procuraram o lugar, para implantar negócios, devido ao fluxo de turistas e veranistas, o que provocou uma disputa pelo mercado com os moradores nativos.

Os dados do mercado de trabalho apresentados na Tabela 9, e o grande índice de desemprego local encontrados na Tabela 6, parecem contraditórios, tornando-se, no entanto, compreensíveis quando contextualiza-se os fatos por eles evidenciados na crise brasileira atual, e quando articulou-se estes fatos à recente competição com os novos moradores e a mudança de ocupação da população piuense, antes concentrada em atividades primárias, e que nos últimos vinte anos vem substituindo-as pelas atividades do setor terciário.

O aumento do trânsito foi analisado, tendo em vista o crescimento no fluxo de turistas no local a procura de praias mais distantes, as quais têm como ponto de passagem o perímetro urbano de Pium. Esse fator, quando vinculado ao aumento de turistas e veranistas, foi considerado como ponto positivo pela população, devido o incentivo ao comércio local. Entretanto, o trânsito foi ainda vinculado em algumas respostas, ao aumento no número de acidentes e a violência, aparecendo esse vínculo negativo em 4,5% dos formulários.

Quanto ao aumento da violência, identificado nas respostas dos formulários, pode-se associá-lo ao existente em outros espaços urbanos, onde a concentração populacional sem infra-estrutura adequada, junto com o quadro de miséria existente no contexto da sociedade brasileira, reflete-se, principalmente, nos espaços periféricos das metrópoles.

Grande parte dessas mudanças ocorreram devido às interferências exteriores ao seu território, como o recebimento de uma população externa que agregou novos valores e costumes à comunidade local. Essas mudanças, foram aceitas sem grandes questionamentos pela população, pois mesmo ao perceber em algumas o seu caráter negativo em relação a qualidade de vida da comunidade local, não foram verificados

movimentos populares organizados que fossem contrários aos tipos de mudanças existentes.

As mudanças no modo de vida das pessoas devem ser elementos importantes para as propostas de intervenções, visto que os problemas percebidos e não resolvidos, apresentam-se como possibilidades em prol da melhoria da qualidade de vida da população local.

A partir da análise da situação apresentada em determinada localidade e da forma que as intervenções externas repercutem na vida da população local, torna-se possível a elaboração de instrumentos adequados às necessidades dessa população, e não apenas a partir de fatores voltados ao crescimento econômico e a inserção desses lugares no fluxo de capitais de forma desarticulada às possibilidades.

3 Considerações finais

Para o geógrafo, o lugar como parte do mundo desempenha um papel na sua história, sendo desafiador desvendar as forças globais e as práticas locais no processo de transformação destes lugares.

No espaço habitado, existe um complexo conjunto de relações que se estabelecem entre seus elementos, compondo o movimento do cotidiano. A construção de um espaço novo a partir do preexistente inclui a articulação da técnica e do saber à gestão e requer o recurso dos saberes produzidos em vários ramos da ciências.

Pium apresentou-se assim, como uma situação geográfica, um lugar em um determinado momento, sendo o resultado dos diversos elementos que se articularam para produzi-lo. O grande desafio para a análise da metamorfose socioespacial piuiense foi o de encontrar uma forma de articular a relação entre os diversos elementos que interferem nesse lugar, compreendendo que a situação atual faz parte de um processo, que se apresenta hoje como o fruto do que já existiu no passado, como objeto de mudanças, e também como a possibilidade de colocar o futuro, não como determinação do passado, mas sim como possibilidades para uma *práxis* inovadora que permita uma melhoria na qualidade de vida local.

Ao analisar a paisagem de Pium, e os processos inerentes a sua

organização, considera-se que ocorreu no local uma metamorfose socioespacial, que apresentou como modificações importantes: a mudança de uso das habitações já existentes que sofreu adaptações para implementação de atividades de comércio ou prestação de serviços; novas formas de ocupação que priorizam as ruas que se constituem em corredores para quem visita a parte oriental do litoral potiguar; mudanças socioeconômicas com a transferência da mão de obra do setor primário para o setor terciário; e mudanças no modo de vida da população local.

Dentre os fatores que influenciaram essas mudanças, encontrou-se o incentivo à atividade do turismo e de seu relevante papel na economia brasileira norte-rio-grandense, particularmente no Litoral Oriental deste Estado, e o notado crescimento de Natal, inserido no processo de urbanização brasileiro, que nos últimos anos apresentou como característica o fenômeno de grande crescimento das cidades médias.

Estes fatores que se articularam com a progressiva redução da produção hortifrutigranjeira piuense e a implantação da duplicação da “Rota do Sol”, que percorre o bairro em toda sua extensão, direcionaram a forma de modificação da organização socioespacial local.

A duplicação da “Rota do Sol”, foi considerada como um fator de destaque, por esta via ser um dos elementos que compõe a paisagem local, e que apresenta muitas mudanças no seu entorno, o que possibilitou a percepção de mudanças de ordem física integrantes da dinâmica espacial.

Dentre as principais mudanças detectadas pela população local, em suas vidas, algumas foram consideradas como positivas e outras negativas. Entre as mudanças positivas apresentaram-se o desenvolvimento do comércio, da prestação de serviços, do lazer, o surgimento de novas creches e escolas particulares, a melhoria do fornecimento de energia elétrica e de água encanada. Já como mudanças negativas destacaram-se o desemprego, o aumento do trânsito e a violência.

A presente análise apontou como tendência, o crescimento da cidade de Natal, que nos últimos anos tende a aumentar sua população, visto que no Brasil as cidades com influência local, assim como os centros regionais tendem a crescer mais que as grandes metrópoles do Sudeste.

Articulando-se essas tendências de evolução aos fatores que interferiram nas mudanças apresentadas levando-se em conta o caráter estrutural da crise brasileira e como ela influencia nas nossas cidades, entende-se que elas indicam a continuação e o crescimento da metamorfose socioespacial em Pium. Porém, o futuro não é apenas feito de tendências, mas também de vontades e ações desenvolvidas no presente.

Tudo isso remete a questão da gestão das cidades e seus problemas, levando também a refletir sobre como este bairro poderá ser modificado a partir de formas diferentes de gestão urbana e práticas sociais. De acordo com o analisado, pode-se cogitar que um conhecimento amplo e detalhado das características desse local pelos profissionais que atuam nesta área (arquitetos, urbanistas, planejadores, engenheiros, geógrafos), a partir de uma visão crítica a respeito das intervenções já existentes e das possibilidades futuras, aliada à implementação de uma gestão participativa, certamente levará a melhoria de vida da população residente.

A adaptação de cada lugar a uma nova forma de participação na gestão de seu território vai depender, no entanto, das características de sua população e do sistema político local. Uma das barreiras para que esse processo participativo ocorra mais efetivamente em Pium refere-se a grande quantidade de analfabetos e a baixa escolaridade dos habitantes desse bairro. Isso implica na necessidade da melhoria da educação local, que deve ser voltada à capacitação profissional - para a prestação de serviços, o cooperativismo, as tecnológicas de plantio de frutos e hortaliças, e do artesanato, que permita a inclusão de todos os moradores no processo produtivo e no exercício efetivo da cidadania.

A questão que se coloca é: em função do encaminhamento das questões apresentadas, como a comunidade residente em Pium poderá superar suas limitações em prol de uma atuação mais efetiva na gestão do espaço de sua vivência, visando a melhoria da qualidade de vida da população como um todo.

4 Referências

BRASIL. PNMA. **Perfil dos Estados litorâneos do Brasil**: subsídios à implantação do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro. Brasília (DF): 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 19-26: Definir o lugar.

_____. **A (Re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

DANTAS, Laíce Cardoso. **“A Colônia do Pium do Japonês”**. Monografia (Bacharelado em Geografia) – UFRN, Departamento de Geografia, Natal, RN, 1982.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atica, 1987.

..

FELIPE, José Lacerda; GOMES, Rita de Cássia da Conceição. **Rio Grande do Norte e outras geografias**. Natal: UFRN/CCHLA, 1994. (Coleção Humanas Letras; Coleção Mossoroense, nº 839).

LIMA, Dália Maria Maia C. de. **Transformações do uso do solo em Pium provocadas pela duplicação da “Rota do Sol”**. Monografia (Especialização em Arquitetura) - UFRN/CT, Departamento de Arquitetura, Natal, RN, 1999.

MARCELINO, Ana Maria Teixeira. **O turismo e a transformação do espaço e da paisagem litorânea potiguar**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) -UFRN/CCHLA, Departamento de Ciências Sociais, Natal, RN, 1999.

PONTES, Beatriz Maria Soares et al. **Meio-ambiente e processos fundiários em conflito: Parnamirim e Nísia Floresta**. Natal: UNESP/UFRN, 1993. (Coleção Humanas/Letras).

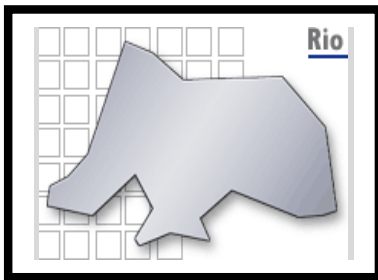
PREFEITURA DE PARNAMIRIM-RN. **Mapa do litoral: Praia de Pirangi**

do Norte, Praia de Cotovelo, Pium. Parnamirim (RN): 1994.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. **Turismo: desenvolvimento local.** São Paulo: Hucitec, 1997. p. 55-64: Turismo local: oportunidades para inserção.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado.** 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

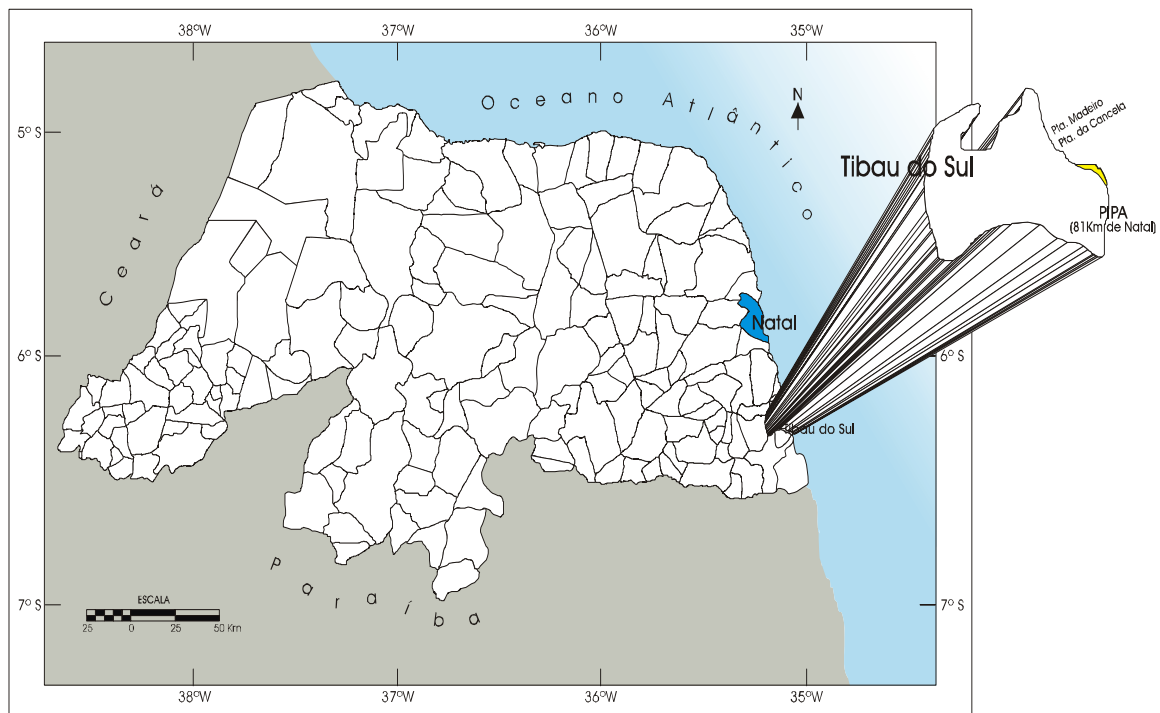


5 UMA VIAJEM INSÓLITA: DE PARAÍSO PESQUEIRO A TERRITÓRIO TURÍSTICO - PIPA/RN

Maria Cristina Cavalcanti Araújo²⁹

Introdução

Localizando espacialmente nossa área de estudo, conforme nos mostra a figura 1, Pipa está situada na fachada litorânea do Município de Tibau do Sul, com seus 15 quilômetros de litoral, inserido na zona homogênea do Litoral Oriental, distando cerca de 81 km de Natal, a capital do Estado do Rio Grande do Norte. Esse município, que dispõe de uma área de 98 Km², foi desmembrado do município de Goianinha, por meio da Lei nº 2.803 de 03 de abril de 1963.



Fonte: IDEMA, 1999.

Organização: Francisco Juscelino Santos

figura 1 – Localização da Praia da Pipa – Tibau do Sul/RN

²⁹ Graduada em Geografia; Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Professora do CEFET-RN.

A Praia da Pipa, localizada entre as coordenadas geográficas de 06°13'40" de latitude sul e 35°03'05" de longitude oeste, possui uma altitude média de 38 metros, encontra-se a 7 km da sede municipal, fazendo divisas com a sede do município de Tibau do Sul ao norte; Sibaúma ao sul; Oceano Atlântico a leste e com o distrito de Piau a oeste. Apresenta uma beleza natural que atrai turistas de todas as partes do país e do mundo, possui uma infra-estrutura constituída de pousadas, restaurantes, passeios de barco, além de belos atrativos naturais como a reserva de Mata Atlântica onde está situado o Santuário Ecológico de Pipa, na Chácara do Madeiro, um dos principais atrativos turísticos da região.

Buscando compreender e interpretar a realidade socioespacial desta localidade, faz-se mister considerar a sua história inserida no contexto do município de Tibau do Sul, sendo necessário, por um lado, ter uma visão global deste município dentro do contexto estadual e, de outro, uma visão da atividade produtiva na qual a sua economia está inserida, ou seja, o turismo.

A década de 1970 assinala, na Praia da Pipa, a expansão de moradias de segunda residência, coadunando-se com o período do "grande descobrimento" das belezas naturais, tranqüilidade e isolamento dessa área, onde o sol, o mar e o clima proporcionavam cenários perfeitos para o lazer e o descanso (PAIVA, 1997). A partir de então, o turismo assumiu papel de comando na reprodução espacial da Pipa, articulando e subordinando parcelas do espaço, dando impulso, em alguns momentos, a uma "artificialização" que resulta de (re)arranjos espaciais que procura atender a novos atores e novos consumidores.

A "descoberta" inicial desse belo cenário foi feita por veranistas do município de Goianinha e, já no início da década de 1980, por surfistas e amantes da natureza que encontraram nessa praia, até então "selvagem", cenário perfeito para "curtir" a paz e a tranqüilidade da natureza praticamente intocada. Até então, essa praia não passava de uma simples comunidade pesqueira, sem infra-estrutura alguma para receber "turistas".

A partir da década de 1990, foram os turistas estrangeiros (alemães, italianos, franceses, dentre outros) e de outros Estados do Brasil, os primeiros a conhecer, gostar e voltar para Pipa, iniciando assim

a implementação de moradias de segunda residência, estabelecimentos de hospedagem e alimentação que são, na maioria dos casos, de propriedade de pessoas de fora do Estado do Rio Grande do Norte e de fora do país, que aí chegaram, inicialmente como turistas, e depois se fixaram nesse lugar, montando seus próprios negócios.

A paisagem natural dessa praia tornou-se o principal recurso a ser explorado pela atividade turística, como “mercadoria” a ser consumida pelos turistas – o “consumo” dos espaços é fator de diferenciação entre o turismo e outras atividades econômicas, uma vez que não é socialmente produzida.

Assim, para que essa atividade econômica realmente se desenvolvesse tornou-se necessária a construção de uma ampla infraestrutura do ponto de vista de hotéis, pousadas, bares e restaurantes. Como resultado, ocorreram mudanças socioespaciais significativas em virtude da especulação imobiliária; impactos no meio ambiente (construções em áreas de fragilidade ambiental); substituição das atividades econômicas, anteriormente existentes (da pesca para o turismo); surgimento de novos padrões de consumo (inserindo hábitos alheios à população nativa); congestionamento de trânsito; transformação na morfologia do distrito, como também, segregação socioespacial da população nativa.

A praia da Pipa vive um processo de urbanização, subordinado à lógica da atividade turística. O núcleo urbano agora se desenvolve em função do consumo das paisagens e do lazer, fazendo emergir um novo modo de vida urbano, novas paisagens e, por conseguinte um novo território – o território turístico – marcado pela descaracterização do lugar, sendo, também, redefinido o conceito de modo de vida. Segundo Carlos (1994, p. 84), “o urbano é mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir; enfim, é um modo de vida”.

A Praia da Pipa, até 1970, não passava de um simples lugarejo pesqueiro, marcado pela sonoridade das ondas do mar, com um ritmo de vida ditado pelo próprio quadro natural.

A explicação de todas essas mudanças constituir-se-á o fio condutor da nossa reflexão durante a realização da pesquisa.

2 Resgatando a formação territorial do lugar

“Praia da Pipa tem uma brisa tão fagueira, se vê a linda barreira, com a ponta para o Sul. O povo dela é um povo forte e decente, se vê também o mar valente coberto de um céu azul. A Praia do Moleque é uma praia bendita, se vê a moça bonita, abraçada com o rapaz. Ali deitados naquela areia tão linda, a vida é chupar a língua, língua vem e língua vai. O Morro dos Amores é o mais lindo que há a moça que vai pra lá melhorar a sua vida, chegando em casa, coitadinha em desengano quando é no meio do ano se vê o tamanho da barriga” (MARINHO³⁰, 1998).

Nas palavras desse poeta transparece o sentimento, a emoção e a identidade dos moradores com o lugar, retratando um pouco, ora a paisagem e ora o cotidiano da Pipa - através dos *causos*³¹, histórias e histórias dessa praia de águas mornas e azuis - que desde outrora, já atraía pessoas de outras partes do Brasil e do mundo pelo cenário que apresentava com dunas e falésias, pedras e areias brancas, com casas simples de pessoas acolhedoras e praias quase intocadas. Essa epígrafe também nos dá idéia da relação que se estabeleceu entre o morador nativo e as pessoas que *“vem de fora”*³² (os forasteiros, como dizem os moradores), numa relação que mistura emoções e conflitos.

Para relatarmos a “história” da Pipa, procuraremos remontar e reconstruir o processo de ocupação desse lugar, tomando como referência

³⁰ O senhor Antônio José Marinho, é nativo e poeta de Pipa, mais conhecido como Antônio Pequeno.

³¹ Essa é uma expressão usada pelos nativos mais antigos para os casos do lugar.

³² Essa é uma expressão utilizada por muitos nativos para se referir aos turistas, veranistas ou pessoas de outros locais que vão para Pipa.

alguns fragmentos de relatos de alguns moradores mais antigos, isso porque entendemos que os discursos das pessoas que vivenciam o processo de construção do território vêm carregados de simbologia / ideologia que refletem as relações e as estruturas sociais do lugar (BAKHTIN, 1995).

É importante ressaltar que estudar a história da formação do lugar é fundamental para a compreensão da produção do espaço urbano e suas diferentes configurações espaciais. Isso porque é por meio da historiografia e dos relatos dos nativos do lugar, que poderemos encontrar as determinações da totalidade territorial, sem eliminarmos as particularidades da sociedade e do seu espaço. Abrem-se as perspectivas de determinarmos os ritmos da vida cotidiana, os modos de apropriação do território, expondo em questão as funções sociais, os projetos e desejos dos indivíduos.

2.1 A construção e a redefinição do(s) território(s) em Pipa

Trilhando a história da construção do território pipense, resgatamos o processo recente de ocupação e produção territorial, dividido em quatro temporalidades, as quais a nosso ver põe em evidência a constituição atual de Pipa, ou seja, desse território que vem se (re)construindo sob a influência da atividade turística. Esse momento histórico refere-se aos anos mais recentes do século XX, que vem dos anos 50 até os dias atuais.

O **primeiro** desses momentos - meados dos anos de 1950 - foi a Pipa território pesqueiro, lugar ainda pacato de pessoas simples e trabalhadoras que tinham na pesca e na agricultura de subsistência suas reproduções sociais; o **segundo momento** - até o início dos anos 70 - foi marcado pela vinda de veranistas de Goianinha, a partir daí Pipa deixa de ser lugar apenas de trabalho e lazer para os habitantes desse lugar, passando a ser, também, lugar de lazer de pessoas de outras localidades, evidenciando uma nova territorialidade constituída de indivíduos mais abastadas, vindas de outro lugar para usufruir o sol, o mar e a tranqüilidade desse lugar; o **terceiro momento** - consolidado na década de 1970 - marca a chegada dos surfistas e dos “amantes da natureza” que, até então, encontravam em Pipa o “paraíso personificado”, a natureza

praticamente “intocada”, com cenários para se contemplar a paisagem; o **quarto momento**, a fase atual – iniciada a partir dos anos de 1990 – em que Pipa vem se transformando em lugar Cosmopolita, badalado e divulgado em vários quadrantes do mundo inteiro, onde seus territórios vem passando por constante (re)construção e transformação para dar espaço a novos atores e produtores sociais e a novas territorialidades.

Ao relatar sobre o processo de ocupação da Praia da Pipa, Paiva (1997, p. 10) assim ressaltou:

[...] a gênese do povoado aconteceu na rua da praia. Porém, um elemento externo à vontade e à condição da maioria dos moradores – a invasão do mar – fez com que eles fossem obrigados a construir suas casas na borda da falésia, paralela à linha de costa, a uma altitude média de 30 metros, dando início à formação da rua Principal da Pipa ou ‘Rua de Cima’ – como era concebida localmente – e de outras ruas, bem como o desenvolvimento do povoado. As casas, geralmente, eram construídas de taipa.

O povoado de Pipa assentou-se inicialmente na planície litorânea, no local onde hoje os moradores denominam de “*Rua de baixo*”. Segundo relatos de antigos moradores, “*antigamente na rua de baixo*” existiam três ruas de casa que o “*mar engoliu*” – fato ocorrido em meados de 1940. Esse fato fez com que alguns moradores se vissem obrigados a reconstruir suas casas em outros locais, iniciando-se assim a ocupação– da Rua de Cima, atualmente Avenida Baía dos Golfinhos.

Naquele momento, as atividades econômicas se assentavam na agricultura e, principalmente, na pesca. Essas atividades se complementavam e garantiam a manutenção da sociedade local, confirmando o pensamento de Maldonado (apud PAIVA, 1997, p. 35) de que, “[...] é bastante comum em grupos pesqueiros a prática do pluralismo econômico que consiste na coexistência ou alternância da pesca com a agricultura”.

Em Pipa a pesca era a atividade predominante, porém, praticada de forma artesanal em botes e jangadas. Quando a pesca era “boa”, se

“salgava” o peixe para ir vender em Goianinha, algumas vezes era vendido na “beira da praia”, ou o que se pescava era só o suficiente para consumo próprio, como assim expressou alguns pescadores:

- “Antes era safra de avoador, de albacora, hoje não tem nada”.

- “Tinham as jangadas que a gente ia pescar. Quando chegava primeiro a gente vendia os peixes, quem chegava por derradeiro tinha que salgar os peixes para vender nas feira em Goianinha”.

Com o tempo, surgiu na Pipa outra forma de pescar – era a “pesca de curral” ou no “curral de peixes” – em que se colocava uma espécie de armadilha com varas, formando uma cerca – uma forma de labirinto – quando a “maré subia” os peixes entravam por suas aberturas e depois terminavam presos. Com a maré baixa, os pescadores faziam a *despesca*, como assim afirmou um pescador.

Quando perguntados a respeito da agricultura de subsistência, os nativos falaram que se produzia “o milho, o feijão, o abacate, a macaxeira, tinha o jerimum, a melancia. Tinha casa de farinha” e que o acesso à terra se dava por duas formas, como assim escreveu Paiva (1997, p.47):

O primeiro tipo compreendia as terras que tinham donos, pertencentes a algumas famílias, remanescentes dos primeiros posseiros daquela área. O outro tipo compreendia as chamadas ‘terras soltas’, também conhecidas como ‘terras libertas’. Essas eram usadas pelos agricultores do lugar para trabalhar plantando roça. Eram de uso coletivo. ‘Não tinham dono’ ou ‘eram nossa’[...]

Essa era a forma como a Pipa, essa tranqüila aldeia de pescadores, foi ocupada. Seu território da pesca e da agricultura de subsistência, que muitas vezes era praticada de forma coletiva guardava um povo tranqüilo e trabalhador. Era uma comunidade eminentemente pesqueira que, apesar de suas belezas naturais, até então não era “alvo” de interesse de visitas de veranistas ou turistas.

Aos poucos – e de forma muito incipiente – essa realidade começa a mudar e Pipa começa a receber pessoas vindas de Goianinha, que iam para lá veranear. Isso fez surgir um novo momento para a Pipa, o

que aqui nós denominamos de “um segundo momento” no processo de construção e redefinição do(s) território (s) nesse lugar.

O **segundo momento** - a partir dos anos de 1950 - outro processo de territorialização começa a ocorrer na Praia da Pipa. A marca principal desse momento é a chegada dos primeiros veranistas vindos de Goianinha, fazendo com que o território passasse a ser modificado com a introdução de novos atores.

Quando indagados sobre quais foram os primeiros veranistas que vieram para Pipa, assim nos relatou alguns moradores:

- *“Foram os de Goianinha e outros que vinham de Natal e de João Pessoa para Goianinha. Era os fiscais de consumo – que vinham fiscalizar as fábricas de açúcar - e os fiscais de renda – que cobravam e aplicavam multa”*.

- *“Os primeiros veranistas de Goianinha foram os Barbalho, que adquiriram as casa à beira mar, e depois passaram a controlar as casa à beira mar”*.

Num outro momento, indagamos os moradores sobre a estada desses veranistas no lugar. E os moradores nos falaram que nessa época *“os veranistas ficavam lá na rua de baixo, de frente pro mar”*, geralmente em casas de nativos da Pipa, que as cediam para essas pessoas, por existir uma relação de amizade e proximidade. Porém, no nosso entendimento, essa relação passou a ser de “compadrio”, uma vez que, ao se “aproveitar” desse vínculo de amizade, aqueles veranistas se sentiam no direito de deslocar os nativos de suas casas para as ocupar. Muitas vezes, essa ocupação perdurava por todo o mês de janeiro.

Com o tempo - a partir da década de 1950 - os veranistas começaram a comprar as casas dos nativos que ficavam à beira mar, para aí fazer suas casas de veraneio, que aqui denominamos de “moradias de segunda residência”. Este tipo de moradia, segundo Tulik (2000, p. 137), é “[...] um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que têm domicílio permanente num outro lugar”.

Nessa época, era comum que as pessoas mais abastadas possuíssem residências na sede do município e terem um local para descanso, como acontecia, por exemplo, com os antigos barões do café que possuíam suas propriedades na zona rural e a casa na “corte”. Assim, ao adquirir um lugar de descanso e lazer, essas pessoas, a elite de

Goianinha, acabaram por afastar a comunidade nativa do núcleo central da comunidade. Assim, as pessoas oriundas do lugar foram cada vez mais se expandindo para locais mais afastados.

O processo de territorialização, que começa a ocorrer na Praia da Pipa, provocado pelos veranistas, promove, também, um processo de segregação socioespacial, uma vez que os nativos começaram a mudar-se para “a rua de cima”, ficando a rua “de baixo” (orla marítima) como território ocupado por veranistas

O fato é que foram os veranistas de Goianinha que vieram formar esse novo território – o território do veraneio, das moradias de segunda residência, onde a paisagem natural de Pipa começa a ser apreciada e consumida por pessoas externas a ela, passando também, a ser o lugar de lazer dessas pessoas. Aqui, o lazer passa a ter seu sentido modificado, o qual deixa de ser marcado pela espontaneidade para ser uma atividade em que figura o consumo do lugar.

Paiva (1997, p. 50) ao falar sobre os veranistas iniciais de Pipa, assim relatou,

[...] Os pipeiros que alugavam suas casas eram aqueles que tinham melhores condições na localidade. Suas casas, construídas de taipa, eram grandes e se diferenciavam das casas da maioria dos moradores [...].

Apesar desse novo processo de territorialização, esse momento se dá de forma muito incipiente, sem provocar grandes alterações socioespaciais na comunidade - mesmo ficando claro que a “*rua de baixo*” passou a ser território de veranistas e a “*rua de cima*” dos nativos. E a Pipa ainda fica com “cara” de comunidade pesqueira, sem grandes transformações, uma praia semi-desértica.

Surge ainda nesse período, outra forma de ocupação para os nativos – as mulheres passam a trabalhar nas casas de veranistas fazendo o serviço doméstico, e os homens trabalhando na construção civil, para “*embelezar as casas, melhorando seu aspecto*”, como assim afirmou um nativo. Além dessas novas funções, surgem as figuras de “*caseiros, aquelas pessoas responsáveis por pastorear as casa dos veranistas*”. É, uma nova configuração socioespacial começa a se desenhar nesse lugar.

Depois dos veranistas de Goianinha, começaram a ir para a Pipa, na década de 1970, os surfistas, marcando o início do **terceiro momento** de uso do território. A partir daqui, esse lugar passa a ser um território dos surfistas, do “turismo alternativo”, que para Paiva (1997) ocorre quando os freqüentadores do lugar renunciam “à grande parte da infraestrutura turística e se alojam de acordo com os hábitos locais” (p.64). Esse grupo de forasteiros passam a participar da vida cotidiana desse lugar, porém, pouco interferindo na constituição do território. Segundo Krippendorf (2001), o turismo alternativo se dá principalmente em países do terceiro mundo e se diferencia do turismo de massa, uma vez que se procura percorrer caminhos diferentes, muitos deles até inexplorados; é um turismo de aventura, que não necessita dos ditames impostos pelo “mundo civilizado”, estando mesmo bem longe dele.

Ao nosso entendimento, o “turismo alternativo” que se expandiu na Praia da Pipa na década de 1970, com a chegada dos surfistas e “amantes da natureza”, coaduna-se com a prática do movimento *hippie*, denominado de contracultura, o qual tinha como principal bandeira a contestação e a ruptura de valores dominantes na sociedade. Assim, como forma de contestação, buscavam-se lugares inexplorados e afastados, que estivessem longe do caos da sociedade moderna, numa maior valorização ao que era da natureza.

A “descoberta” do cenário da Pipa por esses novos atores, que encontraram nessa praia, até então “selvagem”, cenário perfeito para curtir a paz e a tranquilidade da natureza praticamente intocada, marca um novo processo de apropriação e construção do território (figura 16).

Até então, essa praia não passava de uma simples comunidade pesqueira, que não possuía infra-estrutura alguma para receber “turistas”. Nessa época, como já foi salientado, só havia as casas dos moradores nativos e algumas casas de veraneio. O turismo até então existente era do tipo “alternativo”, ou seja, com acampamentos ou hospedagem de turistas nas varandas das casas de alguns moradores locais, funcionava, assim, como alternativa econômica de melhoria da renda familiar, fazendo também com que os visitantes pudessem conhecer o ambiente e participar do modo de vida local.

Ainda sobre os surfistas que chegavam a Pipa, Paiva (1997, p. 64) afirmou que

Eles contavam também com a ajuda dos habitantes locais para pequenos favores, como a preparação de refeições. Em agradecimento, davam aos nativos presentes ou dinheiro. As relações estabelecidas entre os moradores locais e os outros ainda não tinham adquirido um caráter comercial, lucrativo.

A partir daí, Pipa passou a ser divulgada por esses novos freqüentadores que a cada ano voltavam, trazendo novos visitantes para esse lugar para explorar esse paraíso que, até pela sua própria configuração espacial – circundada por falésia – era um lugar isolado.

Sobre os surfistas freqüentadores da Pipa, Paiva (1997, p. 63-64) ainda afirma que

Eles vinham de outros países e de outras partes do Brasil, quase sempre no verão, e apresentavam um estilo próprio, na maneira de se vestir, de se comunicar e de se divertir, divergindo dos veranistas (os assíduos freqüentadores) e da população local.

Esses freqüentadores passaram a divulgar a Praia da Pipa como um lugar inexplorado, um paraíso tranqüilo e sem poluição [...].

Fica evidenciado, assim, que desde essa época, a divulgação da Pipa se deu muito mais pela “propaganda boca-a-ouvido”, do que por uma propaganda massificada pela mídia como vem ocorrendo mais recentemente.

A descoberta das condições ambientais desse lugar, por parte de alguns surfistas que buscavam paz, tranqüilidade, e muita natureza, fez com que muitos que iam “curtir uma onda” terminassem gostando e ficando nesse lugar. A partir daí, essas pessoas começaram a adquirir casas e terrenos, em Pipa, para fixar residência ou mesmo abrir seu “próprio negócio” – como bares, restaurantes, lojinhas, artesanatos e etc. – o que fez expandir os primeiros marcos de uma atividade que iria provocar uma mudança na Praia da Pipa – o Turismo.

Foi a partir do final dos anos de 1980 e durante os anos de 1990, até os dias atuais, que a Praia da Pipa começou a ser vista como uma área de grande potencialidade turística, marcando o **quarto momento** dessa história.

A partir daquele momento, os olhos de parte de turistas brasileiros e do mundo se voltam para esse paraíso natural. Na realidade, foram os turistas estrangeiros (portugueses, alemães, italianos, franceses, principalmente) e de outros Estados do Brasil, os primeiros a conhecer, gostar e voltar para Pipa, iniciando assim a implementação de moradias de segunda residência, estabelecimentos de hospedagem e alimentação que, na maioria dos casos, são de propriedade de pessoas de fora do Estado do Rio Grande do Norte e de fora do país.

Em termos nacional e global, a década de 1980 sinaliza para a preocupação com as questões ambientais, reflexo da conferência de Estocolmo sobre o meio ambiente, ocorrida na década de 1970. Assim, há uma maior valorização dos elementos da natureza e uma busca aos paraísos ecológicos. Aqui no Brasil, é a partir de 1985 que se inicia as discussões a respeito do Ecoturismo, com preocupações preservacionistas e desenvolvimentistas.

Este é o marco inicial do atual momento de territorialização da Pipa, onde a paisagem natural – sol, mar, falésias, vegetação - desse lugar tornou-se o principal recurso a ser explorado pela atividade turística.

Foi a partir daí que começou, nessa praia, a expansão de equipamentos turísticos assinalando o processo do “grande descobrimento” das belezas naturais, tranquilidade e isolamento dessa área, onde o sol, o mar e o clima proporcionavam cenários perfeitos para o lazer e o descanso (PAIVA, 1997). A partir de então o turismo começa a assumir papel de comando na reprodução espacial da Pipa, articulando e subordinando parcelas do espaço (promovendo uma distinção abissal entre as áreas), dando impulso, em alguns momentos, a uma “artificialização” do espaço, resultante de (re)arranjos espaciais que procuram atender a novos atores e novos consumidores locais, regionais, nacionais e internacionais.

Objetos e ações vão dando uma nova configuração ao lugar, promovendo transformações estruturais e funcionais na paisagem para atender às necessidades de produzir, consumir, habitar e viver – inerentes

ao processo da nova ordem global, a qual impõe aos lugares uma única racionalidade através do sistema de redes, que, ao mesmo tempo que viabiliza o circular e o comunicar, também exclui.

No Nordeste brasileiro, a atividade turística começa a se expandir desde os anos 1980, onde se tem “[...] explorado bastante os seus recursos naturais em nome do turismo” (SILVA, 2000, p. 18), privilegiando as áreas litorâneas, que passam a receber incentivos públicos e privados. Nesse mesmo período, essa atividade começa a se desenvolver no Rio Grande do Norte, que passa a se integrar ao Prodetur-NE, conforme discutiremos mais adiante.

Portanto, é somente a partir da década de 1990 que a atividade turística se consolida na Praia da Pipa, passando a ser vedete do turismo nacional e internacional. Na realidade, essa nova atividade econômica desponta no cenário nacional, e em especial no Nordeste, que passa a explorar seus recursos naturais – sol e mar – como principal atrativo turístico. Aqui se configura uma nova divisão social e territorial do trabalho, uma nova feição socioespacial, onde diversas cidades e comunidades são (re)produzidas para atender a uma nova demanda, a uma nova função.

A paisagem da Pipa passa a ser vista como mercadoria a ser consumida pelos turistas exigindo a construção de uma ampla infraestrutura do ponto de vista de hotéis, pousadas, bares, restaurantes etc., configurando uma nova territorialidade e um novo arranjo espacial.

Esse (re)arranjo espacial tem apresentado, como resultado, mudanças socioespaciais decorrentes da especulação imobiliária; impactos no meio ambiente (construções em áreas de fragilidade ambiental); substituição das atividades econômicas, anteriormente existentes (da pesca para o turismo); novos padrões de consumo (inserindo hábitos alheios à população nativa, como a prática do surfe e o frequentar boates); congestionamento de trânsito; transformação na morfologia do distrito, como também, segregação socioespacial da população nativa, isto é, a população nativa é afastada de seu local de moradia e de sua atividade de origem, muitas vezes vendendo suas casas ou terrenos, e deslocando-se para outros locais mais afastados do núcleo central do povoado, sem nenhuma infra-estrutura básica para a sobrevivência, passando a participar cada vez mais da economia informal, enquanto seus valores

culturais aos poucos são substituídos – submetendo-se aos novos, difundidos por migrantes e estrangeiros.

A praia da Pipa vive um processo de urbanização, subordinado à lógica da atividade turística – em que esse núcleo urbano se desenvolve em função do consumo das paisagens e lazer -, que faz emergir um novo modo de vida urbano, novas paisagens e, por conseguinte, em novo território – o território turístico - marcado pela descaracterização do lugar. Ressaltamos que esse modo de vida urbano trouxe à localidade da Pipa as inovações tecnológicas dos meios de comunicação – *Internet*, parabólica, telefonia móvel – que, no nosso entendimento, contribuem também para as mudanças no comportamento e para os novos padrões de consumo da população local.

O recente processo de produção do território da Pipa nos faz vislumbrar a formação de um lugar cosmopolita, que faz conviver num mesmo lugar atores sociais, os mais diversos, configurando um espaço híbrido que se faz refletir na paisagem, através do surgimento de novos cenários socioespaciais que ora se descortinam em Pipa, os quais, nos ajudarão a refletir sobre o processo de produção territorial desse lugar.

3 De pesqueiro a turístico: a construção de um novo território em pipa

Atualmente um novo processo de (des)territorialização vem se configurando em Pipa/RN, uma vez que um novo processo produtivo tem procurado moldar, influenciar e controlar indivíduos e pessoas desse território, através do desenvolvimento da atividade turística, a qual tem tido notável expansão, no decorrer dos últimos vinte anos, na área em estudo. Simultaneamente se processa, nesse espaço territorial, um período de substituição e decadência das atividades de agricultura e pesca, conforme aludimos anteriormente.

Assim, os usos que o ser humano faz da natureza evoluem e modificam com a história do ser humano, tornando-os universais/unos, influenciando nas bases territoriais da vida humana que passa a redefinir lugares, provocando a territorialização de parcelas do espaço e (des)territorializando outros, segundo a lógica do capital, tornando a

natureza “socialmente fragmentada”, como assim afirmou Santos (1998, p. 19).

A respeito do processo de desterritorialização, assim pontuou Corrêa (1994, p. 252), é “[...] a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território”.

É assim que vem se processando os usos da natureza na Praia da Pipa. **Ontem**, o mar era lugar de trabalho, era meio de subsistência. A praia servia para os nativos fazerem brincadeiras, contar “causos”, aguçar a veia artística sem a preocupação de parecer belo, de se “mostrar” para outros. Era brincadeira, era festa. **Hoje**, literalmente o “*mar não está para peixe*”. É lugar do *surfe*, do *jet-ski*, dos passeios de barcos (lotados de turistas), do banho de mar do “*gringo*”, do turista, dos que “*vem de fora*”, do contemplar. Nas falésias se pratica o *rapell*.

A natureza é maquiada, transformada e degradada para dar lugar a um novo território, o território turístico. Configura-se assim, a formação de uma “nova territorialidade” que para Andrade (1998, p.45) significa um conjunto de novas “[...] práticas e expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social”.

A presença de hotéis, pousadas, shopping, boates, bares e restaurantes ao longo da orla, na avenida principal, nas bordas das falésias, no chapadão, na “mata”, e, em todos os recantos de Pipa, põe em evidência o processo de construção de uma nova territorialidade nesse lugar.

Assim, é baseado nesse contexto que continuaremos a análise do processo de (re)produção do território de Pipa, tomando como ponto de partida para o desenvolvimento deste texto a afirmação de Carlos (1994, p. 33) de que “[...] o espaço geográfico não é nem eterno, nem inerte e imóvel, e tampouco natural, mas um produto concreto de relações sociais historicamente determinados [...]”, onde parcelas do espaço é apropriado constituindo novos territórios, isto é, novas territorialidades.

Portanto, nesta parte do nosso trabalho, procuraremos evidenciar tanto a evolução da atividade turística no território da Pipa, colocando em destaque as políticas do turismo e as suas contribuições no processo de construção de novas territorialidades; quanto os novos atores e os

novos cenários socioespaciais que se descortinam com a mais recente expansão dessa atividade, a qual vem produzindo um novo território: o **território do turismo**.

Como afirmou Santos (1994, p.17), “[...] a história do homem sobre a Terra é a história de uma rotura progressiva entre o homem e o entorno [...]”, e a Praia da Pipa se enquadra nessa afirmação, uma vez que a expansão do turismo provocou uma ruptura nesse lugar, onde podemos observar um processo de transformação “de pesqueiro a turístico...e a construção de um novo território em Pipa”.

3.1 A turistificação da Praia da Pipa

É somente a partir da década de 1990, que o turista local, regional e internacional começa a apreciar e visitar a tão falada praia da Pipa e o Estado “acorda” para a potencialidade turística da área, investindo - via Prodetur - em infra-estrutura básica. Assim, a praia transforma-se rapidamente em “lugar da moda” para o turismo e para investimentos, passando a ser a principal atividade econômica da comunidade.

Começa a partir de então, nesse lugar, um processo de turistificação onde os espaços são selecionados e “maquiados” para serem atrativos aos turistas, que procuram não só belezas naturais, mais também conforto e comodidade em seu “tempo livre”. Nesse momento, se expande de forma vertiginosa, o número de meios de hospedagem nessa localidade.

Dos dados apresentados, podemos concluir que num período de 05 (cinco) anos, mais que dobrou o número de meios de hospedagem em Tibau do Sul e no Rio Grande do Norte como um todo. Da totalização dos meios de hospedagem naquele município no ano de 2000, oitenta meios de hospedagem (o que corresponde a 70,2 % do total) e 369 unidades habitacionais (correspondendo à cerca de 62,2 % do montante), estão localizados na localidade de Pipa (SETUR/RN, 2000).

Esses dados evidencia a importância da Praia da Pipa como principal atrativo turístico desse município e, conseqüentemente, como propulsora da economia local, revelando-nos também o estágio de turistificação desse lugar, o qual já apresenta um número considerável de

restaurantes, bares e *mini-shopping*, ou seja, grande quantidade de equipamentos turísticos que a cada ano vem aumentando em quantidade, num ritmo cada vez mais veloz.

O processo inicial de turistificação da Pipa se deu basicamente a partir de investimentos privados, revelando o pioneirismo desse segmento na atividade turística, pois quase todos os investimentos – iniciais, ou seja, até final dos anos 1980 – ligados a esse setor, foram realizados com recursos próprios/ particulares, diferentemente da Via Costeira, corredor turístico em Natal/RN, onde esses recursos provêm de financiamentos, na maioria das vezes, dos Governos Estadual, Municipal e Federal, via Megaprojetos turísticos e Prodetur, como também através de incentivos fiscais e subsídios.

Ressaltamos que, conforme afirma Cruz (2000, p.10), os Megaprojetos turísticos

são projetos de urbanização turística que apresentam algumas características diferenciadas, mas que têm a semelhança fundamental – para a configuração de uma política pública regional – de terem os poderes públicos estaduais no comando político do processo.

A atual política de desenvolvimento econômico do município de Tibau do Sul tem por base o incentivo ao turismo ecológico, destacando o núcleo litorâneo da Praia da Pipa, dada a existência de uma reserva natural, denominada de Santuário Ecológico e do sítio arqueológico Aldeia de Índios, bem como da atratividade resultante do binômio sol e mar.

Mais recentemente, o município de Tibau do Sul, passou a integrar, com mais 17 (dezessete) municípios do Rio Grande do Norte, o Projeto Pólo Costa das Dunas³³, o qual visa incrementar o turismo do Estado, como anteriormente explicado.

Apesar de movimentar, no mundo, cerca de 3,4 bilhões de dólares anuais e empregar 212 milhões de pessoas (Mendonça, 1996: p.19), o turismo é uma das atividades econômicas que mais provoca degradações ao ambiente em que está inserido. Isto acontece porque o turismo, assim como outras atividades da economia moderna, depende da apropriação e exploração dos recursos da natureza – como a paisagem, por exemplo - e de sociedades locais para a sua manutenção. Em função disto, a degradação ambiental e sociocultural são exemplos de alguns impactos provocados pela atividade turística, decorrentes de uma utilização mal planejada e não sustentada do meio natural e suas matérias-primas, o que traz como conseqüências, o esgotamento e saturação das mesmas (MENDONÇA, 1996, p.32).

A especulação imobiliária, que é um dos aparatos da “*indústria do turismo*”, é outro fator que contribui com esta degradação e descaracterização da paisagem, uma vez que ao valorizar novas áreas, os especuladores deixam a preocupação com as características ambientais para segundo plano, provocando perdas e danos ao meio ambiente.

Ao observarmos a ocupação do solo em Pipa, constatamos que a especulação imobiliária contribuiu para uma apropriação degradante,

³³ Participam deste Projeto os Municípios de Arês, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Vila Flor, Baía Formosa, Canguaretama, Tibau do Sul, Rio do Fogo, Maxaranguape, Extremoz, Ceará-Mirim, Pedra Grande, São Miguel do Gostoso, Touros, Senador Georgino Avelino, Nísia Floresta, Parnamirim e Natal, em parceria com o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, BNDES, CEF, FAERN, FECOMÉRCIO, FETRONOR, FIERN, FNS, IDEMA, PETROBRÁS, SEBRAE, UFRN, UnP, Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Gerência do Patrimônio da União, Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim (representando os municípios de Pedra Grande, São Miguel do Gostoso, Touros, Rio do Fogo, Maxaranguape, Extremoz e Ceará-Mirim) e Prefeitura Municipal de Natal (representando os municípios de Baía Formosa, Canguaretama, Tibau do Sul, Senador Georgino Avelino, Nísia Floresta, Parnamirim e Natal).

tendo em vista que não foi posto nenhum mecanismo de controle para os loteamentos e construções.

Em face do que consideramos acima, podemos expressar que a dinâmica do uso do solo na área litorânea da Pipa vem apresentando variações as mais diversas, favorecendo o surgimento, o desaparecimento e, em alguns momentos, a interpenetração de paisagens, numa constante ação travada entre o tempo, o meio natural e o elemento humano. Nos últimos tempos, a relação sociedade-natureza apresenta-se cheia de problemas e desequilíbrios socioambientais.

Percebemos na Praia da Pipa que, na medida em que novos trechos vão sendo ocupados por empreendimentos turísticos, tais como hotéis, pousadas, bares, restaurantes, a vegetação local vai sendo erradicada. Já do ponto de vista social, a população nativa vai sendo expropriada de seus espaços, da sua cultura, das suas tradições e, até mesmo, do mercado de trabalho.

A nossa preocupação aqui é a de que, a descaracterização da Praia de Pipa terá seu processo agudizado, com os referidos projetos, uma vez que a preocupação é de dotar essa localidade com mais infra-estrutura voltada para o turismo, sem nenhuma preocupação preservacionista.

4. Os novos cenários socioespaciais: pipa “turistificada”

Conforme aludimos anteriormente, foi assim que a Praia da Pipa foi sendo ocupada. Sem planejamento e sem controle, sem uma intervenção dos poderes públicos o que, ao nosso ver, contribuiu para a nova configuração espacial que ora se apresenta: desordenada e repleta de contrastes, conflitos e contradições, expressos na dinâmica socioespacial do lugar.

A produção do espaço em Pipa, nos últimos tempos, se dá na articulação do processo de expansão da atividade turística. Nesse período, houve uma expansão da mancha urbana desta localidade, que se deu de forma descontínua, privilegiando uns espaços e excluindo outros.

Na análise da paisagem da Pipa ficam evidenciadas as contradições espaciais e, de modo concreto, a forma como a população nativa vive, o tipo de habitação, o tamanho do lote e das casas, o preço da terra, o acesso aos serviços, o padrão arquitetônico, o grau de conservação

das residências e a localização. Por outro lado, os espaços ocupados pelos novos atores, ou seja, pelos “*que vieram de fora*” se apresentam diferenciados, melhor estruturado, evidenciando a forma heterogênea de uso e ocupação do solo que se processou nessa localidade.

Marcelino (1999, p. 79), ao discutir a redefinição dos espaços sociais decorrentes da expansão da atividade turística, no litoral do Rio Grande do Norte, traduz esses efeitos nas comunidades locais.

O modelo de desenvolvimento econômico vem promovendo a expulsão das populações nativas dos seus locais de assentamento original, configurando a segregação social a partir da relocação espacial desta população, que passa a ocupar (quase sempre sem a propriedade legal da terra) os espaços geralmente situados nos entornos das aglomerações, os quais o valor do solo ainda não se tenha elevado.

A localidade da Pipa vem crescendo, particularmente nos últimos trinta (trinta) anos, com a instalação de equipamentos turísticos, transformando a configuração espacial e dando um novo dinamismo ao local. Algumas residências, hotéis, pousadas, áreas de *camping*, vão se expandindo para áreas sem quaisquer dos itens de infra-estrutura, como por exemplo, luz, esgotos ou arruamento. Os “cinturões de pobreza” aparecem expostos na paisagem, expressando as contradições e conflitos entre os “antigos” e os “novos” moradores, contradições estas, expressas nos modos de pensar e viver nesta localidade.

Se hoje Pipa é uma das praias mais visitadas do Rio Grande do Norte, abrigando estrangeiros, brasileiros de outras regiões e norte-rio-grandenses de todos os recantos, constituindo um verdadeiro caldeirão de culturas, não o foi assim, até meados do século XX. A beleza quase selvagem, a praia praticamente intocada, num cantinho “perdido” do litoral potiguar, passa a atrair os surfistas, na década de 1970, como um refúgio para aproveitar o sossego e as belezas naturais. O mar passa a ser usado para práticas esportivas, alheias ao lugar, conforme anteriormente ressaltamos.

A propaganda “boca-a-ouvido” começa a fluir com rapidez, e Pipa começa a ser cada vez mais visitada. Alguns até começam a fixar

residência e aos poucos montarem seu negócio nesse lugar. Os cenários começam a se modificar.

Assim, nas décadas de 80 e 90, do século XX, Pipa passa a ser roteiro de turistas nacionais e estrangeiros, marcando um processo de construção de novas territorialidades. Agora, era necessário que dotasse esse lugar com infra-estrutura de equipamentos para atender a demanda cada vez crescente de turistas que vinham de todos os recantos do globo.

Essa localidade começa a sofrer mudanças significativas na sua paisagem. A partir de então, tem-se início uma nova etapa na configuração socioespacial do lugar, que vai conhecer um rápido processo de mudança. Esse processo vem se acentuando, nessas duas últimas décadas, o que modificou significativamente a paisagem da comunidade pesqueira de até o início do século XX.

Paiva (1997, p.57) pontuou em seu trabalho essa redefinição na configuração socioespacial que ocorreu em Pipa:

A presença do turismo em Pipa redefiniu significativamente seu espaço de vida local, pois significou a chegada de uma lógica e relações capitalistas onde antes predominavam relações tradicionais.

Assim, ao percorrer Pipa, podemos perceber o surgimento constante de novos elementos, com novas ruas surgindo em direção à área de mata nativa. Casas, bares, restaurantes, pousadas e hotéis, em construção ou em reforma. As novas ruas apresentam um traçado irregular e diferenciada da rua principal, uma vez que não existe arruamento, não são pavimentadas, sendo recobertas por piçarro, sem um traçado definido, existindo em sua maioria, ausência de calçadas e ruas sem saída, formando verdadeiros labirintos.

Construções rudimentares de taipa e alvenaria simples - arquitetura vernacular - se misturam na paisagem com padrões arquitetônicos modernos. Condomínios residenciais intra-muros se misturam com residências sem forro, sem reboco, com piso de cimento e cobertura de telhas em duas águas.

Na (re)produção do espaço da Pipa, objetos e ações vão dando uma nova configuração ao lugar, promovendo transformações estruturais

e funcionais na paisagem, para atender às necessidades de produzir, consumir, habitar e viver, inerentes ao processo da nova ordem global, a qual impõe aos lugares uma única racionalidade através do sistema de redes, que ao mesmo tempo que viabiliza o circular e o comunicar, também exclui pessoas.

Carlos (1996a, p.25), ao falar da produção do espaço assim ressaltou:

A produção do espaço deve ser entendida sob uma dupla perspectiva, ao mesmo tempo que se processa um movimento que constitui o processo de mundialização da sociedade urbana produzindo, como decorrência, um processo de homogeneização do espaço, produz-se e acentua-se o processo de fragmentação tanto do espaço quanto do indivíduo. Este processo se manifesta no plano do vivido, no lugar onde se desenrola a vida humana.

Assim, a análise do cotidiano da população local nos permitiu vislumbrar uma reestruturação urbana local, resultante do intenso movimento entre espaço e práxis social, que acaba por favorecer a prática de diferentes usos do solo, muitas vezes conflitantes e antagônicos entre si.

Podemos observar em Pipa o uso e ocupação inadequados do solo, com ocupação em áreas de falésias e dunas, vegetação nativa sendo devastada para dar lugar ao parcelamento do solo, com uma crescente especulação imobiliária. Uma deficiente infra-estrutura e erosão costeira acentuada, caracterizando o quadro de uso e ocupação dessa localidade.

Para podermos captar a essência e desvendar os novos cenários socioespaciais da Pipa turistificada, empreendemos, por várias vezes, incursões pelos vários recantos dessa localidade, numa tentativa de descobrir as nuances desses novos cenários e, descobrimos que Pipa não se restringe mais somente à “rua principal” e à beira mar, como antes da expansão da atividade turística se conformava. Conforme anteriormente afirmamos, a mancha urbana se expandiu, ocupando falésias, o chapadão e a mata. Será que ainda resta algum canto a ser explorado?

Ao passearmos à beira da praia da Pipa, vislumbramos além de algumas casas de veraneio, também, um “mar” de mesas e cadeiras das barracas, que invadem o espaço da areia e das pessoas. Nelas, vemos pessoas de várias nacionalidades, desfrutando do mar e do sol e degustando os pratos feitos com peixe, macaxeira, feijão verde, crustáceos, todos “pratos da terra” e para todos os gostos. A cerveja gelada, o coco e o refrigerante complementam a degustação.

Mais à frente, encontramos um grupo de pescadores, os verdadeiros “heróis da resistência”, que ainda continuam desbravando o mar em busca do peixe de cada dia, da sua sobrevivência. E aqui, já podemos perceber novamente, os conflitos e contradições que a atividade turística tem provocado nesse lugar.

Outro cenário que vislumbramos ainda à beira mar são as escadarias que levam às pousadas e hotéis, construídos nas bordas das falésias. E, com elas, encontramos ainda os canos que jorram seus esgotos, agredindo o belo visual e contaminando as areias brancas e mornas desse lugar, conforme já demonstramos na figura 5. Na Praia do Amor, temos até aluguel de pranchas de surfe.

Continuando nossa caminhada encontramos algumas casas de veranistas, bares, restaurantes e barracas de artesanatos. Ainda na orla marítima, podemos encontrar o ir e vir dos ambulantes, dos vendedores de castanha, redes, roupas e artesanatos. “Quer colocar trança rastafari aí moça ?” Pergunta um. “Quer fazer uma tatuagem de hena? Custa vinte e cinco reais!” Pergunta outro. São os novos costumes que foram inseridos nesse lugar.

Agora nosso “passeio” se concentra na “**rua principal**”, na Avenida Baía dos Golfinhos ou na *Brodway* de Pipa, como assim é conhecida essa rua pela grande concentração de pessoas, manifestações culturais e badalações. É aqui, e nas ruas adjacentes, que se concentra o maior número de pousadas, hotéis, restaurantes, bares, *mini-shoppings* e diversos outros estabelecimentos comerciais. Aqui, encontramos ainda, algumas casas de nativos. Essas casas foram sendo construídas na época em que o mar avançou (meados do século XX), sendo necessária a transferência das residências que se encontravam à beira mar, para a “*rua de cima*”, como assim afirmou alguns populares.

Essa rua é a expressão máxima do que aconteceu e está acontecendo em Pipa. Encontramos restaurantes com culinária as mais diversas. É cozinha italiana, portuguesa, francesa, espanhola, argentina, japonesa, regional. Há quem afirme que em Pipa existe o “turismo gastronômico”, ou seja, os visitantes se dirigem para essa localidade pela variedade de “cozinhas” existentes. Encontramos casas de massas, tabacarias, creperias, soparias e lanchonetes.

Pipa realmente se transformou em um lugar bastante diversificado. Encontramos lojas de artesanatos, salões de beleza, terapia *shiatsu* (terapia japonesa de combate ao estresse e cansaço), revelação de filmes, boate, passeios de barcos e bugres.

À noite esse lugar fica pequeno. Geralmente, encontramos barraquinhas de artesanatos que só funcionam à noite. São pessoas que migram de várias partes do Brasil para vender brincos, pulseiras, camisas pintadas, artesanato em geral. É à noite também que aparece um grupo de coco-de-roda, tipo capoeira. Em torno deles se “*ajunta*” um grande número de pessoas: um espetáculo para o turista ver.

É unanimidade falar que a noite em Pipa só começa à partir das 23 (vinte e três) horas, a rua fica completamente tomada. São pessoas de várias idades, nacionalidades e tendências. É um “vai e vem” sem que as pessoas prestem muita atenção ao que o outro faz ou deixa de fazer. É o ponto de encontro das “diferenças”. Que, ao contrário da aparente harmonia, é repleta de conflitos e contradições.

O nosso “passeio” investigativo por Pipa só continua no dia seguinte, quando nos dirigimos para o lugar o qual a comunidade chama de “mata”. Essa área já sofre com o grande processo de ocupação. Parece mais um labirinto, pela forma desordenada como está sendo ocupada. São ruas sem saídas, sem calçamento, sem iluminação. Inicialmente, essa área territorial foi sendo ocupada por nativos que iam sendo “expulsos” da rua principal ou da orla marítima, conforme anteriormente destacamos, hoje, o espaço já é disputado por pousadas, hotéis e *camping*, apesar da precariedade da infra-estrutura.

Esse é um pouco do novo cenário socioespacial que ora vem se descortinando em Pipa, onde a atividade turística estabeleceu novas territorialidades que se expressam espacialmente através de conflitos e contradições, num constante movimento de ir e vir, o qual pode provocar

ainda, novos processos de territorialização e desterritorialização uma vez que “*no tempo e no espaço nada é permanente*”, como assim pontuou Silva (1999, p. 60).

5. O fim da viagem ou o começo de um outro caminho

*“Na primeira noite eles se
aproximaram e roubaram
uma flor do nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não
se escondem: pisam as
flores, matam o nosso cão.
E não dizemos nada.
Até que um dia o mais
frágil deles, entra sozinho
em nossa casa, rouba-nos a
luz do dia, e, conhecendo o
nosso medo, arranca-nos a
voz da garganta.
Já não podemos dizer
nada”.*

Vladimir Maiakovski

A epígrafe acima apesar de expressar uma realidade socioespacial diferente da que até aqui discutimos, nos faz refletir um pouco do processo que se deu quando da chegada dos novos atores sociais no território da Pipa, os quais transformaram, a até então comunidade pesqueira, em um “*paraíso*” do turismo. Eles chegaram de “mansinho” e foram transformando e adaptando essa localidade para abrigar uma nova atividade econômica – o turismo.

Os fatores, até aqui analisados, que interferiram em Pipa se concretizaram ao mesmo tempo em objetos e em ações desenvolvidas sobre eles. A análise da paisagem da Pipa confirmou a existência de mudanças estruturais e funcionais que, atreladas à análise dos principais

elementos que contribuíram para essas mudanças, apresentaram modificações influenciadas por fatores externos à própria localidade, porém, temos por claro a não existência de alteração que se concretize no lugar, sem a inserção da ação local.

Consideramos necessário analisar de que forma essas mudanças foram incorporadas na vida da comunidade e qual a percepção desse fato pela população aí residente.

Apoiamo-nos em Lima (2000, p. 67) quando afirmou que:

A análise da mudança de vida da população local é de grande importância para o entendimento do processo de reprodução desse espaço e permitiu vislumbrar as possibilidades em termo de reestruturação urbana local, pois a análise do cotidiano, contribui para o entendimento das relações de reciprocidade entre espaço e práxis social.

As pesquisas de campo e nossas observações diretas em Pipa, nos fizeram vislumbrar que ocorreram mudanças na vida das pessoas que nela residem, as quais apresentam-se como mudanças no cotidiano da população local, confirmando assim, as transformações socioespaciais e na paisagem do lugar.

Grande parte dessas mudanças, ocorreram devido às interferências exteriores ao seu território, como o recebimento de uma população externa que agregou e impôs novos valores e costumes à comunidade local.

Apesar de em alguns momentos a população nativa perceber o caráter negativo dessas mudanças, ao nosso ver elas foram aceitas sem grandes questionamentos pela comunidade local.

É no lugar, onde se concretizam as relações que redefinem o espaço e modificam a paisagem. Assim, ao nosso ver, muitas dessas mudanças e redefinições no espaço/paisagem e no modo de vida da população da Pipa apresentaram-se como consequência direta da atividade turística, a qual redimensionou a relação entre os moradores e seu lugar.

O cenário por nós observado, é o de trânsito caótico e barulhento, quer durante o dia ou à noite, como parte da paisagem local.

O vai-e-vem constante das pessoas complementam o burburinho do lugar, onde a falta de local para estacionar carros, completa o caos das ruas estreitas e mal sinalizadas.

Mediante ao que já foi até aqui por nós descrito, podemos concluir que, os anos da década de 1970 marcam o início do processo de instalação de equipamentos turísticos na Pipa. Este processo de ocupação se fez sem um planejamento global, contribuindo para a concentração de atividades em locais à beira mar e, na maioria dos casos, na bordas das falésias, provocando o uso predatório do meio físico.

Concluimos ainda que os fatores analisados que interferiram em Pipa se concretizaram ao mesmo tempo nos objetos e nas ações desenvolvidas sobre eles. A análise da paisagem confirmou a existência de mudanças estruturais e funcionais que, atreladas à análise dos principais elementos que contribuíram para essas mudanças apresentaram essas modificações como influenciadas por fatores externos à própria localidade. Enfatizamos, porém, que não existe alteração que se concretize no lugar sem a inserção da ação local.

Grande parte dessas mudanças ocorreram devido às interferências exteriores ao seu território, como o recebimento de uma população externa que agregou novos valores e costumes à comunidade local. Além de promover um processo (ainda em expansão) de desterritorialização e reterritorialização ao lugar.

A nossa pesquisa de campo em Pipa, nos fez vislumbrar que ocorreram mudanças na vida das pessoas que nela residem. Essas mudanças apresentaram-se no cotidiano da população local, as quais se apresentam expressas na paisagem e na nova configuração socioespacial.

Ao nosso ver, e a partir das entrevistas com os atores sociais envolvidos, muitas dessas mudanças e redefinições no espaço/paisagem e no modo de vida da população, apresentaram-se como consequência direta da atividade turística, a qual redimensionou a relação entre os moradores e o lugar.

Apesar de em alguns momentos a população nativa perceber o caráter negativo dessas mudanças, ao que nos parece elas foram aceitas sem grandes questionamentos pela população.

A ocupação se deu (e se dá) de acordo com os interesses dos especuladores imobiliários e agentes turísticos. As leis Estaduais e

Federais que determinam áreas de preservação e conservação ambiental são ignoradas.

A produção não capitalista da habitação, como favelas, loteamentos clandestinos, e autoconstrução (RIBEIRO, 1997) já é uma realidade em Pipa.

O turismo trouxe à Pipa vantagens como uma relativa melhora na infra-estrutura local, com transportes, estradas, meios de comunicação (telefonia móvel e fixa, *internet*); diversificação do setor de comércio e serviços; geração de empregos sazonais e fixos. No entanto as desvantagens, tais como a especulação imobiliária; degradação ambiental com descaracterização do meio e da sociedade local; introdução de renovações, hábitos e costumes diversos dos que os nativos conheciam, podem ser percebidas.

Foi observada a transformação do pescador / agricultor nativo em assalariado, além da marginalização do nativo dentro da atividade turística, o que tem agudizado a segregação socioespacial.

É inegável a importância que o turismo ocupa, atualmente, no cenário internacional e local, porém, não podemos perder de vista a natureza e a sociedade que são partes integrantes desse processo. A descaracterização total ou parcial do lugar pode levar à saturação e à perda de interesse por parte dos turistas que, pelo menos no discurso, estão a procura de um ambiente diferente do que conhecem cotidianamente.

Enfim, acreditamos que somente com uma gestão do território de maneira participativa, onde as práticas socioespaciais tenham como cerne a sociedade como um todo, e não a manutenção das diferenças socioespaciais, é que poderemos ter um território e, por conseguinte, uma territorialidade menos perversa, uma vez que esta tem sido a realidade vivida pela população de Pipa.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton et al. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 4 ed. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1998.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 2000.

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

CARLOS, Ana Fani Alessandri **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

IDEMA. **Anuário estatístico do Rio Grande do Norte**. Natal: 2000.

KRIPPENDORF, Just. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Tradução Contexto Traduções. São Paulo: Aleph, 2001.

LIMA, Dália Maria Maia Cavalcanti de. **A metamorfose socioespacial de Pium**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - UFRN/CT, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Natal, RN, 2000.

MARCELINO, Ana Maria Teixeira. **O turismo e a transformação do espaço e da paisagem litorânea potiguar**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRN/CCHLA, Departamento de Ciências Sociais, Natal, RN, 1999.

MARINHO, Francisco Fernandes. **Praia da Pipa na Cartografia Noroeste-grandense nos séculos XVI e XVII**. Praia da Pipa/RN, 1997. (Mimeo).

MARINHO, José. **Poemas**. Praia de Pipa/RN, 1998. (Mimeo).

MENDONÇA, Rita. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? In: LEMOS, Amália Inês G. (Org.). **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 19-25.

MORIN, Edgar. **Cultura de massa no Século XX. O Espírito do Tempo**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1969.

PAIVA, Ilnete Porpino de. **Vendo coisas que nunca viu, vendo gente que nunca viu: Pipa turistificada**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFPB, João Pessoa, 1997.

RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço e tempo: globalização e meio técnico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

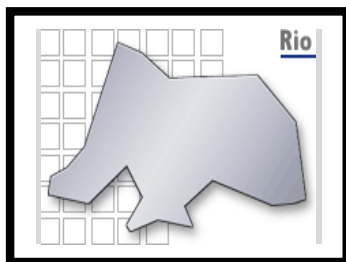
SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1998.

SETUR/RN. **Plano estratégico de desenvolvimento turístico do Rio Grande do Norte**. Natal: 1997.

SILVA, Maria José Ramos da. **Sombras em movimento: viagens e paradas ao encontro da migração.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UFRN, Natal, 2000.

SILVA, Valdenildo Pedro da. **Das trilhas do gado ao território da cerâmica vermelha.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFPE, Recife, 1999.

TULIK, Olga. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. **In: RODRIGUES, Adyr B. (Org). Turismo desenvolvimento local.** São Paulo: Hucitec, 2000.



6 DILEMAS E PERSPECTIVAS DE VIVER EM CAJUEIRO - UMA APROXIMAÇÃO SÓCIOESPACIAL

Levi Rodrigues de Miranda³⁴

Introdução

Este trabalho, faz uma reflexão sobre a organização do tecido urbano do distrito de Cajueiro/RN, analisando a apropriação e construção e o modo de vivência desse território, mediante as alterações feitas pelo homem na natureza no transcorrer dos anos.

Entendemos que, a formação do território deve ser estudada a partir da análise das formas de apropriação da natureza natural, associada a uma relação histórica, político e social, pois a produção do espaço dar-se a partir do desenvolvimento da sociedade no uso e ocupação do solo ao longo dos tempos. É de acordo com a história dos seres humanos e das sociedades, com base na história de suas relações sociais, repleta de contradições, que o espaço geográfico é produzido, pois,

[...] nesse momento a natureza deixa de comandar as ações dos homens e a atividade social começa a ser uma simbiose entre o trabalho do homem e uma natureza cada vez mais modificada por esse trabalho... o ato de produzir é igualmente o ato de produzir o espaço... Produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida. A produção, pois, supõe uma intermediação entre o homem e a natureza, através de técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio.(SANTOS, 1978. p.161-162).

³⁴ Licenciado e Bacharel em Geografia; Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Professor do CEFET-RN

Se o modo através do qual o ser humano produz sua existência acha-se intrinsecamente relacionado ao processo de produção do espaço, afirmamos que cada espaço assume as características do modo de produção que lhe deu origem, “isso se explica porque o uso do tempo e do espaço não é feito jamais da mesma maneira, segundo os períodos históricos e segundo os lugares e muda, igualmente, com os tipos de produção”(ibid. p.162). Salientamos portanto, que esse ser humano está inserido numa sociedade de classes, e que nesse processo de produção do seu espaço, tem lutado em busca da superação das contradições socioespaciais pertinentes ao sua existência.

Tendo como referência o conceito de produção do espaço, vamos (re) construir a história da formação desse território tomando como elemento explicativo e de análise o uso do solo de Cajueiro, por entendermos que tal processo, reproduz os diversos momentos vivenciados e experienciados por uma dada sociedade.

Para tal tarefa, nos será bastante útil à discussão das poucas fontes históricas dessa territorialidade, ancorando-se nas contradições criadas e recriadas pelo modo de produção vigente, as quais, através da materialização dos processos de trabalho, visíveis nas formas territoriais, ainda que frágeis e incipientes, refletem-se no nosso objeto de estudo: a construção do território de Cajueiro na sua totalidade.

2. A construção do lugar

Entendemos que a formação do território deve ser estudada a partir da análise das formas de apropriação da natureza natural, associada a uma relação histórica, política e social, pois a produção do espaço dá-se a partir do desenvolvimento da sociedade no uso e ocupação do solo ao longo dos tempos. É de acordo com a história dos seres humanos e das sociedades, com base na história de suas relações sociais, repleta de contradições, que o espaço geográfico é produzido, pois,

[...] nesse momento a natureza deixa de comandar as ações dos homens e a atividade social começa a ser uma simbiose entre o trabalho do homem e uma natureza cada vez mais modificada por esse trabalho... o ato de produzir é igualmente o ato de produzir o

espaço... Produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida. A produção, pois, supõe uma intermediação entre o homem e a natureza, através de técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio.(SANTOS, 1978, p.161-162).

Se o modo através do qual o ser humano produz sua existência acha-se intrinsecamente relacionado ao processo de produção do espaço, afirmamos que cada espaço assume as características do modo de produção que lhe deu origem, “isso se explica porque o uso do tempo e do espaço não é feito jamais da mesma maneira, segundo os períodos históricos e segundo os lugares e muda, igualmente, com os tipos de produção” (Santos. 1978, p.162). Salientamos, portanto, que esse ser humano está inserido numa sociedade de classes e que nesse processo de produção do seu espaço, tem lutado em busca da superação das contradições socioespaciais pertinentes a sua existência.

Tendo como referência o conceito de produção do espaço, vamos (re) construir a história da formação desse território, tomando como elemento explicativo e de análise o uso do solo de Cajueiro, por entendermos que tal processo reproduz os diversos momentos vivenciados e experienciados por uma dada sociedade.

Para tal tarefa, ser-nos-á bastante útil à discussão das poucas fontes históricas dessa territorialidade, ancorando-se nas contradições criadas e recriadas pelo modo de produção vigente, as quais, através da materialização dos processos de trabalho, visíveis nas formas territoriais, ainda que frágeis e incipientes, refletem-se no nosso objeto de estudo: a construção do território de Cajueiro na sua totalidade.

A compreensão e análise do processo de construção do território nos trazem a imposição de mais uma reflexão teórica sobre esse conceito, além da observação de Sack, citada anteriormente neste trabalho. Desta feita, o território aqui entendido por Corrêa (1998, p.251), é aquele que nos diz ser terra apropriada por alguém, pois:

[...] essa apropriação, por sua vez, tem um duplo significado. De um lado associa-se ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou

grupos sobre um dado segmento do espaço...por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos[...] o território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas.

Sendo o território definido como espaço apropriado, como compreendermos, então, o conceito de espaço e a sua produção? São várias pois, as definições dadas pelos estudiosos ao conceito de espaço, formando um amplo leque de objetos e significações. Porém para nós, o espaço social é o que nos interessa, porque ele “contém ou é contido por todos esses múltiplos de espaço” (SANTOS, 1978, p.120).

Entendemos, assim, que o espaço testemunha um momento de um modo de produção espaço-temporal, constituindo-se na memória das ações realizadas na construção do espaço. Nesse sentido, Santos (1978, p.128), afirma:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de forma que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções.

Perseguindo esse pensamento, podemos dizer que o espaço produzido pelo trabalho humano traz as marcas das temporalidades pretéritas e presentes. Daí porque torna-se necessário que este estudo priorize o entendimento do modo pelo qual a comunidade cajueirense vem desenvolvendo as atividades de reprodução humana, dando suporte à origem e à sobrevivência do povoado para, em seguida, podermos entender a natureza da construção desse lugar geográfico.

De acordo com o nosso conhecimento, é através das relações de trabalho que os homens se relacionam, produzindo as diversas formas de produção do seu território e de sua sobrevivência. Assim sendo, torna-se

importante dizer, como assinalam Carvalho e Paulo Netto(1996, p. 15) que “a vida de todos os dias não pode ser recusada ou negada como fonte de conhecimentos e prática social”.

Recorrendo à abordagem de Santos (1991), numa incursão pelos “fixos e fluxos” do povoado cajueirense, deparamo-nos com uma construção espaço-temporal que leva as marcas do povo desse lugar. No transcorrer da sua história, a construção de abrigos para inúmeras atividades transformaram o interior desse lugarejo (sem grandes novidades). Essas atividades dizem respeito à produção, ao consumo, ao controle, e a troca. Portanto, o povoado, foi construído levando-se em conta tão somente os conhecimentos de vida dos autóctones.

Os elementos fixos se relacionam à (re)produção do espaço, realizada pelo homem com suas técnicas e instrumentos no atendimento às suas necessidades, tais como: abrigo, alimentação, etc. Enquanto os fluxos são as relações sociais que se manifestam através dos processos e funções no uso e ocupação do solo. Nesse sentido, Santos (1991, p.77) compreende que o espaço é constituído pelos fixos e pelos fluxos.

[...] os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. Não é por outra razão que os diversos lugares, criados para exercitar o trabalho, não são idênticos e o rendimento por eles obtido está em relação com a adequação dos objetos ao processo imediato de trabalho. Os fluxos são o movimento, a circulação e assim ele nos dão, também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo.

É com base na vida do homem cajueirense, sujeito construtor do território e da sua história, que podemos resgatar as formas de apropriação e monitoramento do espaço, para o atendimento de suas necessidades socialmente definidas. Em face disso, em diversas oportunidades, a fala do povo cajueirense, tornou-se uma das fontes mais importantes de informação, não só por inexistirem relatos escritos sobre a história de vida cotidiana de tempos passados desse povo, mas por essa fala se constituir num momento de resgate e registro da história local, apoiando-se em relatos do cotidiano do seu povo. Como nos diz Heller

(1985, p.60), “o cotidiano é a vida de todos os dias e de todos os homens em qualquer época histórica que possamos analisar”.

Várias são as histórias (ou estórias) contadas pelos moradores do pequeno lugarejo para evidenciar a sua origem, o que provavelmente tenha se dado no século XVII . Contam os moradores mais antigos que o povoado de Cajueiro tem sua origem e denominação vinculadas à existência de um grande cajueiro, localizado na faixa litorânea, que servia tanto de abrigo para os pequenos jangadeiros, como também de ponto de referência para os viajantes que vinham do sertão ou principalmente para as pessoas que residiam na comunidade situada às margens da lagoa do Coelho. Essa localidade distava aproximadamente, 1,5 km da costa litorânea, onde a população vivia da agricultura de subsistência e da pesca tradicional.

A sombra desse grande cajueiro servia, também, de lugar para o descanso dos que se aventuravam chegar à vila de Touros e/ou, em seguida, à capital do Estado, Natal, pela orla marítima, montados a cavalo e/ou muitas vezes a pé, percurso que durava até quatro dias, atravessando pela frente várias barras de rios. Relataram os moradores mais antigos que muitos dos rios colocavam em risco a própria vida dos caminhantes, como, por exemplo, o da barra “grande”, como se referiam ao rio Ceará-Mirim. Assim nos disse D. Aurora Ribeiro, uma das moradoras, que, por sinal, é a minha avó:

“ Antigamente quando não tinha transporte direto para Natal, a gente ia a pé pela beira da praia atravessando vários barras de rio, eu ainda me lembro que uma vez quase que eu morria na travessia da barra grande, minha mãe que era uma mulher muito alta me puxou para cima, por que a correnteza era muito forte e me arrastava para o mar, ainda me lembro como se fosse hoje era um sacrifício chegar a Natal”.

Outrora, até os meados do século passado, o povoado de Cajueiro ficava distante da capital do estado, uma vez que inexistiam quaisquer infraestruturas, as quais facilitassem a redução desse percurso. Isso dificultava até mesmo a chegada da "modernização" para esse território. As poucas estradas de rodagens, como eram conhecidas pelos moradores, eram de barro, esburacadas, que aumentava a duração de ida e vinda dos moradores desse povoado a Natal, Mesmo assim, a única estrada de

acesso ao povoado só veio a ser aberta no início do ano 1950. Antes dessa data, as viagens eram feitas a pé, ou no lombo dos animais, conforme falamos anteriormente. Também se utilizava a navegação marítima através dos botes movidos a vela, principalmente os pequenos comerciantes que se utilizavam desse meio para fazer compras de mercadorias em Natal.

Entrementes, esse povoado hoje parece ter se aproximado da capital, em decorrência das novas vias de acessos rodoviários construídos no transcorrer dos tempos, principalmente a partir de ano de 1998. Por isso, como forma de melhor situarmos esse povoado em estudo, sobre o qual os mais antigos diziam caminhar tanto para chegar a Natal e saber de fato onde vive esse povo simples e de fala macia; procuraremos, a partir desse momento, encontrar o melhor caminho para localizá-lo espacialmente no mapa do Rio Grande do Norte.

Pois é, como sabemos, muito se tem falado sobre a "cidade-esquina do continente", que alguns afirmam ser Natal, outros ser a cidade de Touros, já cantada em prosa e verso pelos artistas e escritores potiguares.

Natal pode até assumir o título de "capital esquina do continente" uma vez que é a sede estadual mais próxima desse acidente geográfico. Quanto a Touros também aceitamos ser a "cidade esquina do continente", devendo-se ao fato de ela ser o único núcleo urbano emancipado mais próximo da "esquina continental".

Porém, ao fazermos uma leitura mais detalhada no mapa geográfico do litoral norte-rio-grandense, poderemos constatar que é o povoado de Cajueiro, o mais preciso aglomerado populacional situado na tão famosa "esquina do continente", pois esse lugarejo localiza-se apenas a 2 km, aproximadamente, da Ponta do Calcanhar, acidente geográfico que marca a mudança do litoral do Rio Grande do Norte.

Então, para melhor entendermos a situação do povoado de Cajueiro nesse contexto maior, faremos inicialmente um levantamento dos aspectos relativos à situação geográfica do território municipal de Touros, município onde está inserido o povoado de Cajueiro. Com uma extensão territorial de 821,6 km², equivalente a 1,54% da superfície estadual, Touros situa-se a uma altitude média de 2 metros acima do nível do mar, disposto sob as coordenadas geográficas de 5° 11' 56" de latitude Sul e 35° 27' 39" de longitude oeste. Limita-se ao norte com o Oceano

atlântico; ao sul, limita-se com os municípios de Pureza e João Câmara; ao leste, com o município de Rio do Fogo e a oeste, com os municípios de São Miguel do Gostoso, João Câmara e Parazinho.

O território cajueirense, segundo o censo da FIBGE (2000), possui uma extensão territorial de 0,4191 km², equivalendo a 0,051 % da superfície municipal de Touros. Constitui ele uma das 23 fragmentações territoriais dessa localidade, situado na mesorregião Leste Potiguar; inserido na microrregião do Litoral Nordeste do RN que, conforme o IBGE, além de incluir Touros, também fazem parte dessa microrregião os municípios de São Miguel do Gostoso, Rio do Fogo, Maxaranguape, Pedra Grande e Taipu. Localmente, essa área também é conhecida como parte integrante da região do Mato Grande³.

Distante aproximadamente 90 Km de Natal, o acesso ao povoado dá-se principalmente através das rodovias: BR-406, através do trecho Natal até Ceará-Mirim, seguindo-se pela RN-064 até Touros; ou com maior fluidez através da BR-101, recentemente concluída em seu trecho inicial, que vai de Natal até o farol de Touros, situado no entorno de Cajueiro, complementando-se ainda esse trajeto com a RN-221, rodovia estadual asfaltada, recém-construída, que leva à cidade São Miguel do Gostoso, passando esta via na principal entrada do povoado em estudo. Outra forma mais aprazível para se chegar ao povoado, dá-se pela faixa litorânea, aproveitando o baixo mar, através de transporte apropriado, contemplando a beleza das 17 praias ao longo da costa do litoral oriental do Estado, ao norte da sua capital Natal até Cajueiro.

O quadro natural proporciona uma paisagem de um visual incomparável, destacando-se as lagoas costeiras e as dunas de areias finas e brancas em direção ao farol do Calcanhar. Paisagem que é emoldurada por uma bela praia de traços ainda selvagens repleta de coqueiros, abraçada a um mar de um azul intenso, de uma água pura e cristalina, de temperatura sempre agradável, repleto de barcos pesqueiros, contrastando com os escuros rochedos litorâneos, oferecendo, assim, o desfrute de um

³ A região do Mato Grande compreende uma área do nordeste norte riograndense, composta pelas seguintes cidades: Touros, Rio do Fogo, Maxaranguape, Ceará Mirim, Taipu, Pureza, Poço Branco, Bento Fernandes, João Câmara, Jardim de Angicos, Caiçara do Rio dos Ventos, Lajes, Pedro Avelino, Jandaíra, Parazinho, Pedra Preta, Galinhos, Caiçara do Norte, São Bento do Norte, Pedra Grande, São Miguel do Gostoso

ar puro e um sol constante o ano inteiro.

O privilégio de dispor dessa bela paisagem deve-se aos condicionantes naturais da localização do povoado de Cajueiro que, mesmo inserido numa área próxima do clima semi-árido, segundo estudos de Köopen (apud ROLIM, 1991, p.58), tem suas condições climáticas amenizadas por situar-se na zona costeira. A influência da maritimidade o torna mais úmido, de modo que o índice pluviométrico nessa parte litorânea varia de 800 a 2000 mm anuais, sendo as precipitações pluviométricas mais intensas no período de março a junho. Beneficiando-se da brisa marítima, a temperatura da área é confortável, variando entre 23° e 30° C. A sua formação geológica pertence ao grupo “barreiras da idade terciária”, recoberta pelos sedimentos eólicos de origem marinha, formando, assim, um belo espetáculo colorido pelas dunas de tonalidade branco-amareladas, enfeitadas por uma vegetação verde arbustiva, entremeada com árvores de pequeno porte, típicas dos tabuleiros, praias e dunas.

Completando o colorido desse quadro natural, aparecem as lagoas interdunares, de águas azuladas ou mais escuras, surgidas durante todo o período chuvoso. Cajueiro não dispõe de rios, porém é significativa para o povoado a presença da Lagoa do Coelho, de caráter permanente, pois esta tem uma importância fundamental para a comunidade, em virtude da prática da agricultura e da pesca, principalmente nos períodos de cheia.

Essas condições naturais que definem o sítio urbano do povoado de Cajueiro tiveram inicialmente uma relação direta na configuração do espaço construído, juntamente com a disponibilidade da matéria prima própria do espaço natural da região, utilizada na edificação das moradias, como o barro e a palha do coqueiro. A aglomeração populacional influenciou a localização da comunidade próxima à área de praia e lagoa, como exigência para o abastecimento alimentar e também como meio de comunicação com as outras comunidades litorâneas.

Da mesma forma, o desenho do arruamento, amoldou-se às características físicas do terreno, disposto em pequenas elevações de areia. Tais fatos refletem a observação assinalada por Munford(apud SERRA,1987, p.53), tomando como base o nascimento da cidade grega; “em toda parte, o solo, o clima, a formação geológica, a vegetação, a

matriz regional deixaram suas marcas até mesmo na saúde dos habitantes, bem como nas suas atividades econômicas e na sua visão geral da vida”. Corroborando com essa assertiva, Serra (1987, p. 53) complementa, “a forma do espaço natural não apenas determina a localização das aglomerações de adaptações do espaço, mas também a própria forma da cidade”.

Ao fazermos essas referências à influência do espaço natural no processo de construção do espaço cajueirense, não estamos fazendo nenhuma apologia ao determinismo ambiental. Isto porque, na nossa compreensão, o espaço natural deve ser entendido como uma das variáveis na conformação do espaço humano; porém, outros fatores, principalmente os sociais e históricos interferem também nas formas do espaço.

O processo de ocupação e produção do litoral de Touros, onde está inserido o distrito de Cajueiro, não se deu diferente das demais áreas litorâneas norte-rio-grandenses. A exemplo de outros municípios litorâneos, Touros teve sua ocupação facilitada, em decorrência das constantes lutas dos indígenas potiguares para defender o território do interior do Estado.

A base geológica da área formada pelo “grupo barreiras”, recobertos por dunas, sem dúvida, não se constituiu num fator favorável ao tipo de solo apropriado à cultura da canavieira, como ocorreu noutros municípios próximos, como Ceará-Mirim e Extremoz, que tiveram por muito tempo o engenho de açúcar como alavanca principal para povoamento e desenvolvimento econômico da área, no transcurso do século XVII. Touros, portanto, ateu-se à produção agrícola e à pesca, como base para a ocupação e evolução econômica.

Conforme relatos coletados, deduzimos que o povoado de Cajueiro, provavelmente, conta hoje com mais 300 anos de existência, isto é, durante o período em que os índios travaram uma luta em reação à presença do elemento colonizador no sertão norte-rio-grandense, denominada de Guerra dos Bárbaros, a qual se estendeu pelos anos de 1680 até 1730. Obtivemos, por meio de relatos históricos, informações de que naquele período a área compreendida de Guamaré até Natal, já contava com várias povoações espalhadas ao longo do litoral e que,

conforme afirma o historiador tourense Nilson patriota, na sua entrevista:

– “...em 1680 os moradores de Cajueiro e os de Lagoa do Sal, conforme documentos, ganharam uma ação contra um sesmeiro que tentavam impedi-los do acesso ao recolhimento do sal e prática da pescaria, este fato vem a comprovar que na área já existia uma razoável população na época”.

Conforme depoimento desse historiador, a comunidade cajueirense, juntamente com os lagoanos (habitantes do povoado vizinho), naquela época já buscava alternativas de sobrevivência através da coleta do sal, na várzea da lagoa interdunar que, no passado, tinha contato direto com o mar, e também da pescaria na lagoa e no mar aberto, sendo essa última atividade até hoje exercida pelos moradores das duas comunidades.

A migração da população do sertão para o litoral também constituiu-se no vetor de povoamento da área. No entanto, é bom ressaltar que esse processo migratório, nos primórdios da ocupação da área, sempre esteve atrelado à produção agrícola da área e às secas que ocorriam no sertão. Sobre essa questão, assim nos fala o Sr. Nilson Patriota:

– “A expansão agrícola de Ceará-mirim e Extremoz no início do século XVIII contribuiu para o desenvolvimento do território de Touros. Durante a grande seca de 1792 a 1796 a área do litoral de Touros recebeu um grande contingente vindo do interior sertanejo para viver da pescaria e agricultura”.

O processo migratório a que se refere o escritor mencionado, pode ser comprovado pelos depoimentos de alguns moradores mais antigos por nós entrevistados; na oportunidade alguns afirmaram terem vindo para Cajueiro, acompanhados dos pais, em virtude da fome que passavam em suas cidades de origem, localizadas em sua maioria na zona sertaneja do Estado, decorrentes dos longos períodos de estiagem que assolaram a região. Viam esses retirantes o mar como a solução para a sua sobrevivência e da sua família, dedicando-se esses à pescaria e a pequena lavoura.

Assim nos contou uma senhora octogenária, antiga moradora do lugar, sobre a vinda de sua família da região de Pau dos Ferros para Cajueiro em 1877. disse-nos ela,

— *“Meus avós vieram da banda do sertão em 77 do século passado [referindo-se ao século XIX] num ano seco demais, foram três anos de seca, aí veio esse povo e chegaram em Boqueirão [outro povoado de Touros] e ficaram 'mode' a água, dizem que meu avó quando viu a água, disse: nós vamos ficar aqui. Com aquela lagoa grande 'né' e ele muito trabalhador de roçado aí ficava ali, depois ele começou vir comprar peixe na praia daqui e se agradou aí veio se embora 'prá qui' [Cajueiro]”.*

Devido a esse grande volume de migrantes de outras áreas, em decorrência da seca, Touros teve um grande crescimento populacional, no século XIX, propiciando a sua evolução política, instalando-se assim oficialmente o município. Inicialmente, foi denominado em 1832 de freguesia do Bom Jesus dos Navegantes do Porto de Touros, e em 11 de abril de 1833 foi criado o município de Touros, confirmado em 1835. Porém, só em 1938 a vila de Touros passa a condição de cidade emancipada. Seu território, posteriormente, foi desmembrado dando origem às seguintes cidades: João Câmara, Parazinho, Pedra Grande, São Bento do Norte, Galinhos, Maxaranguape, Pureza, e mais recente São Miguel do Gostoso.

Após fazermos uma trajetória pela história na ocupação e povoamento do território tourense, faremos nesse momento, em particular, algumas considerações sobre a construção do povoado de Cajueiro, nosso objeto de investigação, apoiando-se principalmente nas falas dos atores locais, buscando assim compreender como se deu a forma de uso e ocupação desse território.

Conforme afirmamos anteriormente, numa incursão pelo povoado, os moradores, sujeitos construtores da história e do território, em particular os mais antigos, sempre afirmaram que a origem e evolução do lugar tomou como base a presença de um grande cajueiro, situado na orla marítima.

Esses moradores assim se referiam, quando perguntamos sobre o assunto:

— *“As pessoas iam se casando e formando as casas através do cajueiro na praia, onde fazia sombra para os pescadores”.*

– “Na praia tinha um cajueiro muito grande, minha mãe me contava que o povo do Coelho vinha esperar as navegações... a praia era mais longe, a gente fazia uma fogueira para esperar as jangadas de rolo, naquele tempo tinha tanto peixe que apodrecia na praia, a maré hoje comeu o terreno, a praia era lá fora, prá lá das pedras.”.

– “Minha 'vó' falava isso suficiente, que nome do lugar era São Francisco, já tinha algumas casinhas, como São José e São Miguel que é o Gostoso... agora pro modo o cajueiro na praia “gavou” o nome do lugar de Cajueiro. Tinha um cajueiro na praia, aí foi se situando algumas pessoas que falavam 'vamos fazer uma casinha perto do Cajueiro' e por Cajueiro levou esse nome até hoje”.

– “Esse beco que vai para a beira da lagoa, era muito diferente de hoje, eu alcancei a beira da lagoa com uma areia branca e bem limpinha, cheia de cajueiro, e nós ia bater lá, para brincar e apanhar caju”.

Ainda quando perguntamos a alguns moradores sobre a origem do povoado, obtivemos a seguinte resposta:

– “Cajueiro era uma capoeira escrita, só tinha pé de mato, tinha dois becos e beira da praia, com uma fileira de armazéns de palha, com samburá, rede de pescar e cestos, os meninos eram bichentos e as casas era de aterro, era tudo de palha, depois é que fizeram de taipa e depois tijolo”.

– “Aqui era o porto de pescaria, o lugar daqui antigamente era no Coelho, o povo de Generina [uma velha senhora muito religiosa, já falecida] que morava lá, dizia: vamos lá para o cajueiro, era um cajueiro grande na praia, que os pescadores vinham se assombrar debaixo dele... aqui não entrava carro, o povo daqui ia para o Coelho para pegar carro para Touros que era a vila..”.

Foi, com certeza, essa grande árvore situada no litoral que, conforme as falas desses moradores do povoado, serviu como ponto de origem para o povoamento espontâneo da área e ponto de referência para a construção do imaginário coletivo. As pessoas que iam chegando, apossavam-se dos terrenos ao seu redor e construía suas casas vernáculas

de forma aleatória, com a matéria prima da área; porém, sem a mínima preocupação com ordenamento espacial da futura localidade.

Depreendemos ainda dessas falas que o lugar era uma localidade simples e sem acesso a qualquer sistema de locomoção motorizado, dispondo apenas do transporte feito no lombo dos animais ou em embarcações rudimentares, em condições precárias para o conduzir às mercadorias para o pequeno comércio local. Assim nos disse D. Chiquinha de Baltazar, uma das mais antigas moradoras do lugar:

– “..para fazer compras seu avô, [Lourival de Castro, pai da minha mãe] ou ia de bote à vela, a p̃ano, pra Natal ou ia para Ceará Mirim à cavalo para trazer mercadorias. O povo ia daqui de cavalo para feira e vinham carregados de mercadorias, três cavalos carregados.....pra Natal também ia a pé ou então ia para Ceará-Mirim pegar o trem”.

Esse quadro se prolongou até a década de 40 do século XX, entretanto, mesmo nos dias atuais, essa comunidade pouco evoluiu nas condições de infra-estrutura urbana. Se por um lado, melhorou o acesso para os transportes, com uma melhor abertura da rua principal; por outro lado, outros setores básicos ainda se mostram incipientes.

Podemos dizer que esse povoado tem como atividades econômicas proeminentes, desde as suas origens, a plantação de feijão, batata doce, macaxeira, mandioca, milho, caju, coco, dentre outros. “Tinha duas vendinhas no centro que vendia farinha, milho e feijão branco, que só dava na época do inverno, feijão de outra qualidade, só apareceu depois de 40, arroz não existia, agente não conhecia, só se comia muito peixe com pirão”, afirma uma moradora antiga do povoado.

Asseguramos, assim, que essa comunidade emergiu, pelo dizer dos moradores, do desenvolvimento dessas atividades econômicas, comumente aliada à farta produção pesqueira artesanal, realizada exclusivamente em jangadas de cinco paus, como também a pesca de tresmalhos “arrastão”. Além dessas atividades mencionadas, também esteve presente a criação de gado, a fabricação de farinha de mandioca, a criação de aves e confecção de labirintos. Isso constituiu-se no mote que deu suporte à construção e reconstrução do território de Cajueiro.

Quando, na entrevista, questionamos sobre as limitadas transações comerciais do início do povoamento, um antigo morador nos respondeu:... “vinha embarcação de fora pra comprar inhame aqui.... o povo

vinham do Geral, do Cambinda e da Caiana [outros povoados próximos] para comprar peixe aqui, que naquela época era mais farto...”, complementa um outro morador de idade já avançada, “... o peixe era demais, dava para sobreviver e sobrar, era tanto peixe que apodrecia na praia”.

Nas falas citadas, fica evidenciado o papel importante que Cajueiro desempenhou nas relações comerciais daquela área, abastecendo de peixe os povoados localizados na região mais interiorana do município de Touros, uma vez que Cajueiro sempre dispôs de um mar aberto e limpo, propício à pescaria de peixes em jangadas e em tresmalho, como também de outros frutos do mar.

Apesar de hoje Cajueiro ainda dispor de um mar propício à produção pesqueira, a comunidade apresenta um elevado índice de desemprego, provocado, principalmente, pela falta de incentivo à pescaria de peixe, visto que atualmente os pescadores dedicam-se, em sua maior parte, à pesca da lagosta, tendo em vista o seu maior valor comercial.

Distante de Touros, sede do município a aproximadamente 7 Km, o povoado originalmente formado por pescadores e seus familiares, vem recebendo nas últimas décadas, a presença de vários “forasteiros”. São os intermediários no comércio do pescado e vendedores ambulantes de vários produtos, como também, em especial na alta estação, alguns veranistas, oriundos de Natal, Ceará- Mirim e João Câmara. Porém, poucos são ainda os turistas que descobriram a beleza natural da praia.

Cajueiro, no entanto, apesar dos seus atrativos naturais e da proximidade da sede municipal, não acompanhou o elevado crescimento populacional da cidade de Touros, pois o número de habitantes de Cajueiro, excluindo os moradores ocasionais do veraneio, em 1996, era de 1922 habitantes, segundo a contagem populacional do IBGE, sendo desse total 948 homens e 974 mulheres. Atualmente estima-se um total de 3000 mil habitantes.

Em pesquisa feita no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, constatou-se um dado interessante relativo à contagem dos habitantes de Cajueiro. Conforme se constata no dicionário de autoria de Antônio Soares (1930), a comunidade cajueirense, em 1920, já contava com uma povoação de 559 habitantes, fato esse que atesta um lento crescimento populacional no decorrer de 80 anos, devendo-se este fato possivelmente à carente infraestrutura básica

disponível a essa comunidade praiana, aliada a um elevado índice de desemprego, refletindo, dessa forma, numa ausência de melhores perspectivas de vida da população local que, na esperança de um futuro melhor, migrou para Touros ou para a Natal.

Com base na tabela abaixo, segundo os dados censitários de 1996, do IBGE, no que se refere à ocupação dos imóveis, das 595 edificações existentes no povoado, 66,3% são ocupados por residências dos nativos e apenas 12,6% são ocupadas ocasionalmente, ou seja, a construção da 2ª residência, constituída por veranistas, ainda é inexpressiva diante da população local, muito embora a cada dia venha se observando um número crescente desse tipo de moradia, na medida em que as pessoas vão tomando conhecimento desse paraíso, ainda semi-desconhecido tanto pela população estadual, como pelo *trade* turístico da região.

Tabela 1
Uso e Ocupação de Imóveis em Cajueiro-1996

Condição de uso do imóvel	Nº de edificações	
	<i>v. absoluto</i>	%
Ocupados	394	66,3
Fechados	5	0,8
Vagos	36	6,0
Não residenciais	85	14,2
Uso ocasional	75	12,6
Coletivo	1	0,1
Total	595	100,0

Fonte: Contagem de população do IBGE - 1996 (caderneta do recenseador)

Observando o dado na tabela referente às edificações não residenciais, constatamos que, esse tipo de imóvel alcança 14,2% do total das edificações, evidenciando um pequeno índice dos serviços oferecidos para a comunidade, apesar de que é perceptível o crescimento do setor terciário na economia do povoado. Cabe aqui ressaltar que, boa parte desse percentual, refere-se ao crescimento do comércio de pequeno porte, o qual se acentua na atualidade como forma de complementação da renda familiar, em virtude da crescente redução do rendimento oriundo

da pesca da lagosta e da falta de outras perspectivas de trabalho.

A apropriação natural do território cajueirense deu-se a partir da construção das primeiras moradias próximas ao mar, fonte permanente de sobrevivência de boa parte dos nativos do lugar. Hoje, esse espaço geográfico, apropriado inicialmente com as residências, cedeu seu lugar em maior parte para os imóveis não-residenciais: comércios, escolas, posto de saúde e outros se situam na Rua São Sebastião, principal via de circulação do povoado, desde os primeiros indícios de povoamento da localidade, assim nos falou, Lilia, uma antiga moradora:

— *“...essa rua aqui [atual rua principal] era um caminho cheio de velame, pé de pinha, aqui era uma carreira de coqueiro, com uma cerca 'entramelada' de capacho ... era uma estrada prá lá e outra pra cá”*.

Foi a partir dessa rua, que teve seu início, na praia próxima ao extinto cajueiro, o qual deu nome ao lugar, que o povoado se espalhou em diversos caminhos e trilhas abertas pelos habitantes nativos, formando hoje um “dédalo” de ruas e casas. São essas veredas abertas em vários rumos pelo cajueirense primitivo, em busca de meios para a sua sobrevivência.

3. A Realidade socioespacial de Cajueiro

É propósito desta parte do texto incursionar nas dimensões socioespaciais do distrito de Cajueiro, para, em seguida, abrirmos a uma reflexão do viver nessa territorialidade. Para se refletir sobre essa dada realidade geográfica é fundamental que busquemos uma aproximação às suas dimensões sociais, econômicas e culturais. Com apreensão dessas dimensões têm-se um breve conhecimento da realidade socioespacial de Cajueiro. Isso foi o que procuramos fazer, por meio de entrevistas, com a realidade cotidiana de Cajueiro, um distrito rural, pertencente ao município de Touros, situado na microrregião do litoral nordeste do estado do Rio Grande do Norte.

Durante a pesquisa realizada com os moradores do distrito de Cajueiro-Touros /RN foi salientado pelos entrevistados, o elevado índice de desemprego na localidade, fato este que faz surgir constantemente um grande número de pequenos estabelecimentos comerciais, de caráter

familiar, como forma de sobrevivência. As antigas bodegas e mercearias com os balcões que separavam o freguês do proprietário, hoje, dão lugar a minúsculos mercadinhos no atendimento em forma do *self-service*, com um pequeno e variado estoque de artigos de alimentação, bebida, limpeza e higiene. Fato que pode ser explicado, também, pelo fácil acesso a Natal, onde os donos desses estabelecimentos comerciais realizam suas compras, ou pela presença de alguns revendedores atacadistas com seus caminhões carregados de mercadorias pelas principais ruas do distrito.

Convém ressaltar que grande parte desses pontos de venda, localizam-se na mesma edificação de moradia familiar, assumindo, dessa forma, esse espaço construído, uma multifuncionalidade, espaço de trabalho e espaço de moradia, este sob condição subordinada à atividade de trabalho, situando-se sempre na parte traseira da construção, local onde se desenvolvem as atividades de lazer e sobrevivência.

Outro fato notório na comunidade é a freqüência constante da população jovem e adulta aos bares do povoado, devendo-se isto em grande parte à ociosidade de uma parcela significativa da população masculina que, por falta de lazer e principalmente de trabalho, buscam nesse tipo de ambiente, refúgio para a ocupação do seu tempo.

Na contramão da “evolução comercial” tipo *self-service* dos mercadinhos do distrito. Observa-se, que a venda de carne de gado abatida na hora, dá-se debaixo de uma árvore na rua principal, aos domingos. O animal abatido em diversas partes, é exposto para os fregueses nos galhos dessa árvore, sem nenhuma proteção contra a poeira, insetos, animais e aves domésticas que circulam livremente pelas ruas do povoado, conforme falamos anteriormente. Portanto, esse comércio é realizado sem as mínimas condições de segurança e higiene para o consumo da população local.

É significativa a realização da feirinha, surgida em meados dos anos 90, a qual acontece nas primeiras horas da manhã de todos os domingos, comercializando frutas, verduras, macaxeira, batata doce, goma de mandioca, mel e alguns artigos de vestuário. Porém, sem nenhum padrão higiênico, pois toda mercadoria é exposta sobre o solo, apenas recoberto, em alguns casos, com uma lona.

Também se verifica no povoado, além do setor comercial, outros ligados à prestação de serviços, mesmo sendo pouco expressivos no que diz respeito aos equipamentos necessários à demanda local.

Quanto aos serviços públicos do povoado, também se verifica uma precariedade no atendimento, e conforme reclamações constantes que ouvimos quando entrevistávamos os moradores, direcionavam-se elas, em sua maior parte, para o setor de saúde, que consta de apenas um posto de atendimento.

Ressaltamos, ainda, que existe uma certa ação política no sentido de utilizar-se dos representantes do povo cajueirense, mais particularmente do vereador, para a prática do assistencialismo no que diz respeito à cessão de transporte para os doentes ou mulheres em trabalho de parto para Touros ou mesmo para a capital do Estado em seu veículo particular, pois, como já citamos, a comunidade não dispõe de ambulâncias para o transporte dos enfermos. Uma cena comum em Cajueiro é observada: alguns nativos, como uma insólita forma de solucionarem seus problemas de saúde, mendigam auxílio a alguns médicos que veraneiam no povoado.

No tocante ao setor educacional, é considerável o grande número de pessoas analfabetas no povoado, principalmente do sexo masculino. São crianças, adolescentes e adultos que estão fora da escola, e grande parte desse contingente alega ser o trabalho no mar o principal responsável pelo seu afastamento dos bancos escolares, uma vez que essa atividade, principalmente dos que trabalham na captura da lagosta, não dispõem de horário fixo para a realização de suas tarefas, chegando às vezes a passarem vários dias em alto mar, ou mesmo sendo obrigados a viajarem para outras comunidades pesqueiras, na busca de uma maior captura do valioso crustáceo.

Ainda analisando-se a precária realidade do ensino em Cajueiro, atenta-se a outro fato que vem contribuir para a não continuidade dos estudos de muitos jovens do povoado. Trata-se da falta de uma escola de ensino médio. Os alunos, que desejam ingressar no ensino médio (antigo 2º grau), matriculam-se nas escolas de Touros, aventurando-se todas as noites à ida para essa escola num velho ônibus mantido pela prefeitura do município, que transporta, além dos alunos de Cajueiro, os de outros povoados mais próximos. Salienta-se que esse transporte escolar

freqüentemente apresenta problemas mecânicos em virtude dos seus longos anos de rodagem, deixando assim esses educandos sem acesso contínuo à escola, o que constitui assim, um fator a mais para o desestímulo, aumentando a evasão escolar e/ou o abandono definitivo dos estudos.

O serviço de comunicação é deficitário, pois são poucos os meios oferecidos à população local. As comunicações telefônicas em Cajueiro são feitas, atualmente, através de 14 telefones públicos (orelhões) espalhados pelas ruas do povoado, e de vários terminais telefônicos instalados nas residências do povoado aquisição desses terminais está no imaginário popular, pois existe um certo sentido de status aos possuidores desse bem. A população ainda utiliza as rádios FM e AM de Touros, como também a FM de São Miguel do Gostoso para comunicar-se com seus conterrâneos. Destacamos, ainda, a presença de um outro antigo símbolo de status num passado recente: são as inúmeras antenas parabólicas, instaladas nas casas das mais variadas camadas sociais, para captação de diversos canais de televisão do país e de antenas para sintonizar as rádios AM e FM de Natal e Fortaleza. Ainda como forma de comunicação, o povoado dispõe de um posto da agência dos Correios localizado na rua São Sebastião, que só atua no envio de cartas simples e entrega de pequenas encomendas.

Entretanto, ainda hoje, é comum aos nativos cajueirenses o uso da comunicação direta, o boca-a-boca, que se configurou, por um longo tempo, como uma das mais velozes formas de comunicação do povoado, principalmente no bate papo diário nas calçadas do centro, tido como o território do encontro, da fofoca, do “jornal local” ou mesmo na areia da praia, enquanto se aguarda a chegada dos barcos ao entardecer. Muito embora hoje uma nova cena venha surgindo no cotidiano do povo, falo dos vários jovens da comunidade que, como forma de vestir a roupagem do “moderno” e “atualizado”, utilizam o telefone público ou residencial para se comunicarem com seus amigos locais, no reduzido sítio urbano do povoado que não totaliza nem 0,5 km² de perímetro urbano. Em muitas das vezes essa comunicação faz-se entre ruas vizinhas, ou até na mesma rua de uma curva para a outra. Quando anteriormente essa comunicação era feita de forma direta, de forma mais afetiva e econômica, através do prazer de visitar os amigos e passear pelo labirinto

urbano do povoado, é o que se pode interpretar.

Daí, podemos abstrair que há uma contradição no imaginário coletivo da comunidade, pois, se pelo viés do setor econômico, dos empreendimentos privados, do comércio, do transporte particular, das comunicações, o aparato do “modernismo” aí se faz presente, exigindo novas posturas e mudanças de hábitos frente ao “novo”, quando nos atemos ao desenvolvimento humano, social e cultural e, em particular, quando se trata do bem público, a exemplo da educação, da saúde, ele se apresenta arcaico e debilitado, mesmo diante dessa realidade dinâmica que vivemos no momento.

Como opção de lazer em Cajueiro, além da praia, o povoado conta com dois clubes sociais particulares, construído há mais de 20 anos, esses espaços de diversão representa, para os mais jovens, o palco das festas rotineiras dos finais de semana. A noitada é animada com as bandas regionais da moda, que sempre tocam *axé-music* ou um forró estilizado, combinado com uma coreografia recheada de erotismo, imitada com muito prazer por todos os participantes da festa. O antigo baile a sanfona, fiel ao legítimo forró ou baião, resguardou-se para os poucos anciãos do lugar que, reunidos numa pequena escola, dançam e cantam as modinhas de épocas, resistindo assim, a todo custo, a esse intruso “moderno”, embora esse sarau seja taxado pelos mais novos como demodé, cafona e feio.

Para a prática de esportes, o povoado dispõe de um campo de futebol de terra batida e de uma quadra improvisada de areia, para a prática do voleibol, sem contar com a grande “quadra natural” de terra firme, formada na praia na fase da baixa-mar. Conta o povoado com dois times de futebol o mais antigo é o “Flamengo Futebol Clube”, com mais de 50 anos de existência, e há um mais recente, o “Vasp”, estes disputam jogos amistosos com outros times da redondeza. A exemplo do que já vimos em outros setores, o futebol também recebe forte influência dos valores externos, que se sobrepõem aos internos, já que nenhum dos times batizou-se com o nome do lugar.

Com base nas descrições desses fatos, torna-se importante ressaltar a importância da preservação das tradições culturais na prática das atividades de lazer, como forma de resgatar a memória do lugar, evitando-se assim a alienação da comunidade dos fatos da sua própria

história.

Se as atividades de lazer assumiram uma “cara nova” nos dias de hoje, no que diz respeito ao contexto sócio-econômico-espacial, ressaltamos que, apesar da captura da lagosta ter alcançado uma grande importância entre as atividades produtivas de Cajueiro, a básica agricultura de subsistência tem ainda um papel importante no cenário sócio-econômico cajueirense, na geração de renda e trabalho através da pequena produção familiar.

Faz-se necessário salientar que a própria política de seguro desemprego do governo federal, de forma indireta, contribui para o comodismo e conformismo dos moradores do povoado, que, de certa forma, confiando nas várias benesses distribuídas sob título de assistencialismo social, preferem levar a vida de forma mais fácil, sem a obrigação da labuta diária em qualquer ramo de atividade econômica, o qual permita seus préstimos. Dentre os benefícios recebidos pela comunidade, destacam-se: O seguro-desemprego; a frente de emergência; bolsa-renda; bolsa-alimentação; bolsa-escola; a aposentadoria dos mais idosos; outros.

Observar-se diariamente no povoado, um razoável número de vendedores ambulantes que percorrem as tortuosas ruas e becos do povoado diariamente, oferecendo: côco-verde, manguzá, cocadas, pirulitos, bolos, picolé e outros produtos alimentícios; também há um grupo de dez senhoras que se encarregam de ir de porta em porta oferecendo aos seus clientes, através de coloridos catálogos de empresas nacionais, produtos de perfumaria, bijuterias, perfumes, artigos de decoração, e utilidade doméstica.

Este é o recorte espacial do território urbano cajueirense onde se expressa a máxima do espaço da vivência, lazer e diversão.

4. Considerações finais

Após trilharmos pelos diversos rumos que se fizeram construção do território cajueirense, observou-se que a construção do espaço, justifica-se pelas determinações histórico-sociais, empreendidas naturalmente por essa sociedade na organização do seu espaço de vida.

Perseguindo esse pensamento, podemos dizer que o espaço produzido

pelo trabalho humano, traz as marcas das temporalidades pretéritas e presentes. Daí porque, tornou-se necessário que esse estudo priorizasse o entendimento do modo pelo qual a comunidade cajueirense, vem desenvolvendo as atividades de reprodução humana, dando suporte a origem e a sobrevivência do povoado, para em seguida, podermos entender a natureza da construção desse lugar geográfico.

Pois, como é do nosso conhecimento, é através das relações de trabalho que os homens se relacionam, produzindo as diversas formas de produção do seu território e de sua sobrevivência. Assim sendo, torna-se importante dizer, como assinalam Carvalho e Paulo Netto, que “a vida de todos os dias não pode ser recusada ou negada como fonte de conhecimentos e prática social”(1996,p.15)

Recorrendo à abordagem de Santos(1997), numa incursão pelos “fixos e fluxos” do povoado cajueirense, nos deparamos numa construção espaço-temporal que leva as marcas do povo desse lugar. No transcorrer da sua história, a construção de abrigos para inúmeras atividades, transformaram o interior desse lugarejo, sejam elas de produção, de consumo, de controle, de troca. Portanto o distrito, foi e vêm sendo construído levando-se em conta tão somente os conhecimentos de vida dos autóctones.

Entendemos então, que os elementos fixos se relacionam à (re) produção do espaço, realizada pelo homem com suas técnicas e instrumentos no atendimento às suas necessidades, tais como: abrigo, alimentação, etc, enquanto os fluxos, são as relações sociais que se manifestam através dos processos e funções no uso e ocupação do solo. Nesse sentido Santos (1997, p.77) compreende que o espaço é constituído pelos fixos e pelos fluxos. Assim diz Santos,

[...] os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. Não é por outra razão que os diversos lugares, criados para exercitar o trabalho, não são idênticos e o rendimento por eles obtido está em relação com a adequação dos objetos ao processo imediato de trabalho. Os fluxos são o movimento, a circulação e assim ele nos dão,

também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo.

É com base na vida do homem cajueirense, sujeito construtor do território e da sua história, que podemos resgatar as formas de apropriação e monitoramento do espaço, para o atendimento de suas necessidades socialmente definidas. Em face disso, em diversas oportunidades, a fala do povo cajueirense, tornou-se uma das fontes mais importantes de informação, não só por inexistir relatos escritos sobre a história de vida cotidiana de tempos passados desse povo, mas por se constituir num momento de resgate e registro da história local, apoiando-se em relatos do cotidiano do seu povo. Como nos diz Heller (1985, p.60), “o cotidiano é a vida de todos os dias e de todos os homens em qualquer época histórica que possamos analisar”.

Apesar de todas essas recentes ações estarem disseminadas pela comunidade cajueirense, percebe-se que esse feito financeiro não tem conseguido passar da aparência econômica, pois pouco contribuiu para a redução das desigualdades sociais, que notoriamente tem tomado ampla configuração nessa área.

Assim, entendemos que a abordagem, acima exposta, constitui-se numa breve síntese da realidade socioeconômica cajueirense, destacando-se as atividades que contribuíram e ainda contribuem para a produção e reprodução desse território. Dialeticamente, estamos diante de um processo de desterritorialidade, uma vez que as principais atividades tradicionais do território de Cajueiro - a agricultura de subsistência, a pesca artesanal e o labirinto, cederam grande parte do seu espaço para a extração da lagosta, atividade mais rentável a curto prazo. Pois, conforme Correa (1998, p.254), “a desterritorialidade é programada e executada em nome de uma maior eficiência locacional, isto é de maiores ganhos efetivos”

5. Referências

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

_____, **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Territorialidade e corporação: um exemplo**, In Território: Globalização e fragmentação. Org: Santos; Souza; Silveira, Hucitec 1998.

DAMIANI, Amélia Luisa, **O lugar e a produção do cotidiano**. In: Novos Caminhos da Geografia. Ed. Contexto. São Paulo, 1999.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo. Edusp, 1997

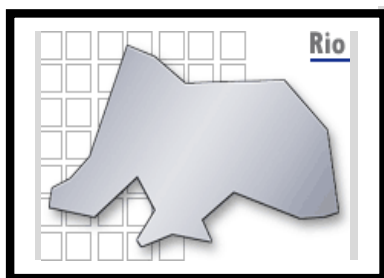
SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec..1978.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo, Hucitec. 1997.

SERRA, Geraldo. **O espaço Natural e a Forma urbana**. São Paulo. Nobel, 1987.



7 NA ESQUINA DO BRASIL: UMA LEITURA GEOGRÁFICA DA (RE)CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO

Márcia Silva de Oliveira³⁵

Introdução

“Conhecer a cidade, desvendá-la, penetrar em seus labirintos, perder-se no meio do burburinho de sua multidão anônima aguça a curiosidade de vários profissionais. A cidade parece resistir à análise e insiste em ser o espaço da aglomeração, do coletivo e, também do individual. Gente na cidade é povo, é massa. Povo na cidade às vezes sussurra, às vezes urra – define e defende posições, demarca territórios, delimita fronteiras”.

José Borzacchiello da Silva

A epígrafe condiz com nossas inquietações científicas sobre o significado e a dinâmica sócio-espacial das cidades contemporâneas, que se transformaram, no decorrer da história da sociedade humana, em condição material de um modo de vida caracterizado como urbano, prenhe de especificidades econômicas, políticas, culturais e sociais que envolvem, quotidianamente, o indivíduo e sua necessidade de habitar, de se alimentar, de ir e vir, de se educar, de ser saudável, de ter lazer, enfim, de se constituir cidadão urbano individual e, ao mesmo tempo, coletivo.

Atualmente, inúmeros são os estudos geográficos que versam sobre as cidades, ingressando num universo teórico-empírico que as destacam em suas diferentes configurações sócio-espaciais de metrópoles, grandes cidades, cidades médias e pequenas cidades. Frequentemente,

³⁵ Graduada e Mestre em Geografia; Professora do Colégio Agrícola de Jundiá - UFRN

tais estudos priorizam as discussões pertinentes às maiores cidades, como as metrópoles, pois essas compreendem o espaço privilegiado de formação e de disseminação dos principais fluxos hegemônicos da atualidade, exacerbando os contrastes entre o construído e o não construído, entre o espaço natural e o espaço humanizado.

Urge, no entanto, atentarmos para as evidências empíricas e estatísticas que denunciam uma realidade urbana constituída, principalmente em nível de Rio Grande do Norte, de médias e pequenas cidades, e a sua inserção na presente divisão territorial do trabalho. Pois, segundo os dados divulgados no Censo Demográfico de 2000, das 167 (cento e sessenta e sete) sedes municipais do Rio Grande do Norte, 155 (cento e cinquenta e cinco) apresentam menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, nos levando a inferir, portanto, que 92,8 % das cidades do estado podem ser definidas como pequenas cidades ou cidades locais.

Daí, a necessidade proeminente da Ciência Geográfica enveredar por caminhos teóricos que discutam a produção do espaço urbano dessas pequenas cidades, demonstrando suas diferentes feições sócio-espaciais, bem como o modo de vida urbano que vivenciam, e estando claro que são as estratégias de reprodução da sociedade capitalista o alicerce principal da produção desse espaço urbano.

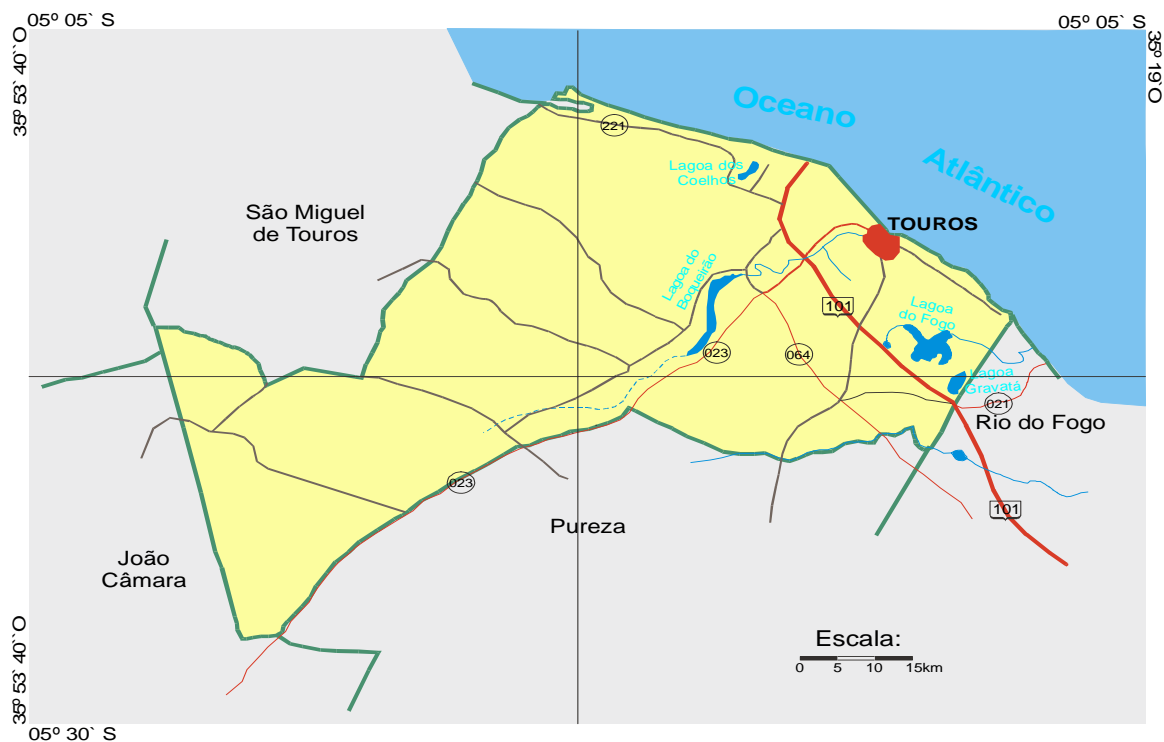
Por isso, a nossa opção em trilharmos discussões geográficas acerca do espaço urbano de uma pequena cidade ou cidade local, a cidade de Touros, que consta, segundo o Censo Demográfico 2000 da FIBGE, com apenas 7.594 (sete mil quinhentos e noventa e quatro) habitantes. Além disso, também aguçou nossa curiosidade o fato de que a pequena cidade de Touros, entre a década de setenta e noventa do século XX, apresentou um considerável aumento populacional, vislumbrando no ano de 2000 um incremento populacional que, em todo esse período, somou 292,65 %.

Os dados mencionados traduziram-se em ponto de partida para a análise da dinâmica sócio-espacial de uma “nova” cidade, reinventada quotidianamente através das atuais estratégias capitalistas de apropriação de seu espaço urbano e de definição espacial de sua inovadora importância local.

Situando espacialmente nosso objeto de pesquisa, Touros é a sede urbana do município de Touros, localizada na micro-região do litoral

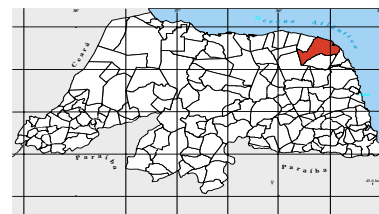
Nordeste do Rio Grande do Norte, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: a 05°11'56" de latitude sul e 35°27'39" de longitude oeste (figura 01). Sua área equivale a 821,6 km, o que representa 1,54 % da superfície norte-rio-grandense. A altitude média dessa sede municipal é de 2 metros e está distante 106 km rodoviários da capital do estado.

Por sua particular posição geográfica, onde a massa continental latino-americana realiza um “desvio” de leste para o oeste, e por ser uma área de transição entre variados aspectos fisiográficos, o município tourense apresenta aspectos físicos que o diferencia de outras áreas litorâneas do litoral oriental do estado, sendo que, nesse contexto, a própria cidade de Touros tornou-se historicamente conhecida como a Esquina do Brasil.



LEGENDA

- Rodovias
- Estradas Secundárias
- Hidrografia
- Limite Municipal
- Rodovias Federais
- Rodovias Estaduais
- Área Urbana



Localização Estadual

Elaboração: Frederico Fonseca, 2001

Fonte: Confeccionado a partir do Mapa Político Rodoviário do RN, IDEC - 1997

Figura 01 - Localização do município de Touros/RN

Segundo informações da FIBGE (1977), o município de Touros se localiza na transição entre o litoral setentrional e oriental da região Nordeste, apresentando características de clima tropical quente, transitando entre aspectos climáticos semi-úmido e semi-árido. Seu relevo se caracteriza pela presença de cordões arenosos, dunas e tabuleiros costeiros, seus solos são, principalmente, arenosos – areia quartzosa, latossolo vermelho amarelo, regossol – e demonstra uma vegetação peculiar às praias e dunas, além de aspectos do cerrado e da caatinga.

Entendemos que a dinâmica sócio-espacial da cidade conhecida como Esquina do Brasil, expressa historicamente as inter-relações vividas entre sociedade e natureza, numa alusão ao processo dialético de apropriação econômica, política, social e cultural de seu espaço urbano e num reflexo dos diferentes sujeitos sociais que promoveram, através de suas práticas sociais, o uso e a qualificação desse espaço e, portanto, a construção do seu território.

Seguindo este pressuposto, afirmamos nossa opção teórica de fazer uso do território como conceito norteador de nossa discussão, pois compreendemos que a dinâmica de produção sócio-espacial envolve a apropriação do espaço como consequência das relações sociais que permeiam as práticas sociais vivenciadas por indivíduos pertencentes a uma comunidade, sendo que essas relações sociais são marcadas pelas disputas e pelos conflitos que as definem também como relações de poder, num anúncio, portanto, da própria essência teórica de construção do território.

Em nossa análise, partimos da compreensão de que o homem enquanto ser social vive em contínuas inter-relações e estabelece modificações na natureza através do trabalho que executa, imprimindo uma qualificação no espaço. Com base em tal pressuposto, o nosso entendimento é de que o espaço geográfico, então qualificado, reflete e traduz o processo de produção da sociedade a partir das relações sociais empreendidas.

Sobre o uso do espaço como categoria conceitual de análise, urge considerá-lo, a partir da compreensão de Santos (1999, p. 51), como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o

quadro único no qual a história se dá”, e ressaltarmos o próprio processo de constituição da sociedade que o envolve e que o anuncia, sendo que a unidade material formada pelas diferentes práticas sociais, quando se apropriam desse espaço, produzem dialeticamente o território.

Situando, nessa perspectiva de análise, a cidade de Touros como espaço geográfico construído historicamente, focalizamos o movimento cotidiano da história, que, como afirma Santos (1999, p. 52), se expressa quando “os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma”.

1. Anunciando a cidade: a construção do território

Buscando o entendimento do processo desencadeador de construção do território da cidade de Touros, nos indagamos acerca da disseminação de territorialidades indicadoras da dinâmica histórica de domínio e apropriação desse espaço.

Nesse sentido, as relações e as formas sócio-espaciais decorrentes primeiramente, da presença da igreja e da imagem do santo católico Bom Jesus dos Navegantes; depois, da evolução do arruado à condição de vila, o que lhe conferia uma restrita, mas permanente identidade administrativa no município; e, ainda, do movimento verificado no pequeno porto natural marítimo, podem ser apontados como elementos essenciais à compreensão da dinâmica de ordenamento do território da vila de Touros no século XIX.

Assim, do pequeno arruado originado a partir da instalação de pequenos agricultores e pescadores no final do século XVIII à constituição da freguesia e à emancipação do município, a vila de Touros apresenta no decorrer do século XIX, uma particular dinâmica de produção sócio-espacial, em que a construção de seu território urbano aparece alicerçado nas diferentes territorialidades expostas no fato de ser, tanto o lugar do Bom Jesus dos Navegantes, como também, do pescador, do agricultor, do jangadeiro, do artesão e do pequeno comerciante e barcaceiro ligado ao pequeno porto natural.

As ruas tinham pouca expressividade urbana, compreendendo apenas ponto de passagem para aqueles que chegavam à cidade. No tocante ao local onde estava a igreja, este se encontrava destituído de uma praça e de formas arquitetônicas e paisagísticas, sendo, contudo, lugar considerado sagrado para toda a população, palco da principal festa religiosa e espaço de socialização importante para o cotidiano local.

Essa realidade constituiu a pequena cidade de Touros nas seis primeiras décadas do século XX, mostrando feições urbanas que foram retratadas como um diminuto núcleo urbano da Esquina do Brasil. Anunciando, portanto, uma realidade sócio-espacial que iria acompanhar sua trajetória urbana no século XX.

Mas, a vila e a pequena cidade tourense do início do século XX não iria desaparecer, continuando a estar presente na nova cidade que tem seu território (re)construído a partir da década de setenta do século XX. Afinal, nessa nova cidade reinventada, veremos, como assinala CALVINO (1990, p. 14-15), que,

[...] a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

2. A cidade reinventada: leituras de um território em transformação

Compreendemos que a cidade de Touros aparece, na atualidade, territorializada por novos agentes e eventos sociais que se expressam na figura do aposentado, do pensionista, do novo comerciante do supermercado, da boutique, da loja de material de construção, do salão de beleza, da oficina mecânica, da locadora de vídeos – dentre outros. Além das territorialidades emergentes do empresariado e dos trabalhadores da indústria de pescado, e da prática turística do veraneio.

No limiar dessa realidade que anuncia a cidade como resultado de um processo histórico-social que se constitui entre o novo e o velho, evidenciamos a sua atual dinâmica sócio-espacial que mostra as antigas

territorialidades em processo de desaparecimento ou de modificação, pois as novas territorialidades impõem uma outra realidade, prenhe de significados inovadores que se revelam nos ditames de produção capitalista do espaço.

Para início de discussão, Consideremos os dados provenientes do Censo Demográfico de 2000, quando Touros apresenta uma população de 27.879 habitantes, dos quais 14.239 são homens e 13.640 são mulheres. Seu crescimento populacional tem tido um considerável aumento ao longo dos anos de 1970 até 2000, havendo uma maior expressividade dos dados referentes ao período compreendido entre as décadas de oitenta e noventa.

Além disso, a década de noventa apresenta uma interessante particularidade, pois em 1997 há um decréscimo populacional devido à efetivação do desmembramento de São Miguel de Touros, que passa a ser um novo município do RN, com uma população total de 7.580 habitantes. A diminuição desse índice é rapidamente recuperado em apenas 03 (três) anos, o que denota a particular dinâmica sócio-espacial que apresenta o município.

Com relação ao seu índice populacional urbano e rural, os dados mostram que grande parte de sua população reside no meio rural, tendo este uma população, segundo os dados publicados pelo Censo 2000, de 20.285 habitantes, enquanto o meio urbano apresenta 7.594 habitantes.

Porém, conforme mostra a tabela 1, a dinâmica da população urbana do município apresenta um aumento significativo da década de setenta até hoje. Enquanto entre 1970 e 1980 se deu um acréscimo populacional de 47,88%, de 1980 a 1991 este correspondeu a 108,81%, Por sua vez, entre 1991 e 2000 o aumento populacional chegou à ordem de 27,16%. Tais índices nos levam a uma interessante particularidade no que diz respeito à construção territorial urbana do município, demonstrando que novas variáveis econômicas, políticas, culturais e sociais estão presentes em sua configuração sócio-espacial.

Tabela 1

Touros/RN: evolução da população urbana e rural entre 1970 e 2000

Ano	Total	Urbana	%	Rural	%
1970	19.442	1.934	9,95	17.508	90,05
1980	19.731	2.860	14,49	16.871	85,51
1991	27.043	5.972	22,08	21.071	77,92
2000	27.879	7.594	27,24	20.285	72,76

Fonte: FIBGE, 1970, 1980, 1991, 2000.

Os dados mencionados nos fazem interpretar a possibilidade de que novos agentes e eventos sócio-espaciais possam estar agora a (re)construir o território do município de Touros em sua totalidade, influenciando, portanto, na produção do espaço urbano. Sendo assim, entendemos que a dinâmica sócio-espacial da cidade, mesmo que ela tenha outras especificidades, ainda se encontra atrelada àquela que vivencia o espaço rural.

Aliás, notamos ainda que, como importante área fornecedora de produtos agrícolas, o município de Touros continua mantendo a sua população na zona rural, não ocorrendo a mudança de residência para a cidade, pois, como mostram os dados da tabela 1, o índice populacional no meio rural continua com patamares iguais aos das décadas de setenta e oitenta, havendo somente na década de noventa uma diminuição desse índice que consideramos estar relacionado ao desmembramento do município de São Miguel de Touros.

Já com relação aos índices populacionais urbanos, os dados sugerem que a partir dos anos setenta a cidade de Touros passou a vivenciar uma nova dinâmica em seu espaço urbano, estando esta (dinâmica) refletida no crescimento de sua população.

Esses elementos sinalizam para as novas territorialidades presentes no processo de (re)construção do território urbano da cidade de Touros, quando processos sócio-espaciais inovadores expressam as metamorfoses vivenciadas pela cidade da troca e da circulação a partir da

década de setenta, num indicativo de que novos eventos e agentes proporcionam sua inserção na nova realidade urbana do estado.

Tal realidade nos permite entender que a dinâmica experimentada pela cidade nas seis primeiras décadas do século XX, através do movimento do pequeno porto e do comércio a ele relacionado, é substituída agora pelos novos agentes e eventos que produzem o território. Até mesmo porque passa a existir uma outra lógica de produção do território estadual e regional, bem como um novo momento de produção sócio-espacial do próprio território municipal.

No limiar dessa realidade, a cidade passa a revelar em suas formas espaciais a união de suas antigas e modernas feições urbanas, as quais recriam e inovam sua identidade, que passa a ser mais intensamente anunciada. Assim, ela se revela redescoberta e reinventada quotidianamente em função das novas estratégias capitalistas de reprodução da sociedade local.

Como denunciadores dessa dinâmica da cidade de Touros, apontamos primeiramente a chegada da energia elétrica no ano de 1971, pois, além das especificidades que tal fato produz numa nova configuração urbana, destacamos, como assinala Gomes (1997, p. 51), “que a chegada da energia elétrica nos diversos centros urbanos do Rio Grande do Norte pode ser entendida como uma das mais significativas intervenções do Estado na construção do território rumo a (re)produção do urbano e do capital”.

A partir daí, o surgimento de fatos como a inauguração da Escola de 1º e 2º Dr. Orlando Flávio Junqueira Ayres em 1972; o início da construção da praça da igreja-matriz em 1977; a instalação do posto telefônico da outrora TELERN em 1978; e a abertura do posto avançado do Banco do Brasil em 1979 traduzem, também, um processo de qualificação do espaço urbano da cidade e, conseqüentemente, de (re)construção do território.

Tais fatos revelam o processo de reordenamento do território estadual repercutindo localmente, uma vez que a pequena cidade de Touros adquiriu novas feições urbanas, oferecendo mesmo que de forma limitada, o ensino de 2º grau como possibilidade de continuação dos estudos da população da cidade e do interior do município; permitindo também o acesso ao telefone como sistema de comunicação possível; e

oportunizando a efetuação de transações financeiras via sistema bancário, o que proporcionou a emergência de uma realidade sócio-espacial em progressiva ascensão como cidade local.

Outros eventos também se mostram expressivos nesse processo de reordenamento territorial que dinamiza e provoca a emergente posição da cidade num nível local. Um deles diz respeito à formação, principalmente nas duas últimas décadas do século XX, de uma rede rodoviária que promoveu maiores facilidades de inter-relações no município, e desse com outras unidades políticas.

Assim, também a situação geográfica da cidade a insere em particularidades importantes no processo de (re)construção do território, apresentando-a como espaço redescoberto e reinventado em função da emergência das atividades ligadas ao lazer e ao turismo. Constatamos essa que se torna visível quando entendemos que a inauguração da rodovia BR 101 em seu trecho que vai de Natal a Touros representa, principalmente, um processo de apropriação e funcionalização desse espaço em prol da produção capitalista do território do lazer e do turismo.

Inserimos tal evento relacionado às novas ligações rodoviárias da cidade e do município, em um processo maior de integração e modernização do território nacional, bem como da dinâmica de produção do território estadual via atividades ligadas ao lazer e ao turismo, sendo que, nesse contexto, a atuação do Estado, através das inúmeras ações que implementa, aparece como principal ator de formação dessa realidade.

Durante nossa pesquisa de campo, observamos, em relação tanto aos representantes do poder público e do empresariado local quanto à própria população, posturas prevalecentes de entendimento da questão: aquelas que destacam sempre os benefícios econômicos e sociais da chegada das estradas e enaltecem a construção da BR 101, como símbolo do moderno na cidade, via possibilidade de implementação de um território turístico.

Sobre esse imaginário do moderno que se faz presente nas imagens que os habitantes fazem da cidade, o situamos como o resultado dos novos processos que redescobrem e reinventam a cidade através da feira, do comércio, do banco, da indústria, do lazer.

No âmbito dessa dinâmica sócio-espacial da cidade de Touros, da década de setenta aos dias atuais, apontamos a importância do setor terciário no processo que condiz com a (re)construção do seu território, pois esse setor da economia aparece constituído como significativa expressão econômica e social desse processo. Por outro lado, chamamos a atenção para a evidência de estarmos focalizando as diferentes feições de um setor terciário condizente com a realidade de uma pequena cidade norte-rio-grandense, aparecendo, portanto, refletido em formas e conteúdos sócio-espaciais que contrastam com a realidade verificada no setor terciário nas maiores cidades estaduais.

Nesse sentido, realizamos nossa discussão a partir da ampliação e do crescimento de um setor terciário que aparece como condicionante e como reflexo da possibilidade de maiores inter-relações dessa pequena cidade, favorecendo as trocas que a cidade vivencia entre pessoas, recursos, mercadorias, informações, idéias. Portanto, nossa leitura do setor terciário, no que se refere a pequena cidade tourense, nos direciona a uma das inúmeras feições de uma dinâmica sócio-espacial que destaca a cidade em nível local.

Nessa dinâmica apontamos para o fato de que os recursos provenientes do pagamento do funcionalismo estadual, dos recursos federais destinados tanto ao assistencialismo e ao pagamento de ex-combatentes e reservistas militares conseqüenciam um significativo montante de recursos a circular na cidade.

Mesmo sabendo que parte desse montante financeiro se destina ao pagamento de pessoas do interior do município e até mesmo as de outras localidades, ressaltamos a importância desses recursos, devido ao fato de estarem eles concentrados primeiramente na cidade, que amplia seu grau de importância local, pois, abrigando uma agência bancária que efetue o pagamento do funcionalismo público e das aposentadorias, motiva momentos de trocas que proporcionam uma circulação desses recursos em seu próprio território.

Ora, entendemos que o aposentado ou o funcionário público não morador da cidade, ao se utilizar do serviço de pagamento na agência bancária local, visita a sede municipal e promove um encontro que se traduz em uma maior circulação de dividendos. Como resultado, o comércio, o setor de serviços e, particularmente, a feira ganham uma

dinâmica que se expressa a partir da troca de idéias, informações, costumes e sentimentos, delineadores de particularidades inerentes à identidade urbana da cidade.

Sobre essa questão, observamos que na região do Mato Grande apenas as cidades de Ceará-Mirim, João Câmara e Touros possuem agências bancárias, sendo que tal fato proporciona um maior poder de atração dessas sedes municipais perante a população do interior dos seus respectivos municípios e a daqueles municípios mais próximos que não dispõem desse tipo de serviço.

Portanto, se o banco consiste em elemento motivador de uma dinâmica sócio-econômica que faz movimentar recursos e pessoas, favorece, então, nessas cidades, um processo de ampliação das trocas financeiras e comerciais que movimenta o setor de comércio e serviços no período concernente ao pagamento dos recursos públicos efetuados.

Diante dessa realidade, notamos ainda que algumas observações precisam ser consideradas, pois ela se constitui apenas um reflexo das muitas faces de um processo de (re)construção do território, haja vista que a cidade dos aposentados, funcionários municipais e estaduais, é também a cidade do terciário que se apresenta mais ampliado e diversificado, demonstrando a concentração de uma série de atividades que proporcionam um progressivo e contínuo destaque da cidade em nível local.

Ao ressaltarmos o papel da agência bancária e dos recursos públicos no processo de (re)construção do território da cidade de Touros, estamos nos reportando à dinâmica de uma totalidade que se expressa econômica e socialmente. Sendo que tais fatores, aliados à ampliação dos estabelecimentos comerciais e de serviços, permitem um redescobrimento da cidade, através de novas estratégias de reprodução capitalista.

Assim, como um pequeno núcleo urbano, Touros vivencia um momento de redefinição de seu papel como cidade local, havendo uma ampliação de sua importância como centro irradiador de um modelo de consumo que se afirma também como um modo de vida urbano que procura quotidianamente sua afirmação.

Inicialmente, percebemos que a consolidação da feira como evento semanal de troca de mercadorias a partir do final da década de setenta, se destaca como importante elemento do novo terciário da

cidade, revelando não apenas a disseminação de trocas comerciais, mas também de trocas de informações e de idéias entre a população local, os feirantes e os visitantes que passam a freqüentar a cidade.

A feira, pode, então, ser compreendida a partir do momento que se “imagine que para a troca se realizar é necessário o encontro. [Sendo que] a troca não será, apenas, de mercadorias. Idéias, palavras, experiências e sensações fazem parte do encanto [...]” (VARGAS, 2001, p. 11) que envolve a cidade, produzindo novas territorialidades, advindas da atuação daqueles sujeitos participantes de um momento inovador de trocas de mercadorias e de relações que a estão alicerçar um novo cotidiano.

Com relação ainda à realidade desses pequenos estabelecimentos, percebemos, também, as particularidades que envolvem seu processo de reprodução, haja vista que, em alguns momentos, os donos “abrem” seus estabelecimentos quando justamente os grandes comerciantes “fecham” suas portas, neste caso, estão abertos ao meio dia, à noite e aos domingos, quando os demais estão fechados. Ainda assim, mesmo quando eventualmente, fecham suas lojas, deixam - por morarem, na maioria das vezes, nos fundos do estabelecimento - uma grade aberta para sinalizar sua disposição em atender, quando requisitados por seus clientes. As relações capitalistas postas na reprodução sócio-espacial do comércio da cidade demonstram, assim, a contradição existente entre as formas modernas e antigas de comercialização.

Tanto o tempo de reprodução do pequeno e arcaico comerciante é diferente do que vivencia o negociante já afeito às regras modernas de comercialização quanto as relações que estabelece com sua clientela são calcadas em laços mais informais e aproximados de convivência, pois as ações efetivadas nesses pequenos comércios traduzem atos corriqueiros concomitantes às relações de confiança e amizade que se mostram na própria condição de reprodução daquele pequeno estabelecimento.

Nesse sentido, tais fatores, somados às falas dos comerciantes quando enfatizam que a maior dinâmica do comércio da cidade acontece no turno matutino, que corresponde ao expediente do banco e às duas primeiras semanas do mês, referentes ao período do pagamento do funcionalismo público e aposentadorias, reforçam nosso entendimento

sobre a fragilidade do setor terciário na cidade, apontando para a limitada dinâmica sócio-espacial de uma pequena cidade potiguar.

Entretanto, como estamos nos reportando a uma realidade sócio-espacial dialética formada por modernos e tradicionais, eventos e agentes, apresentemos um elemento diferencial que se apresenta naqueles 40% dos estabelecimentos que contratam empregados com carteira assinada - supermercados, lojas de móveis, restaurantes, boutiques - os quais estão enquadrados, em sua maioria, como estabelecimentos de migrantes de João Câmara, Natal e Ceará-Mirim.

Essa face do terciário na cidade anuncia um processo de ampliação na quantidade e na qualidade dos estabelecimentos comerciais e de serviços, estando essa dinâmica concentrada, de forma mais marcante, na última década do século XX. A partir desse enfoque, o movimento vivenciado por esse terciário deve ser enfatizado a partir da maior capacidade de atração sobre a população do interior do município, sendo que esse alcance econômico e social do terciário reforça a compreensão do crescente destaque da cidade em nível local.

No bojo dessas questões, inserimos também as novas territorialidades produzidas, a partir da década de setenta, pelos muitos natalenses, camarenses, cearamirinsenses, que redescobrem ou reinventam a cidade quando ali decidem se instalar como turistas-veranistas, possuidores das chamadas casas de segunda residência.

Usamos a denominação “turistas-veranistas”, porque consideramos o veraneio uma prática turística, promovendo a apropriação e o uso do espaço por essa atividade econômica. Partimos desse pressuposto, pois, conforme nos esclarece De La Torre (apud BARRETO, 1998, p. 13),

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Frisamos que, nesse caso, podemos focalizar o veranista também como turista, afinal ele compreende o forasteiro que chega à cidade em busca de lazer e de férias, consumindo esse espaço a partir dos objetos que nele cria. A diferença reside no fato dele não fazer uso de alguns equipamentos turísticos, como hotéis e pousadas – muito embora faça uso de outros equipamentos, como restaurantes, bares, clubes de lazer – tendo uma segunda residência que o fará retornar periodicamente ao mesmo local.

A partir do contexto apresentado, encaminhamos uma leitura das novas territorialidades do veraneio, com a indicação de que aparecem como importante evento do processo de (re)construção do território.

O local escolhido para o veraneio condiz com a área de dunas próximas à praia, principalmente na zona sul da cidade, sendo que esse lugar que contempla hoje quase toda a orla marítima, do ponto de vista das condições naturais, tornou-se território privilegiado e privado de determinada classe social, nos apresentando, portanto, um claro processo de segregação sócio-espacial, que teve como principal interlocutor o poder público local.

A localização de tal área de veraneio mostra o percurso de ligação da cidade a povoados litorâneos como Carnaubinha e Perobas, que também foram, num momento posterior, ocupados pela prática do veraneio. Nesse caso, ressaltamos que a própria construção da avenida onde foram construídas as casas de veraneio, tornou-se caminho de ligação entre a cidade e os povoados, numa evidência de que a satisfação das necessidades do veraneio parece ter acontecido antes da solução dos problemas de comunicação e acesso da população dessas comunidades.

Além disso, é inegável a ampliação do sítio urbano da cidade, principalmente no que tange à sua expansão para o lado sul, pois essa se expande com a ocupação de áreas antes desabitadas. Do ponto de vista ambiental, tal expansão trouxe inúmeros problemas para a área, relacionados à destruição das dunas e sua da vegetação.

A partir do final da década de setenta, quando o veraneio começou a ser sistematicamente uma prática na cidade, novos contornos sócio-espaciais foram delineando um possível território turístico. Vale ressaltar, como já o fizemos anteriormente, que esse movimento que foi se formando estava inserido no processo de descobrimento do território

estadual pelo turismo, principalmente no que diz respeito ao conjunto de municípios dos litorais oriental e nordeste.

Em Touros, uma das primeiras imagens desse processo de que a redescobriu como território do lazer, compreende os inúmeros convescotes que a partir da década de oitenta passaram a ser freqüentes, tanto nas praias da cidade, quanto nas lagoas e demais praias do interior do município.

Logo após, a reunião das imagens produzidas pelo veraneio, mais aquelas proporcionadas pelos famosos convescotes de final de semana, envolveu o empresariado, o poder público e a população local na construção de um imaginário que percebeu que o turismo, feito de forma mais sistematizada e organizada, poderia alavancar um processo de desenvolvimento econômico e social.

Em prol desse imaginário, uma série de objetos e ações passaram a fazer parte do discurso da população, do poder público e do empresariado local, destacando a necessidade de “preparar” a cidade para o turismo.

Observamos que o conteúdo resgatado nesses discursos acompanhou a trajetória de construção do território turístico em Touros a partir do final da década de oitenta, tendo expressividade quando, já no final da década de noventa, foi elaborado um folder informativo sobre o município. Nele ficou expresso, então, um conjunto de imagens representativas do município a partir da visão do turismo como mercadoria que, portadora de um fetiche, precisava ser consumida.

Se, nesse contexto, a elaboração de um discurso e de um conjunto de imagens, representativas do município e da cidade, foram colocadas à venda enquanto produto turístico, ressaltamos que também uma série de objetos passaram a compor o cenário turístico local.

A cidade passou a vivenciar uma série de transformações e inovações em seu espaço urbano, que intensificaram um processo de qualificação desse espaço, numa clara tentativa de reconstruí-lo enquanto território do turismo. Sendo assim, uma dinâmica sócio-espacial engendrou um processo de reinvenção do seu espaço urbano, produzindo, então, um novo território, via atuação do poder público, principalmente no que se refere ao município.

Como materialização dessa dinâmica sócio-espacial, a cidade reinventada ganhou uma nova paisagem, composta por formas urbanas representativas dos inovadores eventos e agentes presentes nesse processo.

Portanto, o aumento da presença de meios de hospedagem, como pousadas e hotéis, aliada à existência de outros equipamentos turísticos, como quiosques, restaurantes, Centro de Turismo, praça de urbanização ao longo do rio Maceió, placas de sinalização para visitantes, dentre outros, promoveu o consumo do espaço urbano tourense pelo turismo, motivando diferentes usos e modos de apropriação desse espaço, e provocando mudanças na paisagem existente

Todavia, conforme ressaltamos anteriormente, ao definirmos um determinado território turístico, precisamos estar cientes de que a sua viabilidade como prática turística só se concretiza quando, não apenas um conjunto de equipamentos turísticos compõem sua paisagem, mas, principalmente, quando o fazer turístico ganha movimento através das trocas de recursos, de mercadorias, de idéias, de costumes, que se estabelecem entre o turista e o núcleo receptor.

Com base nesse entendimento questionamos, então, a viabilidade e a concretização desse processo de fazer turístico na cidade de Touros, pois sua realidade sócio-espacial nos fornece indícios de que toda a paisagem relatada acerca dessa prática na cidade carece de um elemento fundamental para real efetivação desse território turístico: o turista, em outras modalidades que não seja o veranista.

Nesse sentido, o cotidiano da cidade não é constituído do ir e vir de turistas nas lojas de artesanato, nos quiosques, nos hotéis e pousadas, no Centro de Turismo, ou, ainda, entrando e saindo dos ônibus com ar condicionado que os levam sempre de um lado a outro. Pelo contrário, nesse cotidiano a cidade demonstra o pouco movimento em suas limitadas lojas de artesanato e de seus hotéis e pousadas, e o intenso vaivém de aposentados, funcionários públicos, comerciantes, pescadores e agricultores na agência bancária, em seus quiosques, e até nas dependências de seu Centro de Turismo.

Diante das questões assinaladas, traçamos um perfil das atuais mudanças sócio-espaciais que (re)constróem o território da cidade de Touros, reinventando-a através dos novos ditames econômicos, políticos, sociais e culturais de produção do seu espaço urbano. Nesse caso,

constatamos a atuação de inovadores agentes e eventos presentes na dinâmica de reordenamento de seu território, numa evidência, portanto, das novas territorialidades que promovem a apropriação e o uso do seu espaço.

Sendo assim, o rebatimento desse processo de transformações sócio-espaciais modifica o cotidiano da pequena cidade, impondo a ela novos dilemas entre seu espaço vivido e concebido, e mostrando uma realidade preñe de fragilidades sócio-ambientais.

3. Revelações do cotidiano: impasses e fragilidades da cidade reinventada

A cidade reinventada vivencia em seu cotidiano os diferentes processos de desterritorialidades e reterritorialidades que compõem sua dinâmica sócio-espacial, onde as ações dos diversos sujeitos sociais se anunciam nas particularidades de um modo de vida expresso nos símbolos, hábitos, valores e crenças que lhe são próprios e que, a partir do processo de (re)construção do território, podem sofrer modificações em seus significados, ou até mesmo serem eliminados, dando vez a uma nova simbologia e a uma nova identidade local que se refletem, portanto, num outro cotidiano.

Além disso, esse novo cotidiano expressa, também, os impasses e as fragilidades sócio-ambientais emergentes das contradições e dos conflitos pertinentes à produção do seu espaço urbano, demonstrando as inter-relações existentes entre homem-homem e homem-objeto natural, que, na lógica capitalista de produção sócio-espacial, intensificaram, tanto o uso desordenado dos recursos naturais, quanto a exploração e a inclusão marginal de segmentos da população.

Quando a cidade de Touros se apresentava, num primeiro momento, como território do pescador, do agricultor, do artesão, do devoto do Bom Jesus dos Navegantes, do administrador público, do comerciante e do barcaceiro ligado ao pequeno porto natural, demonstra um cotidiano pertinente às relações sociais que impulsionavam o processo de apropriação e qualificação do seu espaço urbano.

Já em um segundo momento, quando apresentamos a cidade reinventada a partir dos novos processos de produção sócio-espacial que ganham forma e conteúdo nas novas territorialidades engendradas pelos funcionários públicos, aposentados, pensionistas, novos comerciantes e turistas veranistas, bem como por pescadores, agricultores e artesãos, compreendemos o confronto entre novos e antigos agentes e eventos de um outro cotidiano, calcado nas novas relações sociais que produzem uma nova concepção de urbanidade para a cidade inovada, do terciário e do veranista.

Quando falamos dessa nova concepção de urbanidade, nos dirigimos à produção de um modo de vida urbano que se revela, quotidianamente, através das exigências econômicas e sociais, postas atualmente no processo de (re)construção do território. Desse modo, um modelo inovador de vida urbana transforma o cotidiano da pequena cidade ao impor a ela novos hábitos, costumes, símbolos, e até uma outra concepção de tempo e de espaço.

Prenhe desse sentido de urbanidade, a cidade expressa e vivencia um novo cotidiano, revelador de relações sociais inovadas que produzem a atual lógica sócio-espacial de produção de seu espaço urbano. Como resultado, os processos de desterritorialização e reterritorialização, que exprimem os novos e antigos agentes e eventos, fomentam, quotidianamente, as novas relações sociais que (re)constróem o território. Ora, nesse caso, lembramos, como afirma Pintaudi (1997, p. 214), *“que a história da vida cotidiana demonstra que as relações espaço/tempo no/do cotidiano mudaram porque as relações mudaram”*.

Expomos ainda nossa reflexão pertinente à discussão do cotidiano como estratégica teórica de alcançarmos o entendimento da cidade em seu sentido mais proeminente: aqueles dos impasses e das fragilidades inerentes à sua condição de lugar do concebido e do vivido. Antagonismos esses que demonstram processos de controle e resistência, expropriação e insurgência, mostrando, como nos indica Seabra (1996, p. 73), que a cidade é concebida e é vivida nas contradições dialéticas entre a sua dominação pelo valor de troca, expresso na técnica, na organização, na racionalidade que expropria o cidadão, e, por outro lado, a sua apropriação pelo valor de uso, que inclui o afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo, o prazer.

Assim, entendemos que as novas estratégias capitalistas de reordenamento do território, provocam inúmeros impactos sócio-ambientais nas economias tradicionais, bem como mudanças no cotidiano da comunidade local, fragilizando a cultura e a identidade local, e comprometendo, tanto a sobrevivência dessas comunidades, quanto a sua qualidade de vida.

Nesse contexto, nos chama a atenção os problemas econômicos e sociais enfrentados por pescadores, pois o fato de não possuírem condições de reprodução como força de trabalho, não sendo possível o acesso aos meios de trabalho de que precisa, como o barco, as redes e até mesmo ao capital leva-os a uma sujeição àqueles que possuem esses meios de trabalho. As próprias palavras do pescador atestam tal fato quando afirmam que “o pescador precisa se encostar em quem tem condições de trabalhar, no dono do barco”.

Nesse caso, entendemos que, se a condição histórica de trabalho do pescador lhe permitiu apenas a sua sobrevivência e de sua família, atualmente nos parece que as condições de trabalho estão mais difíceis, pois no âmbito do processo de (re)construção do território da cidade tourense, e da emergência de novos agentes e eventos da sua dinâmica sócio-espacial, o pescador enfrenta maiores dificuldades de inserção no mercado, mais competitivo e mais exigente, encontrando-se numa situação de sujeição aos donos dos barcos e dos equipamentos de trabalho.

Notamos que o fato do mercado exigir produtos mais difíceis de obtenção, como a lagosta, e de existir na cidade uma indústria de exportação de lagosta, camarão e peixe, demonstra o maior nível de capitalização das atividades ligadas à pesca, havendo, então, maiores exigências do mercado, que se traduzem, também, em uma dinâmica mais competitiva dessa atividade.

Na realidade posta, ficam evidenciadas as dificuldades de inserção do pescador, que, carente de condições de competitividade nesse mercado, passa por um processo de inclusão “excludente”, em que sua força de trabalho se constituirá em condição básica de reprodução capitalista, da mesma forma que vender sua força de trabalho será sua “opção” mais imediata de sobrevivência.

Já com relação às artesãs labirinteiras, percebemos que essa atividade aparece num contexto diferenciado do pescador, pois se notamos que esse trabalhador passa um processo de inclusão marginal na dinâmica de reordenamento do território, com relação às labirinteiras parece estar havendo um progressivo desaparecimento dessa atividade, haja vista existir, tanto uma não aceitação do seu produto no mercado, como a não perpetuação da atividade, que são realizadas quase que exclusivamente por senhoras que atestam que suas filhas, netas e noras não aprenderam o labirinto, o que nos leva a ver essa atividade como uma prática “sem herdeiros”.

Nesse caso, nos parece que o labirinto desaparece continuamente do cotidiano da população local, para ser inserido, paulatinamente, no imaginário turístico da cidade e do município, deixando de estar presente na casa do morador local para, então, ser introduzido na loja e na casa do forasteiro. De símbolo de um cotidiano local, parece ser metamorfoseado em mercadoria turística da cidade.

Diante, então, dessa realidade, percebemos que emergem na cidade uma série de problemas denunciadores das contradições e dos conflitos pertinentes a sua atual dinâmica sócio-espacial, mostrando que as fragilidades sócio-ambientais presentes eclodem quotidianamente num modo de vida que se revela nas condições de moradia, de emprego, de educação e de saúde da população local.

Nesse contexto, essa realidade se mostra definida na posição que ocupa Touros no ranking dos municípios classificados segundo o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico estipulado pelo IDEMA no ano de 1998, pois levando em consideração as variáveis: frequência à escola, leitos, abastecimento d'água, energia, telecomunicações, veículos, razão de dependência, ICMS, e produção animal, o índice classificou o município de Touros em 72º lugar num total de 144 (cento e quarenta e quatro) municípios norte-rio-grandenses.

O que se torna perceptível quando, além do que discutimos anteriormente sobre a realidade do município e da cidade tourense, nos deparamos com os dados do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, que destaca como principais problemas municipais: a ainda presente evasão escolar que é mais visível no interior; o descontrole dos que fazem uso da bebida alcoólica, principalmente na cidade; o vício e a

dependência das drogas, que se alastra pela cidade e pelo interior; e, além disso, a existência ainda constante do trabalho infantil, e a emergência de novos problemas, como crianças pedintes nas ruas e prostituição infanto-juvenil.

Para ressaltar essa situação, os conselheiros mostraram que só no primeiro trimestre de 2002, eles atenderam a trezentos e sessenta e quatro casos no município de Touros – abarcando esses dados, também casos de São Miguel de Touros – envolvendo evasão escolar, bebidas e drogas com adolescentes, prostituição infanto-juvenil, crianças pedintes, além de maus tratos infantis, solicitação de registros e problemas com relação à guarda de crianças.

Atesta ainda o Conselho que a maioria dos casos que são atendidos envolvem adolescentes e crianças carentes, advindas de famílias numerosas e pais analfabetos que, na sua maioria, são pescadores e agricultores da cidade e do município, nos levando a perceber as fragilidades sociais que caracterizam a inclusão marginal desses segmentos da população no atual processo de (re)construção do território da cidade de Touros.

Sendo assim, reafirmamos as contradições e os conflitos pertinentes à dinâmica contemporânea que (re)constrói quotidianamente o território da cidade de Touros, numa alusão ao próprio sentido de opressão e de alienação capitalista da sociedade atual.

Porém, ressaltamos que essa cidade é produzida não apenas a partir dessas contradições, pois como espaço concebido, mas também como espaço vivido, em seu cotidiano expressa, tanto essas contradições, quanto os embates insurgentes da população que luta por seu lugar, sendo esse o espaço vivido e experienciado em que tenta afirmar sua identidade e sua cidadania.

Tendo como bases esses pensamento, entendemos que no processo de construção social da cidade de Touros, os embates existentes entre seu espaço concebido e seu espaço vivido, ou seja, entre a sua programação e o seu insurgimento, revelam a contradição entre valor de troca/valor de uso, num anúncio das inter-relações vividas dialeticamente entre sociedade e natureza. Nesse sentido, emergem no cotidiano da cidade, não apenas o sentido da opressão, da alienação, mas também o

sentimento de afeição pela cidade. Afinal, como expressa Lefebvre (1991a, p. 05-06),

[...] os violentos contrastes entre a riqueza e a pobreza, os conflitos entre os poderosos e oprimidos não impedem nem o apego à Cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra. No contexto urbano, as lutas de facções, de grupos, de classes, reforçam o sentimento de pertencer. Os confrontos políticos entre o 'minuto popolo', o 'popolo grasso', a aristocracia ou a oligarquia, têm a Cidade por, por arena. Esses grupos rivalizam no amor pela sua cidade.

Sinalizamos ainda para o fato de que essa realidade dialética da cidade tourense, imprime um caráter de luta permanente pela apropriação privada e coletiva de seu espaço urbano, levando à necessidade urgente de que a população pense e viva particular e coletivamente a cidade, conhecendo e reivindicando seus direitos e estando a par dos seus próprios deveres como cidadão tourense e brasileiro.

Entendemos esse como um caminho que permita ao cidadão tourense a reflexão sobre a cidade que tem e que almeja, ajudando-o a pensar nas contradições, nos dilemas e nos impasses que vive no cotidiano da sua cidade reinventada. Dito isso, percebemos a cidade de Touros como espaço não apenas de lutas, de conflitos, e contradições, mas de prazeres, de crenças, de esperanças. Portanto, a sua análise deve partir do pressuposto de que, como afirma Calvino (1990, p. 36-37),

[...] é inútil determinar se Zenóbia deva ser classificada entre as cidades felizes ou infelizes. Não faz sentido dividir as cidades nessas duas categorias, mas em outras duas: aquelas que continuam ao longo dos anos e das mutações a dar forma aos desejos e aquelas em que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por esta cancelados.

4. Um último olhar: uma leitura espacial da cidade

Portanto, a cidade de Touros, já território de barceiros e comerciantes ligados ao seu pequeno porto natural, hoje vive, ainda, as

antigas, porém renovadas, territorialidades dos devotos do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, pescadores, agricultores, artesãos, funcionários públicos, mas também as territorialidades dos aposentados, comerciantes, empresários e turistas veranistas. Esses atores promovem as diferentes trocas de finanças, idéias, informações, mercadorias, reinventando a pequena cidade e fornecendo-lhe uma nova identidade urbana que se revela e se destaca, também, em nível local ou municipal.

Dado o caráter dialético desse processo, vimos que a cidade (re)construída emerge contraditoriamente harmonizada entre o construído e o não construído, o moderno e o tradicional, o excluído e o incluído. Por isso a cidade se mostra espacialmente desigual, expondo os diferentes usos de apropriação de seu espaço urbano.

A compreensão desses pressupostos nos permite, ainda, realizar uma leitura sócio-espacial da cidade em seu sentido geográfico mais proeminente: as diversas espacialidades demonstrativas das diversas relações sociais que produzem seu espaço. Nesse sentido, uma investigação sobre a realidade espacial da cidade de Touros do final do século XX, nos reporta à compreensão de que, como afirma Santos (1997, p. 73-74), “a espacialidade seria um momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial”.

Sendo assim, percebemos a proeminência do processo de expansão urbana da cidade, principalmente no que diz respeito à formação das novas áreas de veraneio e de realojamento das famílias carentes. Ora, quando engendrou tal processo, o poder público local criou áreas mais valorizadas, pois a infra-estrutura criada mostrou as feições espaciais diferentes e desiguais entre as novas áreas do veraneio e de ocupação mais recente.

No âmbito dessa realidade, a cidade é desejada por todos, mas desigualmente disputada quando seu espaço é contraditoriamente apropriado segundo os interesses e as possibilidades das diferentes classes sociais.

Nesse caso, as inter-relações entre as ações dos agentes públicos, privados e a população local compunham a dinâmica sócio-espacial que re(constrói), quotidianamente, a cidade, reinventando-a espacialmente, e produzindo um processo de expansão urbana que lhe fornece inovadoras

feições urbanas, reveladas no traçado urbano de suas avenidas, ruas, becos, enfim, nas suas diferentes configurações territoriais.

Focalizamos a dinâmica sócio-espacial das ruas da cidade tourense como uma evidência e uma condição do seu processo de expansão urbana, em que a atuação e a interação conflituosa entre os diversos sujeitos sociais presentes, revelam as contradições dialéticas entre a apropriação particular e coletiva do seu espaço, ou seja, entre a sua apropriação como valor de troca e como valor de uso.

Nesse sentido, percebemos que a cidade reinventada se revela inicialmente na rua da entrada, território dos mais recentes comerciantes que em seus estabelecimentos depositam dinheiro, e também a esperança por dias melhores, afinal eles são, em sua maioria, não apenas comerciantes, mas novos moradores da cidade.

Nessa rua, as casas destinadas à moradia estão dando lugar aos estabelecimentos comerciais e de serviços. As residências, por sua vez, estão se mudando, ou para outra rua mais escondida – aquela que não precisa ser tão observada e procurada quanto a rua das trocas comerciais – ou para os fundos da loja ou para sua parte de cima, onde a verticalidade se faz processo.

A cidade da troca que se revela, então, nessa rua da entrada, apresenta as novas territorialidades da circulação, onde a farmácia, o supermercado, o depósito de material de construção, o salão de beleza, expulsam as residências, colocam-nas à venda, pedem que se mude, pois ali não é mais o seu lugar. Nesse caso, notamos a valorização do solo urbano dessa área, território das novas territorialidades das trocas comerciais.

Essas novas imagens da cidade reinventada, como parte integrante de uma totalidade que redefine constantemente os papéis dos seus novos territórios, fazem transparecer nas formas urbanas o processo conflituoso de apropriação do espaço da cidade, anunciando as contradições sociais que se revelam espacialmente.

Nesse processo maior de reinvenção da pequena cidade, suas ruas ganham dimensão no visível crescimento do número de habitantes e, conseqüentemente, no número de residências que definem o habitar e, portanto, os novos bairros da habitação e da sobrevivência diária do antigo e do novo morador local.

Por isso, nessa nova cidade do habitar, consideramos ainda relevante ressaltar a homogeneidade do conjunto habitacional, também novo bairro, que com o passar dos anos se heterogeneiza em função das diferenças que o habitante imprime à casa de conjunto, tornando-a mais sua, mais autêntica, mais viva porque mais metamorfoseada.

Ainda nessa nova cidade do habitar, chamamos, também, a atenção para os espaços que a lógica capitalista teima em guardar, esperando que se valorizem o bastante para merecerem serem vendidas; são os chamados loteamentos.

Mas, a cidade inovada guarda ainda processos escondidos, quase postos em segredo, como a periferização de seus limites, onde ficam demonstrados a exclusão e a indiferença através da contraditória democratização da área. Afinal, ali a possibilidade do habitar aparece, também, sob a forma da minúscula casa, baixa, de pequena porta e janela na frente, circundada pela areia e pelo barro da rua que lhe permitem usufruir.

Postas em conjunto, essas diferentes ruas que retratam a mesma cidade, contraditoriamente articulada, nos apresentam também a cidade que se revela nos usos que os crentes do turismo teimam em lhe fornecer.

Entretanto, como a cidade cria novas funções onde aquelas do turismo parecem não emplacar, o movimento diário de ir e vir das pessoas transforma a clientela do quiosque do turista, que se metamorfoseia em ponto de encontro, de apoio, de lanche e de conversa do aposentado, pensionista, funcionário público, recebendo, portanto, não o turista que o imaginário de alguns criou, mas o visitante real que a cidade quer e pode acolher e revelar em suas ruas.

Poderíamos ainda continuar relatando outros exemplos denunciadores do imaginário dessa cidade turística que querem criar, mas já nos basta fornecer essas pistas que nos levam a um processo de reinvenção da cidade, não pelo turismo que seja diferente do veraneio - já percebemos - mas sim pelas novas capacidades de atração local da cidade, em que um processo de trocas financeiras, comerciais, sagradas, de informações e de costumes modificam a pequena cidade, inovando-a, mas ainda permitindo-lhe constituir-se pequena em suas dimensões espaciais.

Esse processo que (re)constrói quotidianamente a nova cidade, ou seja, a cidade reinventada, cria, em conjunto, tanto a cidade desigual e

contraditória, como a cidade das novas esperanças e das novas crenças, nos mostrando, conforme afirma Silva (1997, p. 85), que,

A cidade está em cena. A cidade é a cena. Cobiçada, almejada, ultrajada e rejeitada ao mesmo tempo, a cidade é, na verdade, um enorme objeto de desejo. A cidade espetaculariza a vida cotidiana, dá sentido visual ao mundo das pessoas, das coisas, das trocas. Cidade dos encontros e dos desencontros. Olhares diferenciados constróem imagens e representações em infinitas composições. Permite também em escalas e níveis distintos concentrar em pontos espacialmente localizados, atividades díspares que revelam mundos próximos e distantes. Ela aproxima e difunde cultura e conhecimento, desnuda e permite segredos. A cidade firma-se como espaço privilegiado.

No bojo dessas questões, inserimos nossa compreensão sobre a (re)construção do território da cidade de Touros como resultante de um processo econômico, político, social e cultural que nosso olhar tentou captar nas linhas de discussão desse trabalho. Mas, a cidade permanece lá, teimosa em se revelar, esperando, quem sabe, que novos leitores queiram lhe desvendar.

5. Referências

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas/SP: Papirus, 1998. (Coleção Turismo).

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

PINTAUDI, Silvana Maria. Cidade, cotidiano e imaginário. In: SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clelia Lustosa; DANTAS, Eutógio Wanderley Correia (Org). **A Cidade e o urbano: temas para debates**. Fortaleza: EUFC, 1997. p. 213-220.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997.

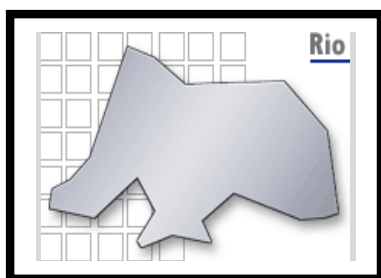
_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. A Insurreição do Uso. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 71-86.

SILVA, José Borzacchiello da. Discutindo a cidade e o urbano. In: SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clelia Lustosa; DANTAS, Eutógio Wanderley Correia (Orgs). **A cidade e o urbano: temas para debates**. Fortaleza: EUFC, 1997. p. 85-92.

VARGAS, Heliana Comim. **Espaço Terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. São Paulo: SENAC, 2001.

OLIVEIRA, Márcia Silva de. **Na Esquina do Brasil: uma leitura geográfica da (re)construção do território**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFRN, Natal, 2002.



8 A FORMAÇÃO DO AGRESTE POTIGUAR E AS CIDADES PEQUENAS

Francisco Ednardo Gonçalves³⁶

1 Sobre a temática

O presente texto é fruto da dissertação “Cidades pequenas, grandes problemas: perfil urbano do Agreste Potiguar”, defendida no Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Compreender as cidades pequenas no Brasil, enquanto categoria espacial de análise, tem sido o alvo maior de nossas preocupações. Entre outras razões isso se explica em virtude da própria indefinição científica do termo cidade pequena; da enorme diversidade (em número e conteúdo) de cidades existentes no Brasil; e, principalmente, em função das inúmeras transformações socioespaciais observadas nesse início de século XXI, as quais repercutiram na organização do espaço, no tempo e no modo de vida da sociedade.

A partir dessas considerações, no presente trabalho, elaboramos uma breve reconstituição histórica da formação da região Agreste Potiguar, visando identificar como ocorreu a constituição desse espaço e conseqüente consolidação das cidades pequenas. Para tanto, estamos referenciados nas contribuições dos seguintes autores: Andrade (1979, 1981, 1998); Santos (1994); Clementino (1995); Gomes (1997); Moraes (1998); Monteiro (2000) e Costa e Costa (2005).

Levando em consideração a “Classificação socioeconômica dos municípios do Rio Grande do Norte” (RIO GRANDE DO NORTE, 1998), elegemos a região Agreste Potiguar, que, conforme tal classificação, apresenta os mais baixos índices de desenvolvimento econômico no

³⁶ Graduado e Mestre em geografia; Professor do CEFET-RN.

estado, configurando-se, portanto, em uma área economicamente frágil, se comparada com outras regiões do Rio Grande do Norte.

Essa região não foi contemplada com a reestruturação produtiva, ocorrida nas três últimas décadas, constatada em outras regiões do estado, principalmente, no Litoral Oriental. Existe um grande desnível socioeconômico entre o Agreste Potiguar e outras regiões do Rio Grande do Norte, pois a maioria das cidades da área em questão não encontrou alternativas econômicas que viabilizassem seu desenvolvimento e amenizassem o quadro de pobreza gerado pela crise das economias tradicionais aliada à insuficiente atuação do poder público.

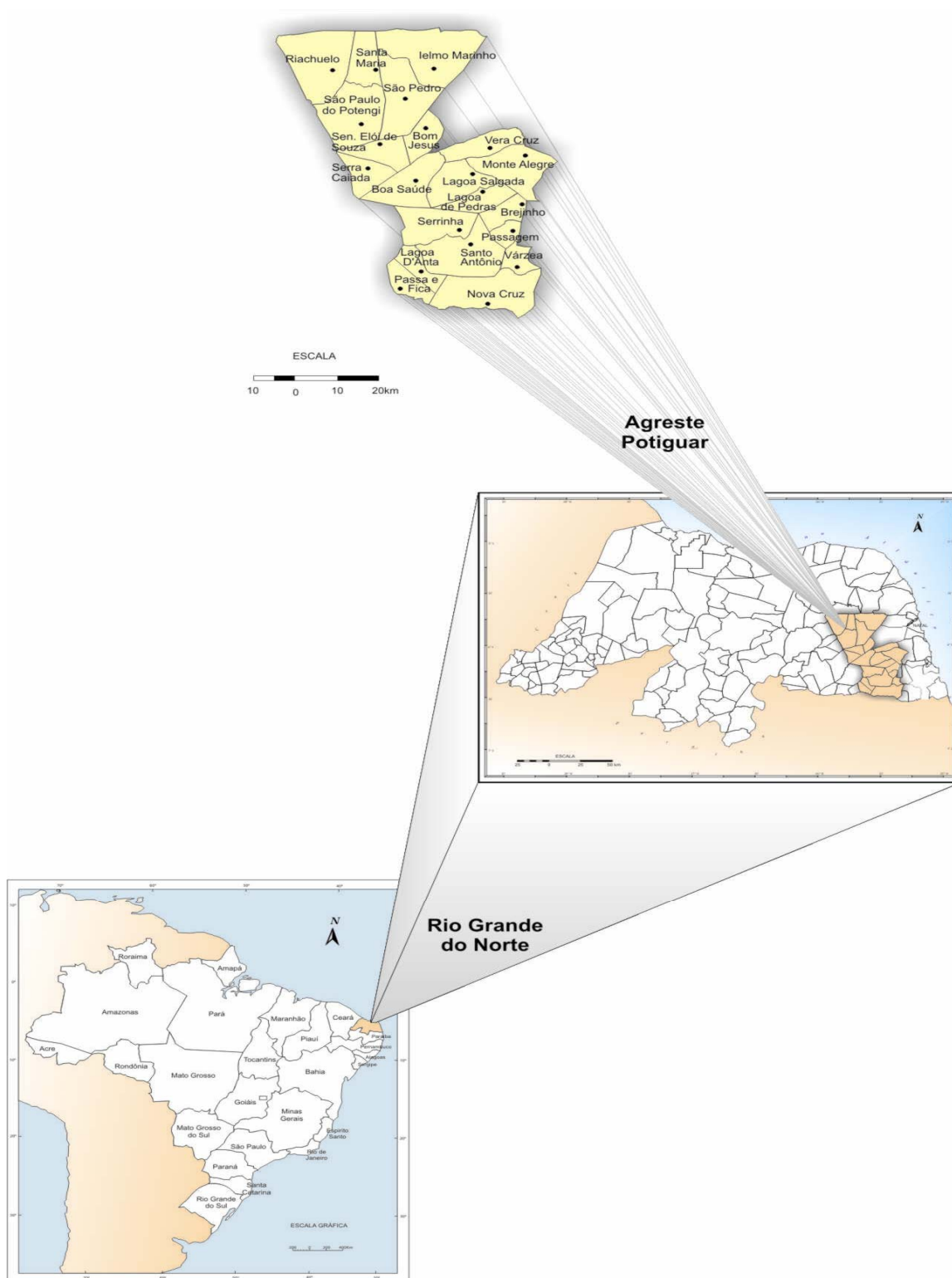
Partimos do pressuposto de que a configuração espacial das cidades pequenas do Agreste Potiguar deve ser entendida como um dos resultados da produção do espaço regional que, por sua vez, está inserida num contexto de estruturação do urbano no território potiguar, em sintonia com a expansão do capital.

Mesmo diante, da indefinição que envolve essa categoria de cidades, compreendemos as cidades pequenas como uma das dimensões socioespaciais, geradas pelo processo histórico de produção do espaço urbano e regional. As dimensões espaciais, o número de habitantes, a pouca diversidade de funções urbanas, a dependência de um centro maior, a temporalidade lenta, a relação com a vida rural e a proximidade entre as pessoas são os principais elementos que caracterizam as cidades pequenas do Agreste Potiguar.

Identificada no mapa a seguir, a região Agreste Potiguar é composta por vinte e uma cidades: Bom Jesus, Brejinho, Ielmo Marinho, Januário Cicco (Boa Saúde)³⁷, Lagoa d'Anta, Lagoa de Pedras, Lagoa Salgada, Monte Alegre, Nova Cruz, Passa e Fica, Passagem, Presidente Juscelino (Serra Caiada), Riachuelo, Santa Maria, Santo Antônio, São Paulo do Potengi, São Pedro, Senador Elói de Souza, Serrinha, Várzea e Vera Cruz. Essa região totaliza uma área de 3.485,6 quilômetros quadrados, equivalente a 6,56% da superfície total do estado. Segundo

³⁷ Os municípios de Januário Cicco e Presidente Juscelino são oficialmente reconhecidos pelas legislações estadual e municipais por Boa Saúde e Serra Caiada, respectivamente. Entretanto, em nível federal continuam com os nomes anteriores, tendo em vista que, até o presente, os referidos municípios não realizaram plebiscitos para mudança dos nomes.

dados do IBGE (2000), nessa área estão distribuídos 205.710 habitantes (7,4% da população estadual), o que representa uma densidade demográfica de 59,1 habitantes por quilômetros quadrados.



Desde o início de sua ocupação, a economia das cidades pequenas do Agreste Potiguar esteve direcionada à produção primária, com destaque para as atividades agropastoris. Apesar da acentuada redução da produção agrícola nas últimas três décadas os produtos gerados no campo e a vida rural ainda exercem forte influência no perfil das cidades analisadas.

2 Agreste: “uma miniatura do nordeste”

Antes de debruçamo-nos na evolução desse processo, cabe esclarecermos o significado da expressão “Agreste”, já que essa denominação regional não é exclusividade do Rio Grande do Norte. Etimologicamente, o vocábulo “agreste” é um adjetivo relacionado ao campo, que significa rústico, tosco, campestre. Em termos geográficos, diz respeito a uma das áreas do Nordeste brasileiro, que corresponde a uma faixa de transição entre o Litoral, de clima úmido e o Sertão, quente e seco. Como assinala Melo (1980), essa nomenclatura deriva das condições naturais existentes nessa área. Como sub-região fisiográfica tradicional, dispõe-se em faixa paralela à periferia úmida do Nordeste, do Rio Grande do Norte até o Sudeste da Bahia, englobando seis estados nordestinos. Daí decorre a utilização da expressão Agreste Potiguar, para distingui-lo dos demais Agrestes, quer sejam paraibano, pernambucano, alagoano, sergipano e baiano.

Na década de 1960, na sua obra clássica “A terra e o homem no Nordeste”, Andrade (1998, p. 25, grifo nosso) refere-se a essa sub-região como uma “[...] zona de transição com trechos quase tão úmidos como o da Mata e outros tão secos como o do Sertão, alterando-se constantemente e a pequena distância, o que o povo chamou de Agreste”. Diante dessa afirmação, destacamos a informação que o referido autor fornece a respeito dessa denominação, que no seu entendimento provém da população nordestina.

Ab’Saber (1999, p. 13) esclarece que a região em análise está inserida no semi-árido nordestino, junto com o Sertão, e se refere aos “agrestes” como uma “[...] região de transição climática e contrastes

ecológicos entre a zona da mata e o do domínio extensivo das caatingas”. Essa utilização do termo no plural se adequa perfeitamente a tal área, pois nela o que impera é a diversidade de paisagens em curta distância, o que levou Andrade (1998, p. 32) a caracterizá-la como “[...] uma miniatura do Nordeste, com suas áreas muito secas e muito úmidas”. Essa variação dos aspectos naturais é acompanhada pela diversidade de produção econômica e de organização do espaço.

A exemplo do que ocorre nos demais trechos da região agrestina inseridos nas outras unidades da federação, a posição intermediária do Agreste Potiguar é uma das características fundamentais que a diferenciam das demais regiões, tanto no plano fisiográfico, quanto no plano socioeconômico (MELO, 1980, p. 41).

3 Breve histórico do processo de ocupação

O processo histórico de formação socioespacial do Agreste Potiguar está inserido no contexto de exploração e povoamento do interior da então Capitania do Rio Grande, tendo em vista a ampliação do território para a expansão de atividades econômicas. Por conseguinte, a produção do espaço agrestino teve como base a implementação das atividades agropastoris, que transformou esse espaço em fornecedor de produtos animais e vegetais para Natal.

Para compreendermos a produção do espaço agrestino, julgamos necessário fazer alusão ao processo que ocorreu no âmbito estadual, regional e nacional, uma vez que o processo de produção do espaço é bastante dinâmico e não está reduzido apenas à escala local. Sendo assim, percebemos que a ocupação e o povoamento do Rio Grande do Norte estão inseridos no contexto de formação do espaço nordestino, que, por sua vez, ocorreu no âmbito da organização do território brasileiro.

Andrade (1979) explica que o descobrimento e a organização do território brasileiro, e, por conseguinte, do nordestino, ocorreu no contexto do desenvolvimento do capitalismo comercial, que se deu no século XVI. Além de significar a posse e o domínio português, a ocupação do espaço brasileiro também representava uma exigência européia, no sentido de prover seu mercado com produtos que não eram encontrados

naquele continente. Desse modo, o processo de ocupação do espaço brasileiro e, conseqüentemente, nordestino foi impulsionado por interesses externos, o que contribuiu para a consolidação de uma economia primário-exportadora. Conseqüentemente, o “[...] domínio do território regional significou uma especialização de atividades em distintas áreas” (ANDRADE, 1979, p. 13). Nesse contexto, o Nordeste brasileiro foi subdividido da seguinte forma: no Litoral, era praticado o extrativismo vegetal, na Zona da Mata foi instalada a agroindústria canavieira; no Interior (que inclui o Agreste e o Sertão) prevalecia a atividade pecuária; no Meio-Norte foram desenvolvidas a cotonicultura e a rizicultura; e no Sudeste do estado da Bahia, o cacau.

O foco inicial de ocupação do Nordeste brasileiro se deu inicialmente na Zona da Mata de Pernambuco e no Recôncavo Baiano, tendo como principais núcleos, respectivamente, Olinda-Recife e Salvador. É oportuno fazermos referência a essas informações, pois o Rio Grande do Norte foi ocupado em função da expansão pernambucana no sentido Norte. Essa ocupação – representada inicialmente pela construção da Fortaleza dos Reis Magos, em 1598 – contribuiu significativamente para os colonizadores prosseguirem a expansão rumo a Oeste. Como esclarece Andrade (1981, p. 17), das terras potiguares “[...] partiram as forças que ocuparam o Ceará, o Maranhão, e o Pará, ocupação feita de forma rápida, em menos de vinte anos [...]”.

Em se tratando dos núcleos de povoamento, o Rio Grande do Norte contava, inicialmente, com o Litoral ou Zona da Mata, onde foi implementado o cultivo da cana-de-açúcar – seguindo a tendência dos outros estados – e o Sertão, porção Oeste da superfície estadual, que teve a criação de gado como atividade que garantiu a ocupação. Gomes (1997, p. 23) informa que a ocupação na área litorânea “[...] caracterizava-se pela presença de pequenos núcleos populacionais em torno das feitorias que, na realidade, tinham por objetivo principal a defesa e proteção [...] das atividades que aí se desenvolviam”.

Como indicam os registros disponíveis, a exemplo do que ocorreu no Brasil, houve um certo retardamento na ocupação do interior, em virtude do desconhecimento e, em alguns casos, da resistência indígena. Nesse sentido, Santos (1994, p. 63) esclarece que “o povoamento do interior se deu no século XVIII, pela concessão de

sesmarias para fazendas de gado, aos baianos e pernambucanos que, resistindo a todas dificuldades e hostilidades da indiada, conseguiram se estabelecer com currais de criação”. A origem de muitas cidades está relacionada com a presença desses currais. O município de Currais Novos, no semi-árido potiguar é um dos exemplos mais concretos.

Depois de estabelecidos os dois núcleos iniciais de ocupação no Rio Grande do Norte, passou a existir uma interação comercial entre a área sertaneja e o litoral, mesmo porque, como assinalamos anteriormente, essa ocupação atendia aos interesses externos, e o escoamento dos produtos sertanejos era necessário. Nesse sentido, o gado produzido no Sertão era trazido para o Litoral, onde além de ser utilizado como força motriz nos engenhos servia para alimentar a população (MONTEIRO, 2000). A relativa extensão alcançada pelo espaço estadual “[...] fez com que as ligações entre o sertão pastoril e o litoral açucareiro se tornassem periódicas” (CLEMENTINO, 1995, p.95). Vale ressaltar que o gado se autotransportava e esse escoamento dos rebanhos, originados das fazendas sertanejas, era feito pelos chamados “caminhos do gado” (MONTEIRO, 2000, p. 81). Esse aspecto levou Clementino (1995, p. 95) a considerar o gado como “[...] a matriz do sistema urbano potiguar e os seus velhos caminhos as raízes das grandes regiões do estado [...]” (MONTEIRO, 2000, p. 95).

Desse modo, percebemos que a pecuária foi a principal atividade econômica que gerou o processo de concessão de datas e sesmarias, gerando um novo tipo de domínio territorial que era a fazenda de gado as quais posteriormente vieram a se constituir nos primeiros núcleos urbanos, inclusive na região Agreste Potiguar (COSTA e COSTA 2005).

Foi estabelecido, portanto, uma interação entre o Sertão e o centro de consumo na área litorânea, situação semelhante ao que ocorria na Bahia e em Pernambuco. Referindo-se ao que ocorreu entre estes centros de ocupação inicial e o Interior do Nordeste, Andrade (1979, p. 24) afirma que “[...] o sistema de transporte do gado, criando áreas onde estacionava por algumas semanas ou meses, a fim de descansar e recuperar o peso devido a longas caminhadas, teve grande importância no surgimento das primeiras povoações [...]”. Essa situação pode ser comparada com a realidade potiguar e é nesse contexto de transporte do gado que vão surgir os primeiros núcleos de ocupação no Agreste. O

longo e difícil percurso enfrentado pelos viajantes, que transportavam o gado a pé e em grandes boiadas, era contemplado com algumas paradas em locais que recompensassem o cansaço e a sede. Outro fator que condicionou a ocupação do Agreste foram seus atributos naturais, que propiciaram o surgimento da cultura de vários grãos, sobretudo o algodão.

Não menos importante que a cana-de-açúcar e o gado, o algodão também se constituiu num dos elementos fundamentais desse processo de produção do espaço. A fertilidade natural dos solos do Agreste Potiguar, o clima favorável e sua localização intermediária no contexto estadual favoreceram o desenvolvimento dessa cultura.

Este produto que, conforme Andrade (1981, p. 20), já tinha sido cultivado pelos índios antes do descobrimento, ganhou notoriedade no cenário estadual após a Revolução Industrial, uma vez que a indústria têxtil inglesa teve que substituir grande parte do linho pelo algodão que estimulou seu cultivo no mundo tropical. Com a expansão dessa cultura, “[...] o processo de construção do território do Rio Grande do Norte passou por um momento de redefinição” (GOMES, 1997, p. 31). A referida autora afirma que o algodão conseguiu promover uma articulação do espaço potiguar, que se deu por meio da “[...] construção das ferrovias e rodovias, tendo em vista a necessidade de transportar o produto do sertão até as áreas portuárias”.

O surto algodoeiro, no final do Século XVIII, atingiu quase todo o espaço nordestino e o algodão se tornou um dos principais produtos do Agreste e do Sertão, produzindo significativas transformações no contexto regional. Sobre a importância dessa malvácea, Coelho (1992, p. 78) afirma que:

Ao associar-se às culturas de subsistência no Agreste e à pecuária no Sertão e ao propiciar o aparecimento de atividades tipicamente urbanas, complementares ao seu cultivo (descaroçamento e indústria têxtil), o algodão expandiu as atividades regionais, colaborando para uma maior diferenciação na divisão social do trabalho. Por outro lado, os seus efeitos positivos sobre o desenvolvimento urbano geraram significativas mudanças nas relações cidade-campo.

A partir dessa afirmação percebemos que a cultura algodoeira contribuiu para o surgimento dos primeiros contornos urbanos. Sobre essa cultura Costa e Costa (2005, s.p.) afirma que “[...] apesar da pecuária bovina ser, até a metade do século XIX, a atividade econômica mais importante do Rio Grande do Norte, a atividade agrícola também desempenhava importância na economia, pois se constituía em atividade complementar nas fazendas”. Desse modo, percebemos que a cultura algodoeira no estado ganhou importância num período em que a pecuária bovina ainda permanecia em alta, permitindo a coexistência das duas atividades. Gomes (1997, p. 39) esclarece que

A pequena produção localizada no agreste, através do excedente produzido, abastecia as áreas de produção de cana-de-açúcar, uma vez que a monocultura impedia o desenvolvimento de uma outra cultura. Além do mais, em determinados períodos, essa pequena produção assumia a condição de força de trabalho para atividade canavieira.

O cultivo do algodão contribuiu desde os primeiros tempos para o desenvolvimento da vida urbana, uma vez que a comercialização e, posteriormente, o beneficiamento da fibra ocorria nas pequenas aglomerações. Sobre essa expansão, Santos (1994, p. 94) assinala que o algodão conseguiu se disseminar facilmente por estar sempre acessível à maioria dos pequenos produtores. Corroborando com essa afirmativa, Andrade (1998, p. 147) afirma que o algodão era mais democrático que a cana-de-açúcar e se tornou, portanto, cultura de ricos e de pobres.

A transição do século XVIII para o XIX trouxe várias transformações no espaço norte-rio-grandense, como o crescimento populacional e a diversificação das atividades econômicas (ANDRADE, 1981). Além do gado, do algodão e da rapadura, o espaço passou a produzir, com alguma expressão, produtos como o sal, que incentivou o crescimento do litoral setentrional, e como o tabaco, o peixe salgado e as drogas medicinais, que impulsionaram o crescimento de Mossoró.

Andrade (1981) esclarece que, apesar do crescimento econômico ter passado com certa lentidão no período entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, se comparado com o desenvolvimento dos estados vizinhos, houve “[...] aplicação de investimentos em suas

atividades econômicas principais e penetração do capital estrangeiro em alguns setores de sua economia” (ANDRADE, 1981, p. 26-27). A historiografia mostra que, dentre os investimentos, destacam-se a abertura e melhorias das estradas por onde passavam animais e veículos a tração animal e a construção da primeira ferrovia do estado, construída entre 1880/83 ligando Natal a Nova Cruz. Segundo Clementino (1995, p. 102), “a construção da linha Natal-Nova Cruz vem quebrar o peso do isolamento da capital com o interior”.

Outro investimento foi a implantação de indústria de beneficiamento de fibra e das sementes de algodão na área sertaneja. É neste contexto que as primeiras cidades do Agreste Potiguar viram seus primeiros contornos urbanos nascerem, durante o século XVII, em função da expansão da cotonicultura “[...] que induz o surgimento de atividades industriais de beneficiamento do algodão, e as primeiras descaroçadeiras e prensas de algodão se constituem na primeira unidade fabril [...]” (FELIPE, 1984, p. 86).

Desse modo, o algodão criou condições necessárias para o surgimento de várias cidades do interior, sobretudo no Agreste Potiguar, as quais passaram a assumir a posição de ponto de intermediação entre a produção e a comercialização. O quadro 1 resgata várias informações relativas: o surgimento das cidades na região em análise; a toponímia dessas cidades; as cidades mãe, que deram origem as atuais cidades e a data da emancipação política.

Cidade	Data inicial da ocupação	Como se deu o povoamento	Atributo natural	Toponímia	Cidade Mãe	Emancipação política
Bom Jesus	Final do Século XVIII	Criação de gado, lavoura, indústria oleira e feira	Lagoa de Panelas	Homenagem ao padroeiro	Senador Eloi de Souza	11/05/1962
Brejinho	-	Produção de mandioca, coco, frutas tropicais e cana-de-açúcar	Pequenos brejos	Atributo natural	Santo Antônio	21/03/1963
Ielmo Marinho	Final do Século XIX	Criação de gado e plantio	Rio Potengi	Filho ilustre da terra	São Paulo do Potengi	27/08/1963
Januário Cicco	Início do Século XIX	Produção agrícola	Rio Trairi	Homenagem à santa Nossa Senhora da Boa Saúde	Presidente Juscelino, Monte, Santo Antônio, São José de Campestre	11/12/1953
Lagoa d'Anta	Final do século XVIII	Fazendas de gado	Rio Jacu e lagoas	Lagoas	Nova Cruz	11/05/1962
Lagoa de Pedras	Final do século XIX	Escoamento da produção rural	Lagoas, açude Pajuçara	Lagoas	Santo Antônio	10/05/1962
Lagoa Salgada	Final do século XVII	Cultivo agrícola	Lagoa da Caiçara	Lagoa	Januário Cicco	07/05/1962
Monte Alegre	Início do Século XVIII	Fazenda Quirambu e feira	Rio Trairi, lagoa de Quirambu e lagoa Barrenta	Bagaço, Quirambu	São José de Mipibu	25/12/1953
Nova Cruz	Início do século XVII	Instalação de uma hospedaria destinada aos boiadeiros	Rio Curimataú	Cruz para afugentar o espírito maligno da Anta Esfolada	São Bento	12/03/1868
Passa e Fica	Início do Século XX	Instalação de posto comercial	Açude Calaboço	Atração na beira da estrada	Nova Cruz	10/05/1962
Passagem	Final do século XIX	Produção agrícola	Rio Jacu	Melhor travessia	Brejinho	27/12/1962
Presidente Juscelino	Início do Século XIX	Fazendas de criação e lavouras	Rio Jundiá	Acidente geográfico	Macaíba, São José de Mipibú e São José de Campestre	24/11/1953
Riachuelo	Final do Século XIX	Fazenda de gado, de lavouras e fabricação de queijo	Riacho Pedra Branca	Homenagem a batalha naval que contou com a presença	São Paulo do Potengi	20/12/1963

				do fundador do povoado		
Santa Maria	Início do Século XX	Construção de BR 304		Homenagem à padroeira	São Paulo do Potengi	21/12/1995
Santo Antônio	Final do século XVIII	Atividades na lavoura, criação de gado e criação da feira	Rios Jacu e Jacuzinho	Salto da Onça	Goianinha	05/07/1890
São Paulo do Potengi	Final do século XIX	Fazendas de criação de gado e lavouras	Rio Potengi Açude Campo Grande	Homenagem ao padroeiro	Macaíba	30/12/1943
São Pedro	Início do Século XX	Produção agrícola	Açudes	Homenagem ao padroeiro	São Paulo do Potengi	11/05/1962
Senador Eloi de Souza	Início do século XIX	Fazendas de criação de gado e lavouras	Rio Jundiá	Homenagem ao líder político	Presidente Juscelino	31/12/1958
Serrinha	Meados do século XIX	Fonte de água na Serra	Olho d'água no pé da Serra.	Acidente geográfico	Santo Antônio	02/10/1963
Várzea	Final do século XIX	Atividades na lavoura e criação de gado	Rio Jacu e Riacho da Várzea	Nome do riacho	Goianinha	20/12/1959
Vera Cruz	Início do século XIX	Atividades agrícolas e pastoris	Riacho Vera Cruz	Nome do riacho	São José de Mipibú	26/03/1963

Fonte: Morais (1998); Silva (2000); Souza e Araújo (2000); Nóbrega (2003).

Quadro 1 - Histórico da formação das cidades pequenas do Agreste Potiguar

Os registros históricos, evidenciados no quadro anterior, indicam que a maioria das cidades do Agreste Potiguar tiveram seus núcleos iniciais de povoamento, principalmente, na segunda metade do Século XIX, período em que a indústria açucareira entra em crise – por não ter acompanhado o progresso tecnológico – e ocorre a ascensão da cultura algodoeira no cenário estadual e, particularmente, na região Agreste.

Como mostra o quadro anterior, uma das condições fundamentais que contribuiu para a formação dos aglomerados populacionais foram os atributos naturais existentes na região, entre os quais destacamos: as lagoas, os brejos³⁸ e, sobretudo, os rios. Prova disso é que a toponímia de boa parte das cidades em análise está relacionada com a natureza ou as tradições religiosas. Desse modo, as características do quadro natural tiveram significativa importância para o povoamento

³⁸ Corresponde aos sub-setores mais úmidos existentes no interior do domínio semi-árido nordestino (AB´SABER, 1999, p. 17).

dessa área do estado, que engloba quatro bacias hidrográficas. Dentre os principais rios destacam-se: o Potengi/Jundiaí, o Trairi, o Jacu e o Curimataú. Mais da metade das cidades tiveram o foco inicial de povoamento ao longo das margens desses rios. As lagoas também condicionaram o surgimento de algumas cidades do Agreste Potiguar, como é o caso de Bom Jesus (cujo nome inicialmente era Lagoa de Panelas), Lagoa de Pedras, Lagoa Salgada, Lagoa D'anta e Monte Alegre. As cidades de Várzea e Brejinho possuem esses nomes em virtude da existência de muitos brejos na área em que foram assentados tais núcleos populacionais.

A ocupação da região em foco ocorreu por volta de 1750, por meio da concessão de datas de terras e sesmarias, na condição de serem ocupadas e povoadas, num período de cinco anos (COSTA e COSTA, 2005, s.p.). Portanto, o povoamento inicial das cidades pequenas ocorreu em virtude da instalação e desenvolvimento das atividades agropastoris, com destaque para o cultivo de algodão, feijão e milho e as fazendas de gado. O que gerou uma íntima relação dos aglomerados com as atividades rurais. Tal aspecto influenciou significativamente nos hábitos, nos costumes dos habitantes e na economia das cidades, entre outros, e, mesmo diante da queda da produção agrícola, a presença do mundo rural, que se expressa, sobretudo, na paisagem, ainda persiste nos dias atuais.

Outro fato que contribuiu para o surgimento dos primeiros povoados foram as feiras livres, as quais eram realizadas periodicamente atraindo as pessoas para a comercialização dos produtos agrícolas ou artesanais. As feiras do Bagaço, de Panelas e do Salto da Onça são exemplos de feiras que contribuíram para formação das cidades de Monte Alegre, Bom Jesus e Santo Antônio, respectivamente. Tais feiras permanecem até os dias atuais e contribuem para dinamismo local, como destacaremos adiante.

A posição intermediária do Agreste Potiguar contribuiu para que essa região se tornasse rota de passagem praticamente obrigatória entre o Sertão e o Litoral. A historiografia mostra que Urtigal (atual Nova Cruz) foi o primeiro povoado a surgir no Agreste Potiguar, às margens do Rio Curimataú, tendo início com a instalação de uma hospedaria, na primeira metade do século XVII. Morais (1998, p. 169) afirma que essa

hospedaria pertencia aos moradores pioneiros e “[...] servia de repouso para boiadeiros da Paraíba e de Pernambuco que passavam pela região conduzindo rebanhos de gado”. Além do descanso, muitos desses viajantes também objetivavam se fixar nas terras devolutas. Uma das marcas desse aspecto é que algumas cidades, no caso específico Passagem e Passa e Fica, herdaram em seus nomes essa característica da localização.

No que se refere à formação político-administrativa, observamos que, apesar dessa região ter seus núcleos iniciais de ocupação no século XVII, apenas no século XIX é que os primeiros municípios foram oficialmente criados, no caso específico, Nova Cruz e Santo Antônio, que foram emancipados em 1868 e 1890, respectivamente. Os demais municípios conquistaram autonomia político-administrativa no século XX. Como evidencia o quadro anterior, até o início do século XX, o Agreste Potiguar contava com apenas dois municípios. Nesse período, o Rio Grande do Norte era composto por 35 municípios, que tinham como sedes: vilas ou cidades. As cidades, em número de 12, eram centros de maior expressão econômica e popularidade e as vilas, pequenos centros de comércio e administração local e de serviços menos especializados (ANDRADE, 1981, p. 27-28). A área hoje correspondente à região Agreste Potiguar, nesse período, correspondia aos municípios de Nova Cruz, Santo Antônio e partes dos municípios de São José de Mipibú, Macaíba e Goianinha.

Nas primeiras cinco décadas do século passado, seis municípios foram criados. Na década de 1960 mais doze povoados foram oficialmente elevados à categoria de município, porém possuíam maior contingente populacional residindo em áreas agrícolas. Para se ter idéia, na década de 1970, a taxa de ruralização era de 76,16% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1970). Na década de 1990, Santa Maria, um antigo distrito de São Paulo do Potengi, foi emancipado.

Como assinalamos, anteriormente, esse processo de divisão territorial do Rio Grande do Norte foi analisado por Gomes (1997) e tomando como referência o aparato legal, a referida autora dividiu sua análise nos três períodos políticos-administrativos do Brasil, quais sejam: Colônia, Monarquia e República. Foi nesse último que ocorreu o maior número de criação de municípios no estado. Tendo em vista a

flexibilidade presente na Constituição de 1946 – a qual dispensou atenção especial a essa unidade administrativa – vários municípios foram criados no Agreste Potiguar, seguindo a tendência verificada no cenário estadual. Na concepção de Gomes (1997, p. 89), “[...] essa fragmentação atendia a dois objetivos principais: a criação e ampliação de centros de consumo e a produção/reprodução da classe política estadual e nacional”. Corroborando com essa afirmação, Bacelar (1998, p. 9) atribui esse processo ao que a mesma denominou de “desespero das oligarquias”, que visavam sobretudo a manutenção do poder político.

A exemplo do que ocorreu com a maioria dos municípios potiguares, esse processo de emancipação no Agreste Potiguar não contou com a participação popular. Tais decisões eram tomadas em pequenos grupos políticos, com vistas a atingir os objetivos de ordem pessoal, relegando a opinião e participação popular a planos secundários (NÓBREGA, 2003, p. 26). Um outro aspecto que merece ressalva é que os povoados ou distritos do Agreste Potiguar que repentinamente foram elevados à categoria de cidade não possuíam uma infra-estrutura básica que garantisse o funcionamento de uma cidade, o que gerou um ônus para a União.

Teoricamente, a instituição de um município representa autonomia político-administrativa, e o, até então, povoado passa a contar com os mecanismos institucionais que podem garantir a representação dos interesses da população, possibilitando assim o exercício da cidadania. Todavia, na realidade isso não aconteceu de forma satisfatória para a maioria da população e, em alguns casos, a criação do município gerou uma série de problemas, haja vista que muitos deles não possuem estrutura, nem recursos financeiros suficientes, e quando esses existem a realidade tem demonstrado que não foram aplicados como deveriam.

Bacelar (1998) entende essa fragmentação e conseqüente formação de inúmeras cidades pequenas como um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, já que tais cidades, na maioria dos casos, são desprovidas de iniciativas locais, capazes de promover o desenvolvimento municipal.

4 Desequilíbrio regional e pobreza estrutural das cidades pequenas

Portanto, compreendemos que, no início de sua ocupação, a produção do espaço do Agreste Potiguar foi, de certa forma, privilegiada pela articulação dessa região com a agroindústria açucareira, amparando-se na expansão da pecuária ultra-extensiva e na cotonicultura. Ao longo do tempo essa área foi se consolidando e passou a abrigar

[...] uma pecuária menos extensiva e uma agricultura que, apoiada no algodão arbóreo e na produção de alimentos, chegou a assumir certo significado. Entretanto, uma crescente perda de sustentabilidade fez essa agricultura declinar, e a sub-região mergulhar em forte crise (MUELLER, 1996, p. 39-40).

A partir das considerações deste autor, em relação ao Agreste no contexto da região Nordeste, podemos observar que a base da economia do Agreste Potiguar sempre esteve atrelada às atividades primárias e nas três últimas décadas do século XX constatamos um considerável declínio dessa produção e conseqüente enfraquecimento do setor produtivo. Sobre o assunto Felipe (1984, p. 86) informa:

As crises sucessivas da agroindústria nordestina e norte-rio-grandense em particular têm seu momento de definições para a economia de algumas cidades [...] quando as algodozeiras, as fábricas de óleo de algodão e oiticica, as fábricas de sabão e as cordoarias entram em processo de falência por conta de uma série de fatores que estão no bojo de uma nova divisão interregional do trabalho.

O declínio da indústria algodoeira teve sua eclosão entre as décadas de 1960 e 1970 e, dentre as inúmeras causas existentes, Santos (1994, p. 203) informa que “a precária estrutura de produção e as condições de comercialização no Estado não resistiram à freqüente oscilação dos preços do algodão”. Isso é atribuído ao movimento de abertura do mercado brasileiro à conexão internacional, que ocorreu de forma muito passiva; é o que Bacelar (1998) denomina de inserção submissa. A referida autora afirma que os setores menos competitivos são

os mais afetados e não conseguiram resistir à competição entre os mercados. Portanto, o choque de competitividade foi dado por essa opção do Brasil de inserção submissa no contexto da globalização da economia.

O fim da produção algodoeira gerou uma grande crise em toda a região semi-árida, considerada por muitos autores como uma verdadeira tragédia. Bacelar (1998, p. 2) esclarece que essa crise retirou “[...] a única fonte de renda monetária da grande massa de produtores sem-terra e [...] a remuneração básica do grande produtor pecuarista”. O semi-árido nordestino que tinha sua base produtiva apoiada no algodão sofreu fortes impactos com a derrocada dessa cultura, dentre os principais destacam-se:

[...] acentuada redução da atividade e do emprego rurais, substancial mudança nas relações de produção [...]; a *urbanização* e a *favelização* em *pequenas cidades*, a intensificação da concentração fundiária [...], e a desestruturação de atividades associadas à comercialização e ao processamento do algodão (MUELLER, 1996, p. 49, grifo nosso).

No Agreste Potiguar, essa crise do setor produtivo, aliada às precárias condições de vida, gerou uma grande emigração do campo em direção às cidades pequenas e dessas em direção a Natal, maior centro urbano do estado. Os dados referentes à dinâmica demográfica evidenciam que a taxa de urbanização das cidades pequenas do Agreste Potiguar, no período entre 1970 e 2000, subiu 30 pontos percentuais. Enquanto isso, a participação da população agrestina junto à população total do estado que, no início da década de 1970, representava 9,62% (do total de 1.550.184 habitantes), reduziu esse percentual para 7,4% (do total de 2.776.782 habitantes), em 2000 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000). Os números indicam que, apesar da população agrestina ter aumentado nesse período (de 149.213 para 205.710 habitantes), a sua participação no contingente estadual vem reduzindo. Sobre esse aspecto, Bacelar (1998, p. 3) afirma que “[...] o problema de desestruturação da reorganização montado no tripé pecuária, algodão e agricultura de subsistência está provocando um êxodo rural”, uma vez que muitas pessoas foram excluídas do mercado de

trabalho. Na concepção da autora, estes fatores transformaram o semi-árido numa região de profunda estagnação e com necessidade de reestruturação.

Por outro lado, no cenário estadual, as “[...] tendências da acumulação privada, reforçadas pela sempre presente ação estatal na região [Nordeste], fizeram surgir e desenvolver no RN diversos subespaços dotados de estruturas econômicas modernas e ativas, focos de dinamismo [...]” (CLEMENTINO, 2003, p. 392). Essas áreas dinâmicas estão localizadas em pontos específicos do território estadual, pois esse “[...] processo de modernização impõe uma seletividade tanto nas formas como nas funções” (FELIPE, 2002, p. 230). Dentre os espaço dinâmicos destacamos: a produção de petróleo, nos municípios que integram a Bacia Potiguar – localizados na Porção Noroeste do estado –; o pólo turístico do Litoral Oriental – o qual tem Natal como maior expressão –; a carcinocultura desenvolvida principalmente nos principais estuários e a fruticultura irrigada, nos vales dos rios Açu e Mossoró.

Pelo visto, a região em análise não foi contemplada com os focos de dinamismo, resultantes desse processo de reestruturação da base produtiva estadual. E, desse modo, podemos inferir que a produção do espaço regional concorreu para o surgimento de vários problemas existentes, os quais se materializam no espaço, sobretudo nas cidades pequenas. Ao estudar a estruturação do sistema de cidades no Nordeste e a relação com o padrão de desenvolvimento econômico, Coelho (1992) esclarece que a pobreza estrutural das cidades pequenas – consideradas pela referida autora como núcleos elementares de escoamento da produção agrícola – é uma das características da polarização espacial das atividades implementadas, que “[...] determinou o caráter desigual e pouco articulado do sistema de cidades” (COELHO, 1992, p. 75).

Nas três últimas décadas do século XX, o cenário econômico do Rio Grande do Norte passou por um processo de reestruturação, no qual algumas atividades consideradas tradicionais entraram em crise e outras foram modernizadas, ao mesmo tempo em que surgiram novas atividades. Nesse período, o Rio Grande do Norte vem experimentando um padrão de desenvolvimento insustentável pelos problemas de natureza econômica, social e cultural, que produz, entre outras conseqüências, uma profunda exclusão social (FELIPE, 2002; CLEMENTINO, 2003), a

qual possui forte rebatimento no espaço das cidades e na divisão territorial do trabalho. O que levou Felipe (2002, p.236) a ressaltar que “[...] nas últimas décadas, o interior - Sertão e Agreste - viu seus municípios perderem suas expressões econômicas e também sua população”. À exceção de Mossoró, Caicó, Assu e João Câmara - devido suas potencialidades históricas, as demais cidades “[...] amargam uma situação de exclusão que comprometem sua sobrevivência”.

Sendo assim, entendemos que a reestruturação produtiva gerou impactos negativos para a região semi-árida, a qual faz um contraste enorme com os pólos dinâmicos do estado (Bacelar, 1998, p. 2). Essa heterogeneidade presente no cenário potiguar tem aumentado consideravelmente “[...] em face da convivência pacífica, ou não, das manchas de modernidade com estruturas tradicionais” (CLEMENTINO, 2003, p. 398). Conforme a referida autora, as novas dinâmicas não alteraram “[...] a espacialidade intra-estadual, as diferenciações internas e suas tendências [...]” (CLEMENTINO, 2003, p. 398).

Ao discorrer sobre os espaços da globalização no Rio Grande do Norte, Felipe (2002) destaca a ausência de processos produtivos, em grande parte do território estadual, principalmente no Agreste. O mesmo autor afirma que muitos trabalhadores dessa região resistem à mudança e “[...] basicamente sobrevivem do complexo produtivo - pecuária e agricultura de sequeiro (milho, feijão e mandioca), ficando no final quase sem excedentes para levar ao mercado” (FELIPE, 2002, p. 232).

Na compreensão de Coelho (1992, p. 89, grifo do autor), essa concentração das atividades produtivas em determinadas áreas do espaço, advinda desse movimento de reestruturação, mostrou-se mais nociva para as cidades pequenas, determinando “[...] a *função* que esses núcleos exercem dentro da estrutura do sistema urbano nordestino - a de servirem de escoadouro da produção agrícola”. Esse quadro de referência contribui para que os mais baixos níveis de renda do Nordeste sejam encontrados nas cidades pequenas. A base econômica dessas cidades, a maioria inseridas nas áreas onde não houve mudanças econômicas significativas, apóia-se nas aposentadorias e nas transferências governamentais (FPM e ICMS) como elementos que movimentam a vida econômica local (CLEMENTINO, 2003, p. 398).

Com base em Gomes (1997), percebemos que a ausência de um suporte econômico que corresponda às necessidades urbanas faz com que tais cidades pequenas do Rio Grande do Norte, seguindo a tendência do Nordeste, tenham atividades urbanas limitadas à prestação de serviços menos complexos.

Clementino (2003, p. 399) afirma enfaticamente que

[...] as transformações ocorridas de forma seletiva – setorial e, espacialmente pouco contribuíram para corrigir distorções na fragmentada, rarefeita e dispersa rede urbana potiguar. As relações econômicas e funcionais entre a Grande Natal e o *hinterland* potiguar se dão sobre forte liderança de Natal, devido à sua importância econômica e concentração dos serviços públicos, que têm uma posição marcante no tecido socioeconômico estadual.

Em contrapartida, seguindo as tendências do Brasil, o semi-árido potiguar vem sendo relegado ao esquecimento (BACELAR, 1998, p. 7), pois, aliado à derrocada das economias tradicionais, sobretudo, a produção agrícola e pastoril, nas últimas décadas o Estado tem vivenciado uma crise, tanto do ponto de vista da promoção de desenvolvimento, quanto na sua função de provedor dos serviços essenciais.

5 Considerações finais

A partir da realidade observada e com base nos autores analisados, apreendemos a região Agreste como um verdadeiro espaço de exclusão, frente aos avanços da economia global. Desse modo, entendemos que as mudanças no processo produtivo e as crises econômicas delas resultante, aliadas à insuficiência das políticas públicas, concorreram para a existência de um verdadeiro “conflito” entre a estrutura física urbana das cidades pequenas e a dinâmica da vida social. Verificamos, portanto, um grande descompasso entre as cidades e a dinâmica dos homens, pois, em virtude da carência de recursos financeiros – para ampliar a estrutura urbana e deixá-la em condições de

atendimento ao quadro social –, a infra-estrutura urbana não consegue acompanhar a dinâmica social da sociedade, a qual, por sua vez, está sempre em movimento.

Seguindo a tendência observada no contexto nacional, a população do Agreste Potiguar cresceu, nesses últimos anos, sobretudo, a população residente nas áreas consideradas urbanas. O problema reside no fato de que a infra-estrutura de tais cidades não acompanhou esse crescimento populacional, não tendo sido ampliada para atender a demanda da sociedade. É nesse conflito que encontramos uma das causas da problemática regional que envolve o Agreste Potiguar, a qual tem as cidades como expressão mais marcante desse processo dialético.

Referências

- AB'SABER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 7-59, maio/ago. 1999.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste*. 2. ed. Recife: SUDENE, 1979.
- _____. *A produção do espaço norte-rio-grandense*. Natal: Universitária, 1981.
- _____. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6. ed. Recife: Universitária da UFPE, 1998.
- BACELAR, Tânia. Perspectivas de desenvolvimento para o RN. *Cadernos de Debates PT*, Natal, n. 3, p. 1-10, jul. 1998.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *Economia e Urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70*. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.
- _____. Rio Grande do Norte: novas dinâmicas, mesmas cidades. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antonio (Org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano regional*. São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003. p. 387-404.
- COELHO, Maria do Socorro Alves. O sistema urbano nordestino: estruturação através do tempo. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 75-93, jan./mar., 1992.
- COSTA, Ademir Araújo da; COSTA, Ademilson Araújo da. *Serra Caiada: um estudo da história e da geografia do lugar*. Natal: [s.n.], 2005. No prelo.
- FELIPE, José Lacerda Alves. A cidade no Rio Grande do Norte: reflexões para reconstrução da utopia. *Vivência*, Natal, v. 2, n. 1, p. 83-91, jan./dez. 1984.
- _____. O local e o global no Rio Grande do Norte. In: VALENÇA, Márcio Moraes; GOMES, Rita de Cássia da Conceição (Org.). *Globalização e desigualdade*. Natal: A.S. Editores, 2002. p. 226-240.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. *Fragmentação e gestão do território no Rio Grande do Norte*. 1997. 230 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000*. Disponíveis em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 jan 2003

MELO, Mário Lacerda de. *Os Agrestes: estudo dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso de recursos*. Recife: Sudene, 1980.

MONTEIRO, Denise. *Introdução a história do Rio Grande do Norte*. Natal: UFRN, 2000.

MORAIS, Marcus César Cavalcanti de. *Terras potiguares*. Natal: Dinâmica, 1998.

MUELLER, Charles C. Organização e ordenamento do espaço regional do Nordeste. *Planejamento e políticas públicas*, n. 13, p. 35-104, jun. 1996.

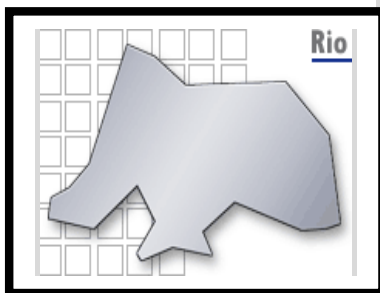
NÓBREGA, Reginaldo Teixeira. *Bom Jesus: origem e emancipação*. 2003. 41 f. Monografia (Especialização). Pós-graduação em História do Nordeste. Ceres. UFRN. São Paulo do Potengi, 2003.

RIO GRANDE DO NORTE. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente. *Classificação sócio-econômica dos municípios do Rio Grande do Norte*. Natal, 1998.

SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte: século XVI ao XX*. Natal: Clima, 1994.

SILVA, Pedro Marinho da. *Nova Cruz: retrato de uma história*. Natal: [s.n.], 2000.

SOUZA, José Alai de; ARAÚJO, Maria de Deus Souza de. *Boa Saúde: origem e história*. Fortaleza: Qualygraf, 2000.



9 REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL DO SERIDÓ NORTE- RIO-GRANDENSE: DESAFIOS E VEREDAS CONSTRUINDO UMA “NOVA” REALIDADE

Vaneska Tatiana Silva Santos³⁹

Introdução

A natureza e o espaço socialmente produzido constituem o espaço geográfico. Este, contudo, não é construído de forma homogênea pelos diversos grupos sociais diferenciados entre si, segundo um amplo leque de atributos que combinam de modo complexo renda, sexo, idade, as práticas espaciais associadas ao trabalho, crenças, mitos, valores e utopias.

Essa diferenciação no processo de construção espacial tem sido responsável, ao longo do tempo, pela diferenciação dos lugares, em termos políticos, econômicos e culturais, os quais associados às diferenças de ordem natural resultaram na formação das regiões⁴⁰.

Contudo, a partir das transformações impostas pelo processo de globalização, a definição de região, enquanto espaço diferenciado, vem sendo amplamente rebatida. Nesse contexto surgem variadas teorias acerca do seu desaparecimento, sendo este justificado pelas mudanças realizadas no mundo a partir do rompimento das fronteiras econômicas nacionais, da revolução técnico-científico e informacional, das novas formas de organização da produção e, por conseguinte, da nova divisão internacional do trabalho. Tal processo teria culminado, segundo alguns teóricos, na unificação do mundo, e, por conseguinte, no

³⁹ Graduada e Mestre em geografia; Professora do CEFET-RN.

⁴⁰ Vale ressaltar que teoricamente a conceituação da região sido pensada sob diversos aspectos teóricos, os quais estão articulados aos diferentes paradigmas, principalmente Geográficos.

desaparecimento da região, enquanto espaço individualizado, com realidades autônomas e particulares.

Paralelas a essas concepções que pregam a “morte” da região existem, por outro lado, estudos que reafirmam a sua existência, muito embora considerem que esta tenha passado por um processo de transformação. Nesse sentido ressaltamos especialmente as contribuições teóricas dos estudos de Haesbaert (2001), o qual mostra que o processo de internacionalização econômica não gerou a homogeneização global, mas antes, ratificou as diferenças espaciais que já existiam, mesmo porque em sua essência a (re)produção da economia capitalista depende destas.

Respaldados pela compreensão que defende a resistência da região e a sua (re)produção enquanto território, uma vez que este expressa as relações de poder projetados no espaço, o presente estudo versa acerca do processo de reestruturação difundido na região do Seridó norte-rio-grandense, a partir da crise de suas atividades econômicas tradicionais, isto é, da pecuária extensiva de corte, do algodão e da exploração de sheelita.

Esta crise trouxe implicações de diversas ordens para o Rio Grande do Norte. Em algumas de suas regiões, permitiu o redirecionamento da economia para outras atividades, como a fruticultura irrigada, o turismo e a produção de petróleo. No entanto, o Seridó não se encaixou em nenhuma das vertentes mais dinâmicas dessa nova fase da economia estadual, o que resultou na perda de expressividade dessa região no âmbito econômico e político estadual.

A partir dessa crise, os anos subseqüentes à década de 1980 foram marcados pelo surgimento de novos agentes sociais que passaram a empreender novas perspectivas de convivência com essa crise. São exemplos as indústrias ceramistas, a exploração de gemas e rochas ornamentais, as pequenas empresas que juntamente com a diversificação no setor de serviços configuram-se como importantes alternativas econômicas externas às atividades agrícolas.

O processo de reestruturação ensejou a (re)construção dessa região enquanto território, ou seja, enquanto espaço delimitado e apropriado por relações de poder. Este processo pode ser constatado mediante a transição do poderio da “elite” agrária regional, para novos

agentes sociais, que empreendem novos arranjos sociais, políticos e econômicos nessa região.

Sendo assim, no limiar dessa análise realçamos os processos pertinentes à nova configuração espacial seridoense, atentando nessa perspectiva, para as mudanças desencadeadas no âmbito da economia, das relações de poder atualmente diligenciadas. Nesse contexto, resgataremos sua condição de “área tradicional” e sem grandes expressividades no atual contexto da economia estadual.

Para a construção analítica da caracterização da região do Seridó Potiguar, tornou pertinente, delinear um pouco da compreensão histórica de suas atividades dinâmicas sócio-econômicas, uma vez que estas foram responsáveis, num determinado período, por seu desenvolvimento, de maneira a enquadrá-la no quadro de referência econômica estadual.

Por fim, gostaríamos de esclarecer que o nosso objetivo maior é contribuir para a reflexão dos elementos que permeiam o processo de reestruturação socioespacial, particularmente no Seridó norte-rio-grandense. Dessa forma, esperamos estar contribuindo para o desenvolvimento de novas reflexões pertinentes ao assunto, ao mesmo tempo, em que possamos contribuir para outros pesquisadores que busquem estudar, assim, como nós, o território norte-rio-grandense, e de modo particular, o Seridó potiguar.

1. O Seridó potiguar e sua construção socioespacial

[...] o espaço não é estático, nem acabado, mas uma produção humana ininterrupta. Desse modo, em cada momento histórico teremos uma produção social particular e coerente ao desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, uma produção espacial (CARLOS, 1982, p. 106).

Refletindo sobre o conteúdo exposto na epígrafe acima, encaminhamo-nos ao estudo da produção espacial do Seridó potiguar, enquanto resultado de diferentes práticas sociais, desenvolvidas ao longo do tempo, em meio aos interesses de determinados agentes sociais, articulados às relações políticas, sociais e econômicas.

Assim, ao analisarmos a produção do espaço geográfico, partimos da compreensão que sua produção se revela indissociavelmente da sociedade, configurando-se como um produto histórico e social. Segundo Carlos (1982, p. 106), a produção do espaço geográfico

envolve a participação dos membros da sociedade como um todo através da divisão do trabalho, que depende em cada momento histórico, do desenvolvimento das forças produtivas (como a mão-de-obra produz, com que métodos produz, com que instrumento etc).

A produção espacial, nessa perspectiva, corresponde a uma construção material do homem, resultante do seu trabalho social. Isso porque o espaço aqui compreendido é um produto histórico-social, construído dialeticamente a partir da relação da sociedade com a natureza, significando, por conseguinte, que, ao produzir sua vida, a sociedade produz e reproduz o espaço. Sendo assim, este não se constitui uniformemente, mas fragmentado e articulado. À medida que a sociedade se transforma, condiciona também sua transformação já que, além de ser uma dimensão e um produto da sociedade, o espaço é também um meio e uma condição necessária para que suas relações existam e se reproduzam.

Nesse sentido, a existência do espaço dá-se, fundamentalmente, a partir de sua ocupação e das práticas sociais que, segundo Damiani (2004, p. 82), configuram-se “como a razão de sua existência, decifrando como se vive, submetido às estratégias e aos processos e racionalidade econômicos, cuja finalidade é a sua própria reprodução”.

Essas reflexões nos levam a considerar o processo de produção espacial do Estado do Rio Grande do Norte, e particularmente da microrregião do Seridó Potiguar, objeto empírico de nossa análise, através do processo histórico de sua ocupação e das práticas sociais desenvolvidas ao longo do tempo, norteando-nos pelas atividades que proporcionaram os alicerces desse processo, ou seja, o tripé: gado, algodão e mineração, elementos imprescindíveis para a análise desse recorte empírico.

Mediante esses elementos, nossa discussão teórica está centrada, nesse primeiro momento, no processo de ocupação, exploração e povoamento que originou o atual território norte-rio-grandense e

seridoense, o qual deu-se efetivamente em meio à lógica da divisão social e territorial do trabalho que se estabeleceu no Brasil a partir do século XVI, sob a orientação portuguesa, através da expansão mercantilista européia.

Desse modo, consideramos a ocupação dessa área como elemento integrante ao desenvolvimento do capitalismo comercial no Brasil que, mediante a necessidade de prover o mercado europeu com produtos tropicais, propiciou a especialização de determinadas atividades em distintas áreas do Nordeste brasileiro, como destaca Andrade (1979, p. 14):

praticou-se o extrativismo, no Litoral; instalou-se a agroindústria canavieira, na Zona da Mata; dominou-se o Interior com a pecuária que, após as lutas com os franceses, também consolidaria a posse das terras, ao Norte; o algodão e o arroz foram desenvolvidos no Meio-Norte, assim como o cacau, no Sudeste baiano.

Em meio a essa divisão, coube às áreas sertanejas, como o Seridó potiguar, caracterizadas por condições morfoclimáticas, com predominância de clima semi-árido, solos rasos e pedregosos e vegetação de caatinga, a ocupação pela pecuária; atividade que se caracterizou como subsidiária da produção canavieira enquanto força motriz e fonte de alimentação. Com a expansão da pecuária, foi instigada a efetivação do processo de ocupação e povoamento do sertão nordestino, e, por conseguinte, da área denominada de Seridó norte-rio-grandense.

A região do Seridó norte-rio-grandense, eleita enquanto objeto empírico de nossa análise, refere-se ao espaço político e administrativamente delimitado pela Resolução da PR-51, de 1º de janeiro de 1989, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Essa microrregião situa-se na porção centro meridional do estado do Rio Grande do Norte, dispondo de uma área de 6.970,60 km², que corresponde 13,8% do território estadual (figura 1).

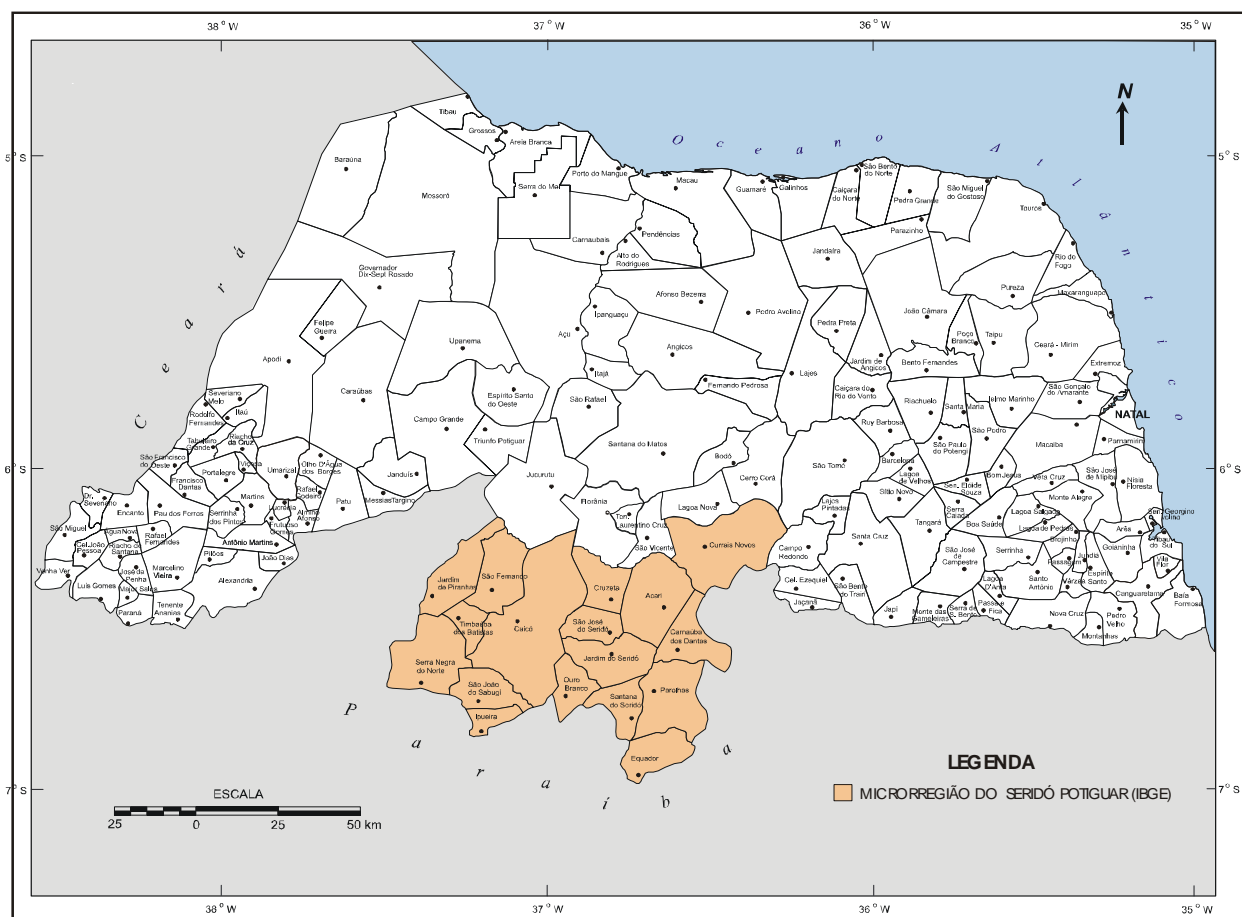


Figura 1- Rio Grande do Norte: Microrregião do Seridó Potiguar

Fonte: Base de Pesquisa em Estudos Socioespaciais e Representações Cartográficas do DGE- UFRN, 2002.

O Seridó potiguar estabelecido pelo IBGE é formado pelas microrregiões do Seridó oriental e Seridó ocidental, que são compostas respectivamente por dez e por sete municípios⁴¹. Destaca-se Caicó e Currais Novos, pela importância econômica, enquanto centros de prestação de serviços as populações dos municípios pertencentes as suas hinterlândias.

Historicamente, a produção socioespacial da região do Seridó esteve vinculada ao desenvolvimento de suas atividades econômicas

⁴¹ Na composição dessas microrregiões, destaca-se, , os municípios de Currais Novos, Acari, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, Jardim do Seridó, São José do Seridó, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó e Equador, no Seridó Oriental e Serra Negra do Norte, Timbaúba dos Batistas, Ipueira, São João do Sabugi, Caicó, São Fernando e Jardim de Piranhas, no Seridó Ocidental. Dentre esses destacam-se na hierarquia urbana regional,

tradicionais, como a pecuária, a agricultura e a mineração. Essas atividades impulsionaram o processo de ocupação e povoamento, no caso da pecuária e a consolidação econômica com o algodão, no século XIX, e com a sheelita - minério de tungstênio -, extraído mais expressivamente no município de Currais Novos.

No Rio Grande do Norte, a pecuária apresentou-se como uma das mais importantes atividades econômicas até meados do século XIX. Porém, mediante a conjuntura que se esboçava no contexto mundial com a Revolução Industrial, e principalmente com o avanço da indústria têxtil na economia inglesa e a crescente demanda mundial do algodão, condicionou-se uma nova configuração na economia norte-rio-grandense, e particularmente seridoense. Essa nova configuração foi marcada, sobretudo pela emergência da produção algodoeira como atividade mais importante na economia do estado, em função de suas excelentes condições de mercado.

Assim sendo, o advento da revolução industrial modificou substancialmente a estrutura de produção e organização desenvolvida no Rio Grande do Norte, e, por conseguinte, no Seridó, fazendo emergir, nessa região a produção e comercialização do algodão mocó - produto que passa a ser amplamente aceito no mercado têxtil inglês.

A implementação da cotonicultura no Seridó enquanto atividade principal esteve também associada às constantes secas ocorridas no sertão potiguar, em especial a de 1844/45 e a de 1877/79, que dizimaram parte considerável do rebanho bovino do estado, permitindo que essa atividade se expandisse por áreas antes ocupadas pela pecuária, como a região do Seridó. Discorrendo sobre a seca de 1845, Monteiro (2000, p. 128) destaca que,

[...] ao dizimar os rebanhos, ela revelou a fragilidade de uma economia baseada na pecuária e levou a uma valorização da agricultura, ou seja mostrou a instabilidade da riqueza do gado e convenceu a muitos da necessidade de formar estabelecimentos mais sólidos.

A pecuária drasticamente afetada pela seca é suplantada pelo algodão, nas fazendas do Seridó, devido às condições de mercado para esse produto se mostrarem mais favoráveis.

O fim do apogeu do gado (segunda metade do século XVII até o final do século XIX) e a emergência do algodão como novo componente da economia norte-rio-grandense, não significou a erradicação da atividade criatória, uma vez, que na grande fazenda, a pecuária e o algodão assumiram um caráter de complementaridade. Isso porque o restolho e o caroço de algodão, obtidos após o beneficiamento da pluma, eram usados na alimentação do gado bovino. Dessa maneira, a grande fazenda sertaneja estava vinculada ao binômio gado-algodão.

A cotonicultura significou uma alternativa de atividade econômica para grande parcela da população formada por aqueles que haviam sido excluídos pelo sistema de colonização implantado, uma vez que seu plantio não exigia grandes extensões de terra, nem grandes investimentos, podendo ser cultivado junto às lavouras de subsistência como o feijão e o milho. Nesse sentido, essa cultura fazia-se pela associação com outras, não permitindo, assim, o fim das pequenas e isoladas, combinando-se também com a pecuária típica do latifúndio-minifúndio.

A partir de 1904, o crescimento da atividade algodoeira na economia potiguar, e particularmente na região Seridó, passaria a ganhar efetivos incentivos, principalmente nos períodos em que os mercados produtores, em nível mundial, atravessavam crises, deixando de atender ao mercado consumidor - como ocorreu, por exemplo, no final do século XVIII, com a Guerra da Independência dos Estados Unidos.

No final do século XIX, a cultura algodoeira do Nordeste passou a enfrentar condições adversas no mercado internacional, sendo desalojada gradualmente da sua posição, em função do baixo nível técnico com que era produzida e pela sua baixa competitividade. Essa situação culminou com a perda desse mercado para outros produtores. Todavia, a partir dos anos de 1880 a 1920, quando o Brasil iniciava o processo de desenvolvimento industrial, tendo a indústria têxtil à vanguarda desse processo, abriu-se à possibilidade de inserção da produção algodoeira nordestina para o mercado nacional.

Essa reorientação do mercado inseria-se no contexto da nova Divisão Internacional do Trabalho no Brasil, que começava a se estruturar. Nessa atual conjuntura o Sudeste do país consolidou-se como pólo dinâmico da economia brasileira em detrimento das demais regiões,

que se manteriam como economias de base agrária exportadora. O Rio Grande do Norte e particularmente o Seridó Potiguar correspondiam a essa última perspectiva, configurando-se como fornecedores de algodão para o abastecimento das fábricas têxteis do Sudeste. Essa situação permitiu a consolidação dessa cultura, a partir do século XX, como a principal referência econômica e principal fonte de renda do Estado. O quadro promissor a essa produção foi responsável, pela consolidação da região do Seridó no cenário da economia estadual.

A cotonicultura, como atividade principal do Seridó, repercutiu favoravelmente para a economia dessa região e para a economia do próprio Estado do Rio Grande do Norte, estimulada pelas condições favoráveis de mercado para a produção algodoeira. Nesse contexto um fator fundamental foi a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que, ao dificultar as importações de tecidos para o Brasil, estimulou a expansão da indústria têxtil nacional e, conseqüentemente, o fornecimento de matéria-prima pelos estados nordestinos.

Os percalços gerados pela Primeira Guerra Mundial propiciaram assim, a efetivação e o desenvolvimento da cotonicultura nordestina, permitindo a consolidação definitiva desse produto na economia do Rio Grande do Norte, e particularmente do Seridó potiguar, ao mesmo tempo em que aprofundou a reorientação da política econômica do governo estadual para o binômio algodão-gado, com destaque na região do Seridó.

Essa reorientação da economia em nível estadual incidiu na redefinição da estrutura de poder concentrada nas “mãos” da oligarquia⁴² Maranhão, que já se projetava no poder durante 22 anos, e, a conseqüente ascensão de Ferreira Chaves, representante dos interesses da oligarquia algodoeiro-pecuarista.

⁴² Palavra originada do grego - significa o governo que se concentra nas mãos de poucas pessoas. As oligarquias no Brasil se originaram do poder concentrado nas mãos de algumas famílias por estado, como por exemplo, os Acioli no Ceará, os Malta em Alagoas, os Bulhões em Goiás, Muller em Santa Catarina, etc. Enquanto a base política do coronel era local (um ou mais municípios), a base do oligarca era estadual. Ambos, porém, tinham na sua condição de grandes proprietários rurais, e às vezes também grandes comerciantes, toda a sua força (MONTEIRO, 2000, p. 163).

O governo de Ferreira Chaves (1914-1920) implicou no redirecionamento do centro da política estadual para a região sertaneja do Seridó. Essa transição proporcionou a criação de uma política agrícola a favor da viabilização da produção e comercialização da cotonicultura. Data desse período a construção de estradas, ferrovias e rodovias, estimulada pela implementação da política federal cujas obras contra as secas, nesse período, passaram a ser sistematizadas através de órgãos criados para atender às necessidades da agricultura, especialmente o algodão.

Assim, a importância do algodão na economia estadual condicionou a região do Seridó à configuração de principal referência econômica e epicentro do poder político do estado. Essa condição, por sua vez, foi auferida a partir da elevação ao poder de um sistema político vinculado aos interesses dessa região e ligado à grande propriedade rural algodoeiro-pecuarista. Foram membros representantes desse sistema José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine, ambos parentes de coronéis de grande expressão no Seridó, como por exemplo, o coronel José Bezerra.

A projeção da oligarquia seridoense evidenciou-se de forma mais contundente a partir de 1923, quando José Augusto de Medeiros e Juvenal Lamartine atingiram o cerne do poder político do estado, logo após o mandato de Ferreira Chaves, passando os agropecuários, ligados à produção algodoeira a “exercer o poder, agora sem intermediação, na pessoa de seus representantes diretos, homens afeitos à produção, ao comércio do algodão e a discussões de suas questões técnicas” (LINDOSO, 1992, p. 37).

A oligarquia do Seridó, ao assumir o comando do poder no Rio Grande do Norte, deu início a uma nova fase política, diferenciando-se da linha dos antecessores, ligados aos interesses do açúcar e à autonomia do estado. O território passou, a partir de então a ser produzido com base na problemática da seca e na viabilização da cotonicultura.

O período compreendido entre os anos de 1930 a 1950, foi marcado pela reorganização da economia nacional em que, de um lado, o núcleo de acumulação se fortaleceu concentrando o capital com mais intensidade no Centro-Sul; de outro lado, a economia rural nordestina se enfraqueceu, resultando, conseqüentemente, no aumento das disparidades regionais, cristalizadas de um lado pelo Centro-Sul,

industrial e moderno em ascensão, e do outro, o Nordeste, agrário e tradicional, em crise.

No caso particular do Seridó potiguar, a crise da produção algodoeira se abateu mais tardiamente, apenas na década de 1970, fato possibilitado pela excelente qualidade do algodão “mocó”, típico do Seridó, o qual reunia os melhores atributos em termos de comprimento, sedosidade, resistência e coloração.

Apesar das dificuldades para o algodão seridoense, não podemos dizer que tenha ocorrido nesse período uma decadência total da economia dessa região, uma vez que o Seridó ainda podia contar com outra atividade econômica em expansão, a atividade extrativa mineral, que se desenvolvia paralela à produção algodoeira e, assim como o algodão, também permitiu a essa área grande fase de expansão econômica.

A exploração de minérios no Seridó data de longos tempos, sendo favorecida por sua formação geológica, que se origina no período Pré-Cambriano, cuja constituição cristalina, propicia a formação de minérios. Essa disposição natural favoreceu o desenvolvimento da atividade extrativa mineral, a qual passou a ocupar, nessa região, as franjas da cultura pecuária-algodoeira.

A existência de minérios, como a tantalita, o berilo, a cassiterita, e posteriormente a sheelita (minério de tungstênio), apresentou-se de importância considerável para o crescimento econômico dessa região, principalmente concernente à sheelita, que encontrou condições favoráveis para a sua exploração em períodos variados da história - como por exemplo, por ocasião da Segunda Guerra Mundial - estimulada pela repercussão e larga aceitação desse produto no mercado externo, principalmente no dos Estados Unidos e no da Alemanha Ocidental, devido à utilização desse minério na fabricação de material bélico.

Com as descobertas das jazidas de tungstênio situadas no Rio Grande do Norte, notadamente na região do Seridó, essa microrregião foi qualificada como responsável pela quase totalidade da produção brasileira do minério de sheelita, respondendo, até meados de 1980, por 90% de toda a produção nacional. Coube a vanguarda dessa produção ao município de Currais Novos, cujas principais ocorrências minerais estavam concentradas.

A expansão da produção sheelitífera, na economia do Seridó, propiciou a implantação de uma infra-estrutura que pudesse atender ao desenvolvimento dessa atividade, estimulando a construção de um novo perfil urbano para a cidade de Currais Novos. Constituem-se ícones desse período a instalação de uma agência do Banco do Brasil, o Hotel Tungstênio, a Rádio Brejuí, o Posto de Puericultura e o Cine-teatro Desembargador Salustino.

Sendo assim, a exploração do minério de sheelita, iniciada em 1940, deu margem a uma produção socioespacial, caracterizada pela dinamização do espaço citadino, mediante a implementação de equipamentos urbanos, bem como da concentração de mão-de-obra barata, ocorrências que ensejaram o fortalecimento do comércio local, e contribuíram para o aumento dos serviços públicos. Vale salientar, no entanto, que esse processo de construção sócioespacial esteve articulado ao domínio político e econômico nessa área de Tomaz Salustino, representante mais expressivo da extração de sheelita. O acesso ao poder, evidenciado com a eleição a vice-governador do Estado ao lado de José Varela, permitiu a Tomaz Salustino a possibilidade de tomar decisões práticas em favor do desenvolvimento da extração sheelitífera.

Diante desse quadro, compreendemos que a atividade extrativa mineral circunscreveu-se até as duas últimas décadas do século XX, num eixo econômico regional, participando, desde a construção do perfil urbano da cidade de Currais Novos e dos municípios vizinhos, como também da implementação e geração de riquezas e empregos, empregando tecnologias, tornando a região conhecida e ampliando sua participação na vida política do estado.

Assim, na perspectiva de compreendermos o processo de (re)produção espacial seridoense, atentamos para suas raízes históricas, enveredando, nesse sentido, pelas práticas sociais desenvolvidas nessa área ao longo do tempo, realizadas concomitantemente à reprodução dos homens e da sociedade.

A reflexão teórica relacionada a esse processo está articulada às transformações econômicas, políticas e sociais que aconteceram em níveis estadual, nacional e mundial, ratificando as mutações vivenciadas nesse espaço, impostas a partir da necessidade de reprodução do sistema capitalista. Desse modo, podemos observar as múltiplas contradições que

fundamentam o processo de reprodução do capital, e seus reflexos no recorte empírico em análise.

Fundamentados pela lógica contraditória que reveste o modo de produção, analisaremos o processo de crise das atividades tradicionais, particularmente no Seridó potiguar, processo realizado em meio à formação de novas atividades ditas modernas. É, portanto, permeando por esse contexto que consubstanciamos as discussões que seguem.

2. Leituras do século xx: crise política e econômica do seridó

O advento dos anos de 1980 presenciou importantes modificações sociopolíticas e econômicas no Seridó potiguar. Uma de suas principais evidências foi a crise de suas atividades econômicas tradicionais. A partir desta, configurou-se uma nova realidade socioespacial. Isto porque, nos anos de 1970-1980, no âmbito do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, e das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que aconteceram nesse interstício, o Seridó potiguar passou a apresentar novas feições espaciais. No tocante à produção algodoeira, foram ensejados impactos que representaram verdadeiros divisores de água para a realidade regional. A expansão da indústria têxtil, sediada no Centro Sul, alterou as relações de produtividade e comércio do algodão tradicionalmente estabelecidas no sertão do Nordeste e, particularmente, em suas áreas produtoras, como por exemplo, o Seridó norte-rio-grandense.

A ampliação do parque têxtil, propiciada pelo avanço da tecnologia, repercutiu numa maior utilização da matéria-prima, implicando o uso do algodão de fibra curta. Assim, a produção algodoeira do Seridó caracterizada pelo algodão de fibra longa, passou a configurar-se como uma matéria-prima sem tanta importância. Essas modificações no setor têxtil resultaram na redução da utilização do algodão de fibra longa, provocando, segundo Clementino (1987, p. 199), “uma queda relativa em seu preço, aproximando-o daquele correspondente ao algodão de pior qualidade (até então o algodão mocó era vendido com água)”.

Esses fatores, associados ao aparecimento da fibra sintética no final de 1950, ao baixo rendimento agrícola das variedades arbóreas -

predominantes no Seridó -; às repetidas secas, ocorridas nas décadas de 1960, 1970 e 1990; às dificuldades de financiamento; e por fim, so aparecimento da praga do bicudo, contribuíram para inviabilizar a produção algodoeira no Seridó.

Mediante a nova realidade da produção industrial e do processo de modernização disseminado no país, foram desencadeadas, desse modo, contradições que são inerentes ao processo de acumulação capitalista; pois, se por um lado, foi intensificado o crescimento econômico do Brasil, por outro lado, foi condicionado um processo de estagnação de muitas cidades sertanejas que perderam suas expressividades, quando houve uma retração na dinâmica permitida pela atividade algodoeira e, com isso, o fechamento das fábricas de beneficiamento do algodão, não havendo a substituição destas por outras que promovessem a geração da renda e do emprego.

Concernente a exploração mineral do Seridó, esta não se apresentou, no entanto de forma retilínea; ao contrário, foi marcada por progressivas irregularidades e variações dessa produção, uma vez que esta se vinculava as oscilações e interesses do mercado externo e, até 1976, o concentrado de tungstênio configurava-se como um produto característico deste mercado, como aconteceu, por exemplo, com o final da 2ª Grande Guerra: a produção de sheelita brasileira e particularmente a do Seridó Potiguar decresce substancialmente, em função do declínio dos preços do mercado, como salienta o Departamento Nacional da Produção Mineral (1973 apud CLEMENTINO, 1995, p. 151):

Essas relações se estabeleceram até por volta da segunda metade dos anos de 1980, quando uma tendência de crise se abateu sobre essa economia, momento em que a produção sheelitífera brasileira decresce bruscamente de 1.524 para 245 toneladas de tungstênio em 1993, inviabilizando, portanto, a exploração da sheelita.

É nesse contexto que o desenvolvimento e a expansão do capital redefiniram a divisão regional do trabalho no Brasil, onde a região Sudeste passa a ser o alvo principal da convergência das atividades industriais, em detrimento das outras regiões do país, principalmente da região Nordeste. Nesse cenário, acentuam-se as diferenciações sócio-econômicas regionais que tornaram patente a necessidade de uma intervenção do estado para corrigir as distorções geradas pelo modelo

excludente e pelo ritmo diferenciado de crescimento. Nesse contexto, o estado passou a agir no sentido de integrar a região ao mercado nacional, de modo a orientar a economia nordestina de acordo com a lógica do processo de constituição do capitalismo no Brasil. Contudo, essa proposta de desenvolvimento econômico para o Nordeste mediado pelo processo de industrialização, ficou apenas no discurso, de modo que a prática econômica e a estrutura agrária permaneceram quase inabaladas.

A criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, representou uma tentativa do Estado em desenvolver políticas direcionadas a favor da industrialização, considerada como condição indispensável à eliminação das disparidades regionais e integração do Nordeste no processo de desenvolvimento nacional, o que na realidade significou a expansão da dominação da burguesia industrial do Sudeste e do Nordeste. Isso porque as medidas adotadas objetivaram muito mais a modernização tecnológica e ao crescimento econômico do que as transformações sociais, servindo assim, para atender apenas a uma elite que já se projetava no poder.

Diante desse quadro, os anos de 1980, são caracterizados pela inviabilidade e conseqüente decadência da produção sheelitífera e do algodão do Seridó, ou seja, a crise das atividades tradicionais seridoenses, a qual impulsionou profundas mudanças na realidade sociopolítica e econômica dessa região. É pautando-nos nesse contexto e em tais mudanças, que nortearemos nossas reflexões e análises a seguir.

3. Prenúncio de um processo: a reestruturação do seridó potiguar

[...] a reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados [...] Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações práticas sociais preexistentes, e

desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material (SOJA, 1993, p. 194, grifo nosso)

Discorrendo acerca da epígrafe acima, enveredamos na perspectiva conceitual da reestruturação, como forma de analisar as mudanças sócio-políticas e econômicas delineadas particularmente no Seridó potiguar, enquanto resultado das transformações aí ocorridas a partir da crise de suas atividades econômicas tradicionais, e da formação de uma nova realidade socioespacial.

Na conformação dessa análise, compreendemos a reestruturação enquanto um processo resultante dos colapsos nas práticas sociais existentes, sendo impulsionadora de novas relações sociais e de novas lutas de classes surgidas no âmbito da sociedade. A reestruturação, nesse sentido, apresenta-se implicando fluxo e transição, fundamentando uma complexa e irresoluta mudança, emergida em face de crises. Ela ocorre, segundo Soja (1993, p. 194), “entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente”.

Desse modo, ao analisarmos a configuração da reestruturação no espaço empírico em análise, resgatamos as mudanças implementadas pelo Estado brasileiro na região Nordeste, nos anos de 1970-1980, a partir dos novos rumos do sistema capitalista e do modelo urbano-industrial de desenvolvimento adotado pelo Estado nesse período, que propiciaram importantes mudanças nessa região, responsáveis pela formação de uma nova realidade socioespacial.

O processo de expansão industrial e modernização agrícola, fomentado pelo Estado brasileiro, delineou na região Nordeste a formação de uma realidade econômica contraditória e heterogênea, caracterizada pela existência de duas lógicas de reprodução do território: uma conservadora e outra moderna, do ponto de vista da reprodução do capitalismo. Essas duas lógicas passaram a nortear a formação de “dois Nordestes”, representados segundo Araújo (2000, p.173), pelas áreas de modernização intensa, e pelas áreas tradicionais, de permanência de velhas estruturas.

A contraditória heterogeneidade dessa atual estrutura econômica se revela em toda sua plenitude, mediante a formação de dois nordestes: um, em processo de decadência, das economias tradicionais, onde muitas dessas áreas passam por um processo de reestruturação socioespacial, muito embora essa reestruturação não possa ser vista como uma economia dinâmica, já que se aportam em lógicas conservadoras; e outro, das áreas economicamente dinâmicas, modernas e estruturadas do ponto de vista econômico e tecnológico, cujo avanço das relações capitalistas no campo consistem num dos aspectos mais destacados, quando tratamos de analisar essa nova dinâmica.

Essas lógicas de organização do território e a heterogeneidade econômica descortinada no Nordeste brasileiro nos anos de 1970-80, também se apresentaram no Rio Grande do Norte, favorecida pelos incentivos fiscais fornecidos pela SUDENE, os quais condicionaram o desenvolvimento de algumas atividades dotadas de estruturas econômicas modernas e ativas, com destaque para a indústria têxtil e de transformação, a construção civil, e na atualidade, a atividade petrolífera, o turismo e a fruticultura irrigada.

A implementação do processo de expansão industrial e modernização agrícola fomentada pelo Estado brasileiro, incidiu no Rio Grande do Norte na expansão do processo de industrialização, década de 70, o que contribuiu para a mecanização das salinas, para a modernização do processo da extração da sheelita (fins dos anos de 1960) e para a criação de um parque industrial localizado em Natal e nos municípios de Parnamirim, Macaíba, Extremoz e São Gonçalo do Amarante.

O desenvolvimento da indústria no Rio Grande do Norte, delineado de forma mais expressiva de 1970, propiciou a emergência de uma nova dinâmica econômica no território estadual, representada pela expansão do turismo, pela extração do petróleo e pela produção da fruticultura irrigada. Esses novos segmentos da economia, não se apresentaram, contudo, de forma homogênea pelo estado, havendo a concentração destes, na área da Grande Natal, na região de Mossoró, e no Vale do Açu (final 1990).

Com a conformação dessa nova realidade econômica no âmbito estadual, foi propiciada, a exemplo do que aconteceu na região Nordeste, a formação de uma contraditória configuração econômica espacial,

representada a partir da coexistência de áreas dinâmicas e de modernização intensa, com áreas tradicionais e excluídas da nova dinâmica empreendida no âmbito estadual.

Essas áreas dinâmicas que, segundo Araújo (2000, p. 173), são tratadas “geralmente na literatura especializada ora como ‘rentes de expansão’, ora como ‘pólos dinâmicos’, ora como manchas ou focos de dinamismo e até como ‘entraves’ confluem no que Santos e Silveira (2002, p. 264) denomina de espaços luminosos, que correspondem a áreas com maior predisposição à captação das políticas públicas e à acumulação de densidades técnicas e informacionais. Por oposição a essas áreas, existem espaços tradicionais, denominados pelo referido autor, como espaços opacos, que consistem em áreas resistentes à mudança, onde predominam a tendência a ingovernabilidade e onde as densidades técnicas são inexistentes.

Resgatando a concepção de espaços opacos e luminosos, e a conceituação de áreas de modernização intensa e áreas de permanência de velhas estruturas, consideramos, para efeito de nossa análise, essa última conceituação, por compreendê-la mais pertinente à análise do processo no qual estamos debruçados, uma vez que, ao adentrarmos a realidade do Rio Grande do Norte, podemos observar, de forma mais substancial, a coexistência de novos segmentos produtivos, constitutivos de uma moderna dinâmica econômica, em detrimento de áreas arraigadas em estruturas pretéritas e arcaicas.

Na constituição dessas áreas de permanência de velhas estruturas, situamos analogicamente o Seridó potiguar, região que se configurou até a década de 80, como de importância considerável em termos sociopolíticos e econômicos no contexto estadual. Apesar de tal relevância, com a crise de suas atividades tradicionais, essa microrregião ficou a reboque das novas dinâmicas surgidas no estado e imersa num processo de vulnerabilidade social, política e econômica.

Todavia, a partir das duas últimas décadas do século XX, observamos iniciativas que têm assumido papel crescente de convivência com a crise das estruturas econômicas tradicionais, ensejando a formação de um processo de reestruturação nessa área. Segundo a definição assinalada, tal processo incidiu em novas formas de apropriação e convivências espaciais aí empreendidas, a partir de novos arranjos

econômicos, surgidos ou soerguidos mediante os escombros de suas atividades tradicionais.

Esses arranjos podem ser representados ora no setor de comércio e serviços, ora em atividades industriais, ainda que não caracterizadas pela alta tecnologia. Concernente ao setor comercial, destaca-se a predominância de estabelecimentos de pequeno porte vinculados à produção de gêneros alimentícios, como bolos, bolachas, biscoitos, salgados, licores, dentre outros.

No tocante a indústria, tais arranjos podem ser vislumbrados, a partir da transição dos antigos teares, para a constituição de pequenos estabelecimentos têxteis, destacando-se fábricas de redes, panos de prato e mantas, além das camisarias, bonelarias e chapelarias. Por outro lado, podemos observá-los ainda, mediante a implantação de indústrias de cerâmicas vermelhas, segmento substitutivo das antigas olarias.

Esses novos segmentos produtivos vêm conduzindo a emergência de uma nova realidade econômica regional, na qual coexistem atividades tradicionais e recentes, que permitem a reprodução dessa sociedade, ao mesmo tempo em que forjam relações pseudocapitalistas responsáveis pela reprodução ampliada do capital. É no entremear desse processo, constituído entre o novo e o velho, que observamos o desaparecimento de antigas territorialidades, concomitantemente à imposição de novas territorialidades e, com estas, a formação de uma nova realidade socioespacial, constituída mediante os ditames de reprodução do capital.

Assim, em meio a essa nova realidade, identificamos a necessidade proeminente de se discutir as várias facetas desse processo de mudança nas tendências sociais que embasaram historicamente o Seridó, as quais, ao nosso ver, propiciaram a redefinição das relações de poder desenvolvidas nessa área. Esse processo se evidenciava através da formação de novos territórios, aqui entendidos, segundo a concepção de Souza (2001, p. 96), como “espaço delimitado por e a partir de relações de poder”.

O caráter dinâmico desse processo de formação de novos territórios leva-nos à compreensão do movimento dialético que caracteriza a reestruturação do espaço na sociedade capitalista, quando em meio aos escombros de antigas relações de poder, é ensejado o desenvolvimento de novas relações.

Desse modo, na perspectiva de elucidarmos esse processo de nova configuração econômica e a nova realidade socioespacial do Seridó, tomamos por base as transformações desencadeadas no território norte-rio-grandense, mediante o processo de reprodução do capital no Brasil. Nesse sentido, atentamos para as rearticulações impostas nesse território através da nova divisão inter-regional do trabalho, momento em que particularmente o Seridó passou a configurar-se na perspectiva dos espaços sem expressividade econômica e política no contexto do Rio Grande do Norte, apresentando uma realidade que tem no poder público sua principal fonte de emprego e renda.

Diante dessa realidade, enveredamos na análise da reestruturação do Seridó, a partir de sua (re)produção enquanto território construído, mediante relações antagônicas, marcadas por contradições sociais, políticas, econômicas e espaciais. Isso nos leva ao entendimento das relações de poder aí desenvolvidas, levando-nos à compreensão do contraditório processo de formação de novos agentes sociais, esboçado concomitantemente à decadência das antigas relações de poder projetadas nessa região.

3.1 Novos territórios e novas territorialidades: diferentes atores e novas relações de poder

No espaço e no tempo nada é permanente tudo se acha em constante transformação. Esse caráter mutável do tempo e do espaço, contido no pensamento denota a dinamicidade que permeia historicamente os processos socioespaciais, fornecendo-nos subsídios à compreensão do território e da territorialidade, enquanto categorias temporárias, que se expressam através das relações de poder e das práticas sociais estabelecidas ao longo tempo pela sociedade. Essas práticas imprimem características e promovem o domínio e a apropriação do espaço, dando margens a um contínuo processo de (re)produção do território.

Tal fato se dá porque a construção do território sugere a formação de um processo mutável, constituído mediante os interesses dos mais variados atores sociais, os quais permitem a apropriação do espaço através de suas práticas sociais, desencadeando, conseqüentemente, uma

contínua relação de formação de territorialidades emergidas em meio a um processo de desterritorialidades, ou seja, de perda do território anteriormente apropriado.

Assim, ao estruturarmos nossas análises nesse momento, acerca do processo de formação de novos territórios, dos diferentes atores e novas relações de poder no Seridó, deixamos claro que nosso propósito está articulado à necessidade de definirmos a importância desses novos territórios, e dessas novas relações de poder, enquanto ferramentas impulsionadoras e “porta de entrada” para a compreensão do processo de reestruturação que estamos analisando, já que nos fornecem pistas ao entendimento da (re)produção do Seridó, enquanto território construído.

Tal processo de (re)produção, pode ser observado mediante o discurso e a identidade regional impregnada *nos produtos da terra* como o queijo de manteiga, a carne-de-sol, os bordados, que “etiquetados ou não, têm na relação de sua origem o distintivo de marca de qualidade” (MORAIS, 2004, p. 381).

Desse modo, é no marco da resistência do homem seridoense e do processo de (re)produção do Seridó enquanto território construído, que se dá a transição do poderio e do domínio socioespacial dos agropecuários e mineradores de sheelita, para a formação de novos agentes sociais, os quais passaram a reformular as relações de poder empreendidas nessa área. A emergência dessa nova realidade conflui num dos elementos da engrenagem da (re)produção dessa região enquanto território, uma vez que esboça o caráter histórico e dinâmico das relações sociais expressas nas relações de poder ensejadas no âmbito dessa sociedade.

Assim, ao articularmos essa compreensão ao Seridó norte-riograndense, partimos do entendimento, de que o território é o espaço delimitado e apropriado por relações de poder empreendidas historicamente por diferentes atores sociais, o que resulta na formação das relações contraditórias que permitem, particularmente na região em análise, a sua (re)produção enquanto território construído.

Tal processo de (re)produção, pode ser observado mediante o discurso e a identidade regional impregnada *nos produtos da terra* como o queijo de manteiga, a carne-de-sol, os bordados, que “etiquetados ou não,

têm na relação de sua origem o distintivo de marca de qualidade” (MORAIS, 2004, p. 381).

Desse modo, é no marco da resistência do homem seridoense e do processo de (re)produção do Seridó enquanto território construído, que se dá a transição do poderio e do domínio socioespacial dos agropecuários e mineradores de sheelita, para a formação de novos agentes sociais, os quais passaram a reformular as relações de poder empreendidas nessa área. A emergência dessa nova realidade conflui num dos elementos da engrenagem da (re)produção dessa região enquanto território, uma vez que esboça o caráter histórico e dinâmico das relações sociais expressas nas relações de poder ensejadas no âmbito dessa sociedade.

Pautando-nos nessa perspectiva focalizamos a dinâmica pela qual vem passado o Seridó nas duas últimas décadas do século XX, quando observamos evidências de novas relações de poder e, portanto, de novos territórios, as quais delineiam um processo de reestruturação desse espaço. Essas relações, por sua vez, são implementadas em meio ao empobrecimento da “elite” agrária regional, realizada concomitantemente à crise das economias tradicionais dessa área, momento em que são minados os alicerces do poderio dessa classe.

Por outro lado, tal processo pode ser também observado através da constituição de novos meios de reprodução econômicos, fomentados em meio às estratégias capitalistas de apropriação e uso do território, como por exemplo, as festas religiosas que se revestem, no espaço regional, através de elementos do sagrado e do profano. Esse antagonismo pode ser compreendido na medida que essas festas consistem numa expressão de fé e de estratégia de luta pela sobrevivência, sendo de grande importância para a economia dos municípios seridoenses.

Na formação dos novos meios de produção, destacam-se ainda as pequenas indústrias de bonés, redes, bordados e confecções implementadas nos municípios de Caicó, São José do Seridó e Jardim do Seridó, e as indústrias ceramistas que, no Rio Grande do Norte, abrangem um parque formado por empresas produtoras de tijolos, telhas e lajotas. Essas indústrias estão predominantemente localizadas na zona rural, concentradas nas proximidades de Natal, no vale do Rio Assu, e na

região do Seridó. Nesta região, os municípios que despontam com maiores empresas são Parelhas, Carnaúba dos Dantas e Cruzeta.

Novas territorialidades se impõem também através da interiorização do turismo religioso e arqueológico e da atividade extrativa mineral. Nesta, destaca-se a exploração de gemas e rochas ornamentais, particularmente no município de Parelhas pelo capital internacional, principalmente o alemão e o japonês, que desenvolvem importantes articulações com o mundo globalizado, resultando conseqüentemente no crescimento dessa atividade. Contudo, paradoxalmente a esse crescimento, observamos que predominam, nas precárias relações de trabalho, a rusticidade e a insalubridade, o que nos leva a atentar para a perversidade que fundamenta a expansão dessa atividade, principalmente quando analisamos que a riqueza gerada não reflete a melhoria da qualidade de vida dessa população.

Nesse sentido compreendemos que a (re)produção do território seridoense resulta de relações dialéticas, expressas através das contradições que permeiam e fundamentam a realidade social, política e econômica de uma sociedade capitalista. Desse modo, só podemos atentar para o processo de (re)produção do território em análise, à medida que levarmos em consideração a lógica contraditória presente nas relações sociais, a qual permite a articulação dos opostos, da construção, desconstrução e reconstrução do território. Tal compreensão está articulada ao pensamento de Neves (1998, p. 243), quando mostra que “novos territórios estão sendo formados e transformados em todas as partes sobre os escombros das desterritorialidades, das lutas de classes ou das novas fontes especializadas de produção e de mercadorias”.

Essa característica paradoxal que reveste o pensamento supracitado fundamenta o ambiente político seridoense, quando observamos que, com a decadência política de velhos grupos tradicionais que historicamente se alternavam no poder, fundamentados por uma prática política calcada no paternalismo e no clientelismo, se deu o surgimento de novas lideranças políticas, muito embora suas áreas de influências não extrapolem os limites das cidades seridoenses, não sendo possível a observância de líderes regionais com influência no contexto estadual, como fora José Augusto de Medeiros, Juvenal Lamartine e Dinarte Mariz, ícones expressivos da classe agrária e política do Seridó.

Na conformação do processo de reestruturação do Seridó, passam a emergir, desse modo, novas lideranças políticas, vinculadas geralmente aos novos segmentos da economia. São exemplos: comerciantes, pequenos empresários, funcionários públicos e profissionais liberais, especialmente médicos. Esses novos atores promovem imposições às articulações tradicionais do econômico e do social, que garantiam o equilíbrio do domínio dos espaços políticos dessa área, na medida que instigam a formação de uma “nova” estrutura política na região.

É, portanto, nesse contexto que, inferimos que as transformações socioespaciais delineadas no Seridó Potiguar foram substanciais para a formação do processo de reestruturação espacial dessa região verificado a partir dos anos de 1980. Assim, ressaltamos que apesar dessas “novas” atividades não se caracterizarem de forma emblemática, como fora à pecuária, o algodão e a sheelita, permitem a reprodução ampliada do capital e a reprodução da sociedade seridoense, mesmo que, em sua essência, estas se revistam das contradições que permeiam a sociedade capitalista, como pôde ser observado no desenvolvimento das análises aqui expostas.

4. Considerações finais

Diante do exposto, a nossa compreensão é de que as alternativas econômicas do Seridó, não se constituem em caminhos, fortes o bastante para dinamizarem e consolidarem o quadro econômico regional. Daí tais alternativas serem consideradas aqui como veredas, isto é, trilhas ainda não dinâmicas e consistentes, capazes suficientemente de reverter a fragilidade socioeconômica dessa região.

Todavia, não podemos negar que essas veredas, cristalizadas nas “novas” atividades econômicas, assumem fundamental importância para Seridó, por permitir a formação e diversificação de alternativas econômicas, de maneira a garantir a (re)produção e acumulação do capital, e por conseguinte, do espaço, instigando, desse modo, a formação de novos arranjos socioeconômicos sobrepostos em meio a decadência da “elite” agrária seridoense.

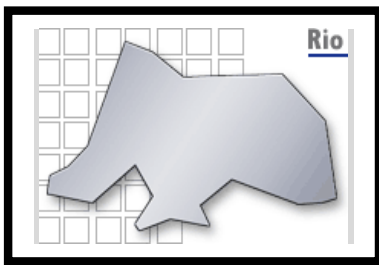
Portanto, compreendemos que para que essas veredas possam tornar-se verdadeiros caminhos, é imprescindível que haja a viabilização de um modelo de desenvolvimento pautado em bases sustentáveis, isto é, que atente para perspectivas e estratégias de desenvolvimento que leve em consideração a necessidade de melhoria das condições de vida dessa população. É necessário que as relações de poder sejam redefinidas em torno da reprodução social mais humanizada e menos capitalizada, que atente para um desenvolvimento sustentável, que leve em consideração o bem-estar da população e a preservação do meio ambiente.

Mesmo porque, atualmente, a questão ambiental configura-se em um ponto obrigatório de qualquer agenda de políticas públicas, já que as transformações implementadas no espaço, através de uma atuação insustentável, rebata nas condições de vida de segmentos específicos da população, mas também atinge outra ordem de magnitude, afetando populações e regiões inteiras.

O redimensionamento da política é condição fundamental para que possa ser evidenciado um desenvolvimento na área em estudo, de tal modo que promova um rompimento nas amarras e nas algemas que entravam e bloqueiam uma ação consistente em prol de uma redemocratização dessa sociedade, para que dessa forma possa haver a implementação de uma gestão participativa. Um primeiro passo, nesse sentido, seria a atuação mais consistente por parte da população no que tange o processo de gestão do território de forma democrática no âmbito municipal, questão ainda pouco perceptível nessa região.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A produção do espaço norte-riograndense**. Natal, 1979.
- ARAÚJO, Tânia Barcelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade e a organização do espaço. **Revista do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP**. São Paulo, n. 1982.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (org). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1996.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **O maquinista de algodão e o capital comercial**. Natal, UFRN. Ed. Universitária, 1987.
- LINDOSO, José Antonio Spinelli. **Da oligarquia Maranhão à política do Seridó: O Rio Grande do Norte na Velha República**. Natal: UFRN/CCHLA, 1992.
- MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. 2. ed. Brasília: Centro Gráfico: Editora Brasiliense, 1980.
- MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2000.
- MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Desvendando a cidade: Caicó em sua dinâmica espacial**. Natal: 1999.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editora, 1993.



10 DIFUSÃO DA CERÂMICA VERMELHA E NOVAS DINAMICAS SOCIOAMBIENTAIS

Valdenildo Pedro da Silva⁴³

Introdução

A indústria de cerâmica estrutural ou vermelha⁴⁴ não se constitui numa nova opção economia do Rio Grande do Norte, pois já há algum tempo, essa atividade econômica já se desenvolvia no Estado, só que em menor proporção socioespacial (veja-se o exemplo das inúmeras olarias existentes). O que de fato é novo é o seu espraiamento e a sua produtividade atual que tem se dado em diversas áreas territoriais do espaço norte-rio-grandense, com uma nova dimensão, de caráter mecanizado, e que traz novas dinâmicas de reprodução social⁴⁵ para alguns segmentos populacionais norte-rio-grandenses. Como decorrência dessa dinâmica atual, aumentaram-se os números de empresas, de produção, de comercialização e de geração de empregos, mas também os seus desafios de ordem socioambientais (degradações da rala cobertura

⁴³ Mestre e Doutor em Geografia. Professor do CEFET-RN.

⁴⁴ Essa denominação é usada quando nos reportamos a produtos que, após a queima, apresentam-se caracteristicamente avermelhados; inserem-se nesse grupo os materiais cerâmicos de construção civil, tais como tijolos, telhas, manilhas, objetos vazados, lajotas, dentre outros (LIMAVERDE, 1983). Ou melhor, usamos esse termo quando nos referimos as indústrias que se dedicam à fabricação de produtos cerâmicos estruturais que são utilizados pela construção civil e, que são produzidos por meio de argilas do tipo massapé de teores de ferro maior do que 6%, e que apresentam cores vermelhas quando do processo de queima.

⁴⁵ Sobre esse conceito, consultar a obra de Ladislau Dowbor (1998, p. 419-420) *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*. Aí a reprodução social é entendida numa visão abrangente, envolvendo tanto a produção como os serviços sociais e as diversas atividades de gestão do desenvolvimento humano. Segundo esse autor, a concepção em tela envolve as múltiplas dimensões da sociedade em seu processo de reprodução e evolução.

vegetal e da condição humana, por exemplo), contribuindo para o surgimento de uma problemática que passou a ser questionada, discutida e analisada por este trabalho.

Atualmente, existe no estado do Rio Grande do Norte mais de 200⁴⁶ cerâmicas vermelhas produzindo telhas, tijolos e lajotas (sendo essa a produção de menor escala). Essas cerâmicas encontram-se distribuídas principalmente pelos pólos do Vale do Açu, da Grande Natal e do Seridó-Trairi. É neste último pólo que se encontra o município de Carnaúba dos Dantas-RN⁴⁷, área objeto de nosso estudo de caso. Por meio de uma sucinta descrição-reflexiva, procuramos desvelar a dinâmica

⁴⁶ O documento intitulado “O perfil industrial da cerâmica vermelha no Rio Grande do Norte: uma síntese”, visando cadastrar/caracterizar esse setor industrial do Estado, constatou a existência de mais 206 cerâmicas, em que a maioria encontrava-se em plena atividade produtiva e algumas delas estavam paradas e/ou desativadas temporariamente, em virtude de condições fisiográficas, mas também por questões de ordem financeira. Segundo o estudo em pauta, as cerâmicas em atividade encontravam-se localizadas em 53 municípios do estado do Rio Grande do Norte, produzindo principalmente telhas, seguido por tijolos e lajotas (CARVALHO, LEITE, REGO, 2001).

⁴⁷ Muitas foram as razões que nos levaram a realização deste estudo. Inicialmente, a motivação que nos fez optar por essa investigação foi a dinamicidade dessa atividade econômica em Carnaúba dos Dantas, um território assolado por problemas de ordem socioambiental. Como nesse município, é comum no Seridó Potiguar, como um todo, escassez de chuvas, altas temperaturas, reduzida cobertura vegetal, solos pobres, rasos e pedregosos, que impossibilitam de certa forma a produção agropastoril, não deixando de se evidenciar as constantes secas que fustigam e penalizam o homem da região e, em particular, o carnaubense. Escolheu-se como área de estudo, em virtude de ser um município pequeno em dimensões socioespaciais, onde a indústria de cerâmica vermelha tem se expandido em maior escala, constituindo-se numa das atividades econômicas mais importantes do lugar. E, ainda, por apresentar um número significativo de indústrias – são cerca de 16 empresas, ficando atrás dos municípios de Parelhas (Seridó), Itajá (Vale do Açu) e São Gonçalo do Amarante (Grande Natal) –, em relação aos demais municípios da região, possibilitando a observação, a interpretação e a análise da problemática socioambiental que decorre desse processo produtivo e, por conseguinte, os seus resultados no território carnaubense.

da cerâmica vermelha e as perversões socioambientais associadas a essa atividade econômica.

De antemão, sabemos que o desenvolvimento da atividade ceramista tem se dado por meio de um processo produtivo bastante complexo e que envolve algumas fases, como: a extração da matéria-prima (a argila e o barro vermelho), a mistura/moldagem, a secagem/queima, bem como o destino final dos produtos cerâmicos. Esse processo produtivo tem predominado, ainda, por procedimentos arcaicos, em que se destacam como insumos energéticos, o consumo de lenha no processo de queima dos produtos. Portanto, trata-se de um processo de produção que atualmente não tem conseguido reduzir as perdas produtivas e melhorar ainda mais a produtividade e a qualidade do produto. Mesmo assim, tem sinalizado com novas potencialidades, haja vista encontrar-se em praticamente todo Estado, gerando postos de trabalho, renda e, porque não dizer, a reprodução social de parte da sociedade norte-riograndense, mesmo que de maneira seletiva e desigual.

A investigação denominada “O perfil industrial da cerâmica vermelha no Rio Grande do Norte: uma síntese” (CARVALHO, LEITE, REGO, 2001) apresenta alguns dados significativos dessa atividade econômica. Segundo informações desse estudo, a indústria de cerâmica vermelha, no estado do Rio Grande do Norte, apresenta alguns dados significativos como estes:

Número de Empresas	206
Número aproximado de empregos diretos	5.494
Peças produzidas por mês	82.799.000
Faturamento anual aproximado	R\$ 72.000.000,00
Consumo de argila	173.925 t
Consumo de energia elétrica	2.500.000 kWh
Consumo de lenha	1,7 a 4,1 m ³ /1000 peças
Consumo médio de lenha	2,0 m ³ /1000 peças
Consumo mensal de lenha	180.000 m ³
Desmatamento do setor	
Área devastada pelo setor	

Fonte: CARVALHO, LEITE, REGO (2001)

Partindo-se desses dados, podemos inferir que a indústria de cerâmica vermelha tem apresentando, no curso dos últimos anos, um dinamismo a mais para a economia estadual. Como se pode ver, com a cerâmica vermelha tem-se uma potencialidade econômica face ao declínio do complexo gado-algodão-agricultura de subsistência nas áreas do semi-árido potiguar. Entretanto, esses mesmos dados evidenciam uma certa preocupação com o desmatamento, a agudização do processo de desertificação e as precárias condições de trabalho que se intensificam, cada vez mais, nas áreas semi-áridas do Rio Grande do Norte.

As análises seguintes partem primeiramente de breves considerações sobre a problemática ambiental, destacando-se algumas discussões sobre o conceito de meio ambiente. Em seguida, debruçamo-nos sobre as questões socioambientais que têm emergido após a expansão da atividade ceramista no município de Carnaúba dos Dantas, finalizando com algumas reflexões sobre a (in) sustentabilidade dessa atividade econômica e da sociedade a ela vinculada.

A indústria de cerâmica e o seu território

Para entender a territorialidade do setor ceramista, que vem se destacando nos dias atuais em Carnaúba dos Dantas, e por quase todo o Seridó Potiguar, é necessário entender os desafios dessa nova atividade econômica, que parte inicialmente da extração mineral da argila plástica⁴⁸ (tipo massapê) de origem aluvionar e do barro vermelho⁴⁹, materiais argilosos utilizados no processo fabril das indústrias de cerâmica vermelha. Esse processo tem prosseguimento com o trabalho da argila, através de ações de alimentação das máquinas, preparação granulométrica, umidificação, moldagem das peças e inspeção, finalizando com a transformação propriamente dita destas matérias-primas, por meio da queima.

⁴⁸ É um material de textura terrosa e de baixa granulometria, que apresenta uma certa plasticidade quando misturado com uma determinada quantidade de água.

⁴⁹ Constitui-se numa matéria-prima (via de regra de barreiras e/ou tabuleiros) que ao ser misturado a argila permite uma melhor qualidade do produto cerâmico.

É interessante destacar que, esse território sempre se constituiu em uma área da microrregião do Seridó Potiguar rica em minerais, estando essa ocorrência mineral atrelada à sua formação geológica, situada em terrenos do Embasamento Cristalino, datada do Pré-Cambriano, cuja formação cristalina se constitui de magmatitos variados, gnaisses, anfíbolitos e granitos que formam as rochas dos grupos geológicos - Caicó e Seridó (IDEC, 1991).

Atualmente, a exploração mineral vem ocorrendo de maneira incipiente através da extração de mica e feldspato e, em maior notoriedade, da argila (mineral não metálico) que vem sendo utilizada enquanto matéria-prima fundamental na produção de cerâmicos vermelhos, destacando-se 95% da produção em telhas coloniais (lisas marombadas e prensadas) e o restante, 5% em tijolos vazados.

Segundo informações dos antigos moradores, o início da exploração desse mineral se deu, praticamente, a partir dos anos de 1950, quando surgiram algumas olarias manuais (via de regra familiar) que tinham por finalidade produzir tijolos e telhas principalmente para a construção de moradias do município. Simultaneamente, a partir desse momento, a argila, também passou a ser utilizada na fabricação artesanal de objetos domésticos, tais como: pote, panela, tigelas e outros. Pelo visto, anteriormente a exploração desse mineral não tinha qualquer conotação de cunho comercial, era uma extração rústica que tinha por finalidade subsidiar os habitantes do lugar com materiais de construção.

No entanto, somente por volta de 1970, foi que emergiram as duas olarias de maior expressão comercial no território carnaubense - as olarias localizadas nos sítios Xique-Xique e Rajada -, que nos dias atuais, encontram-se transformadas em cerâmicas industriais. Essas olarias que, mantinham praticamente relações de trabalho de caráter familiar, pertenciam aos atuais ceramistas Manuel Bernardo Dantas e José da Silva Dantas, sendo o último conhecido localmente como "Zé da Olaria".

Segundo esses ceramistas, a princípio havia uma maior facilidade para produzir telhas e tijolos manuais, pois quase todos os oleiros possuíam matérias-primas e insumos em suas propriedades rurais, assim como tinham fácil acesso à extração dos recursos naturais necessários para a produção dos cerâmicos nas propriedades de outros; e o processo de trabalho era rudimentar, exclusivamente braçal, utilizando técnicas

arcaicas de fabrico, moldagem e queima (esta acontecia através de caieiras, fornos que apresentavam baixo rendimento térmico e queima irregular). É importante ressaltar que, o pioneirismo dessa atividade econômica aconteceu através desses dois proprietários, ou seja, foram eles que deram a largada inicial para o desenvolvimento da atividade ceramista no município.

Como nessas olarias os empreendimentos de produção eram basicamente artesanais, apresentavam instalações improvisadas e os produtos, os tijolos maciços e as telhas, se caracterizavam por apresentar um elevado grau de rusticidade, isso porque não havia uma preocupação maior com a qualidade dos produtos fabricados, já que a comercialização desses produtos se restringia ao consumo local e de alguns municípios da região do Seridó Potiguar.

Enquanto isso, as atuais indústrias de cerâmica vermelha, mesmo não dispendo dos mais recentes avanços tecnológicos, se conformam diferentemente das olarias, por apresentarem uma tecnologia de processo industrial. Trata-se de um processo produtivo atual, inovado em relação à olaria principalmente pela inovação dos equipamentos de produção, com a introdução de um novo equipamento – a maromba -, visando sobretudo o aumento da produtividade, assim como a redução com os custos da mão-de-obra.

Ao indagarmos os ceramistas carnaubenses a respeito do processo produtivo de suas empresas, todos foram unânimes em dizer que o processo operacional vem sendo realizado de maneira semi-automática uma vez que as máquinas existentes são utilizadas especificamente para as etapas de produção ou para aquelas mais importantes e, que estejam diretamente ligadas à fabricação dos produtos cerâmicos. Em todas essas cerâmicas é comum a presença do caixão alimentador, destorroador, misturador, laminador, maromba e cortadeira manual ou automática, principais tecnologias desse novo sistema de produção de cerâmica vermelha.

Ressaltamos ainda que, o desenvolvimento da atividade ceramista vem acontecendo em todo Nordeste, desde os anos de 1950. Nos anos mais recentes o Estado do Ceará lidera esse setor produtivo entre os estados nordestinos, contando com cerca de 492 empresas (NUTEC, 1998). Nesse sentido, destacamos ainda o desenvolvimento do parque

ceramista do Rio Grande do Norte que encontra-se concentrado em três pólos, Grande Natal, Vale do Açu e Seridó Potiguar, destacando-se, sobretudo, na produção de telha e tijolo, conforme estudo realizado pelo CEAG/RN⁵⁰.

Porém, é interessante destacar que esse setor produtivo tem seguido, no decorrer do tempo, duas direções distintas: “*por uma parte, tem-se organizado sobre bases estritamente industriais, com o objetivo de redução dos custos de fabricação e, por outra, ainda conserva suas características artesanais com uma área de influência mercadológica pequena e, via de regra, exclusivamente local*” (SUDENE/ITEP, 1988, p. 23). Isso vem ocorrendo em praticamente todos os Estados nordestinos, onde a indústria de cerâmica se faz presente, utilizando ainda tecnologias obsoletas, para os dias atuais, e a comercialização dos seus produtos tem se limitado tão somente aos estados da região Nordeste.

No que se refere à área em apreço, no decorrer dos anos de 1980 e 1990, o setor ceramista que se dedica à fabricação de produtos cerâmicos estruturais, utilizados na construção civil, vem aos poucos ocupando – tanto na configuração territorial carnaubense, como na economia – o lugar das atividades do complexo gado-algodão-agricultura de subsistência. Atualmente, a importância do setor primário tem caído expressivamente em Carnaúba dos Dantas, passando a ser uma área onde a pecuária e a agricultura perderam significado local e, por conseguinte, sua população rural decresceu no curso dos últimos tempos⁵¹.

Por outro lado, a indústria de cerâmica vermelha no curso do seu processo produtivo tem se apropriado de várias áreas do município. A apropriação do território tem se dado formalmente por meio da apropriação do solo para o desenvolvimento da atividade ceramista. Porém, “*na verdade, quando o capitalista se apropria de uma determinada parcela do espaço, ele o está fazendo apropriando-se de tudo o que ela contém*” (CARLOS; LENCIONE, 1981, p. 304) - sistema de transportes, recursos

⁵⁰ GEAG/RN. Diagnóstico do Setor Cerâmico do Estado do Rio Grande do Norte, 1988.

⁵¹ Em 1960, 81,26% do total da população era rural; em 1980, este número cai para 50,45%, e, em 1991, para 29,44%. Algumas culturas tradicionais como o algodão, feijão e milho quase desaparecem.

naturais, trabalhadores, comércio, infra-estrutura, etc. -, porque essa parcela espacial se insere num espaço global.

Buscando sua afirmação, enquanto atividade econômica de notável expansão, a indústria de cerâmica vermelha tem delimitado o seu território, atualmente configurado pela presença de 14 estabelecimentos industriais de pequeno porte⁵², possuindo uma mão-de-obra oscilante de cerca de 560 operários. Essas empresas fabris encontram-se situadas na sua grande maioria (87%) em áreas que variam de 1500 a 3000 m² e somente 13% possuem área superior a 3000 m² (Tabela 1). Ressaltamos que, parte dessas áreas recentemente utilizadas para o processo produtivo ceramista constituíam-se, anteriormente, em recortes espaciais onde eram desenvolvidas as atividades agrícolas e pastoris no município. Estamos nos referindo não somente aos solos onde se encontram instalados os estabelecimentos fabris, mas também as áreas de extração das matérias-primas e insumos, como as jusantes de açudes e as margens dos riachos e rios do território carnaubense, onde num passado recente acontecia o cultivo da agricultura familiar.

Em face do exposto, a atividade ceramista em Carnaúba dos Dantas possui seu próprio território. Possui uma territorialidade que pode ser submetida, no correr do tempo, à desterritorialização e à difusão de novas territorialidades, até porque entendemos o território e, conseqüentemente, a territorialidade e suas derivações, como categoria temporária, de vez que, no espaço e no tempo nada é permanente, tudo se encontra em constante mutação (Andrade, 1994, p. 220).

⁵² O porte do estabelecimento está definido segundo classificação do FIBGE, onde:
Micro empresa: de 01 a 04 empregados
Pequena empresa: de 05 a 099 empregados
Média empresa: de 100 a 499 empregados
Grande empresa: 500 e mais empregados.

Tabela 1

Carnaúba dos Dantas - RN

Empresas de cerâmica vermelha instaladas, pessoal ocupado e localidade

Nome da empresa	Pessoal ocupado	Localidade
J.O.V. Cerâmica	43	Sítio Ermo
Cerâmica Rio Grande	37	Sítio Ermo
Cerâmica Santa Rita de Cássia	38	Sítio Galo
Cerâmica Frei Damião	38	Sítio Carnaúba de Cima
Cerâmica N. S. das Vitórias	42	Sítio Carnaúba de Cima
Cerâmica Ramada Ltda	55	Sítio Ramada
Genilson Medeiros - ME	36	Sítio Ramada
Cerâmica Araújo Ltda.	39	Sítio Carnaúba de Baixo
Cerâmica Rajada	41	Sítio Rajada
Cerâmica São José	42	Sítio Rajada
J. A. Cerâmica	40	Sítio Ramada
J. G. Produtos Cerâmicos Ltda	38	Sítio Ramada
Aldo de Medeiros Dantas - Cerâmica - ME	38	Sítio Carnaúba de Cima
Cerâmica Dois Irmãos	40	Sítio Água Salgada

Fonte: Pesquisa de campo, abril de 1997.

Enfatizamos ainda que, nos dias atuais, essa atividade econômica vem se desenvolvendo através de um conjunto de práticas socioespaciais que visam principalmente a permanência de seu território, de sua influência e de seu controle sobre as pessoas que nele habitam. Na realidade, essa nova atividade econômica tem conseguido fazer com que indivíduos e pessoas desse território se sintam e/ou se reconheçam como integrantes diretos e indiretos da construção do território da cerâmica.

Isso ficou evidenciado nas seguintes falas:

É importante dizer que hoje a população depende do funcionamento da indústria de cerâmica.

A gente hoje sobrevive do trabalho que a gente faz na cerâmica. Triste da gente se não fosse elas.

A cidade de Carnaúba é muito bem servida dentre as do Rio Grande do Norte nesse período de seca em função das cerâmicas. Retirando elas, zera.

O povo não trabalha mais na agricultura, agora quase todo mundo está trabalhando nas cerâmicas.

Eu não tinha em que trabalhar, agora eu trabalho retirando lama [a argila] dos açudes ou cortando lenha para a cerâmica.

Essas colocações, expressões de uma quase unanimidade, revelam que a indústria de cerâmica vermelha vem definindo a sua influência e sendo encarada por todos como o futuro do desenvolvimento do território carnaubense, porém, esquecendo essa grande maioria da população local da perversão socioespacial que essa atividade econômica já provocou e poderá vir a provocar na degradação, tanto da natureza como da sociedade civil local.

Meio ambiente, uma breve discussão conceitual

A problemática ambiental, mesmo que não fosse esse o termo utilizado, tornou-se uma velha e conhecida questão que vem perpassando toda construção do conhecimento humano, desde os seus primórdios na Antigüidade Clássica no âmago do povo grego até os dias atuais. No entanto, a realidade tem nos mostrado que a separação natureza-sociedade parece não ter desaparecido na sua plenitude, no correr dos

tempos, tornando-se, por conseguinte, num dos mais velhos e irresolvidos problema das ciências nesta contemporaneidade.

Inicialmente, pontuamos como prenúncio de nossas reflexões as palavras de Neil Smith (1988, p. 67) que, de maneira provocativa, procurou evidenciar a não dissociação entre natureza e sociedade, afirmando:

[...] a natureza geralmente é vista como aquilo que não pode ser produzido; é a antítese da atividade produtiva humana. Em sua aparência mais imediata, a paisagem natural apresenta-se a nós como o *substratum* material da vida diária, o domínio dos valores de uso mais do que dos valores de troca [...] quando essa aparência imediata da natureza é colocada no contexto histórico, o desenvolvimento da paisagem material apresenta-se como um processo de produção da natureza. Os resultados diferenciados dessa produção da natureza são os sintomas materiais de desenvolvimento desigual. No nível mais abstrato, todavia, é na produção da natureza que se fundem e se unem os valores de uso e os valores de troca, e o [território] da sociedade (Destaque do autor).

Neste limiar de século, os problemas ambientais atingiram grande magnitude que representam um verdadeiro desafio à sobrevivência da humanidade. Em qualquer área territorial – urbana ou rural – a degradação ambiental (natural-social) já atingiu tal nível que a qualidade de vida se encontra com o futuro ameaçado.

Como disse Comune (1994, p. 46),

Se no passado a economia condicionou a utilização do meio ambiente, sem se preocupar com a degradação e exaustão dos seus recursos, atualmente parece ser o meio ambiente que deve condicionar a economia.

O meio ambiente vem sendo destruído e no território carnaubense⁵³, em particular, os problemas resultantes desta destruição tornaram-se perceptíveis por toda à parte: desmatamento, degradação dos solos, aumento geral da temperatura, desertificação e principalmente a dilapidação do homem em seu cotidiano.

Tratando sobre problemas ambientais, Rodrigues (1998, p. 13), assim se expressou: “a questão ambiental deve ser compreendida como um produto da intervenção da sociedade sobre a natureza. Diz respeito não apenas a problemas relacionados à natureza, mas às problemáticas decorrentes da ação social”.

Afinal, para essa autora, hoje vivenciamos um momento em que a ação predatória de apropriação do meio ambiente tem se espalhado por todo planeta, como decorrência de uma *produção destrutiva* que se conforma num uso exagerado dos recursos naturais que não apresentam as mínimas condições de reposição (Rodrigues, 1998, p. 13-14, destaque da autora).

Nas palavras de Rodrigues (1998, p. 14),

Os problemas ecológicos parecem, à primeira vista, referir-se apenas às relações homem/natureza e não às relações dos homens entre si. É preciso, assim, ter cuidado para não ocultar a existência e as contradições de classes sociais para compreender a problemática ambiental em sua complexidade, pois os problemas ambientais dizem respeito a formas como o homem em sociedade se apropria da natureza.

Nesse sentido, procuramos entender a problemática socioambiental que vem se descortinando no semi-árido norte-riograndense como uma decorrência do processo de produção

⁵³ O entendimento teórico de território e territorialidade se constituiu num aporte em todos os momentos da construção das nossas idéias aqui expressas. O território, no sentido de Sack (1986) é definido como sendo uma área demarcada, isto é, de influência e controle, e que o mesmo necessita ser monitorado, envolvendo não só uma ação presente, mas também futura por parte de todos os indivíduos ou grupos que estejam exercendo o seu controle. Quanto à territorialidade, o mencionado autor, define como a intenção de indivíduos ou grupos, de produzir, influenciar ou controlar pessoas e relações, através da delimitação e defesa de uma determinada área geográfica (Sack, 1986).

implementado pela indústria de cerâmica vermelha. Inicialmente, colocamos que estamos, pois, diante de um processo produtivo que não difere dos demais processos inerentes à produção capitalista. A produção de cerâmicos vermelhos tem posto em evidência uma territorialidade bastante perversa. Aí a territorialidade de cada indivíduo-trabalhador e da sociedade como um todo se fragmenta em função da expropriação do território e de cada um dos indivíduos locais em suas condições tradicionais de vida; as condições de trabalho são insalubres e desumanas e a destruição dos parques recursos naturais existentes tem conduzido as sociedades locais a conviver com precárias condições ambientais, colocando em risco o presente e o futuro da sua sobrevivência. Nesse sentido, é importante destacar o que afirmou Felipe (1984, p. 9) a esse respeito,

A existência de uma região com problemas ambientais como a semi-aridez, não é apenas produto das determinações do meio físico, clima, relevo, geologia, vegetação, etc., mas, também da ação do homem, através dos seus diversos modos de produção.

Ao se referir ao processo produtivo que entendemos aqui como perverso, Paixão (1982, p. 216) fez uma importante colocação:

A história da produção social traduz-se na manutenção secular da contradição existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a qualidade de vida social dos homens. Negar, pois a existência de uma questão ambiental implica em primeiro lugar no não-reconhecimento de que a relação natureza-sociedade tal qual ela se realiza hoje produz efeitos drásticos em ambas as partes. Em segundo lugar, implica em negar valor à própria condição concreta de existência desta mesma sociedade: a natureza.

Na perspectiva dessa colocação, podemos afirmar que as relações natureza-sociedade implementadas no processo de produção de cerâmicos vermelhos vêm agudizando os já existentes problemas socioambientais do território carnaubense, colocando-se em destaque os de ordem física e social: a ampliação do desmatamento e a proliferação das odiosas condições de trabalho.

No entanto, convém ressaltar que, antes da expansão da atividade ceramista, no semi-árido Potiguar, desenvolvia-se um processo produtivo vinculado ao setor primário, tendo como atividades de maior proeminência a criação bovina, o cultivo do algodão, a agricultura de subsistência e, em menor proporção, a extração mineral do berilo e da tantalita. Essas atividades econômicas constituíram-se, portanto, em atividades que degradavam – porém de maneira reduzida – o meio ambiente, talvez de maneira não tão avassaladora como as que vêm degradando atualmente.

Nesse sentido, Felipe (1978, p. 125) nos asseverou que, as atividades agropecuárias que se constituíam em suporte socioeconômico de quase todos os municípios do Seridó Potiguar, destacavam-se “em termos de degradação do meio ambiente, pela queimada e derrubada da vegetação e pela pecuária extensiva, que não poupava as espécies vegetais existentes”.

Por outro lado, diante da atual produção de cerâmicos é destacável uma relação natureza-sociedade bastante agressora. O meio ambiente vem sendo dilapidado não somente pela devastação da cobertura vegetal nativa e degradação dos solos (em virtude dos constantes processos de exploração que têm levado a graves erosões), mas principalmente, pelas perversas relações de trabalho que têm sido implementadas nesse processo produtivo. Diante desse contexto, no estudo em pauta, procuramos entender meio ambiente como uma dimensão social integrada, em que o ambiente não é considerado como um mero recurso, mas como condição de produção, como objeto de intervenção da sociedade, até porque nos lembra Gonçalves (1996, p. 124) que, o termo recurso significa um meio para se chegar a um fim.

Trilhando nesse sentido, Moreira (1994, p. 79) fez a seguinte colocação:

A natureza apresenta-se aos nossos olhos sob distintas formas, mas simplificam-se estas formas em duas: a primeira natureza (a natureza ‘natural’) e a Segunda natureza (a natureza ‘socializada’). [...] o processo do trabalho passa-se como sendo a transformação da primeira natureza em segunda, isto é, sua socialização. O que é forma natural neste momento fica transmutada em uma forma social com o trabalho.

Pautando-se nessa colocação, procuramos entender a recente relação natureza-sociedade que vem se dando no território Potiguar e carnaubense, em particular, com a emergência da nova atividade econômica – a produção industrial ceramista. Com esse processo produtivo a natureza socializada, ou segunda natureza como estamos pensando neste trabalho, não fez desaparecer a natureza primitiva. O que de fato vem ocorrendo é uma metamorfose da “forma-natureza para a forma-sociedade” (MOREIRA, 1994, p. 80).

Considerando-se essa reflexão, podemos assim dizer que, no decorrer dos últimos tempos, a discussão ambiental tem ganhado notoriedade entre os diversos segmentos da sociedade e campos do saber científico. A natureza ‘natural’ passou a ter importância entre os discursos políticos, tanto em nível global como local, logrando relevância no que se refere aos seus desequilíbrios econômicos e sociais.

Entretanto, é importante ressaltar que a preocupação com os problemas socioambientais teve inicialmente como ponto de partida a eclosão dos movimentos ambientalistas nos idos de 1960. A partir daí, a literatura voltada à temática ambiental tomou grande impulso e se expandiu principalmente após a Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, conhecida como Reunião de Estocolmo que aconteceu em 1972 e que significou para muitos seres humanos o marco inicial de proteção e/ou conservação do meio ambiente.

Nesse sentido, colocamos em destaque considerações importantes sobre a concepção de meio ambiente, que vêm sendo difundidas por vários ramos do conhecimento científico, tanto no campo das ditas ciências naturais como nas ciências sociais, na tentativa de expressarmos aquela definição que melhor articule e/ou interrelacione natureza-sociedade. Com isso procuramos romper com a tão decantada visão de meio ambiente como tão-somente um dado natural ou físico. A nosso ver, o meio ambiente é um espaço vivencial imbricado, interfaceado e articulado por ações humanas e naturais num mesmo tempo-espaço.

Revisitando a literatura que trata da discussão teórico-conceitual de meio ambiente, nos deparamos com um verdadeiro caleidoscópio, ora esse tem sido entendido tão-somente como um conjunto de elementos naturais, ora como resultante da *interface* natureza-sociedade.

Nas palavras de Corrêa (1997, p. 154), o meio ambiente, na atualidade, se confunde com o de meio geográfico, em virtude de que aquele está além dos limites das ciências da natureza. Para esse autor, o meio ambiente só é entendido a partir de três dimensões que se encontram articuladas. Primeiramente como “resultado material da ação humana, tratando-se da segunda natureza, da natureza transformada pelo trabalho social”, em seguida, o autor em tela expressou que o meio ambiente “agrega os fixos e os fluxos” e, em terceiro lugar, ressaltou que “um homem qualificado pelas suas relações sociais, na cultura, seu ideário, mitos, símbolos, utopias e conflitos, [...] é produtor e usuário do meio ambiente, mas também, por meio dele, algoz e vítima” (CORRÊA, 1997, p. 154).

A nosso ver, essas considerações reflexões têm sido imprescindíveis para que pudéssemos compreender a problemática do meio ambiente carnaubense, diante da sua atual realidade socioeconômica, isto é, da produção industrial de cerâmicos vermelhos. Para nós, a apropriação desse território para a produção de telhas e tijolos (esses em menor quantidade) tem acarretado efeitos drásticos ao meio ambiente, o melhor a *interface* homem-natureza, propiciando inúmeras perversões socioambientais, que precisam ser melhor descritas e analisadas criticamente.

Da difusão da cerâmica vermelha às novas dinâmicas socioambientais: o caso de Carnaúba dos Dantas

A difusão da cerâmica vermelha em Carnaúba dos Dantas põe em cheque a visão da grande maioria da população local, destacando-se aqui principalmente os atores sociais que inquirimos durante a nossa pesquisa de campo⁵⁴, a de que essa atividade econômica é a principal fonte geradora de emprego e renda, e proporcionadora do crescimento e

⁵⁴ Pautando-se por princípios qualitativos, ou, mais precisamente, pelo princípio da intencionalidade ou da representatividade qualitativa (THIOLLENT, 1994, p. 62), inquirimos – por meio de entrevistas – 30 moradores do município que, direto e indiretamente, estavam ligados e/ou teciam opiniões/depoimentos a respeito da nova atividade econômica em implementação, a indústria de cerâmica vermelha. Entre esses moradores, destacam-se os mais antigos; os proprietários das cerâmicas e os trabalhadores; os comerciantes; os funcionários e as autoridades públicas e os representantes sindicais.

desenvolvimento dessa área territorial. O que se tem de fato com a expansão dessa atividade econômica, nesse território, é o surgimento de novas dinâmicas socioambientais, processada pelo acirramento da divisão territorial do trabalho e, por conseguinte, uma reorganização produtiva desse território, provocando novas dinâmicas tanto no meio físico e biológico, como nas relações sociais de trabalho, associadas a impactos socioambientais que evidenciam a complexidade dessa atividade.

Primeiramente, entendemos que o movimento de expansão capitalista não pressupõe o pleno emprego para toda sociedade, por isso a implementação dessa atividade econômica não significa em sua plenitude a geração de emprego e renda para toda população local.

Isso ficou comprovado no desenrolar de nossa investigação, quando percebemos que esse segmento industrial tem empregado, em sua grande maioria, trabalhadores inexperientes e sem qualquer formação educacional (a maioria dos trabalhadores das cerâmicas, 56,7% não possui sequer o antigo primário completo), principalmente, os trabalhadores rurais que migraram do campo, ficando de fora jovens e trabalhadores que dispõem de formação geral mais elevada, como por exemplo, aqueles que têm o curso médio que, atualmente, vêm integrando um exército de reserva, que aqui denominamos, dos sem emprego.

Existe um certo temor na cidade, onde vive uma expressiva população desempregada, quanto ao futuro e à sua sobrevivência, de vez que inexistente perspectiva de trabalho, tanto nos setores públicos (estadual e municipal principalmente), como na iniciativa privada, para os segmentos de melhor qualificação educacional.

A nossa incursão pelo território carnaubense, analisando a sua (re) produção nos fez pôr em evidência que, o atual cenário desse território construído e em construção, se por um lado contém as marcas do desenvolvimento da atividade ceramista, de outro expressa as perversões dessa territorialidade, as suas problemáticas socioambientais que salientamos em seguida: a expansão de uma atividade voltada, sobretudo para a exportação, em detrimento das antigas atividades agropastoris de cunho familiar, que justamente aconteciam em áreas rurais que atualmente vem sendo utilizadas como jazidas minerais de argila (antigas áreas de cultivo de vazantes) e de retiradas de insumo como

a lenha, principalmente às margens dos rios (onde se plantava a agricultura de subsistência); a proliferação de uma nova relação de trabalho – o trabalho assalariado – caracterizado muito mais por ser seletivo e excludente, do que proporcionador de melhor qualidade de vida, pois cotidianamente tem retirado da sala de aula jovens e adultos, conforme já nos referimos no capítulo anterior; além disso, tem-se a expansão de um ambiente de trabalho, onde são impostas as condições para a produção de cerâmicos que não se coadunam com as condições dignas de reprodução da vida humana.

Amassando a argila e transformando-a em produto, o trabalhador e a natureza têm sido vítimas das mais perversas atrocidades dessa produção destrutiva: desmatamento, degradação dos solos (que ainda apresentam boa potencialidade agrícola, principalmente os que eram usados nas culturas de vazantes), riscos de acidentes de trabalho, falta de infra-estrutura no interior dos estabelecimentos industriais, falta de material de proteção, trabalho nos fornos em altas temperaturas, insegurança sócio-previdenciária, longas jornadas de trabalho, baixos salários e doenças. Estas são algumas imagens tão comuns no decorrer do processo de produção do setor industrial ceramista carnaubense, onde a metamorfose natureza-sociedade se conflui e externa-se sob imagens de degradação socioambiental.

Degradação do homem e da natureza que podem ser percebidas pelas imagens, que se seguem, num dado momento do processo de produção de telhas, principalmente, no desenrolar da atividade ceramista em Carnaúba dos Dantas. A seguir, por si só as imagens revelam e expressam o árduo trabalho daqueles que realmente vêm produzindo esse território, porém apropriando-se de migalhas dessa produção (Figura 1).

A nosso ver, tudo isso se constitui em problemas socioambientais, e não conseguimos separar cartesianamente natureza-sociedade desse processo de produção, pois trata-se de uma relação homem-natureza e uma relação do homem com o homem e, ao mesmo instante, da natureza consigo mesma, porque entendemos que o homem também é natureza. É assim que procuramos não tomar homem e natureza como pólos excludentes, mas como elementos que convivem em constante interação na busca da construção e reconstrução do território, possibilitando daí a atualização da problemática que decorre entre ambos.

Entretanto, não poderíamos deixar de externar a preocupação de uma parte da população local, principalmente da maioria dos moradores mais antigos do município, no que diz respeito a um grave problema ambiental salientado por eles, que é a devastação do meio ambiente. Pelo visto, estes a priori entendem meio ambiente somente como um dado natural, até porque se constitui numa das preocupações comumente expressa por eles, de vez que trata-se de um território que encontra-se encravado numa área de permanente semi aridez, elevadas médias térmicas (variando a temperatura nos últimos anos entre 20°C e 36°C) e médias pluviométricas (escassas e irregulares) que não ultrapassam 450 mm anuais (informações da Emater local dão conta de que em 1997 choveu 421,51 mm e em 1998, apenas 126,56 mm), ocasionando secas constantes, como as que eles têm convivido no curso dos últimos anos. Este fenômeno - a seca - permanece sendo um problema social grave, levando parte da população local, que não se encontra atrelada à atividade ceramista, a buscar, nas frentes de emergência do Governo, a sua sobrevivência.

Essas condições fisiográficas têm colocado as pessoas do lugar em situação de penúria, pois nos últimos tempos, a falta d'água tem se tornado uma constante, em decorrência do rebaixamento do lençol freático. A água tornou-se um líquido preciosíssimo para os habitantes do território carnaubense, onde o carro pipa passou a fazer parte do cenário local em virtude da ausência de água potável para o consumo humano, assim como pela desativação de todo o sistema de abastecimento d'água da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN.

Talvez essas características fisiográficas sejam fortes o suficiente para que eles só percebam a problemática ambiental, no seu aspecto natural, destacando principalmente a expansão do desmatamento no entorno do município, em face do processo produtivo da cerâmica vermelha, o qual tem utilizado somente como insumo principal para a queima dos seus produtos as espécies da vegetação nativa, que diga-se de passagem, são raras e quase inexistentes nessa área. Atualmente, o machado acionado pelo homem tem feito desaparecer não somente espécies vegetais como: jurema, marmeleiro, mofumbo, pereiro, quixabeira e outras, algumas em processo de extinção, mas também de

espécies animais que vêm se tornando raras no seu habitat natural, a caatinga do Seridó (Figura 2).



Figura 1 - A natureza - “natural e/ou social” - está sendo queimada na produção de cerâmicos. Foto: Raimundo Melo, outubro de 1997.



Figura 2 - A vegetação nativa ausente no entorno da cidade. Foto: Pedro, junho de 1998.

Diante disso, assim se referiram alguns moradores antigos sobre os problemas decorrentes do desenvolvimento da atividade ceramista:

Com as cerâmicas em nosso município ocorre uma devastação total; os ceramistas retiram a lenha para a queima do tijolo e da telha acentuando a desertificação e a degradação do solo;

Nós hoje temos um verdadeiro deserto que se acentuou com o grande número de cerâmicas, que retirando a lenha tem desmatado toda zona rural;

Atualmente, Carnaúba dos Dantas é o município do Seridó de maior devastação. Aqui tinha área que nunca foi cortada lenha, hoje está um verdadeiro deserto, [...] temos mais áreas sem vegetação do que com vegetação de caatinga.

Primeiramente, gostaríamos de esclarecer que no território carnaubense ainda não está conformada a existência de um deserto, como se referiram alguns entrevistados acima, mas as imagens de degradação da vegetação nativa local nos fizeram crer que o processo de desertificação vem se tornando a cada dia mais avassalador, rumando para um problema ambiental que representará um elevado custo social e econômico. Acreditamos que a população local já está pagando esse custo, quando tem reduzidas, hoje, as suas condições de sobrevivência e, por conseguinte, de reprodução social.

Os depoimentos acima evidenciam uma preocupação que não se restringiu somente aos moradores antigos. Alguns representantes do poder público constituído têm se mostrados preocupados com a constante retirada da vegetação natural, não só da área que compreende o município, como também das áreas de outros municípios da região do Seridó Potiguar, de vez que, praticamente não há uma reposição da vegetação, com isso levando toda região sertaneja e o território carnaubense, em especial, a uma situação de ampla degradação ambiental, proveniente nesse caso, do elevado consumo de lenha pelas cerâmicas, no seu processo de queima.

Ao indagarmos umas das autoridades locais, o Secretário de Finanças desse município, o mesmo nos relatou que um dos pontos graves da presença da atividade ceramista é a crescente devastação da caatinga em toda área rural de Carnaúba dos Dantas. Segundo essa

autoridade, a rala cobertura vegetal é importante na sustentação do solo e na retenção da pouca umidade. Para ele, retirá-la é uma ameaça às espécies em extinção na região e no território carnaubense, em particular.

O que mais nos chamou a atenção foi à contradição expressa por um ex-vereador do município, quando perguntamos a ele sobre os problemas ambientais provenientes da presença da atividade ceramista. Segundo esse cidadão, a atividade ceramista não traz nenhum problema para a natureza e a sociedade locais. Todavia, nos pareceu contraditório quando simultaneamente sugeriu que seria positivo que a industrialização desse produto ocorresse sem o uso da lenha, mas através do gás natural. Nesse ínterim percebemos que existe, também, no inconsciente desse cidadão uma enorme preocupação com os constantes desmatamentos para uso na queima dos produtos cerâmicos.

Por outro lado, pareceu-nos que essa preocupação não tem chegado a todos os segmentos do poder público, principalmente, para aquele que é responsável pelo manejo florestal do Seridó Potiguar. Estamos nos referindo ao IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, que não tem se mostrado eficiente diante do intenso desmatamento da região. E mais, inexistem no órgão estudos recentes sobre as potencialidades da caatinga para atender à grande demanda das indústrias ceramistas que vêm se espalhando por todos os municípios do Seridó Potiguar.

O diagnóstico que o IBAMA local dispõe sobre a cobertura vegetal da região, data de meados de 1980, mais precisamente entre os anos de 1984-85, período que antecedeu a instalação da Siderúrgica União em Currais Novos (em 1988); desse momento até os dias atuais, nenhum outro levantamento do potencial energético florestal foi realizado, esquecendo os dirigentes desse órgão público, dos impactos que o desmatamento tem provocado à região como um todo e, em particular, o território carnaubense.

Nessa ocasião, é importante também chamar atenção para a negligência que vem ocorrendo com a extração da argila. Esta deveria ocorrer, somente, a partir da autorização legal da lavra, através de alvará e/ou licença concedidos pela Prefeitura Municipal ou pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, pois se trata de uma extração mineral que, por sua própria natureza, é agressora do meio ambiente.

Constatamos, por ocasião da nossa investigação de campo, que nenhuma empresa ceramista tem sequer procurado conhecer a vida útil das jazidas, quanto mais buscar a autorização para explorar esse mineral. Por seu turno, essas instituições têm sido negligentes no tocante ao que determina a lei, a de que a extração de bens minerais não regularizada, de qualquer bem mineral, inclusive a argila para uso no fabrico de cerâmica vermelha, constitui crime federal, estando sujeito o infrator à pena de prisão, bem como à apreensão de todos os equipamentos usados na extração⁵⁵.

É bom ressaltar que essa extração tem apresentado implicações no que diz respeito à transferência de material do solo e do subsolo de uma área para outra, modificando o relevo e acarretando problemas de poluição no território carnaubense. E, mais, como bem está expresso na Constituição de 1988, em seu artigo n.º 225 § 2º, “aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei” (BRASIL, 1988).

Para se apreender o impacto do desmatamento basta dizer que diariamente o conjunto dos estabelecimentos industriais de cerâmica vermelha, em Carnaúba dos Dantas, consome cerca de 577,5 m³ de lenha, não havendo nenhuma área reflorestada ou em reflorestamento para atender a demanda dessa intensa produção. Tais fatos geraram preocupação em alguns segmentos sociais, políticos e educacionais do território carnaubense e da região sertaneja. Esses chegaram a promover uma discussão no plenário da Câmara Municipal desse município, tomando como referência os problemas do setor ceramista da região, que sinalizamos aqui: a tentativa de se reduzir e/ou buscar novos meios de utilização de energia para a queima dos produtos cerâmicos.

Analisando a ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal que aconteceu em 29 de abril 1998, o que mais nos chamou atenção foi que os envolvidos nessa discussão tinham como tônica de maior expressão a

⁵⁵ A lei federal que regulamenta o assunto é a lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, que assim se pronuncia: “Art. 21 - A realização de trabalhos de extração de substâncias minerais, sem a competente permissão ou licença, constitui crime, sujeito a penas de reclusão de 3 (três) meses a 3 (três) anos e multa”.

manutenção dessa atividade econômica. Por isso buscavam a qualquer custo o apoio financeiro do Banco do Nordeste do Brasil - BNB e do Governo do Estado para a ampliação da produção e implementação de fornos mantidos a gás natural, objetivando principalmente a viabilização econômica desse setor produtivo. Percebemos, ainda, que houve pouco interesse em se discutir os problemas de ordem socioambiental proporcionados pela atividade ceramista na área.

Em nenhum momento, os participantes dessa discussão fizeram ponderações sobre as graves condições de trabalho vividas pelos trabalhadores das cerâmicas. Esqueceram os apologistas de quantificarem os problemas causados à pessoa humana - mutilações de mãos e pés, casos de dermatites provocados pelas altas temperaturas dos fornos, doenças respiratórias como bronquites, pneumonia, asma e outras, escoliose e até mesmo mortes decorrentes dos acidentes de trabalho. Além disso, no geral, os trabalhadores das cerâmicas não ganham tão bem como prenunciam os seus patrões. Diante disso, não apresentam condições de se alimentar adequadamente, sendo, portanto vítimas e excluídos do processo produtivo que ora produzem e reproduzem.

Considerando as informações da investigação de campo, as doenças mais freqüentes entre os trabalhadores das cerâmicas em Carnaúba dos Dantas estão ligadas ao aparelho respiratório, ocorrendo a gripe com maior freqüência em cerca de 43% dos entrevistados. Em seguida a pneumonia com 29%, a escoliose 14% e o restante 14% apresentou outros tipos de doenças, tais como: asma, reumatismo e irritações nos olhos.

Baseando-se nos relatos de alguns trabalhadores das cerâmicas, existe um atendimento médico que é prestado pelas empresas muito mais como uma das exigências da Delegacia Regional do Trabalho, do que uma assistência sócio-previdenciária que venha a assegurar o bem-estar da classe trabalhadora. Segundo os trabalhadores, esse atendimento não acontece dia-a-dia e quando a equipe médica - formada somente por um clínico geral e uma enfermeira - encontra-se disponível para atender os funcionários, o mesmo ocorre somente entre aqueles que têm carteira assinada, ficando à margem os prestadores de serviços, que não são considerados como trabalhadores dessas empresas pelos empresários. Estes não contam como seus trabalhadores, os que não possuem carteira

assinada, fugindo com isso das obrigações trabalhistas, bem como reduzindo cada vez mais as estatísticas do número de ocupados nessa produção.

Inquirindo alguns produtores dessa nova territorialidade – os trabalhadores das cerâmicas –, obtivemos informações sobre uma diversidade de problemas, que para eles não se limitam somente à natureza natural, mas a uma imbricação entre eles e a natureza, a fonte das matérias-primas e dos insumos utilizados na produção ceramista. Esses sabem que o produto da sua produção escorrega entre os dedos das suas mãos, sendo, portanto apropriado na sua quase totalidade pelo donos das cerâmicas, coincidindo com o que afirmou Silva (1992, p. 13), “os resultados do que foi produzido, distribuído e trocado em relações entre exploradores e explorados de tempos e lugares anteriores, se esconde nos meios exigidos, para que agora se opere a nova atividade, que sem dúvida vai dar lucro a um pequeno grupo, que não se encontra” amassando, produzindo e queimando a argila nas cerâmicas do território carnaubense.

No decorrer da nossa investigação nas áreas de extração da argila (açudes e margens dos rios), nos campos com manchas de ‘deserto’ onde o homem vem insistindo em retirar as frágeis espécies da vegetação xerófila, nos degradantes ambientes de trabalho inseridos no interior dos estabelecimentos industriais, aproveitamos para conversar rapidamente, dado o ritmo frenético das atividades, com alguns trabalhadores, e coletamos as seguintes considerações sobre os problemas e/ou os pontos nevrálgicos da atividade ceramista:

Esse é um trabalho que dá o meu sustento, mas a gente trabalha muito e ganha pouco.

Não estou satisfeito com o meu trabalho, pois ele é cansativo, mas eu acho que não tem outro melhor aqui em Carnaúba por isso fico nele.

A gente não tem tempo nem para respirar, se a gente pára um pouquinho os donos falam logo em tirar e colocar outros no meu lugar.

Eu acho que todos os donos das cerâmicas daqui só pensam no seu lucro, desmata e não plantam mais, poluem com as fumaça dos fornos e exploram os trabalhadores.

Essas expressões demonstram que a problemática socioambiental decorrente da atividade ceramista é produto da construção da nova territorialidade carnaubense, conformada numa relação natureza-sociedade amplamente perversa. Isso porque transpareceu claramente, através dessas falas, sentimentos diversos, desde a passividade até a revolta principalmente no que diz respeito às condições de trabalho e vida dos trabalhadores das indústrias ceramistas.

Isso está em consonância com a expressão formulada por Lefebvre (apud SAQUET, 1996, p. 85) de que, “a satisfação e a insatisfação andam lado a lado, se afrontam segundo os lugares e as pessoas. O conflito não aparece sempre nem é dito. Evita-se falar dele e torná-lo manifesto, mas ele está aí, constante, latente, implícito”.

Depreendemos, ainda, dessas afirmações, que diante das agruras impostas ao homem local, esse trabalho massificante e explorador, tornou-se suportável, principalmente face à dura realidade do desemprego que não é nenhuma novidade para as pessoas desse território.

Mas, nem por isso deixamos de resgatar a insatisfação dos trabalhadores das cerâmicas que, no nosso entendimento, expressaram questões de grande monta para esta análise.

Com base em depoimentos dos sujeitos dessa pesquisa, a insatisfação com o trabalho se concentrou em dois pontos: primeiro, na elevada carga de trabalho e nos baixos salários, em que cerca de 60% dos trabalhadores entrevistados expressaram como um dos motivos que limita as condições de uma sobrevivência mais digna, e segundo, a ausência dos direitos jurídico-trabalhistas. Cerca de 40% dos inquiridos nos disseram que são poucos os trabalhadores com carteira assinada e, geralmente, quando deixam o trabalho não podem e/ou nem têm recorrido aos seus direitos trabalhistas, em virtude da relação de compadrio existente nesse setor produtivo. Mas, no geral, tem emergido uma certa consciência da maioria em lutar pelos seus direitos trabalhistas.

Por outro lado, aqui, também procuramos expressar o pensamento dos proprietários das cerâmicas sobre a problemática

ambiental decorrente da atividade ceramista. Parte desses proprietários reconhece que a presença da atividade ceramista trouxe pontos negativos para o meio ambiente carnaubense. Cerca de 56% dos donos das cerâmicas nos disseram que o maior problema dessa produção é o grande desmatamento. Alguns deles chegaram até a reconhecer que os acidentes nos maquinários das cerâmicas se constituem como um grande mal para os trabalhadores.

Mas, por outro lado o restante, 44% dos ceramistas, discordaram de que essa atividade econômica traga qualquer problema para o homem, tampouco para a natureza. Segundo estes, não existe nenhum problema grave. As maiores dificuldades não são nem ambientais, nem sociais:

Nosso maior problema é a falta de diálogo entre patrão e trabalhador sobre os seus direitos e deveres.

A cerâmica só tem trazido ponto positivo, não existe ponto negativo [...]; olha não vai acabar a lenha e o barro.

Temos um problemão [sic], os trabalhadores procuram só prejudicar os ceramistas entrando no Ministério do Trabalho e trabalham devagar para não produzir.

Essas expressões denotam o quanto os ceramistas não estão preocupados com os problemas socioambientais que cotidianamente vêm se avolumando no processo produtivo da atividade ceramista. Esqueceram os que discordam da inexistência de qualquer problema ambiental, que a falta de diálogo é a um só tempo reflexo da intransigência e do trabalho massificante e explorador a que esses trabalhadores estão submetidos, assim como a luta pelos seus direitos trabalhistas, decorre da não observância dos deveres desses proprietários, que têm procurado burlar as leis de trabalho, com isso levando-os a lutarem pelo que lhes é retirado durante o processo da produção, momento em que todos – os trabalhadores – enquanto força de trabalho despendem a sua energia humana. Conforme nos disseram os trabalhadores da cerâmica, a luta é uma reivindicação de seus direitos, do compromisso com as suas condições dignas de sobrevivência.

Pelo visto, esses ceramistas também esqueceram que nesse processo de produção estão estabelecidas as relações natureza-sociedade. Aí, a argila é moldada pelo homem através de instrumentos e/ou máquinas evidenciando a interface entre os elementos naturais e sociais. Por conseguinte, daí emergiram problemas socioambientais porque a apropriação do meio ambiente vem ocorrendo de maneira contraditória, perdurando principalmente as relações dominantes dessa produção que têm se revelado extremamente desiguais.

Nesse sentido, achamos importante destacar que a problemática socioambiental “deve ser compreendida como um produto da intervenção da sociedade sobre a natureza e não apenas como problemas relacionados com a natureza” (RODRIGUES, 1998, p. 101), até porque, os problemas socioambientais que eclodiram com a presença da indústria ceramista são visíveis, como já demos a conhecer no desenrolar desta análise. Cabe aos proprietários das cerâmicas enxergá-los na sua essência.

Diante de tudo isso, indagamos: estamos num tempo em que a sustentabilidade da Natureza e da Sociedade tem sido alardeada em todos os quadrantes do planeta; mas ao nível local, podemos dizer que o processo produtivo implementado pela indústria de cerâmica vem expressando em seu bojo a sustentabilidade das relações entre homem e natureza? A nossa resposta é não, pois as relações sociedade-natureza percebidas por nós, na produção ceramista, são altamente desiguais e perversas. O desenvolvimento dessa atividade econômica não carrega nem de longe os esteios do Desenvolvimento Sustentável propugnado pelo Relatório Brundtland (CMMAD, 1988) que ressaltou que um dos mais agudos problemas ambientais é a pobreza.

Conforme esse relatório, o desenvolvimento sustentado corresponde a aquele que procura satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas, tomando por base dois conceitos chaves: a prioridade na satisfação das necessidades das camadas mais pobres da população, e as limitações que o estado atual da tecnologia e da organização social impõe sobre o meio ambiente (CMMAD, 1988).

Estamos, pois, diante de um processo produtivo em que ora se evidencia como uma alternativa que tem garantido a ocupação de parte da mão-de-obra do território carnaubense e até mesmo de algumas

idades da vizinhança, mas ora tem expressado uma ação degradadora do meio ambiente que tem sinalizado, muito mais para uma insegurança da permanência desse novo no território e, por conseguinte, da nova territorialidade no futuro, contribuindo assim, cotidianamente, para a emergência de uma clara tensão da territorialidade. Com isso passamos a questionar se realmente é possível uma sustentabilidade do meio ambiente carnaubense, de vez que para os empresários desse setor produtivo em primeira ordem o que se vislumbra é a sustentabilidade da reprodução ampliada da atividade ceramista, isto é, dos seus lucros, não se considerando o real sentido do desenvolvimento sustentável, como bem nos lembrou Rattner (1992, p. 31) de que ele,

só faz sentido à medida que nos impele a lutar por uma sociedade mais equilibrada e racional, não somente nas relações homem-natureza, mas sobretudo nas relações homem-homem, ou seja, em busca de maior harmonia e equilíbrio entre as, e dentro das sociedades contemporâneas.

Considerações Finais

Após analisarmos a difusão ou a expansão da atividade ceramista e os problemas socioambientais decorrentes da produção de cerâmicos vermelhos no território carnaubense, ficou difícil para nós entendermos as colocações que foram feitas no plenário da Câmara Municipal, quando o conceito de Desenvolvimento Sustentável veio à tona, pois naquela ocasião a sustentabilidade que era cantada em alto e bom tom se limitava apenas aos recursos naturais, principalmente a degradação da cobertura vegetal, que aqui consideramos importante, mas não só. Era necessário se considerar, sobretudo, todas as degradações ambientais decorrentes da interação natureza-sociedade, destacando-se as relações sociais de produção ou todas as dimensões da condição humana (por exemplo, a sustentabilidade ambiental, ecológica, econômica, social e política) para, em seguida, se buscar a implementação dessa atividade econômica de maneira mais harmoniosa com a sociedade e de suas relações com o

conjunto do precário ambiente natural, abrindo as portas para uma discussão mais ampla sobre a eqüidade socioambiental.

Pautando-se por essa eqüidade socioambiental, é que acreditamos que poderá ocorrer uma ‘sustentabilidade’ da atividade ceramista nesse território e nos demais territórios produtivos dispersos pelo semi-árido Potiguar e que estão atrelados à indústria ceramista. Do contrário, considerando a separação destes elementos – o homem e a natureza ‘natural’ – teremos dificuldades de pôr em prática ações que caminhem para a realização plena do “desenvolvimento sustentável do meio ambiente”, ou melhor para a definição de uma “sociedade sustentável”. O primeiro parece ser difícil de acontecer em sua plenitude, em virtude de suas ambigüidades, usos diversos e mal-entendidos, mas que dispõe de algumas dimensões e/ou contributos socioespaciais que visam amenizar a insustentabilidade proporcionada por essa nova territorialidade – a da atividade ceramista. Como Diegues (1992), acreditamos na construção de “sociedades sustentáveis” ao invés de um “desenvolvimento sustentado” como muitos apregoam. Muitas vezes esse desenvolvimento prima pela sustentabilidade da economia e dos atores a ela atrelados e não para a sustentabilidade dos modos de vida, onde a qualidade de vida passa a ser a coisa mais proeminente. Para esse autor, tem-se uma questão de fundo que permanece válida e atual para os dias de hoje, isto é, como construir sociedades ecológica e socialmente mais justa? Esta é uma questão que necessita ser lançada dia-a-dia, quando de nossas reflexões, sobre as potencialidades que forem emergindo em nosso espaço vivencial, o semi-árido norte-rio-grandense. Agindo assim, estaremos pensando na diversidade de “sociedades sustentáveis”, ao longo dos tempos, com opções socioeconômicas e tecnológicas diversas, voltadas, sobretudo, para o desenvolvimento harmonioso das pessoas e de suas relações com o seu habitat natural.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COMUNE, Antônio Evaldo. Meio ambiente, economia e economistas: uma breve discussão. In: MAY, Peter Herman; MOTTA, Ronaldo Serôa da (org.). **Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

_____. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997. p.153-169: **Meio Ambiente e a metrópole**.

DIEGUES, Antonio Carlos. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 1/2, p. 22-29, jan./jun. 1992.

DOWBOR, L. **A reprodução social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FELIPE, José Lacerda A. **Aspectos naturais da região do Seridó**. Mossoró:ESAM, 1978. (Coleção Mossoroense, v. 95).

_____. **Elementos de geografia do Rio Grande do Norte**. Natal: Universitária, 1988.

_____. **Natureza e sociedade no semi-árido nordestino: notas para estudo**. Natal: FUNPEC/UFRN, 1984.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografia política e desenvolvimento sustentável**. Terra Livre. 1996. AGB, n. 11-12, 1996.

_____. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1996.

LIMAVERDE, João de Aquino. **A indústria de cerâmica vermelha no Nordeste**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1983.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

PAIXÃO, Ricardo Antônio da. Geografia e meio ambiente. In: MOREIRA, Ruy (Org.). **Geografia: teoria e crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982.

RATTNER, Henrique. Meio Ambiente e desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 1/2, p. 30-33, jan./jun. 1992.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e consumo do e no espaço: problemática urbana**. São Paulo: Hucitec, 1998.

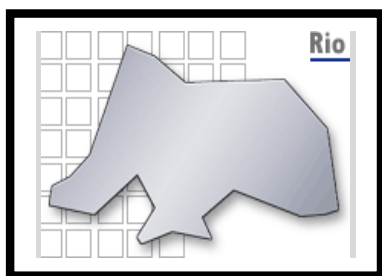
SACK, Robert David. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University, 1986.

SAQUET, Marcos Aurélio. **A construção do espaço em Nova Palma-RS**. Francisco Beltrão-PR: Grafit, 1996.

SILVA, Lenyra Rique da. **A paisagem do fumo em Tubarão**. Santa Catarina: UFSC, 1992. (mimeo).

SMITH, Neil. **O desenvolvimento desigual**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1994.



11 ESTRUTURA FLORÍSTICA E FITOSSOCIOLÓGICA DO ESTUÁRIO APODI/MOSSORÓ - RN

Jacimária Fonseca de Medeiros⁵⁶

Introdução

O manguezal é um ecossistema costeiro, de transição entre os ambientes terrestre e aquático, característico de regiões tropicais e subtropicais, sujeito ao regime das marés. É constituído por espécies vegetais lenhosas típicas, adaptadas as condições específicas deste ambiente.

São sistemas abertos e, em geral, recebem um importante fluxo de água doce, sedimentos e nutrientes do ambiente terrestre e exportam água e matéria orgânica para o mar ou águas estuarinas. Podemos, portanto encontrar várias definições sobre os manguezais, diferenciando-as a partir do enfoque abordado, seja ele geomorfológico, ecológico, botânico, etc.

Existe, neste sistema um equilíbrio dinâmico caracterizado pela contínua descarga da água doce do rio simultaneamente com a pressão exercida pela água salgada do mar desde a foz até o interior do mesmo.

Os manguezais se caracterizam como sendo um ambiente muito produtivo, principalmente devido ao grande aporte de nutrientes que se depositam em seu sedimento e são importantes pela quantidade de peixes, crustáceos e moluscos que vivem nas águas onde os vegetais fincam suas raízes.

Devido a sua localização fronteiriça entre os ambientes marinhos, terrestres e dulcícola e a estrutura arquitetônica de suas árvores, os

⁵⁶ Graduada em geografia; Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA/UERN.

Professora substituta do CEFET-RN.

manguezais possuem importantes funções ecológicas que os tornam imprescindíveis para a região costeira tropical, dentre as quais: proteção das comunidades da zona costeira em regiões sujeitas à intempéries climáticas desastrosas (tempestades, furacões, etc); amenização do impacto do mar na terra; controle da erosão pelas raízes: estabilização física da linha da costa; retenção de sedimentos terrestres de escoamento superficial; filtro biológico de sedimentos, nutrientes e até mesmo poluentes, o que impede o assoreamento e a contaminação das águas costeiras.

Estendem-se por todo o litoral brasileiro, como formação descontínua, dada a sua localização relacionada com a desembocadura dos rios. Estão distribuídos ao longo de 6.800 km de costa que vai do rio Oiapoque (4° 30' N), na costa do Amapá (limite norte dos manguezais brasileiros), até a Praia do Sonho (28° 53'S), Santa Catarina (limite sul dos manguezais brasileiros).

Quanto ao litoral Nordeste, ocorre apenas 10% dos manguezais brasileiros. Parecendo contraditório pelo fato desse litoral que vai do Ceará ao Rio de Janeiro englobar quase metade do litoral brasileiro. A maioria dos rios da região semi-árida do Nordeste brasileiro são temporários, fluindo somente durante a estação chuvosa. Os rios apresentam leitos estreitos e com as cheias tornam-se violentos, verificando-se grande quantidade de material em suspensão. No período de estiagem, ficam reduzidos a inúmeras poças que abrigam a vida aquática. A penetração da água do mar nos vales dos rios, impede que os mesmos fiquem sem comunicação com o oceano durante a estiagem.

Para Costa e Alcântara Filho (1987), “a maioria dos rios nordestinos da região semi-árida pode ser considerada como estuários temporários, com características típicas somente durante o período chuvoso, quando a precipitação e deságüe dos rios são maiores do que a evaporação e a circulação apresentam características tipicamente estuarinas”.

Nesta região, a vegetação de manguezais constitui uma importante formação vegetal litorânea, que ocorre em trechos variáveis da costa, ocupando a zona entre-marés, preferencialmente nas desembocaduras dos rios.

No estado do Rio Grande do Norte, os manguezais ocorrem em toda a zona costeira, principalmente em 08 setores estuarinos.

Segundo Costa e Alcântara Filho (1987), “as baixadas se caracterizam pelo domínio das formações arenosas, sob a forma de dunas, que tornam as reentrâncias costeiras obstruídas. Em conseqüência, os manguezais são escassos, tendo importância mais local do que regional. Assim, as principais zonas de manguezais ocorrem nos baixos cursos dos rios: Apodi, Piranhas, Curimataú e Potengi”.

O estado do Rio Grande do Norte possui uma extensão litorânea de aproximadamente 400 Km. Em função das especialidades que dizem respeito às características físico-ambientais e socioeconômicas, a zona costeira do estado se subdivide em duas porções: Litoral Oriental e Litoral Setentrional”.

- Litoral Oriental: situa-se na parte leste do estado e abrange a zona estuarina dos rios: Curimataú, Trairi, Jacu, Potengi, Ceará-Mirim e Maxaranguape e das Lagoas Nízia Floresta, Papeba e Guaraira.

No Litoral Oriental, os manguezais apresentam-se em áreas extensas e desenvolvidas em função da ocorrência dos domínios da Mata Atlântica e ecossistemas associados, como também pelo fato das condições ambientais propícias.

- Litoral Setentrional: compreende Mossoró (porção Noroeste) e o Litoral Norte (parte Nordeste). Abrange a zona estuarina dos rios Mossoró, Assu, Camurupim e Tubibau.

Neste litoral, os manguezais apresentam-se de forma descontinuada e raquítica, compondo pequenos bosques ribeirinhos pouco adensados. Em virtude das condições climáticas adversas e conseqüentemente do restrito aporte de água doce.

O estuário Apodi/Mossoró – RN

“A região estuarina do rio Apodi/Mossoró localiza-se a Noroeste do estado do Rio Grande do Norte, na Zona Homogênea Mossoroense e Subzona do Litoral alineiro, as quais estão inseridas na Mesoregião do

Oeste Potiguar, na Microrregião de Mossoró”, Perfil do Estado do Rio Grande do Norte (2002). Esta área abrange o Litoral Salineiro e os municípios que apesar de não serem banhados pelo Oceano Atlântico apresentam uma estreita relação com a economia salineira. (Fig 1).

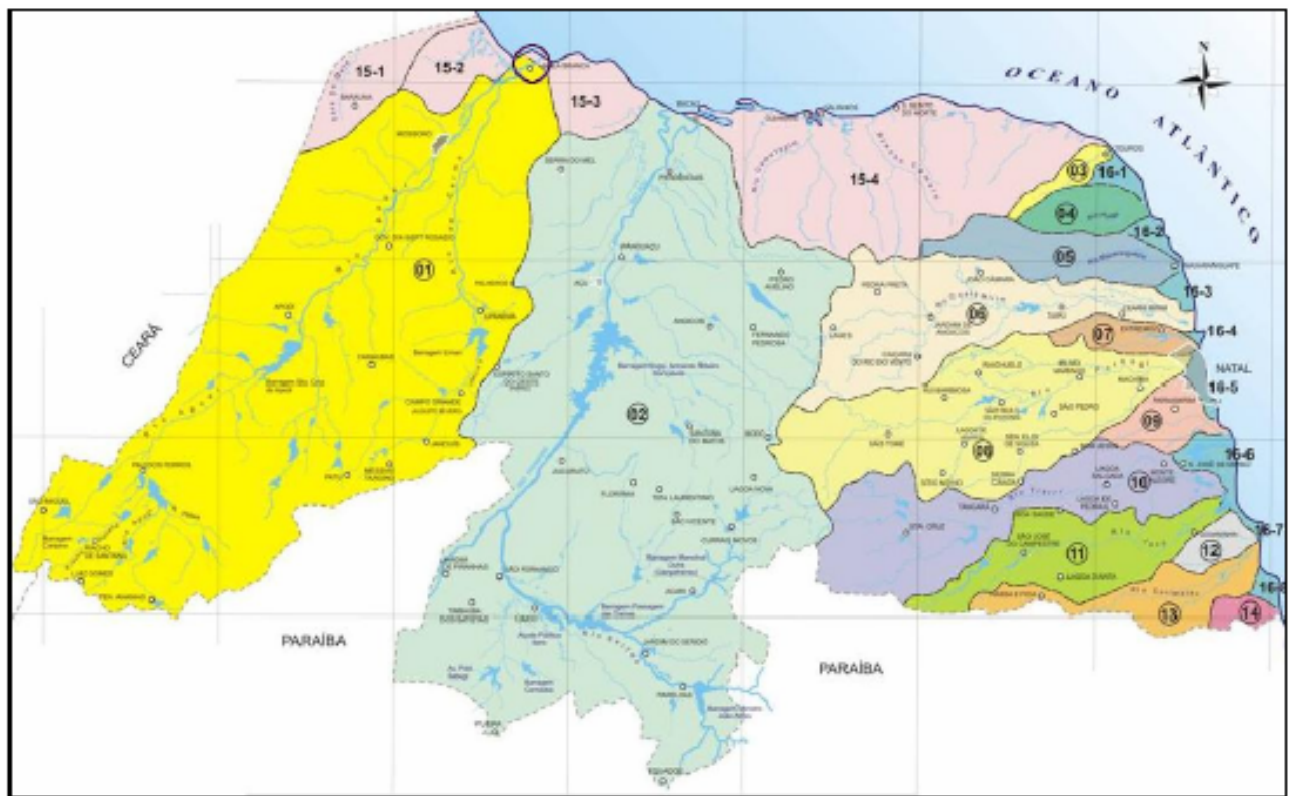


Figura 1: Localização Geográfica da Região Estuarina Apodi/Mossoró – RN.
 Fonte: Secretaria de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte.

O clima predominante na região estuarina do rio Apodi/Mossoró é o semi-árido, um clima quente, tendo em seu regime pluviométrico duas estações bem definidas:

- Uma quente e chuvosa também denominada de Inverno, estação chuvosa que ocorre geralmente no verão e no outono, com uma duração que pode variar de três a cinco meses;
- Outra quente e seca, também denominada de Verão, estação seca que ocorre no inverno e na primavera e pode durar de sete a nove meses.

Segundo IDEMA - Perfil do seu Município (2004), a precipitação pluviométrica anual observada é de 531,4 mm/ano, ocorrendo entre os meses de fevereiro a maio. A temperatura média anual é de 27,3° C, permanecendo estável durante todo o ano, em virtude da região ter baixa latitude e relevo plano. A umidade relativa do ar atinge 69% e apresenta 2.700 hs/ano de insolação.

O arcabouço geológico da região estuarina do rio Apodi/Mossoró engloba terrenos originados no Período Quaternário, formado por planícies de marés.

A principal unidade geomorfológica presente é a planície flúviomarinha do rio Apodi/Mossoró, que adentra cerca de 35 Km partindo da foz, formando uma planície salina onde abrange todo o estuário deste rio, que pode ser enquadrado no modelo chamado de estuário negativo, onde a evaporação é muito mais forte que o aporte de chuvas. Esse modelo de circulação predomina no rio Mossoró, de sua foz até a Barragem Passagem de Pedras, durante toda a estação seca, fazendo com que a água, ajudada pela forte evaporação adquira valores de 35 ppm até 100 ppm de salinidade. Esses tipos de circulação em estuários são definidos de acordo com o aporte de água doce pelos rios ou aumento da salinidade pela evaporação que por sua vez determinam mudanças de salinidade nas águas superficiais.

Quanto aos solos da região predominam em todo o ambiente estuarino os salinos. Quase toda essa área está dominada pelos solos gleissolos sálicos”. Observa-se também a presença de solos indiscriminados de mangue em toda a área de ocorrência da vegetação de manguezais, que por situar-se às margens do estuário do rio Apodi/Mossoró, sofrem influência direta das marés salinas e apresentam um solo predominantemente lamoso e halomórfico.

A análise do comportamento hidrosedimentar do estuário supracitado indica que se trata de um estuário hipersalino, por não se comportar como um estuário definido nas classificações tradicionais.

Com relação à cobertura vegetal da região estuarina do rio Apodi/Mossoró, podemos destacar cinco tipos de vegetação:

- Vegetação Halófita: São plantas que se desenvolvem em solos caracterizados pelo halomorfismo, que é um processo originado pelas altas taxas de evapotranspiração e baixos

índices pluviométricos. Essas plantas, portanto, toleram altas salinidades, como *Iresine portulacoides* (perrixiu), *Portulaca gladiflora* (beldroegas), dentre outras.

- Floresta Ciliar de Carnaúba: Formação vegetal caracterizada pela presença da carnaubeira (*Copernicia cerifera*). É um tipo de vegetação que se adapta bem aos solos salinos, dada a sua localização nas várzeas e nos estuários. No caso específico do estuário do rio Apodi/Mossoró, existem alguns resquícios dessa vegetação. Limitando-se basicamente a parte inicial do estuário.
- Caatinga Hiperxerófila ou Arbustiva: Formada por árvores de pequeno porte. Esse tipo de vegetação caracteriza-se por sua grande capacidade em se adaptar à falta de água. Na área em estudo, esta se faz presente desde quando faz contato com outras formações vegetais, até as extremidades onde passa a dominar a paisagem. Cactáceas como o xiquexique (*Pilocereus gounellei*), está inserido juntamente com algumas espécies típicas como o velame (*Croton campestris*) e a jurema preta (*Mimosa hostilis*), dentre outras.
- Manguezal: Formação vegetal caracterizada pela vegetação de mangue com raízes escora ou aérea. Na área em apreço, estas formações acompanham os paredões das salinas; estão presentes também em bosques ribeirinhos pouco adensados e em algumas ilhas no estuário. As espécies mais comuns são: mangue branco (*Laguncularia racemosa*), mangue preto (*Avicennia tomentosa*), mangue vermelho (*Rhizophora mangle*) e mangue botão (*Conocarpus erecta*).
- Vegetação de Praias e Dunas: Tipo de vegetação essencialmente rasteira e resistente a salinidade dos solos. Os exemplares característicos dessa formação vegetal ocorrem na parte final do estuário, ou seja, na medida em que se afastam da orla marítima e avançam pelas dunas. Neste trecho, encontramos o pinhão (*Jatropha pohliana*), a salsa (*Ipoema pescaprae*), dentre outras. Em áreas um pouco

mais distantes evidencia-se a presença de coqueirais (*Cocos nucifera*).

Ainda no tocante a formação vegetal, evidencia-se em toda a região estuarina a vegetação tipo parque da algaroba (*Prosopis juliflora*), chegando em alguns trechos a dividir o cenário com a vegetação de manguezais.

Neste ambiente é desconhecida a presença de estudos aprofundados sobre a fauna local. Porém, acredita-se que as espécies animais aqui presentes são as mesmas encontradas em vários estuários no Estado do Rio Grande do Norte, conforme listagem descrita por Filgueira (1994) que segue abaixo:

Moluscos: sururu (*Mytella falcata* Orbigny), lesma (*Aplysia docctilmoela* Rang), ostra (*Crassostrea rhyzophorae* Guilding), caramujo-do-mangue (*Melampus coffeus*), etc.

Crustáceos: camarão-rosa (*Pnaeus aztecus*), camarão branco (*Pnaeus schimitti* Buckenroad), aratu (*Gonopsis cruetata* Latreille), siri (*Callinectis danae* Smith), chama-maré (*Uca* sp), caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), goiamum (*Cardisoma guanhumi*), etc.

Peixes: Sardinha (*Anchovia* sp), bagre (*Tachsurus* sp), peixe-galo (*Selene vomer* Linnaeus), carapeba (*Eugerres brasiliensis* Cuvier), ubarana (*Elops surus* Linnaeus), morea (*Gymnotorax* sp), baiacu (*Logocephalus laevigatus* Linnaeus), tainha (*Mugil curema* Valenciennes), etc.

Aves: garça-branca (*Casmerodius albus*), socó (*Nycticorax nycticorax*), xexéu (*Cacicus cola*), batuíra (*Actitis macularia*), Martim-pescador (*Megacerle torquata*), batuíra-de-bando (*Charandrius semipalmatus*), saracura-domangue (*Aranis mangle*), etc.

Mamíferos: maritaca (*Conepatus chilensis*), guaxinim (*Procion* sp), raposa (*Dasycon vomer*), gato-do-mato (*Felis* sp), etc.

O caso específico dos manguezais

Os manguezais localizados no estuário do rio Apodi/Mossoró tem sido alvo, ao longo da história de vários impactos antrópicos. No

princípio foram as salinas, sediadas, prioritariamente, em boa parte da costa litorânea. Os enormes tanques para decantação do sal sempre foram feitos em áreas de manguezais.

Segundo Rocha e Camara (1993), “as salinas do Rio Grande do Norte estão em sua quase totalidade situadas em estuários de rios, normalmente em áreas de manguezais, no litoral norte. É uma região semi-árida com breves períodos de fortes chuvas”. Devido a implantação da indústria salineira, desde, pelo menos, o século XVIII, o manguezal do estuário do Rio Mossoró foi em parte eliminado para em seu lugar surgirem os evaporadores e os cristalizadores das antigas salinas.

A rápida expansão da carcinicultura é atualmente outra grande ameaça aos mangues da área em apreço que estão sendo soterrados, substituídos mais uma vez por tanques, desta vez destinados a instalação das fazendas para a produção em escala comercial.

Assim sendo o objetivo principal deste trabalho foi realizar um diagnóstico em áreas do estuário do rio Apodi/Mossoró, visando caracterizar este ecossistema quanto ao seu aspecto estrutural da vegetação. As áreas de estudo foram selecionadas, levando-se em conta o perfil que melhor retrata o estado da vegetação de manguezais mais preservado e o mais degradado, buscando-se a comparação entre essas áreas.

Foram selecionados os seguintes pontos: Área 1 - situada em um bosque de mangue adensado, próximo à foz do rio Apodi/Mossoró, representando uma área preservada (Fig 2), Área 2 - situada próximo aos evaporadores da salina Augusto Severo, representando uma área degradada, (Fig. 2).

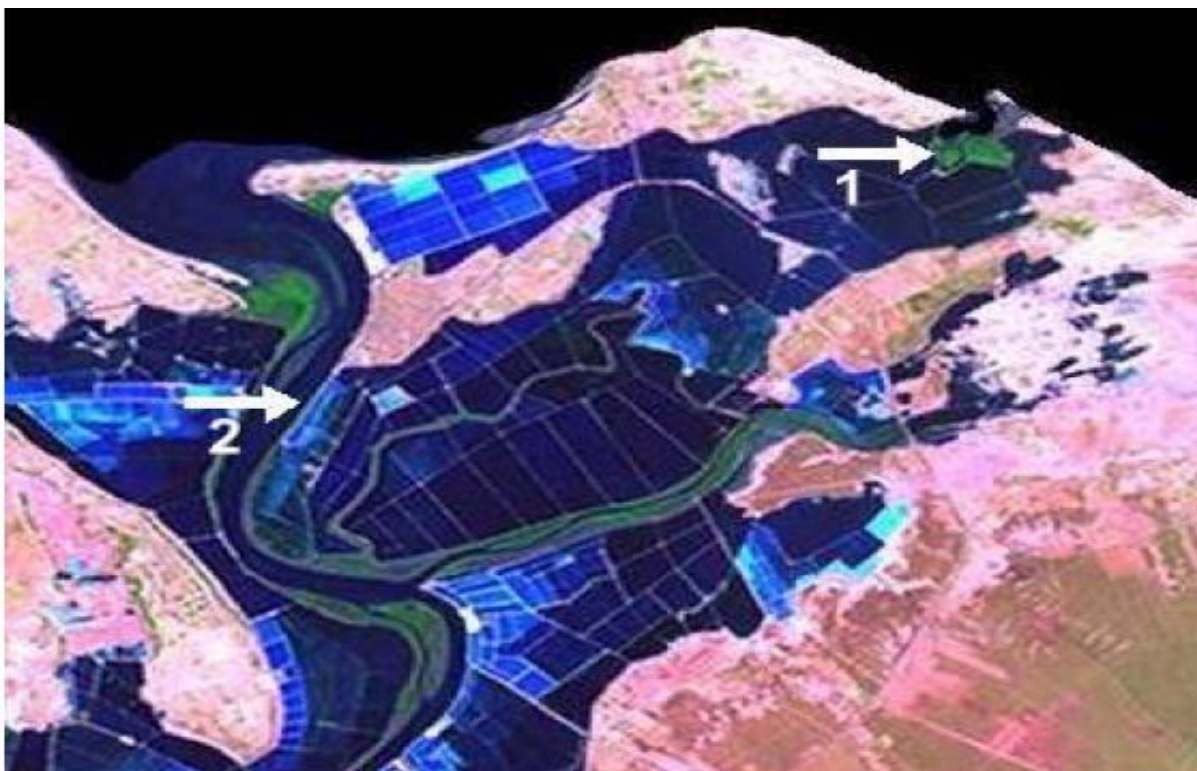


Figura 2: Localização das áreas onde foram realizadas o estudo florístico e fitossociológico, seta 1 área preservada e seta 2 - área degradada.

Fonte: EMBRAPA (Relevo do Brasil).

Dentro de cada área foi adotado o método das parcelas aleatórias de 10 m x 10 m, totalizando 10 parcelas (sendo 05 em cada área), perfazendo uma área de 1.000 m². No interior de cada parcela foram medidas a altura e o perímetro do caule ao nível da base (DAB).

Com base nessas medições foram trabalhados os seguintes parâmetros fitociológicos: densidade absoluta, densidade relativa, frequência absoluta, frequência relativa, dominância absoluta, dominância relativa e índice de valor de importância.

Levantamento florístico

Composição florística

O tipo de manguezal encontrado na região estudada é o tipo chamado por Major (2002), “como foz do rio”, ou seja, aquele em que a água doce encontra-se com a água salgada. Estas florestas não ocupam apenas áreas litorâneas, mas também as margens dos rios, até o limite do

efeito das marés. Este tipo de floresta de manguezal é, portanto, o mais comum no Nordeste do Brasil.

Com base nos trabalhos de campo foram identificadas quatro espécies pertencentes a três famílias representadas por 371 indivíduos, as quais estão descritas por diversos autores como as mais importantes desse tipo de vegetação.

Estas se encontram assim distribuídas:

- **Família:** Avicenniaceae, **Gênero:** *Avicennia*, **Espécie:** *Avicennia tomentosa*

(233 indivíduos presentes nas 10 parcelas delimitadas - Fig. 3).



Figura 3: Exemplar da espécie *A. tomentosa*, conhecida vulgarmente por mangue canoé.

Fonte: Autora, 2004.

Árvore com casca lisa castanho-claro, que quando raspada mostra cor amarelada. O mangue preto tem folhas esbranquiçadas por baixo devido à presença de minúsculas escamas. O sistema radicular dessa espécie desenvolve-se horizontalmente, a poucos centímetros abaixo da superfície do sedimento. Dessas raízes axiais saem ramificações que crescem eretas, são os chamados pneumatóforos. Estes apresentam consistência esponjosa, e tem função destacada no processo das trocas gasosas entre a planta e o meio. A *Avicennia* tolera salinidades do solo

muito mais altas que as demais espécies de mangue, até 90 ppm. Pode ser considerada como a espécie mais característica, onde se distribui desde as áreas posteriores a zonação até as ilhas estuarinas que em muitos casos apresentam uma comunidade mista.

➤ **Família:** Combretaceae, **Gênero:** Laguncularia, **Espécie:** *Laguncularia racemosa* (89 indivíduos presentes em 07 parcelas, sendo 04 ocorrências na área 1 e 03 ocorrências na área 2 – Fig. 4).



Figura 4: Exemplar da espécie *L. racemosa*, conhecida vulgarmente por mangue branco.
Fonte: Autora, 2004.

É uma árvore pequena, cujas folhas tem pecíolo vermelho com duas glândulas em sua parte superior, junto à lâmina da folha. Possui sistema radicular semelhante ao da *Avicennia tomentosa*, porém menos desenvolvido, tanto em número quanto em altura dos pneumatóforos. Produz grande quantidade de propágulos, formando verdadeiros cachos que pendem das partes terminais dos galhos.

Esta espécie encontra-se em costas de baixa salinidade, e às vezes ao longo de canais de água salobra. Tolerância salinidades um pouco mais altas que o vermelho, mas aparenta competir mais efetivamente em áreas de reduzida salinidade.

- **Família:** Rhizophoraceae, **Gênero:** Rhizophora, **Espécie:** *Rhizophora mangle* (11 indivíduos presentes em 05 parcelas, sendo 04 ocorrências na área 1 e 01 ocorrência na área 2 – Fig 5);



Figura 5: Exemplar da espécie *R. mangle*, conhecida vulgarmente por Mangue vermelho.
Fonte: Autora, 2004.

Árvore de casca lisa e clara que ao ser raspada mostra cor vermelha. O sistema radicular é formado por rizóforos que partem do tronco e dos ramos, formando arcos bastante característicos e, ao atingirem o solo ramificam-se profusamente, permitindo melhor sustentação da planta num sedimento pouco consolidado. As estruturas reprodutivas ao amadurecerem caem como lanças, vindo a enterrar-se na lama por ocasião da baixa-mar. Este gênero tolera salinidades de 55 ppm, porém cresce ainda melhor quando esta se aproxima a do mar ou um pouco mais baixa.

Distingue-se facilmente pela ramificação peculiar das raízes de sustentação (raízes escora), ramificadas, curvas e arqueadas que permitem que as árvores se estabeleçam em ambiente com água salgada ou salobra. O mangue vermelho encontra-se nas franjas em contato com o mar, ao longo de canais, na boca de alguns rios e também em bacias interiores onde a salinidade não é muito alta.

Juntamente com estas espécies, algumas outras compõe a fitocenose do manguezal, conforme a que segue a baixo:

- **Família:** Combretaceae, **Gênero:** Conocarpus, **Espécie:** *Conocarpus erecta* (22 indivíduos presentes em 06 parcelas, sendo 01 na área 1 e 05 ocorrências na área 2);

É uma árvore cujas folhas apresentam pecíolos ligeiramente alados, além de duas glândulas semelhantes as da *Laguncularia racemosa*. A inflorescência tem forma arredondada, originando uma infrutescência com aspecto de uma esfera cheia de escamas. Essa planta não apresenta grande tolerância á salinidade típica dos manguezais.

Normalmente o mangue de botão se encontra em terras elevadas e secas atrás do mangue propriamente dito e como local natural, pode ser encontrado na zona sob influência de água do mar de certas costas rochosas.

- **Espécies mortas** (16 indivíduos presentes em 06 parcelas, sendo 01 na área 1 e 05 ocorrências na área 2).

Essa baixa diversidade da flora do manguezal se deve as condições hostis do ambiente físico para a maioria das plantas, as espécies vegetais de manguezais possuem adaptações especiais para a sobrevivência. Entre estas adaptações, encontramos segundo Schaeffer-Novelli e Cintrón (1986), “habilidade de extrair água doce da água do mar, órgãos especiais para a excreção de sal, pneumatóforos e lenticelas nas raízes escora que permitem a respiração da planta, raízes escora e adventícias que ajudam a sustentar a árvore em substratos movediços, e sementes que flutuam na água salgada”.

Conforme evidenciado por Lacerda (1984) “nos manguezais, encontra-se pouca variedade de espécies de árvores, mas grande número de indivíduos por espécie”. Essas diversas formas de adaptação foram as responsáveis pela colonização dessas espécies no ambiente costeiro; entende-se, portanto que adaptação é a forma que determinada espécie desenvolve para sobreviver perante os certos padrões existentes no sistema.

Dentro desse conjunto de adaptações podemos afirmar que a regulação das capacidades internas de sais constitui-se como sendo a principal delas, pelo fato do ambiente costeiro ter como característica base a mudança dos níveis de salinidade. Esses níveis podem apresentar

variações rápidas ou lentas, as quais são determinadas por fatores como grande aporte de chuvas ou longos períodos de estiagem, respectivamente.

Segundo Lacerda (1984), “existem basicamente dois tipos de mecanismos de regulação (...); algumas espécies desenvolveram sistemas capazes de filtrar a água salgada durante o processo de absorção de sais pela raiz, (...); enquanto outras desenvolveram em suas folhas sistemas glandulares capazes de excretar o excesso de sais absorvidos”.

Com relação às trocas gasosas, sabe-se que os manguezais normalmente desenvolvem-se sobre um solo pouco oxigenado, ou até mesmo desprovido do mesmo. Porém, para amenizar esta carência de oxigênio, ambas as espécies citadas anteriormente apresentam estruturas cobertas por lenticelas, fornecendo, pois, condições para que estas plantas realizem a plena circulação de gases com o meio externo durante a flutuação das marés.

Outra adaptação bastante relevante dentro deste contexto remete-se a sobrevivência das espécies. Sendo este item assegurado pela viviparidade, que é um processo de estratégia adaptativa onde o embrião fica preso à planta-mãe e desenvolve-se assim até que se tornem pequenos indivíduos, comumente chamados de plântulas. Estas possuem grande capacidade de flutuação, o que permite em parte que percorram grandes distâncias garantindo a distribuição atual desses ecossistemas.

Altura das plantas

A espécie *Avicennia tomentosa* na área preservada apresentou uma média de alturas igual a $1,94 \text{ m} \pm 0,44$, enquanto que na área degradada a média foi de $3,18 \text{ m} \pm 0,07$ (tabela 2). Para Major (2002) “essa é uma árvore pequena, com altura inferior a de 10 m”.

A espécie *Laguncularia racemosa* na área preservada apresentou a média de alturas de $2,73 \text{ m} \pm 0,32$. Na área degradada, a média foi de $2,85 \text{ m} \pm 0,15$ (tabela 1). Schaeffer-Novelli e Cintrón (1986) afirmam que “são árvores de 20 m”.

Quanto a *Rhizophora mangle* na área preservada a média foi de $2,63 \text{ m} \pm 0,39$. Já na área degradada, essa espécie atingiu uma média de

4m ± 0,00 (tabela 1). Major (2002) diz que essa espécie “apresenta árvores com 8 a 10 m de altura, às vezes mais alta”.

Conocarpus erecta na área preservada atingiu uma média de altura de 1,75 m ± 0,00, já na área degradada essa média foi de 3,49 m ± 0,57 (tabela 1).

Schaeffer-Novelli e Cintrón (1986) escrevem que “as árvores dessa espécie pode alcançar 15-20 m de altura ou reduzir-se a um arbusto sarmentoso e achatado, segundo o habitat”. Já para Major (2002) “é uma árvore que cresce muito rápido, mas não ultrapassa os 6 m de altura”.

Quanto às arvores mortas apresentaram na área preservada uma média de alturas igual a 1,65 m ± 0,00, enquanto que na área degradada essa média foi de 1,69 m ± 0,32 (tabela 1).

Tabela 1: Altura média das plantas de mangues encontradas em duas áreas da região estuarina Apodi/Mossoró – RN.

Espécies	Altura (m)				Prob de t
	Preservada		Degradada		
	nº parcelas	$\bar{x} \pm$ erro padrão	nº parcelas	$\bar{x} \pm$ erro padrão	
<i>A. tomentosa</i>	5	1,93 ± 0,44	5	3,18 ± 0,07	0,02
<i>L. racemosa</i>	4	2,73 ± 0,31	3	2,85 ± 0,15	0,77
<i>R. mangle</i>	4	2,64 ± 0,39	1	4,00 ± 0,00	—
<i>C. erecta</i>	1	1,75 ± 0,00	5	3,49 ± 0,57	—
Mortas	1	1,65 ± 0,00	5	1,69 ± 0,32	—

Com base nos dados expostos na tabela podemos observar que a espécie *Avicennia tomentosa* apresenta diferença de altura média entre as duas áreas com uma probabilidade de 95% de confiança.

A espécie *Laguncularia racemosa* não apresenta diferença de altura média entre as áreas com uma probabilidade de 77% de confiança.

Para as demais espécies, apesar de notório a diferença nas alturas, não foi possível aplicar o teste t, pelo fato de ambas se fazerem presentes em apenas uma parcela em uma das áreas.

Levantamento fitossociológico

ANÁLISE DOS PARÂMETROS FITOSSOCIOLÓGICOS

Os atributos fitossociológicos analisados para caracterizar os fragmentos de manguezais da região estuarina Apodi/Mossoró foram: freqüências absoluta e relativa; densidades absoluta e relativa; dominâncias absoluta e relativa e valor de importância (tabela 2).

Tabela 2: Fitossociologia em duas áreas de mangue no Estuário Apodi/Mossoró - RN.

Área I - Preservada											
Espécie	Ocorr.	Nº Ind.	DAB	Fab	DAbs	DoAbs	FR%	DR%	DoR%	V.I.	I.V.I
<i>Laguncularia racemosa</i>	4	84	4576,36	0,8	16,80	915,27	26,67	53,50	88,80	168,97	56,32
<i>Avicennia tomentosa</i>	5	65	499,3	1	13,00	99,86	33,33	40,88	9,69	83,90	27,97
<i>Rhizophora mangle</i>	4	8	52,68	0,8	1,6	10,54	26,67	5,19	1,02	32,88	10,96
<i>Conocarpus erecta</i>	1	1	20,37	0,2	0,2	4,07	6,67	0,65	0,4	7,71	2,57
Morta	1	2	5,09	0,2	0,2	1,02	6,67	0,63	0,1	7,39	2,46
Total	15	160	5153,8	3	31,80	1030,76	100	100	100	300	100
Área II - Degradada											
Espécie	Ocorr.	Nº Ind.	DAB	Fab	Dabs	DoAbs	FR%	DR%	DoR%	V.I.	I.V.I.
<i>Laguncularia racemosa</i>	3	05	79,91	0,6	1	15,98	15,79	4,69	5,08	25,57	8,52
<i>Avicennia tomentosa</i>	5	168	424	1	33,60	84,8	26,32	78,4	26,96	131,68	43,89
<i>Rhizophora mangle</i>	1	3	114,09	0,2	0,6	22,82	5,26	1,41	7,26	13,93	4,64
<i>Conocarpus erecta</i>	5	21	250,41	1	4,20	50,08	26,32	9,39	15,92	51,63	17,21
Morta	5	14	704,08	1	2,80	140,82	26,32	6,1	44,77	77,19	25,73
Total	19	211	1572,49	3,8	42,20	314,5	100	100	100	300	100

Estrutura de Freqüências

As freqüências absoluta e relativa estimam o número de ocorrências de uma espécie em relação percentual ao número total de ocorrências de todas as espécies.

Área preservada – A espécie com o maior número de freqüência foi *Avicennia tomentosa*, que apesar de apresentar um baixo número de indivíduos esteve presente em todas as parcelas da área amostral. A mesma foi seguida pelas espécies *Laguncularia racemosa* (grande número de indivíduos com participação restrita) e *Rhizophora mangle*.

Posteriormente *Conocarpus erecta* que apresentou o mesmo número de freqüência que os indivíduos mortos.

Área degradada - As espécies mais freqüentes foi *Avicennia tomentosa* juntamente com *Conocarpus erecta* e os indivíduos mortos. Neste caso, diferentemente da área 1, *Avicennia tomentosa* apresentou o maior número de indivíduos, além de participação em todas as parcelas. As demais com baixo número de indivíduos fizeram-se presente em todas as parcelas. *Laguncularia racemosa* e *Rhizophora mangle*, além de poucos indivíduos, tiveram ocorrência restrita. A *Avicennia tomentosa* foi, portanto, a espécie mais freqüente em ambas as áreas, por se fazer presente em todas as parcelas.

Estrutura das Densidades

As densidades absoluta e relativa estimam o número de indivíduos amostrados de uma espécie em relação percentual ao número total de indivíduos de cada espécie.

Área preservada - A espécie *Laguncularia racemosa* apresentou o maior número de densidade, seguida de *Avicennia tomentosa*, *Rhizophora mangle* e igualmente em números *Conocarpus erecta* e os indivíduos mortos.

Área degradada - A espécie com maior densidade foi *Avicennia tomentosa* seguida de *Conocarpus erecta*, os indivíduos mortos, *Laguncularia racemosa* e *Rhizophora mangle*.

A espécie *Avicennia tomentosa* é uma espécie de mangue que ocupam terrenos ao nível do mar, em águas salgadas, ao longo das margens lamacentas próximas ao mar. Para alguns autores como Schaeffer-Novelli (1986), “Esta espécie tolera salinidades do solo muito mais altas que as demais espécies de mangue, até 90 partes por mil”.

A *Rhizophora mangle* encontra-se nas franjas em contato com o mar, ao longo de canais, na boca de alguns rios e também em bacias interiores onde a salinidade não é muito alta. “Este gênero tolera salinidades de 55 partes por mil, mas cresce melhor quando a salinidade se aproxima à do mar ou é um pouco mais baixa, Schaeffer-Novelli (1986)”.

A espécie *Laguncularia racemosa* encontra-se em costas de baixa salinidade, e às vezes ao longo de canais de água salobra. Schaeffer-Novelli (1986), diz que “o mangue branco tolera salinidades do solo um pouco mais altas que o vermelho, mas aparenta competir mais efetivamente em áreas de reduzida salinidade”.

Quanto a *Conocarpus erecta*, se encontram em terras elevadas e secas atrás do mangue propriamente dito.

Com base nas informações expostas acima, temos que *Laguncularia racemosa* que é uma espécie de baixa salinidade, predomina na área preservada, podendo ser enfatizado na seqüência *Avicennia tomentosa*, *Rhizophora mangle*, que de todas as espécies é a que suporta menores índices de salinidade e em última colocação *Conocarpus erecta* e as espécies mortas. Contrariamente, a área

degradada tem como predominante a espécie *Avicennia tomentosa*, que tolera salinidades do solo muito altas, seguida de *Conocarpus erecta*, indivíduos mortos, *Laguncularia racemosa* e *Rhizophora mangle*, quer dizer, predomina a espécie que tolera maiores salinidades e os menores números apresentados são da espécie que tolera as menores salinidades.

Entendendo-se, portanto que a área preservada apresenta melhor desenvolvimento ou preservação que a área degradada, em virtude das espécies mais e menos predominantes.

Estrutura de Dominâncias

As dominâncias absoluta e relativa são dadas pela área basal de uma espécie em relação percentual ao total de áreas basais de todas as espécies, ou seja, tem como alvo à área basal, que pode ser entendida como a “área ocupada por um tronco com um dado diâmetro, SCHAEFFER-NOVELLI (1986)”. Esta foi calculada a partir das medições do perímetro (cm), transformadas em diâmetro (cm) e sucessivamente em área basal, apresentando os seguintes resultados (cm²):

Área preservada - A espécie com maior número de dominância foi *Laguncularia racemosa* (88,80%), seguida de *Avicennia tomentosa* (9,69%), *Rhizophora mangle* (1,02%), *Conocarpus erecta* (0,40%) e Indivíduos mortos (0,10%), totalizando (1030,76).

Área degradada - O maior número de dominância nesta área foi atingido pelos Indivíduos mortos (44,77%), seguidos de *Avicennia tomentosa* (26,96%), *Conocarpus erecta* (15,92%), *Rhizophora mangle* (7,26%), *Laguncularia racemosa* (5,08%) com um total de (314,5).

Podemos observar que enquanto a espécie *L. racemosa* na área preservada é a que apresenta maior dominância, na área degradada essa é a menos representativa. Enfatiza-se então o fato de que esta não tolera salinidades elevadas. Outro ponto relevante é com relação aos indivíduos mortos que enquanto representaram minoria na área preservada, foram os mais representativos nas parcelas da área degradada.

Com esses dados entende-se, portanto que a área preservada é composta por um menor número de indivíduos, porém estes apresentam um maior porte, daí a explicação para o maior número de dominância. Já a área degradada apresenta maior número de indivíduos com uma reduzida dominância. Schaeffer- Novelli (1986) explica esse fato da seguinte maneira, “os bosques passam durante o seu amadurecimento de uma fase em que o terreno está ocupado por uma grande densidade de árvores de diâmetro reduzido, a uma fase de maior amadurecimento quando o domínio é feito por poucas árvores de grande porte e volume”.

Índice de Importância

O índice de valor de importância indica o quanto é ecologicamente importante uma determinada espécie na comunidade, sendo constituído pela soma de todos os valores dos parâmetros relativos.

Área preservada - A espécie *Laguncularia racemosa* apesar de não ser a espécie mais freqüente foi a que apresentou o maior Índice de Valor de Importância, seguida de *Avicennia tomentosa*, *Rhizophora mangle*, *Conocarpus erecta* e indivíduos mortos.

Área degradada - Aqui a espécie com maior Índice de Valor de Importância foi a então mais freqüente *Avicennia tomentosa*, seguida de *Conocarpus erecta*, *Laguncularia racemosa* e *Rhizophora mangle*; neste setor os indivíduos mortos apresentaram altos índices.

Entendendo-se assim que, a espécie *Laguncularia racemosa*, se adapta melhor a ambientes preservados, conforme exemplo da área preservada,

enquanto que a espécie *Avicennia tomentosa* se sobressaiu perante as demais num ambiente degradado.

À guisa de conclusão

Através de estudo florístico desenvolvido em duas áreas de manguezais do estuário Apodi/Mossoró constatou que ele é formado pelas espécies *Avicennia tomentosa*, *Laguncularia racemosa*, *Rhizophora mangle* e *Conocarpus erecta*.

A espécie que obteve o maior índice de valor de importância na área preservada foi *Laguncularia racemosa*, em virtude das elevadas densidade e dominância, enquanto na área degradada foi *Avicennia tomentosa*, em virtude da elevada densidade.

A porcentagem de árvores mortas em relação à quantidade de árvores vivas no geral foi reduzida, variando de 1% na área preservada a 6% na área degradada.

Quanto à altura das plantas, podemos atribuir a vegetação de mangues estudada a característica de bosques ananizados, em virtude da diferença existente entre as descrições feitas por diversos autores e a realidade encontrada.

Baseados nos resultados pode-se afirmar que a área preservada encontra-se em estágio de desenvolvimento ou estágio de conservação mais elevado que a área degradada, por apresentar uma menor densidade e uma maior dominância, ou seja, a densidade se reduz com o amadurecimento do bosque.

Assim sendo, confirma-se que a área de estudo apresenta heterogeneidade nas condições gerais de conservação dos bosques.

Referências

COSTA & ALCANTARA FILHO, R. S; P. de. **Contribuição ao conhecimento dos manguezais do nordeste do Brasil**. Mossoró: 1987.

FILGUEIRA, R. F. **Manguezais do estuário do rio Mossoró-Apodi: um ecossistema a ser preservado**. Monografia de Especialização. Universidade Regional do Rio Grande do Norte. Mossoró: 1994.

IDEMA, Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente. **Perfil do seu Município - Aspectos Geoambientais e Socioeconômicos**. Natal: 2004.

LACERDA, L. D. **Manguezais: Florestas a Beira-mar**. Revista ciência hoje. Rio de Janeiro: Editora Abril, 1984.

MAJOR, I. **Manguezal**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

ROCHA, R. M. **Prediction, Monitoring and Management of Detrimental algal Blooms on Solar Salt Productin in North-East Brasil**. Resumos do Seventh Symposium on Salt, vol. I Amsterdam: 1993.

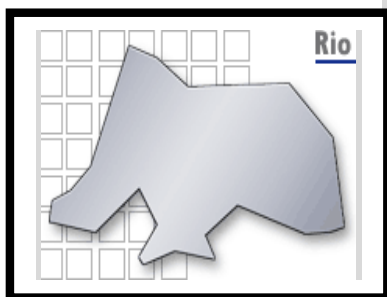
SCHAEFFER-NOVELLI, Y. e CINTRÓN, G. **Guia para Estudo de Áreas de Manguezal: Estrutura, Função e Flora**. São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1986.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. **Ecosistema Manguezal e suas Comunidades**. Curso de Difusão Cultural, Departamento de Ecologia. USP. São Paulo: 1991.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. **Os Manguezais**: Ecosistema entre a Terra e o Mar. São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1995.

Secretaria do Estado do Planejamento e das Finanças do Rio Grande do Norte. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente. **Perfil do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: 2002.

VANNUCCI, Marta. **Os Manguezais e Nós**: Uma Síntese de Percepções. São Paulo: EDUSP, 2002.



12 A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO ONSHORE E OS PROBLEMAS POTENCIAIS DE CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL POR EFLUENTES NO PÓLO INDUSTRIAL DE GUAMARÉ/RN

Malco Jeiel de Oliveira Alexandre⁵⁷

Introdução

A indústria petrolífera, face às suas características, apresenta um alto nível de riscos ao meio ambiente, principalmente devido à matéria prima fluida e poluidora, produção e volumes sempre elevados, localização dos campos produtores normalmente próximos às áreas de riscos, como litoral, rios, florestas etc., e principalmente na área marítima. Essas áreas produtoras distantes dos locais de processamento e do consumo acabam contribuindo para aumentar os riscos no transporte, e quando próximas às cidades, podem causar poluição em decorrência da produção e do processamento industrial.

No Estado do Rio Grande do Norte, a principal área industrial de processamento de petróleo e gás natural está no Pólo Industrial de Guamaré (PIG) localizado no Município de Guamaré, inserido na Mesorregião Central Potiguar a 180 km a noroeste da capital Natal e a 10 km da cidade de Guamaré.

Os campos produtores de petróleo e gás natural terrestres e marítimos no Estado do Rio Grande do Norte escoam toda a produção para o PIG que é um complexo com várias unidades industriais, onde são desenvolvidos as atividades de recebimento, tratamento, processamento e estocagem de petróleo e de gás natural de modo a se obter os produtos finais destinados aos consumidores.

⁵⁷ Graduado em Geografia; Mestre em Geociências; Professor do CEFET-RN.

O Pólo Industrial de Guamaré insere dentro dos seus limites a Lagoa de Baixo, uma lagoa natural que vinha recebendo parte dos efluentes produzidos na área do PIG. Com o advento da ampliação e construção de uma Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), estes efluentes agora estão sendo bombeados para a costa litorânea através de um emissário submarino.

A Lagoa de Baixo (Foto 1) localiza-se a leste das instalações da área do PIG, em área pertencente a PETROBRAS e está interligada através de um canal artificial (Foto 2) com a área de manguezal e o Rio Aratuá e deste para o litoral. Este canal atualmente está dividido em dois trechos, o primeiro da saída da lagoa até uma área alagada por salinas (Salina da Cruz) e o segundo desta área alagada até a área de manguezal. Esta separação no percurso deste canal acaba provocando a saída da água em outras direções, além do mangue, o que tem causado transtornos para alguns moradores desta região.



Foto 1 - Vista da Lagoa de Baixo a partir do vertedouro, ao fundo a direita vê-se os tanques de armazenamento de petróleo do Pólo Industrial de Guamaré.



Foto 2 - Tubulações da saída da Lagoa pelo canal artificial para a área de manguezal ao fundo

Para caracterizar o grau de poluição nas águas e sedimentos de fundo das áreas que incluem a Lagoa de Baixo, o canal de saída dessa lagoa até a área de manguezal e no Rio Aratuá que deságua no litoral setentrional do estado do Rio Grande do Norte. Foi feito um levantamento com base em duas etapas de amostragem permitindo a quantificação de parâmetros físico-químicos. De posse dos resultados, esses parâmetros foram comparados com a legislação ambiental nacional e com a literatura científica, identificando-se a atual situação da área estudada, dando assim suporte para o monitoramento desta área e para a adoção de medidas mitigadoras pela empresa.

A preservação e recuperação de ecossistemas naturais impactados, principalmente os de grande importância social e ambiental locais, como a Lagoa de Baixo e adjacências no município de Guamaré/RN, faz parte das propostas da Petrobras para uma política de gestão ambiental.

A Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) tem se mostrado nos últimos anos com uma preocupação crescente no que se refere à disposição final de seus rejeitos, fato este comprovado pelos inúmeros

estudos e ações envolvendo a diminuição de impactos ambientais em seus processos, como também os programas de gestão ambientais implantados.

Para elaboração deste diagnóstico, foram realizadas várias etapas de trabalho, com o objetivo de mensurar a possível contaminação na Lagoa de Baixo, Lagoa Salgado, canal e o rio Aratuá. Inicialmente, foram realizadas reuniões com representantes da Petrobras/UN RNCE. Logo após, foi feita uma visita de reconhecimento nos locais, incluindo o registro em fotografia dos diversos aspectos da situação a ser estudada.

Abordagem da Literatura Nacional e Internacional

Navarro (1995) vê como uma tentativa para atender as regulamentações ambientais referentes à indústria de petróleo a difusão de uma filosofia e a implementação de planos que minimizem o impacto ambiental por hidrocarbonetos e outros derivados. Algumas companhias têm tomado esta ação e criado planos de controle e medidas para neutralizar derramamentos, o chamado *Spill Prevention - Control and Countermeasure Plans* (SPCC). O SPCC é basicamente um plano contratual tomado com todas as empresas envolvidas para evitar a ocorrência de derramamentos.

O SPCC basicamente está dividido entre: Potencial de Derramamento, Contenção, Facilidades de Carregamento/Descarregamento, Facilidades e Operações Marítimas, Drenagem; Volumes Armazenados; Operações de Transferência; Operações de Perfuração, Manutenção Preventiva, Inspeção e Treinamento.

Os principais despejos de substâncias no ambiente podem se dar através de derramamentos, vazamentos, descarregamento, bombeamento, despejamento, produção, esvaziamento, liberação, injeção, escapamento e descarte no meio-ambiente (Economides *et al.* 1993). O número de substâncias para serem reguladas pelos órgãos públicos responsáveis depende do volume de material liberado, o qual geralmente é composto predominantemente pelo próprio óleo, pelo condensado e pela água associada ao óleo ou produzida nos processos subseqüentes. Dessa feita, os principais parâmetros ambientais típicos adaptados para análises químicas de acordo com Navarro (1995) são: pH, teor de óleos e graxas

(TOG), condutividade elétrica, razão de absorção de sódio (RAS), a porcentagem da troca de sódio e os metais pesados As, Ba, Cd, Cr, Pb, Hg, Se, Ag, Zn,

Experimento de campo

Foram contabilizados e tabulados dados analíticos históricos existentes sobre a Estação de Tratamento de Efluentes e das águas da Lagoa de Baixo e do vertedouro dessa Lagoa. Em seguida, foi feito um levantamento bibliográfico existente a nível local e mundial referente a este tipo de problema. As informações necessárias ao embasamento teórico do trabalho foram obtidas nas bibliotecas da Petrobras (UN-RNCE) em Natal/RN, do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo A. Miguez de Mello (CENPES) no Rio de Janeiro, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e em outros meios inclusive eletrônicos.

Com base nessas etapas preliminares, foi feita a primeira amostragem realizada nos dias 30/11/1999 e 01/12/1999 e a segunda nos dias 01 a 03/10/2000 e 06 e 07/10/2000. O espaçamento entre essas duas etapas de amostragem está de acordo com o objetivo desta pesquisa, uma vez que dele faz parte o monitoramento das condições ambientais da lagoa entre dois períodos de amostragem, intercalados com um período de chuvas na região. Como no caso da primeira etapa de amostragem, também na segunda etapa, foram coletadas amostras de água e sedimento para os fins previstos no estudo.

As análises das amostras coletadas foram executadas nos laboratórios da PETROBRAS, em Mossoró/RN, Natal/RN, TASQ/SP e no CENPES/RJ. Com os dados analíticos, foram feitos sumários estatísticos, estudos de correlações entre variáveis e mapas de distribuição dos teores nas águas e sedimentos. O tratamento estatístico dos dados analíticos foi feito com o programa Excel e os mapas de isoteores foram confeccionados com os programas Sulfer e Coreldraw.

De posse das informações necessárias e do material pesquisado, foram feitas a interpretação dos dados e as considerações finais como síntese dos aspectos geoquímicos e ambientais referentes à Lagoa de Baixo e as conclusões do estudo.

Resultados e Discussões

Dentre as preocupações prioritárias atualmente existentes na indústria de exploração, transporte, processamento e distribuição de petróleo e seus derivados, estão àquelas ligadas com a possibilidade de contaminação do meio ambiente, sejam pelo próprio óleo, resíduos, gás e demais substâncias associadas, como também pelos produtos usados nas diferentes etapas do processo. Dentre essas várias possibilidades, está o derramamento de óleo e efluentes na superfície, o qual equivale ao tipo de problema tratado neste estudo.

As atividades da indústria do petróleo, segundo Dias (1999), são formadas por uma complexidade de processos que acarretam na geração de muitos tipos de efluentes sólidos, líquidos e gasosos. Em um pólo petroquímico, não existem processos com descarga zero, havendo sempre a necessidade de tratamento de efluentes e disposição de resíduos, demandando o emprego de métodos e técnicas especiais de tratamento.

A adaptação de melhores tecnologias, unidades de produção mais eficientes e o controle interno dos processos são passos importantes para melhoria das atividades de produção de petróleo. Estes passos incluem a recuperação de substâncias que não reagiram, recuperação de subprodutos, recirculação de água e redução de vazamentos e respingos. Medidas como estas podem resultar na redução de quase todos os poluentes e dos volumes de efluentes a serem tratados.

Dias (1999), afirma que de um modo geral, as águas residuais de um pólo petroquímico podem ser tratadas através dos seguintes processos: No caso da ETE do Pólo Industrial de Guamaré, os processos de tratamento enquadram-se nos dois primeiros itens.

(i) Tratamento primário: separação por gravidade.

(ii) Tratamento intermediário: neutralização, coagulação química-sedimentação, filtração e flotação.

(iii) Tratamento final (físico, químico e biológico): lodos ativados, lagoas aeradas, filtros biológicos, lagoas de estabilização, torres de oxidação, filtração, adsorção em carvão ativo e osmose reversa.

Na indústria petroquímica são empregadas grandes quantidades de água, tanto no processo industrial como na refrigeração e lavagem, surgindo daí a possibilidade de contaminação com produtos químicos

nos corpos d'água naturais. Como medidas atenuantes, têm-se: redução da geração de poluentes, mecanismos de inspeção e manutenção para evitar vazamentos e fuga, implantação de equipamentos e métodos de tratamento eficientes para a redução ou eliminar poluentes, implementação de ações rápidas e efetivas na ocorrência de acidentes como derramamentos e a aplicação correta dos procedimentos operacionais relativos ao controle e monitoramento ambiental.

Deutsch (1997) destaca os tipos mais representativos de produtos orgânicos para o ambiente como sendo o petróleo cru e seus subprodutos combustíveis, como: gasolina, diesel e óleo combustível. Estes representam os tipos de contaminantes mais comuns no meio ambiente da indústria do petróleo, principalmente devido à grande produção e grande consumo desses produtos. Ao nível das espécies químicas, alguns dos mais tóxicos dos subprodutos de hidrocarbonetos para o meio ambiente são: benzeno, tolueno, etilbenzeno e xileno, denominado conjuntamente de componentes BTEX. O benzeno e o tolueno são mais facilmente dissolvidos dentro dos corpos de água sendo, portanto mais móveis, ao passo que o etilbenzeno e o xileno são de mais baixa solubilidade.

Um derramamento de óleo acarreta na contaminação tanto do solo quanto do aquífero raso. A concentração em Carbono Orgânico Total Dissolvido (COTD) nas proximidades da área contaminada em águas é significativamente elevada. O aumento da concentração de COTD próximo a uma área encharcada é quase totalmente devido aos hidrocarbonetos não-voláteis, principalmente alcanos e moléculas de mais alto peso molecular (C_{15} a C_{28}). Já os componentes orgânicos com pressão de vapor muito elevado tendem a permanecer ausentes de zonas poluídas, havendo ainda a chance de serem biodegradados durante a recarga e transporte da água para zonas mais profundas de um aquífero (apud Deutsch, 1997).

Em um lençol de água subterrâneo afetado por derramamento, mais da metade do COTD é composto por hidrocarbonetos não voláteis, enquanto o restante é em grande parte formado por hidrocarbonetos aromáticos (principalmente BTEX e hidrocarbonetos aromáticos policíclicos, como naftaleno). O benzeno é o componente volátil individual dominante mais próximo de um derramamento de óleo (70%

da fração "volátil"), seguido do benzeno (14%). A permanência de hidrocarboneto em uma área encharcada é bastante variável. Em profundidades médias de um aquífero, o tolueno e o xileno diminuem para níveis abaixo do limite normal de detecção dos métodos analíticos comuns, enquanto o benzeno e o etilbenzeno propagam-se para distâncias laterais e verticais maiores (ibidem Deutsch, 1997).

Como se vê, a biodegradação é fator limitante (impedidor) na migração do petróleo e dos seus subprodutos pelo ambiente, mas as condições climáticas e geomorfológicas são também determinantes para o maior alcance na extensão e do agravamento de uma poluição por petróleo. Assim, esse estudo procura analisar os impactos ambientais da possível poluição por efluentes do Pólo Industrial de Guamaré-PIG na área circunvizinha.

Dentre suas unidades operacionais, o PIG é dotado de uma Estação de Tratamento de Efluentes-ETE com capacidade para tratar aproximadamente 50.000 m³/dia de efluente. O aumento na produção de petróleo nos últimos anos resultou na produção de efluentes que excederam em volume a capacidade originalmente dimensionada (26.000m³/dia) para tratamento e descarte desses efluentes. Como conseqüência, parte do efluente oriundo da ETE vinha sendo parcialmente tratado e provisoriamente descartado na Lagoa de Baixo, situada na parte leste do PIG.

Essa situação foi remediada através do aumento da capacidade de tratamento e descarte de efluentes. Desse modo, a partir de novembro de 1999, após a conclusão da ampliação da ETE, foi interrompida a descarga de efluente na referida lagoa.

Mesmo tratando-se de efluentes processados, o despejo desses resíduos na Lagoa de Baixo produziu alterações químicas no citado sistema, as quais tenderão a desaparecer naturalmente com o passar do tempo e também com a adoção de medidas sanativas pela própria PETROBRAS. A adoção de tais medidas passa necessariamente pela execução de estudos que venham a diagnosticar o estado atual do referido sistema lacustre.

A Lagoa de Baixo faz parte de um sistema lacustre, que inclui outras lagoas próximas como: Cajarana, Salgada, Doce e Seca, e alguns riachos temporários normalmente oriundos da Serra do Mangue Seco e

do rio Aratuá. Na época das chuvas, esses riachos contribuem para aumentar significativamente o volume de água nas lagoas. A Lagoa de Baixo tem uma área aproximada de 0,4 km² (maior comprimento 1,3 km e maior largura 0,44 km) e profundidade média de 2,2 m. As características bióticas e abióticas da lagoa sofreram modificações devido a posteriormente ter recebido os efluentes oriundos da ETE, alterando toda a qualidade da água.

A região é geologicamente constituída pela Formação Jandaíra, aflorando calcários em vários trechos, havendo também a predominância de dunas móveis e fixas junto ao litoral e uma extensa área de manguezal.

A interferência antrópica nesta área caracteriza-se como um sistema modificador, em consequência da instalação do Pólo Industrial de Guamaré, sendo, portanto necessário o acompanhamento e monitoramento das suas atividades. Deve ser ressaltado que esta área apresenta um potencial para agricultura moderado, devido às características do solo, sendo a exploração de sal e a pesca as atividades historicamente dominantes na região. Atualmente destaca-se a exploração da carcinicultura que tem provocado uma grande devastação nos manguezais da região.

Esta região apresenta um potencial econômico expressivo, dentro do quadro estadual, advindo principalmente após a construção do Pólo Industrial de Guamaré, no início da década de 80. Atualmente o Rio Grande do Norte tem o potencial de produção de petróleo e gás como segundo produtor brasileiro.

Contextualização ambiental da contaminação na área da Lagoa de Baixo, Lagoa Salgada, Canal e rio Aratuá

O Pólo Industrial de Guamaré iniciou suas operações em 1983, com a Estação de Compressores de Ubarana (ECUB). Posteriormente, com o aumento da produção de petróleo e gás natural, as instalações sofreram sucessivas ampliações até tornar-se atualmente um complexo formado por 10 unidades instaladas. Entre estas unidades está a Estação de Tratamento de Óleo (ETO) e a Estação de Tratamento de Efluentes (ETE). A mais recente compõe-se de uma unidade de diesel, duas novas

UPGNs, uma duplicação da ETE, uma unidade de tratamento do gás e duas unidades de biodiesel.

A Tabela 1 descreve os principais produtos do Pólo Industrial de Guamaré nos referidos anos em produção diária acrescidos dos valores dos investimentos feitos pela empresa. O destaque é a produção de água de formação de petróleo com um valor em ascensão comparado a produção total de petróleo, tornando-se um fator complicador para o descarte de efluentes no PIG. Embora não sendo o intuito deste trabalho, cabe apenas destacar que são vários fatores responsáveis por esse crescimento da produção da água de formação como, por exemplo, a injeção de água e de vapor nos poços para aumentar a produção de petróleo.

O declínio na produção de petróleo também se insere varias nuances, desde as próprias condições geológicas das bacias ou reservatórios de produção até questões de viabilidades técnicas e econômicas. Vale destacar o aumento dos investimentos da empresa na produção no Estado.

A drenagem de efluentes do PIG teve início em agosto de 1986, proveniente dos tanques de armazenamento de óleo cru para a antiga Estação de Tratamento de Despejos Industriais (ETDI). O passo inicial do processo consistia em deixar os tanques cheios com petróleo em decantação por um certo período de tempo (24 horas em média), ocorrendo naturalmente a separação pela diferença de densidade (0.85 g/cm^3 para o petróleo e $0,9976 \text{ g/cm}^3$ para a água; ambos para a temperatura de 30°C). Após este período, a água era liberada dos tanques através de um sistema de drenagem do fundo do tanque, escoando por gravidade para a ETDI. Após tratamento na ETDI, a água era descartada para a lagoa.

A vazão inicial de água drenada nos tanques variou em torno de 3.000 a 4.000 m^3/dia . Este efluente continha, em sua maior parte, água de formação de petróleo com traços de hidrocarbonetos, H_2S e Dissolvan 24/86 (desemulsificante fabricado pela HOESCH para facilitar a separação da água do óleo e também diminuir a salinidade do petróleo).

Tabela 1

Produção diária de petróleo, gás natural e efluentes do Rio Grande do Norte

ITENS	PRODUÇÃO					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Investimentos US\$ Milhões	231,00	188,39	241,26	148,95	376,26	426,77
Produção de petróleo + LGN (mil bpd)	101.000	97.900	98.100	99.320	93.200	83.800
Gás Natural para terceiros (mil m ³ /d)	1.315	1.597	1.775	2.548	2.418,70	2.160
Efluentes (m ³ /dia)	72.035	74.127	77.652	79.085	93.922	108.539

Fonte: ANP - Agência Nacional de Petróleo, 2006

Notas: (bpd): barris de petróleo por dia

Situação do sistema de tratamento de efluente

Com o aumento da produção e conseqüentemente da água de formação de petróleo foi construída a ETE que iniciou suas operações em 1991, com uma capacidade de tratamento de 14.700 m³/dia. Após sucessivas melhorias, sua capacidade operacional foi aumentada para 22.000 m³/dia em 1995.

Até 1994, a água processada pela ETE era totalmente despejada na Lagoa de Baixo. Com a entrada em operação de um emissário submarino em 1994, parte da água que era descartada na lagoa passou a ser desviada para esse emissário.

O crescimento da produção de água ao longo dos últimos anos, conseqüência do aumento da produção de petróleo, motivou a ampliação da ETE, a qual aumentou sua capacidade de tratamento para 50.000 m³/dia.

Em dezembro de 1999, foi cessado o descarte de efluentes na lagoa, passando a ser totalmente feito através do emissário submarino. Com a suspensão do envio de descarte para a lagoa, esta passou por uma limpeza nas suas margens, quando foi então retirada por completo toda a vegetação e solo que continham óleo. Observa-se que o nível de água na lagoa vem diminuindo, devido ao cessamento acima citado e a pouca precipitação pluviométrica da região.

Amostragem e Análise

A partir dos fatos acima citados foi motivado este estudo, que consiste num levantamento minucioso das condições ambientais dos ambientes possivelmente impactados sendo para isso, realizadas duas etapas de amostragem no campo com um período de chuvas (inverno) intercalado entre elas. A primeira etapa ocorreu nos dias 30/11/1999 e 01/12/1999 e a segunda nos dias 01 a 03/10/2000 e 06 a 07/10/2000.

Na primeira etapa, o alvo do levantamento esteve restrito apenas à Lagoa de Baixo, de modo que a amostragem naquela etapa foi executada apenas no interior da lagoa e no trecho imediatamente a jusante do seu vertedouro (saída da lagoa).

Na segunda etapa de amostragem, foram mantidas as mesmas estações da primeira etapa e acrescentadas mais duas no canal de descarga da Lagoa, uma no Rio Aratuá e outra na Lagoa Salgada. Esta ampliação da amostragem entre a primeira e a segunda etapa foi solicitada pela própria PETROBRAS, face às suas necessidades de monitoramento do ambiente sob influência do Pólo. Em ambas as etapas foram coletadas amostras de água superficial e de sedimento de fundo em cada uma das treze estações de amostragem.

Para a coleta das amostras na Lagoa de Baixo, o acesso às estações foi feito com o auxílio de um barco a motor de pequeno porte. No caso das três estações no canal e da estação na Lagoa Salgada, o acesso foi feito sem auxílio de embarcação, uma vez que as estações apresentaram lâmina d'água rasa. No caso do Rio Aratuá, a coleta se deu com o auxílio de um barco a motor de porte médio.

As coletas das amostras foram executadas tendo em vista as recomendações e exigências técnicas dos laboratórios analíticos da PETROBRAS em Mossoró/RN e do CENPES/RJ (ver Quadro 1). Em cada estação de amostragem, parâmetros de campo foram medidos imediatamente antes das coletas. Na primeira etapa foram medidas a profundidade e a temperatura da água. Na segunda etapa foram mediadas a profundidade, a temperatura da água e a condutividade elétrica.

Quadro 1

Parâmetros químicos analisados na Lagoa de Baixo, Lagoa Salgada, Canal e rio Aratuá para as amostras de água das duas etapas de amostragem.

1ª ETAPA	2ª ETAPA
Teor de Óleos e Graxas - TOG	Teor de Óleos e Graxas - TOG
Condutividade, pH, turbidez, Alcalinidade.	Condutividade, pH, Turbidez, Alcalinidade, Cor
Sulfetos Totais	Sulfetos Totais
Metais (Al, As, Ba, Be, Cd, Cr, Pb, Co, Cu, Sn, Li, Mn, Hg, Ni, Ag, Se, V, Zn, U)	Metais (Al, As, Ba, Be, Cd, Cr, Pb, Co, Cu, Sn, Li, Mn, Hg, Ni, Ag, Se, V, Zn, U)
Carbono Orgânico Total	Carbono Orgânico Total
Ferro e Manganês Solúvel.	Ferro e Manganês solúvel
Cianeto Total	Cianeto Total
DBO	DBO
DQO	DQO
BTEX	BTEX
Oxigênio Dissolvido	Oxigênio Dissolvido
Boro, Cl, Fl, NO ₃ , NO ₂ , SO ₄ , PO ₄	Boro, Cl, F, PO ₄ , NO ₃ , NO ₂ , SO ₄ STD
Sólidos Sedimentáveis	Sólidos Sedimentáveis
Fenol e Nitrogênio Amoniacal	Cloro Residual
Sulfito SO ₃ ⁻	Amônia e Fenol
Cromo total e Cr+6	1,1-Dicloroetano, 1,2-Dicloroetano, Pentaclorofenol, Tetracloroetano, Tricloroetano, Tetracloro de Carbono 2,4,6-Triclorofenol Coliformes Fecais e Totais

Fonte: Dados da pesquisa.

As amostras de sedimentos foram peneiradas e pesadas separadamente e as frações $-0,063\text{mm}$ foram enviadas para o laboratório do CENPES/RJ, para serem analisados na primeira etapa os seguintes parâmetros: Al, Ba, Bi, Co, Cr, Cu, Fe, K, Mg, Mn, Na, Ni, P, Pb, Sn, Sr, Ti, V, Zn, teor de carbono orgânico (COT) e fração argila ($-0,002\text{mm}$). Na segunda etapa foram analisados os seguintes parâmetros: Al, Ba, Bi, Cd, Co, Cr, Cu, Fe, Mn, Ni, Pb, Sb, Sr, Ti, V, Zn, carbono orgânico total (COT), fração argila ($-0,002\text{mm}$) e enxofre.

Descrição estatística e espacial dos dados de água e sedimento de fundo

Os dados obtidos nas análises das amostras oriundas das duas etapas de amostragem foram feitos tabelas contendo todos os resultados analíticos efetuados em cada etapa. A partir da listagem desses resultados, foram elaborados sumários estatísticos para esses dados. O passo seguinte da interpretação consistiu em verificar a correlação entre todos os parâmetros analisados.

Na seqüência, foi observada a distribuição geográfica dos parâmetros através da confecção de mapas de curvas de isotores. Os mapas, assim produzidos foram utilizados para se comparar, em cada etapa, a distribuição dos parâmetros na água e nos sedimentos de fundo e também entre as duas etapas.

Confronto entre os resultados da primeira e segunda etapas de amostragem

Para se detectar algumas relações entre os dados de água e de sedimento de fundo, foram comparados esses dados entre as duas etapas através dos dados tabelados e das distribuições espaciais, com o intuito de averiguar se há alguma relação entre os dados e entre as etapas de amostragem.

Inicialmente, com os dados disponíveis de água da primeira etapa e da segunda etapa, foi feita a comparação percentual na tentativa de se observar o comportamento desses parâmetros entre as duas etapas.

Constatou-se que os parâmetros que registraram uma elevação de valor na água entre as duas etapas foram: pH, DBO, DQO, alcalinidade total, bicarbonato, cloretos, sulfatos e COT. Dentre estes parâmetros, os que apresentaram o maior crescimento percentual entre a primeira e segunda etapas foram: DBO₅ com 46,03% e o COT com 28,39% de aumento.

Por sua vez, os parâmetros em água que tiveram uma diminuição de valor da primeira para a segunda etapa, foram: turbidez, oxigênio dissolvido, amônia, fluoretos, B, Fe e o TOG. Destes parâmetros, os que apresentaram uma maior diminuição percentual foram o TOG com 76,99% e o Fe com 73,39%.

Destacamos a diminuição percentual de 5,96% do oxigênio dissolvido na água da primeira etapa para a segunda etapa. Este parâmetro é muito importante para a diversidade biológica presente neste ambiente. Este dado é confirmado pelo aumento da DBO₅ em 46,03% e do COT com 28,39%. Os elementos químicos comuns às duas etapas e com valores acima do limite de detecção em água são Fe e Mg.

Para os dados de sedimentos de fundo os parâmetros que apresentaram um crescimento percentual entre as etapas de amostragem foram Pb, Cu, Cr, Mn, Ni, V, Zn e o TFA. Dentre estes, os que apresentaram maior crescimento percentual foram V com 90,71%, TFA com 82,08% e Pb com 79,26%. O Ni apresentou o menor crescimento com 5,9%.

Alguns parâmetros registraram uma diminuição de valor entre a primeira e a segunda etapa. Neste caso, foram Ba, Sr, Ti, e COT. Entre estes, os que apresentaram um maior crescimento percentual foram Ti com 97,79% e COT com 76,71%. O Ba apresentou a menor diminuição com 40,84%.

Destaca-se nesta relação percentual, em sedimentos de fundo entre as etapas, o fato do grande crescimento percentual para o V (90,71%) e a diminuição percentual do Ti (97,79%) e do Ba (40,84%). Estes elementos são constituintes presentes no petróleo. Assim comprova-se a contribuição da carga de efluentes lançadas pela ETE na Lagoa de Baixo.

Os dados dos levantamentos executados nas duas etapas de amostragem foram comparados com os valores de referência do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente, 1986) definidos pela

Resolução nº 20 de 18 de junho de 1986. Igualmente foram comparados com dados disponíveis de levantamentos anteriores executados na área da lagoa que é aqui denominado de dados históricos.

Em seguida, foram confrontados esses mesmos dados de água e sedimento de fundo a partir de estudos de casos semelhantes relacionados na literatura científica internacional.

O passo inicial da interpretação foi o enquadramento das águas estabelecido pela Resolução 20/1986 do CONAMA. De acordo com essa Resolução, as águas da Lagoa de Baixo e as demais estão na categoria de Águas Salobras (salinidade entre 500 e 30.000 mg/L) e Classe 7.

De acordo com Resolução 20/1986 do CONAMA foram detectados os seguintes parâmetros acima dos limites estabelecidos, sendo na primeira etapa: os valores de TOG, turbidez, fluoretos e sulfetos na segunda etapa de amostragem e os valores de cor, turbidez, sulfetos e TOG para a Lagoa de Baixo apresentaram valores acima do limiar estabelecido pela Resolução. O caso específico do Teor de Óleos e Graxas - TOG que evidencia diretamente a contaminação por petróleo, na Lagoa de Baixo apresentou todos os valores acima do limiar do CONAMA. Porém, nas amostras do canal, na Lagoa Salgada e no Rio Aratuá, todos os valores obtidos estão de acordo com o limite do CONAMA, isto é, os valores foram iguais a zero. Esse fato evidencia a melhoria na condição de operação na ETE e principalmente o efeito do novo sistema instalado no vertedouro da Lagoa de Baixo, que praticamente elimina a possibilidade de carrear para o canal e rio Aratuá algum filme de óleo que porventura esteja na superfície da lâmina d'água da Lagoa de Baixo.

Em comparação com a média dos dados históricos, dados esses obtidos em campanhas passadas de amostragem desde 1986, verificam-se que os parâmetros temperatura, sulfito, sulfeto, TOG e índice de fenóis apresentam resultados maiores do que estabelecido pela Resolução do CONAMA.

Com relação aos metais traços na Lagoa de Baixo os que apresentaram aumento com relação à média histórica foram apenas Ca e Hg. Isto indica que de certa forma houve uma diminuição da descarga de efluentes na lagoa.

Os dados levantados na área de estudo ainda foram submetidos à literatura científica internacional. Vazquez (1999) determinou os níveis

de metais pesados através de um estudo feito na Lagoa Terminos no México, localizada próximo ao Golfo do México, esses resultados, comparando-se com os valores dos mesmos parâmetros, indicam que apenas a turbidez, Fe, Mn tem valores mais altos na Lagoa de Baixo, os demais estão bem abaixo do exemplo mexicano. É importante destacar que a Lagoa Terminos é um sistema aberto.

Barrocas *et al.* (1995) avaliaram os níveis de metais pesados nos sedimentos do rio São João de Meriti e no estuário na Baía de Guanabara/RJ. Esta área é caracterizada por uma elevada poluição doméstica e industrial, inclusive com a presença da Refinaria de Mangunhos e da Refinaria Duque de Caxias. As concentrações máximas encontradas foram Hg, Pb, Zn e Fe. Comparados às concentrações destes elementos, verificou-se que todos ficaram acima dos valores igualmente analisados na Lagoa de Baixo.

Al-Abdali *et al.* (1996) fizeram um estudo na área do Golfo Pérsico, a partir do desastre ambiental causado deliberadamente pelas tropas iraquianas entre 19 e 30 de janeiro de 1991. Neste episódio, foi derramado nas águas do golfo aproximadamente 10,8 milhões de barris de petróleo, advindos principalmente de 17 tanques de petróleo do terminal da Ilha de Al-Ahmadi, próximo à costa do Kuwait e também uma estimativa de 8 milhões de barris de petróleo expelidos na atmosfera, provenientes dos incêndios em 727 poços de petróleo do Kuwait. Este estudo investigou os metais traços nos sedimentos de fundo no mar, se crônicos ou não, e qual a relação entre os contaminantes selecionados e o óleo derramado no Kuwait. Foram coletadas 112 amostras com 5 cm de diâmetro por 15 cm de profundidade. Os primeiros 2 cm de topo do sedimento de fundo forneceram dados de poluição recente, ao passo que os demais 13 cm foram referentes a registros históricos. Os resultados dos metais V e Ni são os principais constituintes de metal traço de óleo cru e daí a presença deles em alta concentração em sedimento pode ser um indicativo direto da entrada de poluição por petróleo. A conclusão deste estudo demonstrou que o óleo derramado teve um mínimo efeito no estado de poluição por metais traços e ficou concentrada no limite da área costeira, entre o Kuwait e Bahrein. Comparando-se estes dados com os resultados deste estudo, verificou-se que todos estes parâmetros apresentam valores menores na Lagoa de Baixo.

Estes casos comprovam que, para sedimentos de fundo, os parâmetros analisados da Lagoa de Baixo estão de uma forma geral dentro da faixa descrita para sedimentos na literatura científica.

Quanto aos Hidrocarbonetos Poliaromáticos - HPAs podem ser produzidos naturalmente em baixa concentração por alguns organismos, porém a maior concentração é devido à contribuição por petróleo principalmente através da queima dos seus derivados. No meio ambiente, os HPAs devem existir em concentrações as menores possíveis (Zanardi, 1999).

Page et al. (1999) estudou a área do complexo fluviomarinho na região de Prince William no Alasca, EUA, através da coleta de amostras de sedimento para determinar os níveis de poluição por HPAs. Nesta área, ocorreu o fatídico acidente com o navio petroleiro Exxon Valdez, em Março de 1989. Os resultados indicaram que a associação de HPAs com sedimentos podem permanecer inalterados por muitos anos. A concentração de HPAs registra o passado das atividades humanas, e o tipo de HPA presente fornece pistas ou definições do tipo de atividade de empresas da área. De acordo com os dezesseis parâmetros de HPAs analisados comparando-se apenas com a Lagoa de Baixo, quatro ficaram com valores médios abaixo destes são naftaleno (3,2), fluoreno (17), fenantreno (36,13) e benzo(ghi)perileno (4,86). Os demais HPAs na referida lagoa apresentam médias superiores aos descritos neste estudo Americano, evidenciando uma contaminação da área. Estas altas concentrações podem ser resultantes da carga de efluente lançada na Lagoa de Baixo.

Considerações Finais

Como definido inicialmente, o objetivo desta pesquisa foi caracterizar o grau de poluição na Lagoa de Baixo e seu entorno. A fim de se obter uma maior abrangência da área estudada, foram incluídos na segunda etapa de amostragem, além da Lagoa de Baixo, o canal, a Lagoa Salgada e o Rio Aratuá, assim todo o sistema hidrográfico foi abrangido. Estes locais adjacentes sofrem influência da lagoa. A quantificação dos parâmetros físico-químicos teve por finalidade definir com precisão os

níveis dos elementos químicos e de qualidade de águas presentes na área estudada.

Os diferentes parâmetros avaliados permitiram extrair conclusões sobre a atual situação da área de estudo. Os resultados obtidos permitem o planejamento das campanhas de recuperação e de monitoramento da lagoa pela Petrobras.

A interpretação dos resultados indica que, de forma geral, as condições ambientais da lagoa foram influenciadas pela contribuição do grande volume de efluente recebido de forma constante por um longo período, como também pela pouca recarga devido à baixa pluviosidade da região e pelo sistema lântico.

Em relação à qualidade de suas águas, a Lagoa de Baixo não se mostra muito descaracterizada em comparação com os parâmetros da Resolução do CONAMA. Os valores comparativos entre as análises de águas feitas e aqueles da referida Resolução mostraram valores tanto acima como abaixo daqueles dessa Resolução, embora estes resultados indiquem que a maioria dos parâmetros apresentam valores abaixo da Resolução. Para os sedimentos de fundo e os HPA's, não há uma legislação específica no Brasil.

Assim, foram utilizados diversos estudos científicos, a fim de se ter uma base comparativa dos valores encontrados neste estudo. Vale salientar que foram utilizados critérios privilegiando-se os estudos relacionados com áreas e situações semelhantes à Lagoa de Baixo.

A segunda etapa de amostragem, espaçada de dez meses em relação à anterior, veio a registrar condições ainda melhores, considerando que entre as duas etapas de amostragem ocorreu um período de chuvas “inverno”.

Para as análises feitas com mapas das curvas de isoteores, não foi encontrada de forma geral uma relação clara na distribuição espacial das análises de água. Para as análises de sedimento de fundo, alguns parâmetros mostraram uma distribuição espacial que está relacionada com o ponto de descarga dos efluentes na lagoa, levantando a suspeita de que o descarte de efluentes foi de fato um vetor importante, afetando a composição do sistema lacustre estudado, principalmente para sedimento de fundo.

Outros parâmetros tecnicamente relacionados com a descarga de efluentes não apresentam uma relação espacial nítida com o ponto de descarga de efluentes, tendo sido possivelmente afetados por outros fatores, dentre eles a direção dos ventos. Outros parâmetros não parecem estar relacionados com o descarte de efluentes, sendo controlados por fatores meramente geogênicos.

A análise da evolução dos parâmetros na área de estudo desta pesquisa foi feita a partir da comparação dos dados deste estudo com os dados históricos. Os resultados alcançados revelaram que alguns parâmetros apresentaram uma variabilidade considerável nestas comparações. Os parâmetros que apresentaram um aumento de valor dos dados históricos para este estudo foram, em água: temperatura, fosfato, sulfatos, Hg, Ca e Li. Ao passo que em sedimentos foram os metais Cr, Fe, Pb e Zn. Os demais parâmetros apresentaram valores decrescentes ou estáveis.

O impacto ambiental na área estuda não cessou por completo com o término das atividades do efluente *in natura* para a lagoa, mesmo apresentando uma clara melhora verificada na segunda etapa de amostragem. Permitindo-se identificar, visualmente, as áreas que são prioritárias para um trabalho de ação de medidas mitigadoras. Destas áreas destacamos as margens da lagoa próximas à ETE e à área confinada ao sul da Lagoa de Baixo nas proximidades da Estação de Tratamento de Óleo (ETO).

De acordo com estes resultados, o efluente descartado na ETE "poderá" ser lançado na lagoa, salvo algumas recomendações destacadas a seguir.

Além das modificações efetuadas pela Petrobras na área do Pólo Industrial de Guamaré, faz-se necessário um programa de acompanhamento da qualidade das águas, como sugerido pela legislação nacional. Para isso, recomenda-se (i) um monitoramento em locais previamente selecionados da lagoa e do canal; (ii) a vigilância contínua tanto dos processos de avaliação como operacionais diários, efetuados pela empresa na qualidade da água descartada; (iii) e estudos especiais para atender a uma necessidade específica ou momentânea, servindo de subsídio para uma tomada de decisão rápida e para atender à legislação

ambiental. A estatística deverá ser aplicada também levando-se em consideração os níveis de concentração tratados.

Recomenda-se que seja descartada na lagoa única e exclusivamente e em casos especiais a parte do efluente já tratado na ETE, evitando-se desta forma a descarga de efluentes não tratados advindo da ETO. Este fato é importante para evitar as mudanças nos parâmetros químicos da lagoa;

Iniciar o processo de aeração da água da lagoa, como forma de se elevar os níveis de oxigênio da água (oxigênio dissolvido médio na 2ª etapa com 6,0mg/L, ideal é 7,6mg/L, a 30°C e ao nível do mar).

Para se evitar o contato de animais e pessoas ao descarte de água da lagoa pelos canais existentes, faz-se necessária a interligação dos dois canais (atualmente estes canais não são contínuos), como medida para se evitar a saída de água para terceiros, perfazendo assim um único canal da saída da lagoa até a área de manguezal próxima. Este canal deverá ser provido de contenção lateral e cercas para evitar a entrada de pessoas e animais.

A partir dos dados expostos, recomenda-se a adoção de medidas físicas prioritárias na Lagoa de Baixo a fim de contribuir para se evitar a poluição na mesma. Neste caso, recomenda-se a (i) contenção da saída de efluente da ETE com barreias fixas, (ii) retiradas da lama da lagoa (apenas nas margens e na área sul, a mais poluída), (iii) aumentar as paredes das bacias de contenção da ETE, (iv) separar todos os drenos de vasos e equipamentos das canaletas de águas pluviais, (v) prover o piso das bacias de contenção da ETE e canal, com material impermeável para se evitar poluição por percolação.

Conclui-se nesta pesquisa que as concentrações dos parâmetros estudados em água estão dentro da faixa estipulada pela Resolução do CONAMA. Pela literatura científica balizada, destacam-se apenas alguns metais pesados com valores acima dos valores encontrados nestas literaturas. Da mesma forma, os sedimentos de fundo apresentaram valores compatíveis com a literatura científica. No caso dos HPAs, os resultados indicaram uma contaminação moderada alta.

Os resultados obtidos com este trabalho servirão de base para que a Petrobras continue tanto os trabalhos de monitoramento da lagoa como os trabalhos de recuperação biológica, atualmente em andamento. Faz-se

necessário ainda um estudo para se avaliar as condições do lençol freático nas proximidades da lagoa, principalmente devido ao consumo de água em poços rasos, feito pela população da vizinhança.

Por fim, após todos os levantamentos feitos vê-se claramente que a melhor alternativa para a empresa é fazer o reaproveitamento de todo o efluente, hoje descartado, injetando-o na formação petrolífera. Desta forma, cessaria por completo qualquer emissão e poluição no ambiente externo.

Conclui-se que é importante que seja dada continuidade a esta avaliação ambiental, como forma de se avaliar o comportamento dos respectivos parâmetros presentes nestes ambientes, haja vista a importância desta região geográfica assegurando-lhe o equilíbrio entre empreendimentos industriais e as atividades das populações locais ali localizados com a capacidade de suporte ambiental.

Referências

AL-ABDALI, F.; MASSOUD, M.S.; AL-GHADBAN, A.N. **Bottom sediments of the Arabian Gulf-III: trace metal contents as indicators of pollution and implications for the effect and fate of the Kuwait oil slick.** Great Britain: Elsevier, Environmental Pollution, v, 93, n. 3, p. 285-301, 1996.

ALEXANDRE, Malco Jeiel de Oliveira Alexandre. **Avaliação Geoquímica das Águas e Sedimentos de fundo da Lagoa de Baixo: Pólo Industrial de Guamaré/Petrobras, Guamaré-RN-Brasil.** 2001. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Geociências) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN.

BARROCAS, P. R. G. et al. **Níveis de metais pesados nos sedimentos do rio São João de Meriti e estuário, Baía de Guanabara, RJ.** Niterói: V Congresso Brasileiro de Geoquímica, 1995.

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. **Resoluções do CONAMA: 1984 a 1991.** 4 ed. Brasília: IBAMA, 1992, 245 p.

DEUTSCH, William J. **Groundwater geochemistry: fundamentals and applications to contamination.** New York, USA, Lewis Publishers, 1997.

DIAS, Marilza do Carmo Oliveira(coord.). **Manual de impactos ambientais: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999, 297 p.

ECONOMIDES, Michael J.; HILL, A. Daniel; ECONOMIDES, Christine Ehlig. **Petroleum production systems.** Englewood Cliffs; New Jersey, USA: Prentice Hall, 1993.

NAVARRO, Armando. **Environmentally safe drilling practices.** Tulsa, Oklahoma, USA: Pennwell books, 1995.

PAGE, D.S. et al. **Pyrogenic polycyclic aromatic hydrocarbons in sediments record past human activity: A case study in Prince William Sound, Alaska.** Marine Pollution Bulletin. Great Britain: Elsevier Science, Pergamon, v. 38, n. 4, p. 247-260, 1999.

VAZQUEZ, G.F. et al. **Heavy metals in a Coastal Lagoon of the Gulf of Mexico.** Great Britain: Marine Pollution Bulletin. v. 38, n. 6, p 476-485, 1999.

ZANARDI, Eliete et al. **Dissolved/dispersed petroleum aromatic hydrocarbons in the São Sebastião channel, São Paulo, Brazil.** Great Britain: Elsevier Science, Marine Pollution Bulletin, v. 38, n. 5, p. 410-413, 1999.



Maria Cristina Cavalcanti Araújo, graduada em Licenciatura em Geografia pela UFRN (1989) e mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela UFRN (2002). Professora do CEFET-RN desde 1995. É Coordenadora do Curso de Licenciatura em Geografia; É professora, pesquisadora e coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos Geográficos -NUPEG.



Valdenildo Pedro da Silva, possui graduação em Licenciatura em Geografia pela UFRN (1988), mestrado em Geografia pela UFPE (1999) e doutorado em Geografia pela UFRJ (2005). Atualmente é professor do CEFET - RN e professor colaborador do mestrado em Geografia da UFRN. É professor-pesquisador do Núcleo de Estudos do Semi-árido do RN - NESA.

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte iniciou em 1985 suas atividades editoriais com a publicação da Revista da ETEC/RN, que a partir de 1999 se transformou na Revista Holos, em formato impresso e, posteriormente, eletrônico. Em 2004, foi criada a Diretoria de Pesquisa que fundou, em 2005, a editora do CEFET/RN. A publicação dos primeiros livros da Instituição foi resultado de pesquisas dos professores para auxiliar os estudantes nas diversas disciplinas e cursos.

Buscando consolidar uma política editorial cuja qualidade é prioridade, a Editora do CEFET-RN, na sua função de difusora do conhecimento produzido pelos pesquisadores, já contabiliza várias publicações nas diversas áreas temáticas.

Caro leitor, o livro que tens em mãos é a verdadeira expressão de como a ciência geográfica permite múltiplas possibilidades de leitura da realidade.

Nesta obra, encontram-se reunidos pesquisadores com perfis diferenciados, igualmente competentes e preocupados em revelar os vários aspectos que possibilitam a compreensão e a análise da realidade expressa nas paisagens potiguares.

Os trabalhos aqui reunidos são oriundos de experiências científicas e acadêmicas de seus autores e nos permitem realizar uma viagem pelo território potiguar nos conduzindo, ao mesmo tempo, por trilhas que nos levam do Litoral ao Sertão, revelando, à luz do olhar geográfico, temáticas tão importantes para a compreensão da dinâmica sócio-espacial norte-riograndense.

Este livro torna-se fundamental, principalmente porque preenche uma lacuna na produção geográfica do Rio Grande do Norte e seus organizadores não pouparam esforços para nos oferecer uma obra capaz de mostrar sob diferentes olhares e interpretações, a realidade contemporânea do estado.

Nubélia Moreira da Silva